



VOLUME VIII

**CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS:
CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO
AS NECESSIDADES SOCIAIS**

Frederico Celestino Barbosa

Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

8ª ed.

Piracanjuba-GO
Editora Conhecimento Livre
Piracanjuba-GO

8ª ed.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Barbosa, Frederico Celestino
B238C Ciências sociais aplicadas: contextualizando e compreendendo as necessidades sociais

/ Frederico Celestino Barbosa. – Piracanjuba-GO

Editora Conhecimento Livre, 2023

204 f.: il

DOI: 10.37423/2023.edcl681

ISBN: 978-65-5367-279-6

Modo de acesso: World Wide Web

Incluir Bibliografia

1. atualidade 2. relacionamento 3. soluções I. Barbosa, Frederico Celestino II. Título

CDU: 300

<https://doi.org/10.37423/2023.edcl681>

O conteúdo dos artigos e sua correção ortográfica são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

EDITORA CONHECIMENTO LIVRE

Corpo Editorial

MSc Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior

MSc Humberto Costa

MSc Thays Merçon

MSc Adalberto Zorzo

MSc Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno

PHD Willian Douglas Guilherme

MSc Andrea Carla Agnes e Silva Pinto

MSc Walmir Fernandes Pereira

MSc Edisio Alves de Aguiar Junior

MSc Rodrigo Sanchotene Silva

MSc Wesley Pacheco Calixto

MSc Adriano Pereira da Silva

MSc Frederico Celestino Barbosa

MSc Guilherme Fernando Ribeiro

MSc. Plínio Ferreira Pires

MSc Fabricio Vieira Cavalcante

PHD Marcus Fernando da Silva Praxedes

MSc Simone Buchignani Maigret

Dr. Adilson Tadeu Basquerote

Dra. Thays Zigante Furlan

MSc Camila Concato

PHD Miguel Adriano Inácio

MSc Anelisa Mota Gregoleti

PHD Jesus Rodrigues Lemos

MSc Gabriela Cristina Borborema Bozzo

MSc Karine Moreira Gomes Sales

Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

MSc Pedro Panhoca da Silva

MSc Helton Rangel Coutinho Junior

MSc Carlos Augusto Zilli

MSc Euvaldo de Sousa Costa Junior

Dra. Suely Lopes de Azevedo

MSc Francisco Odecio Sales

MSc Ezequiel Martins Ferreira

MSc Eliane Avelina de Azevedo Sampaio

Editora Conhecimento Livre

Piracanjuba-GO

2023

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	6
MULHERES E SILÊNCIO: O CASO DE “MANJIT”.	
Tiana de Jesus Araújo Borba	
DOI 10.37423/230207226	
CAPÍTULO 2	18
EM QUE RUA VOCÊ MORA?	
Vitor Dadalto Oliveira	
DOI 10.37423/230207232	
CAPÍTULO 3	21
O COMPORTAMENTO DE CONSUMIDORES DE VEÍCULOS USADOS: UM ESTUDO A PARTIR DO PROCESSO DECISÓRIO DE COMPRA	
Ariosto Sparemberger	
Luciano Zamberlan	
Pedro Luis Buttenbender	
Gabriela Cappellari	
DOI 10.37423/230207261	
CAPÍTULO 4	37
DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA 4.0 EM EMPRESAS NA ÁREA DE SOLDAGEM	
André Luiz T. Tavares	
Larissa Waléria Valcácio Cordeiro	
Everton Ruggeri Silva Araújo	
DOI 10.37423/230207311	
CAPÍTULO 5	57
A BIOENERGÉTICA COMO PRÁTICA INTEGRATIVA E COMPLEMENTAR NO MANEJO DA DEPRESSÃO EM IDOSOS	
Suzana Melo de Amorim	
DOI 10.37423/230207317	
CAPÍTULO 6	74
“A GENTE SE CUIDA, MAS NÃO CONTA PARA NINGUÉM”: PRODUÇÃO SOCIAL DA MASCULINIDADE NO DISCURSO PUBLICITÁRIO	
Carolina Vasconcelos Pitanga	
DOI 10.37423/230207321	

CAPÍTULO 7	93
CARACTERÍSTICAS ASSOCIADAS AO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES DAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS	
Débora Pedroso Sanson Maíra Melo de Souza DOI 10.37423/230207323	
CAPÍTULO 8	116
CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: UM INSTRUMENTO JURÍDICO PARA MANUTENÇÃO DA ORDEM SEXISTA, RACISTA E CLASSISTA NO BRASIL	
Tayane Priscila Tanello DOI 10.37423/230307339	
CAPÍTULO 9	140
A PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONJUNTURA POLÍTICO-ELEITORAL DE 2018 NO BRASIL.	
Marco André Cadoná Valter de Almeida Freitas DOI 10.37423/230307343	
CAPÍTULO 10	165
BOVARISMO, IDENTIDADE NACIONAL, VIRA-LATISMO E LEITURA: REFLEXÕES ACERCA DO BRASIL	
Camila David Dalvi DOI 10.37423/230307345	
CAPÍTULO 11	181
POVOS ORIGINÁRIOS E TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS: EFETIVIDADE E POSSIBILIDADES À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988	
Marco Antonio Rodrigues Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues Antonio Hilario Aguilera Urquiza Rosa Sebastiana Colman Priscila Caetano Amorim DOI 10.37423/230307362	

Capítulo 1

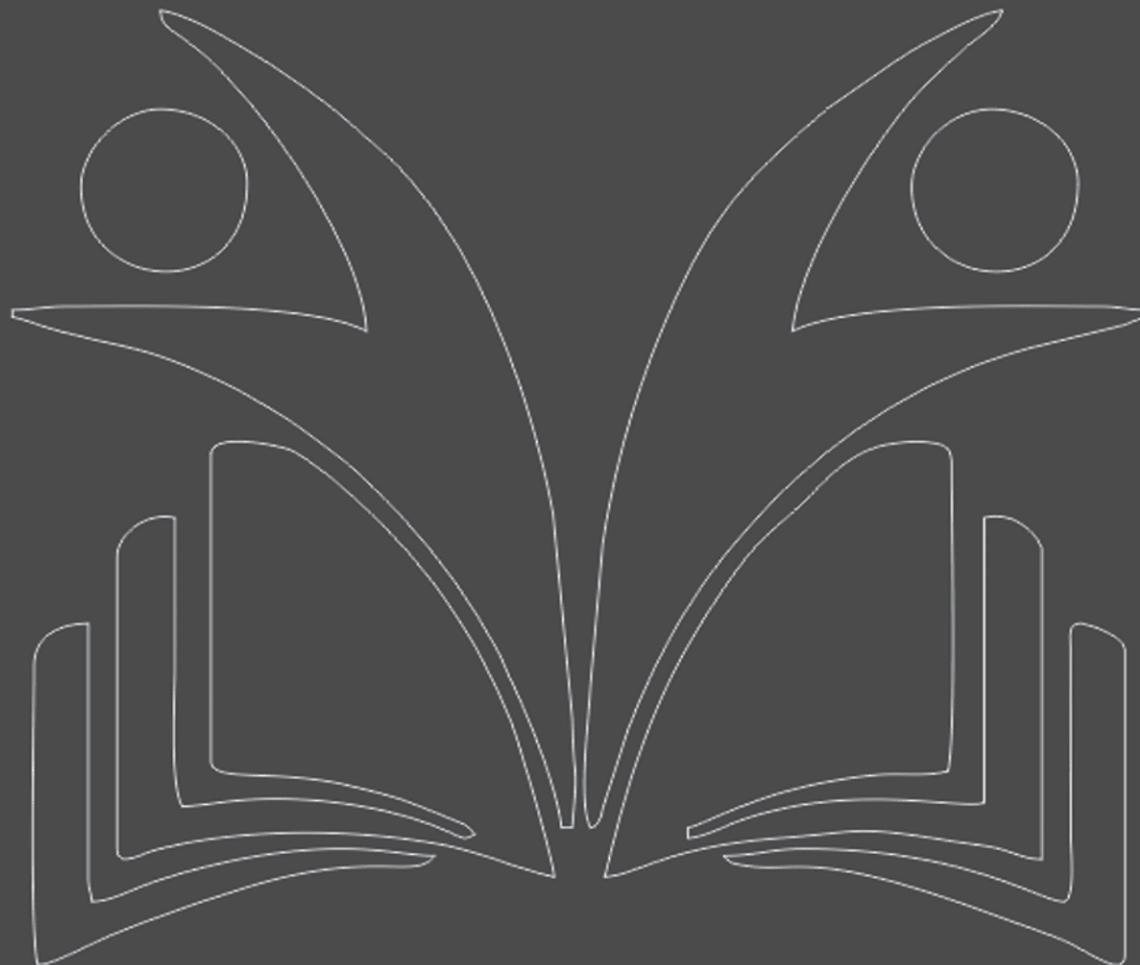


10.37423/230207226

MULHERES E SILÊNCIO: O CASO DE “MANJIT”.

Tiana de Jesus Araújo Borba

Universidade Federal da Paraíba



Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar o silêncio e o silenciamento feminino com base na reflexão do caso “Manjit” retratado pela Antropóloga Venna Das na sua obra “Sujetos del dolor, agentes de dignidade” de 2008. Esta produção teórica é ancorada numa pesquisa bibliográfica de caráter qualitativa, que dialoga com diversos autores e áreas do conhecimento, a fim de compreender as particularidades da personagem “Manjit” retratada por Veena Das, no que diz respeito aos múltiplos sentidos do seu silêncio.

Palavras chaves: Mulher, Silêncio, Sofrimento.

1. INTRODUÇÃO

Historicamente os processos de subjetivação do feminino são marcados pelo silenciamento, em virtude das construções discursivas misóginas, herdeiras da sociedade patriarcal, que têm no silêncio um mecanismo disciplinador. Entretanto, estes fenômenos sociais também apresentam outros contornos e múltiplas determinações, tais como no caso observado por Veena Das, especificamente tratando a situação de Manjit. Esta personagem é uma mulher de família Punjab que vivenciou experiências de traumáticas de violência na Índia do Período da Partição (1947).

O silêncio de Manjit terá diversos sentidos e significados, dentre eles a opressão, mas também a marca da resistência. O caso de Manjit retratado por Veena Das (2008) nos convida a problematização do silenciamento feminino na cultura e história da nossa sociedade, uma vez que o lugar tradicionalmente reservado à mulher na sociedade e legitimado pelo discurso hegemônico, é o do silenciamento (SPIVAK, 2010).

Assim, compreenderemos como os silêncios podem assumir diversas facetas, tanto como mecanismos de não enfrentamento e não problematização, assim como estratégias de resistência frente aos enquadramentos estruturais da sociedade patriarcal

2. O SILÊNCIO HISTÓRICO DAS NARRATIVAS FEMININAS

Segundo, Ferrari (2011) o silêncio e o silenciamento fazem parte de formações discursivas disciplinadoras do sujeito. O silêncio seria a abstenção da fala que pode se dar por opção ou imposição. Por outro lado, o silenciamento é uma ação sobre o outro, em outras palavras, uma estratégia para o impor o silêncio. Desta forma, o silêncio é uma relação que envolve correlações de força, sendo ainda uma estratégia pautada nas obediências, submissão ou mesmo resistência.

Dentro desta perspectiva, as narrativas femininas são atravessadas pelo silenciamento ao longo da história. Pensar neste processo, é também pensar no silêncio e silenciamento das mulheres, no que diz respeito a seu corpo, sua sexualidade, sua subjetividade e a sua forma de ser e pensar no mundo. Este cenário é desenhado neste formato, em razão da estruturação patriarcal, machista e misógina da sociedade, que orientam as relações sociais. Segundo Rago (1997), os processos de subjetivação ocidental do sujeito feminino são marcados por discursos misóginos, herdeiros das concepções vitorianas. Acerca dessas construções, Minayo (2005, p. 23-24) salienta que:

[...] a concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero

No que tange aos registros históricos, comumente, estes, privilegiaram os eventos ocorridos na esfera pública, âmbito hegemonicamente masculino até o século XIX, uma vez que o espaço público é o local da política e das decisões. Para as mulheres destinava-se o espaço privado: o lar e a família. Âmbitos considerados, até então, desprovidos de relevância social e política, portanto, destinado a natureza do “cuidado” e conseqüentemente reduto feminino. Esse discurso é justificador para a permanência das mulheres no âmbito do lar, sob o argumento da possibilidade de desagregação familiar, caso as mesmas ocupassem outros espaços.

Esta dinâmica começa a ser rompida e as mulheres passam conquistar o direito de ter suas narrativas manifestadas na história só a partir do século XX, em razão das lutas encampadas pelo movimento feminista, que traziam as reivindicações pelo direito ao voto, ao trabalho, a igualdade de direitos entre os sexos, o direito à saúde sexual e reprodutiva, o direito à participação política, enfim tudo o que diz respeito aos direitos de cidadania. A partir desse momento, as mulheres iniciam as narrativas de suas histórias. De acordo com Michelle Perrot (2007, P. 212:)

(...) as mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por mais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.

Assim, o movimento feminista terá papel central na construção de uma representação do mundo, a partir do olhar feminino. Paralelamente, dentro desta perspectiva há um ponto de vista que privilegia as análises da relação sexo/gênero, bem como as relações de opressão perpassadas por esse contexto. Inclusive, a historiadora Mary Del Priore (2013) afirma que foram as feministas que fizeram a História das Mulheres antes dos historiadores.

3. O SILÊNCIO ENQUANTO LINGUAGEM E RESISTÊNCIA DAS MULHERES

Os sujeitos são produzidos no discurso e pelos discursos, assim como podem ser produzidos pelo silêncio. Particularmente, as mulheres tem o potencial de produzir linguagem e jogos de força e poder

perpassados pelo silêncio, uma vez que, historicamente, as mulheres foram colocadas em espaços de passividade, a fim de silenciá-las frente a dominação masculina. Acerca dessa perspectiva Bourdieu (1999) compreende que a dominação masculina se adequa a ordem simbólica do mundo social, seus mecanismos efetivos de atuação ocorrem através de uma submissão paradoxal resultante da violência simbólica.

Assim, os silêncios podem assumir diversas facetas, tanto como mecanismos de não enfrentamento e não problematização, assim como estratégias de resistência frente aos enquadramentos estruturais da sociedade patriarcal. Por outro lado, a invisibilidade da mulher desenvolvida por uma cultura androcêntrica e de pouca participação das mulheres dos espaços públicos relega a mesma a uma posição de subalternidade e passividade. (Rago,2009)

Porém o ponto central de nossa discussão é tentar compreender os silêncios em suas múltiplas facetas, ultrapassando a abordagem tradicional do silêncio com significado unívoco: opressão. Obviamente, que a opressão é uma de suas facetas, porém não é a única. O silêncio pode ser também um ato discursivo. Conforme Lacan (1998, p. 152): “Mesmo que não comunique nada, o discurso representa a existência da comunicação; mesmo que negue a evidência, ele afirma que a fala constitui a verdade; mesmo que destine a enganar, ele especula com a fé no testemunho.”

De acordo com Ferrari (2011, p. 22): “discursos e silêncios [...] são atravessados por relações de saber e poder, uma vez que ambos não são transparentes, mas englobam possibilidades de sentidos e vozes, o que é dito e o que é silenciado”. Silêncio é linguagem, porque é tradutor de mensagens do inconsciente, portanto é lugar do vazio repleto de sentidos.

É importante notar, que o silêncio pode ser uma categoria do discurso ou mesmo o discurso pode ser mediado pelo silêncio. Para autores como Orlandi (1997, p.89) o silêncio é uma categoria fundante da linguagem e mais especificamente: “o silêncio é o real do discurso).

O sentido que se revela no silêncio diz respeito a um contexto, que se remete a história do sujeito e que representa o lugar dos sentidos, para além da utilização da palavra. Orlandi (1997, p. 31) afirma que “o silêncio, mediando as relações entre linguagem, mundo e pensamento, resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem”.

Vivemos numa sociedade que construiu uma cultura que cala as mulheres, a medida que ela é sempre culpabilizada pelos danos e sofrimentos vividos, paralelamente são amedrontadas por uma cultura

que define a “mulher de respeito” e que portanto deve ser protegida, da “mulher fácil/vulgar”, que a ela todos os danos são justificáveis, em virtude de seu comportamento disruptivo, frente a vida.

Esse contexto, portanto, silencia as mulheres, mas ao mesmo tempo é importante notar outro aspecto: a fala da mulher tem menos valor social. Sua fala, comumente, é questionada, duvidosa e alvo de descredibilidade. Nesse sentido, o silêncio além de imposto e opressivo, pode ser uma estratégia de preservação dessas mulheres, diante de uma sociedade que produz uma cultura violenta para as mulheres.

Por outro lado, o silêncio pode se configurar como uma estratégia não verbal de enfrentamento, por meio do mapeamento das possíveis “brechas” de acesso às mulheres a resistência. Uma resistência simbólica, que performatiza no imaginário do opressor uma conduta desejável para a mulher (no âmbito da aparência), todavia, por trás dessa performatividade podem estar sendo traçadas estratégias de fuga deste cenário. Através da performatividade trata-se pensar o gênero no fazer-se e constituir-se temporal. De acordo com BUTLER (2003, p. 194):

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado.

Por conseguinte, o silêncio possui múltiplos aspectos e significados, tanto podendo se configurar, enquanto ato de opressão e dominação, como também pode se materializar como estratégia de resistência simbólica, frente a opressão.

4. O SILÊNCIO DE MANJIT: CASO ANALISADO POR VEENA DAS

O silêncio de Manjit constitui o indizível nas formas de vida cotidiana, uma vez que a dor e o indizível atrelam-se de forma singular, tanto que a linguagem muitas vezes é insuficiente e fracassa na tentativa de dar conta da experiência humana, sobretudo em casos traumáticos de violência.

Verificamos assim, no caso Manjit, a impossibilidade do dizer na vida desta mulher indiana². O silêncio parece se fazer presente na impossibilidade de narrar, quer seja por meio dos sentidos de silêncio ou em metáforas trazidas por ela sobre a vida. Como o exemplo de uma dessas metáforas, temos uma

referência ao tempo: “(...) é assim que o tempo ataca”, “o tempo despejou muitas crueldades”, “era preciso fazer o tempo passar” (Veena Das, 2008, p. 6).

No trecho desta narrativa Veena Das (2008) descreve que as suas conversas eram temperadas com afirmações acerca do tempo e que para a mulher o tempo era um carrasco cruel. Possivelmente, porque memória e sofrimento estavam bastante entrelaçados na vida de Manjit. Assim, falar para Manjit seria estabelecer um diálogo entre sofrimento e memória.

Manjit, uma mulher indiana, que vivenciou a experiência da Partição³ na Índia e que vivenciou a experiência traumática de ser sequestrada e possivelmente abusada sexualmente durante o processo. Além de ter tido uma vida, particularmente difícil, em virtude de um casamento arranjado com um homem mais velho e que a humilhou durante toda a vida, em razão de ter se casado com uma mulher “desonrada/impura”. De acordo com Veena Das (2008, p. 4): “Seu marido se consumia de suspeitas de que Manjit tivesse sido violentada, de que ele tivesse sido usado, casando-se com uma moça desonrada, que talvez ela tivesse tido um amante muçulmano.”

Manjit, a vítima da situação, é alvo de raiva e suspeitas constantes desse marido. Assim, parece-nos que o tipo de violência que marca a vida de Manjit é a violência calada, conforme descreve Veena Das (2008, p. 2):

“(...) a violência que sofreram era calada. Como descrevi em vários trabalhos anteriores (Das, 1991, 1995 e 1996), os grandes eventos políticos ecoavam no registro familiar por meio de um enfrentamento repetido com o que chamei de “**conhecimento venenoso**”. Era através do ato de testemunhar que esse conhecimento venenoso era transfigurado no reconhecimento do ser do outro, constituindo assim um **conhecer pelo sofrimento**. (Grifos nossos)

Ainda para Veena Das (2008) o silêncio de Manjit se constitui como sua resposta a violência sofrida, uma vez que determinadas violações não podem ser verbalizadas na vida cotidiana. Paralelamente o que não pode ser dito, pode ser demonstrado em comportamentos. O silêncio de Manjit também estaria atrelado a noção de “Manter-se firme, o que seria, talvez, uma performance social esperada para as mulheres sob estas condições. De acordo com PERROT (2005, p.10):

Uma mulher conveniente não se queixa, não faz confidências, exceto, para as católicas, a seu confessor, não se entrega. O pudor é sua virtude, o silêncio sua honra, a ponto de se tornar uma segunda natureza. A impossibilidade de falar de si mesma acaba por abolir seu próprio ser, ou ao menos o que se pode saber dele.

O caso de Manjit retratado por Veena Das (2008) nos convida a problematização do silenciamento feminino na cultura e história da nossa sociedade, uma vez que o lugar tradicionalmente reservado à

mulher na sociedade e legitimado pelo discurso hegemônico, é o do silenciamento (SPIVAK, 2010). Sobretudo no caso de nossa personagem que vive numa realidade cultural ainda fundamentada numa sociedade de castas, em que as tradições e a honra ocupam um papel um central, uma vez que a honra é o valor que uma pessoa nesta cultura têm aos seus próprios olhos e aos olhos da sociedade, por meio da conformação de sua conduta e aceitação diante do grupo societal.

Desse modo, a fim de garantir a manutenção da honra e a aceitação perante o grupamento social, Manjit, utiliza o silêncio como estratégia de sobrevivência e ao mesmo tempo mecanismo de resistência ao cenário que a vida lhe apresenta.

5. O SILENCIOSO SOFRIMENTO DAS MULHERES

Historicamente, as mulheres são educadas a supor a dor e o sofrimento como um ato de coragem e força em nome de suas famílias e relacionamentos. Veena Das (2008) traz reflexões sobre eventos de violência coletiva vivenciadas por famílias Punjab no período da Partição na Índia (1947), trazendo importantes elementos para compreendermos relacionamentos violentos e que conseqüentemente trazem sofrimento. A autora articula linguagem e corpo ao trazer a categoria “conhecimento venenoso”, que seria um mecanismo de aciona as memórias das violências vividas por mulheres Punjab sequestradas no período da Partição.

Essa forma de conhecimento, segundo Veena Das (2008), molda os corpos femininos através do silenciamento, à medida que falar sobre situações de violência colocaria a honra da família em risco, o que conseqüentemente trazia significativa dor e sofrimento para essas mulheres. Neste caso em específico, falar representava também perigo, vergonha e medo. Em outras palavras, aguentar o sofrimento em silêncio era uma maneira de proteger memórias e relações.

É importante colocar, que as memórias das mulheres que sofrem ou sofreram violência formam suas identidades, como também as representações que possuem acerca delas mesmas. Pollak (1989) coloca que as memórias proibidas, envergonhadas, indizíveis, são seletivas, por isso a lembrança da violência pode ser compreendida como um campo de disputas para o silenciamento.

Há também fronteiras entre silêncio e esquecimento, por vezes tangenciadas pela angústia, em que Claude Olievenstein (1988, p. 57) coloca : "A linguagem é apenas a vigia da angústia (...) Mas a linguagem se condena a ser impotente porque organiza o distanciamento daquilo que não pode ser posto à distância. É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior."

Estas fronteiras são também limites entre o dizível e o indizível, onde o que não pode ser dito é relegado a memórias marginalizadas que devem ficar “guardadas” e jamais verbalizadas. Dessa forma, este é um tipo de silêncio consciente e ativo. De acordo com Lapoujade (2013, p.12): “Ora, esse silêncio não é algo fora da linguagem ou uma não linguagem: é como uma contra linguagem. É uma força que contesta a própria linguagem em seu uso social.

O sofrimento silencioso das mulheres pode também ser uma tentativa de evitar a vergonha coletiva, que conseqüentemente provocaria humilhação e desfiguração do outro. Estas emoções entendidas como fenômenos sociais abarcam as subjetividades, a cultura objetiva por elas construída e também o processo intersubjetivo de construção de sociabilidades. Por fato social total se entende o fato social que perpassa os vários aspectos da vida social, assim como o indivíduo enquanto totalidade biopsíquica e moral. (MAUSS, 2003, p. 237)

Cada emoção elaborará uma linguagem e uma gramática das relações sociais e a vergonha, compreendida como emoção que faz parte de uma família de sentimentos correlatos, tais como: embaraço, humilhação e ressentimento. Sentimentos, estes, presentes na personagem “Manjit” analisada por Veena Das (2008), que a fim de evitar a desonra da família e, portanto, a vergonha coletiva silencia suas experiências traumáticas, ao mesmo, que também utiliza o silêncio como estratégia comunicativa de resistência. Um tipo de comunicação não verbal, que se desenha pelo universo da intersubjetividade e se ampara em construções simbólicas de interação relacional.

Por fim, compreendemos que o silêncio das mulheres, sobretudo no que diz respeito ao caso Manjit, conta uma história, que sustenta possibilidades múltiplas, dentre elas o silêncio-resistência, onde os seus “(...) efeitos são tão decisivos quanto os de uma palavra efetivamente pronunciada.” (NASIO, 2008, p. 7)

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas observações apresentadas ao longo do trabalho verificamos que o silêncio pode ser uma via de linguagem não-verbal, que exprime angústia e opressão, como também pode ser uma potência que materializa estratégias de resistência e sobrevivência em meio as brechas institucionais desta sociedade.

Neste sentido, historicamente, as mulheres foram colocadas neste lugar. O lugar do silêncio, do disciplinamento dos corpos, das narrativas e relegadas ao espaço privado de controle. Todavia, essas mesmas mulheres passaram a ressignificar o silêncio, antes imposto, e agora utilizado como uma

estratégia em seu favor. Logo, o silêncio apresenta múltiplas facetas, ultrapassando a abordagem tradicional do silêncio com significado unívoco: opressão. Com isso, não estamos negando essa possibilidade comunicativa do silêncio, mas sim, demonstrando que existem outros sentidos e significados possíveis, tal como no caso Manjit.

Concluimos que o caso Manjit possui uma dupla dimensão: tanto perpassada pela questão do silêncio, enquanto imposição, a fim de evitar a desonra e vergonha da família, em decorrência do sequestro e possível estupro da mesma durante da violência da Partição na Índia (1947), assim como também poder representar uma linguagem tradutora do indizível e repleta de sentidos, dentre eles a resistência. Manjit, utiliza o silêncio como estratégia de sobrevivência e ao mesmo tempo mecanismo de resistência ao cenário que a vida lhe impõe.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, de Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DEL PRIORE, Mary. Histórias e Conversas de Mulher. São Paulo: Planeta do Brasil, 2013.
- FERRARI, Anderson. Silêncio e silenciamento em torno das homossexualidades masculinas. In: _____; MARQUES, Luciana Pacheco (Orgs.). Silêncios e educação. Juiz de Fora: EDUFJF, 2011.
- LACAN, J. Escritos. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- LAPOUJADE, David. David Lapoujade: O inaudível — Uma política do silêncio, 2013.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: Marcel Mauss, Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. Ciências & Saúde Coletiva, v. 1, n. 10, p. 18-34, 2005.
- OLIEVENSTEIN, C. Les non-dits de l'émotion, Paris, Odile Jacob, 1988.
- ORLANDI, E. P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 4ª edição. São Paulo: UNICAMP, 1997.
- PERROT, Michele. Minha história das mulheres. São Paulo: Editora Contexto. 2007.
- PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru,SP: EDUSC, 2005.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RAGO, Luzia Margareth. As Marcas da Pantera: Foucault Para Historiadores. REVISTA RESGATE, Centro De Memória DA UNICAMP, v. 1, n. 5, p. 0-0, 1993.
- RAGO, Margareth. Ser mulher no século XXI ou Carta de Alforria In: VENTURI, Gustavo; RACAMÁM, Marisol e OLIVEIRA, Suely de (Orgs.). A mulher brasileira nos espaços públicos e privados. São Paulo: Editora Fundação Percecu Abramo, 2009.
- SPIVAK, Chakravorty Gayatry. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- Veena Das. Sujetos del dolor, agentes de dignidad / ed. Francisco A. Ortega. — Bogotá: universidad nacional de colombia. Facultad de ciencias humanas : pontificia universidad javeriana. Instituto pensar, 2008.
- ZOLTY, Liliane. O psicanalista à escuta do silêncio. In NASIO, J-D. O silêncio na psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

NOTAS

Nota 1

Personagem retratado e analisado por Veena Das, na obra: *Sujetos del dolor, agentes de dignidad* / ed. Francisco A. Ortega. – Bogotá : universidad nacional de colombia. Facultad de ciencias humanas pontificia universidad javeriana. Instituto pensar, 2008.

Nota 2

Personagem real de Veena Das.

Mulher indiana que vivenciou o período da partição no País.

Nota 3

Separação do território indiano em 1947.

Capítulo 2

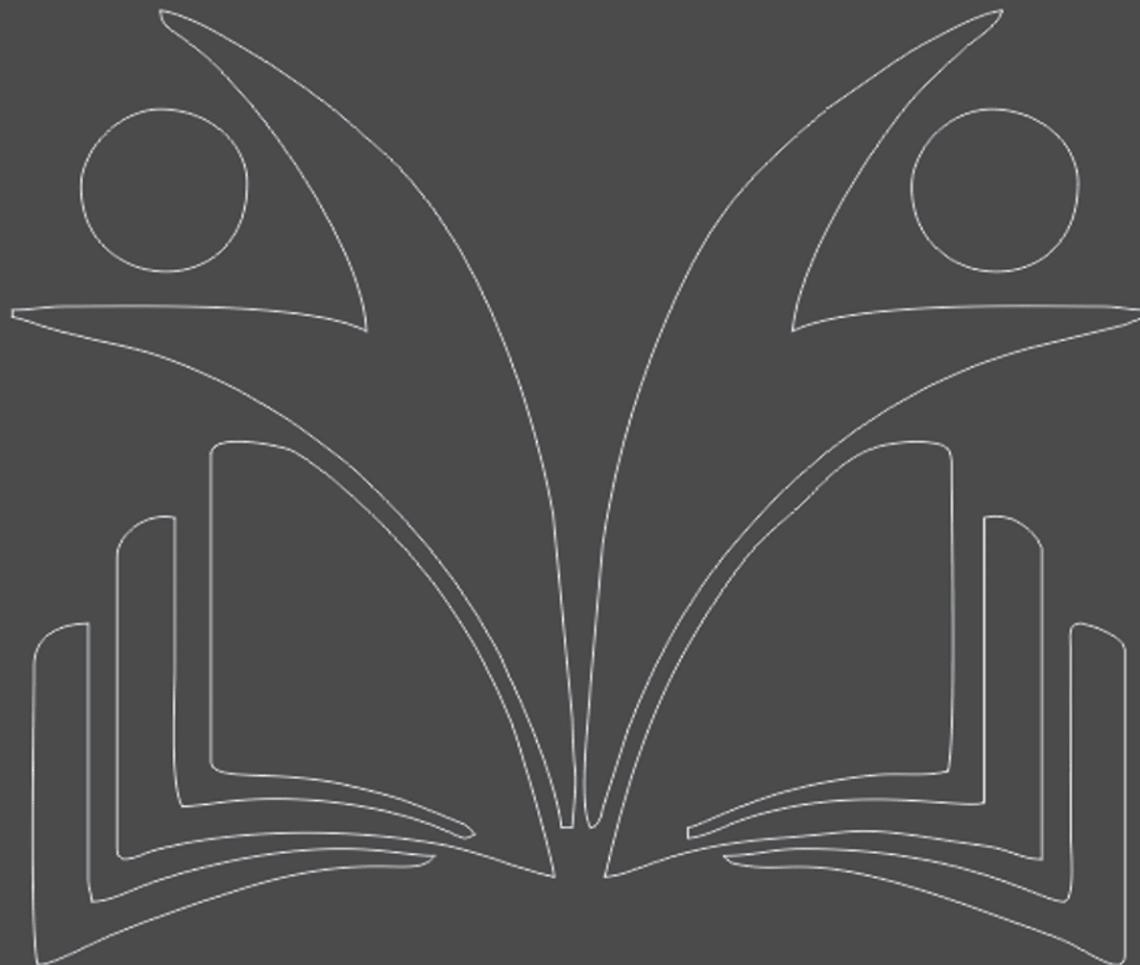


10.37423/230207232

EM QUE RUA VOCÊ MORA?

Vitor Dadalto Oliveira

Faculdade de Medicina de Petrópolis



Introdução: Sabe-se que a desigualdade social é algo marcante em nosso país e fica ainda mais evidente ao olharmos a população em situação de rua. Marcada por vulnerabilidades específicas, devido principalmente a sua exposição constante, como violências e preconceitos, essas pessoas tendem a ser invisíveis socialmente até o momento que convém a uma parte da cidade. Pois ao ocupar calçadas de prédios mais nobres e comércios esses homens são muitas vezes objetificados e se tornam alvos de julgamentos e agressões, tendo seus direitos e necessidades ignorados. Tais necessidades e características específicas incentivaram o surgimento do projeto de extensão universitária “Em que rua você mora?”.

Objetivo e sujeitos envolvidos: Esse projeto foi realizado no NIS(Núcleo de Integração Social) no bairro Alto da Serra na cidade de Petrópolis e foi idealizado em colaboração dos alunos da instituição FMP/FASE e com o coordenador do projeto. O objetivo do grupo é de compreender as questões socioeconômicas e de saúde da população de rua de forma conjunta e multiprofissional, mas principalmente, estimular o conhecimento e incentivar o crescimento pessoal dos usuários do aparelho. Tendo em vista que, são pessoas que por muitas vezes ficam à margem da sociedade, sofrendo com preconceitos e encontrando dificuldades para lidar com problemas do cotidiano, bem como, inserção no mercado de trabalho, dependência química e doenças crônicas.

Análise do processo de interação com a comunidade: Sob a ótica dos extensionistas, a oportunidade de lidar com essas pessoas, somam a nossa trajetória acadêmica, não apenas na futura esfera profissional, mas também como seres humanos; ressaltando o exercício de valores como solidariedade, empatia, humildade e compreensão, indispensáveis para que exerçamos um trabalho humano e centrado no indivíduo futuramente, algo que é, de fato, prezado pela instituição FMP/FASE. Além disso, o projeto contribui para o empoderamento do aluno, já que cada atividade é planejada, discutida e os mesmos se dedicam para o encontro que sempre foram bem acolhidos pelos os usuários do NIS.

Descrição das atividades: Durante essa trajetória, criamos vínculo com usuários, por meio de atividades dinâmicas como a “Teia dos sonhos” onde todos os presentes participaram, compartilhando suas aspirações de modo que ao final foi proposto a conclusão da importância das relações e do fato de todos possuírem sonhos. Além disso, foi feita terapia com música, na qual os extensionistas levaram instrumentos musicais e confraternizaram com os usuários, utilizando da música como principal formador de vínculo. O projeto também viabilizou transmitirmos conhecimentos da área da saúde e elucidarmos dúvidas de demanda deles sobre doenças sexualmente transmissíveis e doenças crônicas

como Hipertensão e Diabetes, discutidas em gincanas e rodas de conversa. Essas atividades foram sempre planejadas previamente na faculdade entre os alunos e o coordenador.

Conclusão: Acreditamos ser o início de um projeto que consolidará o envolvimento da faculdade com o assistencialismo às pessoas em situação de rua ,servindo como via de mão dupla no aprendizado, para acadêmicos e usuários desses aparelhos(NIS e Centro-POP), tendo papel fundamental na formação profissional e humanista dos alunos.

Capítulo 3



10.37423/230207261

O COMPORTAMENTO DE CONSUMIDORES DE VEÍCULOS USADOS: UM ESTUDO A PARTIR DO PROCESSO DECISÓRIO DE COMPRA

Ariosto Sparemberger

UNIJUÍ-Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Luciano Zamberlan

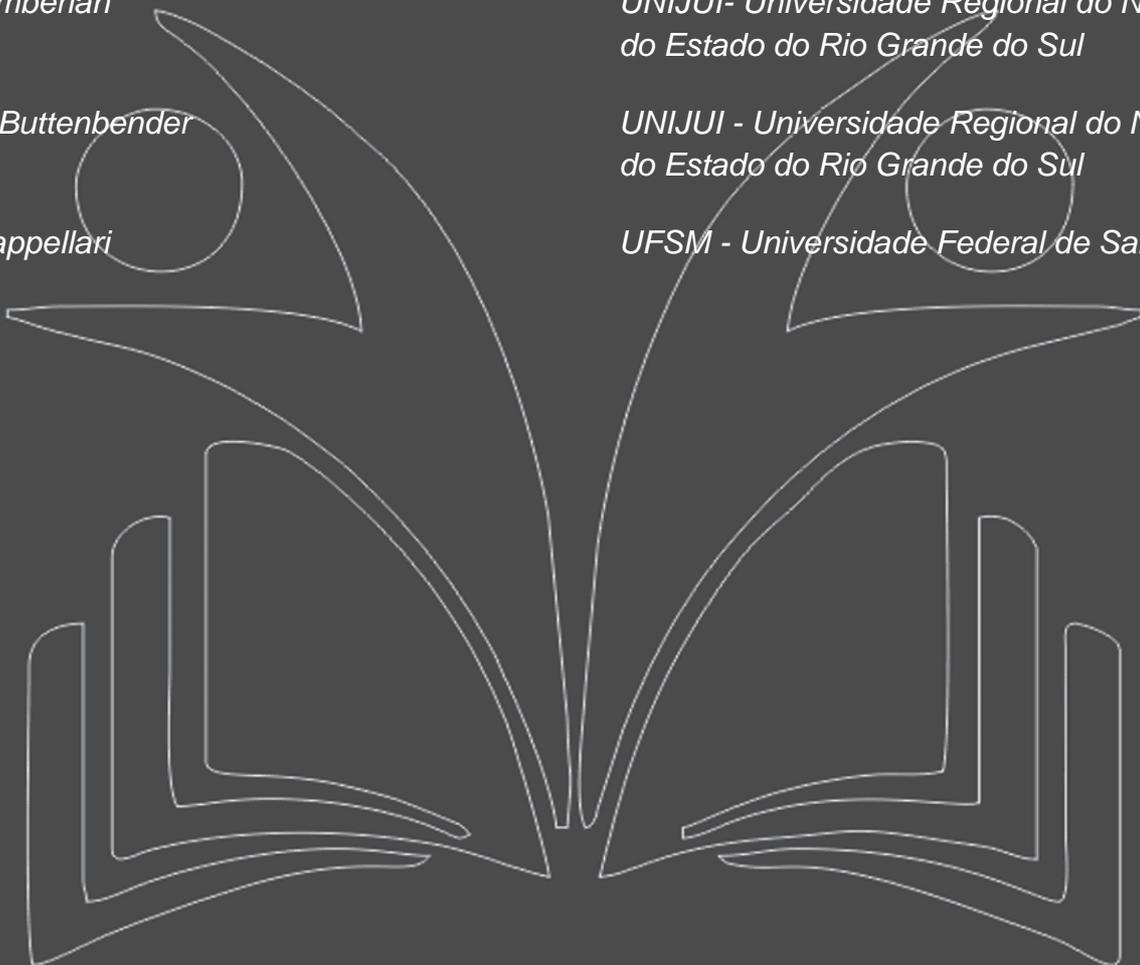
UNIJUÍ- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Pedro Luis Buttenbender

UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Gabriela Cappellari

UFMS - Universidade Federal de Santa Maria



Resumo: O consumidor tornou-se mais exigente e ciente de seus direitos, além de contar com uma grande quantidade de ofertas e opções que lhe permite escolher o produto que de fato seja a melhor opção para satisfazer suas necessidades e desejos. Com essa mudança de comportamento, o consumidor passou a avaliar melhor suas opções de compra antes de realizá-las. Diante disso, o presente estudo aborda o processo decisório de compra de veículos usados e tem como propósito avaliar as atitudes do consumidor diante de cada etapa desse processo. A pesquisa classifica-se como sendo de caráter exploratório e descritivo. Na etapa exploratória, de abordagem qualitativa, efetuou-se um grupo de foco com consumidores de veículos e ainda entrevistas em profundidade com proprietários de revendas de automóveis, ambos com o intuito de identificar as variáveis a serem usadas para a elaboração do questionário. Na parte descritiva realizou-se um survey, onde foi aplicado um questionário a 86 compradores de veículos usados por meio de entrevistas pessoais. A análise dos dados se deu por meio da distribuição de frequência e Teste T. Os resultados aduzem que o atendimento e a sinceridade percebida nos vendedores são algumas das características que os consumidores mais consideram importantes para realizar uma compra. Os benefícios e características que os veículos possuem também foram fatores muito considerados, bem como a procedência e o estado de conservação dos mesmos. Por fim, os resultados contribuem na elaboração de estratégias de marketing para o setor e ainda para qualificar o relacionamento entre as empresas e seus clientes.

Palavras-chaves: Comportamento do consumidor. Processo decisório de compra. Veículos usados

1.INTRODUÇÃO

O mercado de automóveis no Brasil teve uma expansão em grande escala na última década. Com o aumento significativo das vendas e a conseqüente transformação no cenário, como crescimento da indústria e da empregabilidade, o país passou por uma evolução econômica.

As empresas participantes deste setor passaram a faturar muito com a nova era do mercado de automóveis, sendo elas responsáveis por grande parte do desenvolvimento da economia brasileira nos últimos anos. Com o aumento do poder aquisitivo da população, juntamente com as facilidades de financiamentos e a grande quantidade de opções em modelos oferecidas pelas lojas e concessionárias de veículos, o sonho de aquisição de um veículo se torna cada vez mais realidade no cenário atual.

Por outro lado, o processo de decisão e fidelização desses potenciais consumidores passou a ficar mais complexo (MECCA; COLAUTO; BEUREN, 2005); uma vez que, expostos a uma enorme quantidade de informações e, na maioria das vezes, obedecendo a uma necessidade de adaptar ao seu estilo de vida, a escolha de um veículo passou a envolver diferentes fatores, tais como: família, segurança, conforto, qualidade, status, entre outros. O consumidor atual tornou-se mais exigente e ciente de seus direitos, além de contar com uma grande quantidade de ofertas e opções que lhe permite escolher o produto que de fato seja a melhor opção para satisfazer suas necessidades e desejos. Com essa mudança de comportamento, o consumidor passou a avaliar melhor suas opções de compra antes de realizá-las, atraindo a atenção de muitos pensadores do tema (CHEN, 2006). Diante do exposto, Saaty (2008) ressalta que todas as ações são consciente ou inconscientemente resultado de alguma decisão. Assim, ressalta-se que os estudos sobre o comportamento do consumidor são fundamentais para compreender como e o que ele deseja adquirir (BARROS; LOPES; WANDERLEY, 2007). Schiffman e Kanuk (2000) asseveram ainda que o estudo do comportamento do consumidor busca avaliar como os indivíduos tomam decisões em gastar seus recursos disponíveis, tais como tempo, dinheiro, esforço e, ainda, o que compram, quando compram, onde, com qual frequência compram e usam o que compram.

Destarte, o presente estudo objetiva avaliar as atitudes dos consumidores de veículos usados, procurando compreender suas percepções acerca desse processo, com o intuito de contribuir com as organizações que atuam nesse segmento.

Assim, esta pesquisa encontra-se estruturada da seguinte forma: inicialmente se apresentam as referências teóricas a respeito do processo decisório de compra; após, são descritos os procedimentos metodológicos que foram utilizados para a realização do estudo; e, posteriormente, são apresentados os resultados da pesquisa, conclusões e as referências bibliográficas.

2. PROCESSO DECISÓRIO DE COMPRA

Na concepção de Sheth, Mittal e Newman (2001), as decisões dos clientes incluem fatores, como: se deve ser feita a compra, o que comprar, quando comprar e também de quem comprar. Os autores destacam ainda que os clientes têm certa quantia de tempo e dinheiro para comprar e, com isso, devem usufruir os mesmos de maneira coerente. Schiffman e Kanuk (2000) afirmam que, na maioria das vezes, existe uma escolha; assim, existe quase sempre uma oportunidade para os consumidores avaliarem e tomarem sua decisão. Kotler (2000, p.199) assevera que “a tomada de decisão do consumidor no ato da compra varia de acordo com o tipo de decisão de compra”.

Na ótica de Mintzberg, Raisinghani e Théorêt (1976), o processo decisório consiste num conjunto de ações e fatores que se comportam de forma dinâmica. Esse processo inicia-se quando ocorre a identificação de um estímulo para a ação e é encerrado quando há o engajamento específico para agir. Nutt (1993) destaca que os processos e os procedimentos que constituem a decisão assumem papel determinante e podem levar a desfechos diferenciados. Neste sentido, para este estudo o modelo de processo decisório de compra adotado é o descrito por Engel, Blackwell e Miniard (2000), que leva em consideração sete estágios: reconhecimento da necessidade, busca de informação, avaliação das alternativas, compra, consumo, avaliação pós-consumo e descarte. A seguir, cada uma destas etapas será abordada separadamente.

O reconhecimento de uma necessidade acontece quando um indivíduo sente a diferença entre o que ele percebe ser a situação ideal, comparada com a situação real em algum momento; ou seja, é um desejo que inicia o processo decisório (ENGEL; BLACKWELL; MINIARD, 2000). Para Kotler (2000), o processo de compra começa quando o comprador reconhece um problema ou uma necessidade, a qual pode ser provocada por estímulos internos como também externos. Na perspectiva de Engel, Blackwell e Miniard (2000), a segunda fase do processo de decisão, que vem a ser a da busca, é definida como a ativação do conhecimento armazenado na memória.

A busca pode ser interna ou externa, sendo que na primeira os consumidores buscam na memória informações relevantes que permitam uma ação satisfatória como, por exemplo, uma compra bem-

sucedida anteriormente; assim, pode ser suficiente então a busca interna. Na busca externa o consumidor reúne informações adicionais no ambiente. Engel, Blackwell e Miniard (2000) definem avaliação de alternativa como o processo pelo qual uma alternativa de escolha é avaliada e considerada suficiente para atender as necessidades do consumidor. Quando o processo de avaliação de consumo for de natureza habitual, o consumidor precisa somente formar a intenção de comprar ou recomprar o mesmo produto.

Quando a avaliação for em produtos duráveis e de alto valor, o processo torna-se complexo. Sheth, Mittal e Newman (2001) subdividem o ato da compra em três fases para melhor explicá-lo. A primeira fase seria a identificação da alternativa preferida, quando o cliente sabe qual é o produto que ele quer. Na segunda fase, o cliente precisa criar uma intenção de compra, ou seja, estar determinado a realizar a compra na primeira oportunidade que surgir. O terceiro e último passo seria efetuar a compra, obter através do vendedor a transferência de direito, pagar o produto e se apossar do mesmo. Schiffman e Kanuk (2000) comentam que é importante o consumidor fazer uma “visão do consumo” antes de tomar qualquer decisão.

Essa visão seria, por exemplo, uma pessoa avaliar duas opções de férias, uma esquiando ou estando no caribe. Essa prática possibilita ao consumidor participar mentalmente de várias alternativas, até que chegue a uma decisão que contemple as expectativas esperadas. Giglio (1996) apregoa que, depois de decidida a compra, o processo de consumo não termina, as pessoas realizarão uma comparação entre o que imaginavam obter com a compra (as expectativas) e o que percebem estar obtendo (como veem sua vida no momento).

Na percepção de Engel, Blackwell e Miniard (2000), após a compra e o consumo de um produto ou serviço virão os resultados de duas formas: satisfação ou insatisfação. Todos os que realizam uma compra têm certas expectativas. A satisfação, que é o resultado esperado, é vista como uma avaliação pós-compra de uma alternativa escolhida, que pelo menos atende ou excede as expectativas, caso contrário haverá a insatisfação do cliente. A satisfação do cliente deriva da proximidade entre as expectativas do comprador e o desempenho percebido do produto. Se o desempenho não alcançar totalmente as expectativas, o cliente fica desapontado; se alcançar as expectativas, ele fica satisfeito; e se exceder as expectativas, ele fica encantado.

Esses sentimentos ajudam a definir se o cliente voltará a comprar o produto e se ele falará favorável ou desfavoravelmente sobre o mesmo para outras pessoas (KOTLER, 2000). Na concepção de Engel, Blackwell e Miniard (2000), a pesquisa sobre descarte pode ser dividida em três categorias: descarte

direto, reciclagem e remarketing. - Descarte direto – nesse caso os autores comentam que é comum as pessoas formarem um tipo de ligação com algum produto, ou seja, formarem laços psicológicos, mas nada pode durar para sempre, gerando assim uma necessidade de descarte. - Reciclagem – essa se tornou comum principalmente a partir do momento em que passou a se cobrar de forma obrigatória em algumas áreas.

Nesses casos de obrigatoriedade, segundo os autores, a obediência varia de 25% a 90%. - Remarketing - essa categoria pode ser entendida com um exemplo típico do dia-a-dia, onde se percebe um aumento na venda de itens usados; até carros usados são vendidos em maior número nas revendedoras, se comparados aos carros novos.

Por meio da compreensão do processo decisório do consumidor, os profissionais podem descobrir porque as pessoas compram ou não produtos, e os motivos pelos quais escolhem seus fornecedores (STEFANO; FILHO, 2012).

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo se classifica, quanto aos fins, como sendo exploratório e descritivo. Os meios que foram utilizados para o mesmo são: pesquisa bibliográfica, grupos de foco, entrevistas em profundidade e survey. Para a pesquisa exploratória foram utilizados dados secundários por meio de materiais bibliográficos e também dados primários, através de uma abordagem qualitativa, utilizando-se do método direto de grupo de foco e de entrevistas em profundidade (MALHOTRA, 2001).

A pesquisa descritiva envolveu a realização de Survey, que se baseou em um questionário estruturado e aplicado a uma amostra com o objetivo de extrair informações específicas dos entrevistados. Este estudo, por sua vez, caracteriza-se em transversal único, onde foram extraídas amostras de entrevistados da população-alvo e as informações obtidas num único momento. Para a coleta de dados bibliográficos foram realizadas pesquisas em livros e em estudos anteriores que focaram o tema, servindo de embasamento teórico através da visão de diversos autores, proporcionando conhecimentos mais aprofundados na área estudada.

A exploração qualitativa aplicada através do modelo de grupo de foco contou com a participação de dez pessoas, que compraram um veículo usado no segundo semestre de 2011. Também foram realizadas duas entrevistas em profundidade com proprietários de lojas de veículos automotores. Em ambos os casos a amostra foi não-probabilística por julgamento (MALHOTRA, 2001). No método de survey, pessoas de ambos os sexos que possuem veículos usados participaram da pesquisa. Aqui a

amostragem não-probabilística por conveniência foi usada para buscar informações sobre um assunto de interesse (COOPER; SCHINDLER, 2003). Nessa etapa quantitativa da pesquisa foi elaborado um questionário com perguntas fechadas, o qual procurou abordar o comportamento dos consumidores no processo decisório de compra de veículos usados. Depois de elaborado o questionário, realizou-se um pré-teste com dez pessoas. Por meio disso, foi possível realizar alterações e ajustes necessários no questionário para que fossem coletadas informações mais precisas. Foram entrevistadas 86 pessoas, com idade entre 18 e 55 anos. As atitudes foram mensuradas por meio de uma escala de Likert. Essa escala permitiu que os entrevistados demonstrassem seu grau de concordância às assertivas, variando de 1= Discordo Totalmente a 5= Concordo Totalmente. Depois de realizadas as coletas de dados, os mesmos passaram por uma análise e interpretação, para que pudessem atender os objetivos do estudo.

A investigação bibliográfica foi utilizada para embasar as interpretações de dados obtidas a partir da pesquisa qualitativa e da pesquisa quantitativa. As informações levantadas nos métodos de grupo de foco e entrevista em profundidade auxiliaram na interpretação dos dados obtidos por meio do survey. Na fase descritiva, os dados coletados foram tabulados e analisados com ajuda de um software estatístico, onde foram usadas algumas ferramentas, tais como: distribuição de frequência, média aritmética simples, média ponderada e o Teste T. Para o Teste T foram analisadas as afirmativas que apresentaram uma diferença entre as médias com significância de $p < 0,05$.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DO PROCESSO DECISÓRIO DE COMPRA

A seguir serão apresentadas as análises feitas com base nos resultados obtidos pelas pesquisas quantitativas, as quais tratam do comportamento dos entrevistados no decorrer do processo decisório de compra de veículos usados. Buscando facilitar o entendimento dos dados coletados, agrupou-se o nível de concordância em três categorias, onde temos: Discordo (D), Nem Discordo e Nem Concordo (NN) e Concordo (C); ou seja, os resultados da discordância foram somados, assim como os da concordância, mantendo-se ainda as respostas dos que nem concordam e nem discordam. Para a elaboração dessas 50 assertivas foram consideradas as sete etapas citadas por Engel, Blackwell e Miniard (2000).

4.1.1 RECONHECIMENTO DA NECESSIDADE

Na Tabela 1, que apresenta os resultados encontrados na primeira fase do processo decisório de compra, é possível destacar inicialmente as afirmativas em que os respondentes mostram maior grau de concordância nas afirmações: “Preciso de um veículo”, com 77,9%, e “compro um veículo apenas por necessidade, não por impulso”, com 59,3% das afirmações.

Os resultados dessas assertivas mostram que a maior parte das pessoas necessita atualmente de um veículo, pois ele traz a todos o benefício de locomoção, mas, também, essa compra não é realizada por impulso, devido pelo fato da maioria dos respondentes já serem casados. Com isso, existem outras necessidades que vêm em primeiro lugar na vida dessas pessoas. Nas afirmativas que apresentam maior grau de discordância entre os respondentes destaca-se com maior percentual a seguinte afirmação: “Tenho vontade de comprar ou trocar de carro quando meus amigos compram”, com 80,3%, seguida de: “Compro um carro para me sentir de acordo com meu grupo social”, tendo 77,9% das respostas.

Tabela 1 – Reconhecimento da Necessidade

RE CONHECIMENTO DA NECESSIDADE	D %	NN %	C %	%con
1- Preciso de um veículo.	11,6	10,5	77,9	75,9
2- Compro um veículo somente quando o meu está velho ou com defeitos.	44,2	34,9	21	43,6
3- Procuro melhorar o ano do meu veículo e troco a cada dois ou três anos.	26,7	26,7	46,5	57,6
4- Minha atividade profissional exige um veículo semi-novo.	60,4	16,3	23,3	35,5
5- Busco trocar de carro motivado por mudanças na família (nascimento de um filho, quando os filhos começam a crescer, etc.).	55,8	24,4	19,8	35,2
6- Compro um carro para me sentir de acordo com meu grupo social.	77,9	11,6	10,5	23,8
7- Tenho vontade de comprar um carro quando meus amigos compram.	80,3	11,6	8,2	20,3
8- Necessitamos de mais um veículo na família.	54,2	14	31,4	40,1
9- Compro um veículo apenas por necessidade, não por impulso.	16,3	24,4	59,3	63,1
10- Troco de carro quando sei que o modelo do meu carro atual saiu ou irá sair de linha de fabricação.	64	22,1	14	32,2
11- Compro por impulsividade, se gostar do veículo faço a compra, mesmo que tenha que financiar a longo prazo.	73,3	12,8	13,9	25

(D) Discordo, (NN) Nem concordo - Nem discordo, (C) Concordo.

Fonte: Elaborado pelos autores

4.1.2 BUSCA DE INFORMAÇÕES

Nesta segunda fase do processo decisório de compra, as quatro afirmativas que mais obtiveram respondentes concordando foram, conforme Tabela 2: “Para comprar ou trocar meu veículo busco opinião e conselho de amigos”, com 74,4%; “Pesquisa em jornais/classificados, anúncios ou internet”, tendo 79%. Quando as pessoas buscam a opinião dos amigos, elas desejam ter uma maior segurança

para decidir qual é o melhor veículo a ser comprado. Podem ainda fazer o uso da internet, jornais/classificados, acompanhadas dessas pessoas a quem eles buscam a opinião, com a intenção de mostrar as suas alternativas e ouvir o conselho delas. Em terceiro há a afirmativa: “Visito diversas lojas em busca de informações sobre preço e qualidade”, com 70,9% de escore.

Tabela 2 – Busca de Informações

BUSCA DE INFORMAÇÕES	D %	NN%	C %	%con
12- Para comprar meu veículo busco opinião e conselho com amigos.	12,8	12,8	74,4	70,6
13- Pesquisa em jornais/classificados, anúncios ou internet.	11,6	9,3	79	73
14- Visito diversas lojas em busca de informações sobre o preço e qualidade.	14	15,1	70,9	68,6
15- Não busco inf., pois tenho uma marca pref. e só compro dessa marca.	77,9	11,6	10,5	24,1
16- Levo em consideração a opinião de membros da família para a escolha do veículo que pretendo comprar.	12,8	23,3	63,9	67,2
17- Busco verificar o que as pessoas do meu nível social ou minha faixa etária costumam adquirir.	69,8	19,8	10,5	29,1
18- Não pesquiso, vou direto à concessionária/loja que sempre costum o ir para trocar de veículo.	82,5	10,5	7	22,4
19- Busco inf. com mecânicos e chapeadores que conhecem veículos	19,7	31,4	48,9	60,2

(D) Discordo, (NN) Nem concordo - Nem discordo, (C) Concordo.

Fonte: Elaborado pelos autores

4.1.3 AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS

Depois de detectada a necessidade de aquisição e também já realizada a busca de informações; é preciso decidir, dentre algumas alternativas, qual será comprada. Essa decisão requer bastante esforço dos consumidores, que por sua vez devem decidir a compra dentre as alternativas disponíveis (SOLOMON, 2002). Na Tabela 3 pode-se observar que os índices de concordância foram, na maioria das vezes, mais altos que os de discordância; assim, a afirmativa que possui maior nível de concordância, com 95,3% das respostas, é: “Avalio a procedência e o estado de conservação do veículo”.

A seguinte afirmativa: “Levo em conta as características do veículo (marca, modelo, cor, potência, autonomia) não importando a loja” soma um total de 73,3% dos respondentes que concordam com isso. Outra afirmação a se destacar, é: “Procuro por concessionária/loja que tenha uma grande variedade de marcas e modelos”, apontando 60,5% das intenções. Isso mostra que os compradores vão em busca de uma vasta quantidade de opções de veículos onde, muitas vezes, selecionam alguns para realizar uma avaliação mais detalhada. “Prefiro ir à loja em que já comprei um veículo, principalmente pela confiança que tenho e pela garantia oferecida”, é outra assertiva em que houve uma concordância de 66,3%.

Tabela 3 – Avaliação das Alternativas

AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS	D %	NN%	C %	%con
20- Procuro por revenda que tenha uma grande varied. de marcas e modelos.	16,3	23,3	60,5	63,4
21- Vou a loja onde o preço é atraente (menor preço).	24,4	25,6	50	58,1
22- Avalio a procedência e o estado de conservação do veículo.	3,5	1,2	95,3	83,1
23- Considero a opinião de amigos e costume comprar o que eles indicam.	39,5	39,5	21	43,3
24- Prefiro ir à loja que já comprei um veículo, principalmente pela confiança que tenho pela garantia oferecida.	3,5	30,2	66,3	70,1
25- Levo em conta as características do veículo (marca, modelo, cor, potência, autonomia), não importando a loja.	10,5	16,3	73,3	70,9
26- Sou capaz de pagar um pouco mais pelo veículo, desde que as opções de pagamento sejam mais atraentes.	30,2	25,6	44,2	53,2

(D) Discordo, (NN) Nem concordo - Nem discordo, (C) Concorde.

Fonte: Elaborado pelos autores

4.1.4 COMPRA

Engel, Blackwell e Miniard (2000) entendem que, para o vendedor ganhar a confiança do comprador e obter sucesso nas vendas, ele necessita de quatro variáveis: conhecimento e especialidade percebidos; honestidade percebida; conhecimento do cliente; e adaptabilidade. Diante da perspectiva destes autores, nota-se na Tabela 4 um grau de concordância de 81,4% dos respondentes, quando dizem realizar a compra ao serem bem atendidos e perceberem a sinceridade do vendedor.

Os participantes da pesquisa concordam (75,5%) também que realizam a compra quando o carro que já possuem é aceito na negociação, como entrada de pagamento. Esse índice demonstra que, para os consumidores realizarem a troca do veículo atual, é necessário fazerem o uso desse veículo como entrada no pagamento; caso a loja/concessionária não aceite o mesmo, esse cliente estará propenso a procurar outra loja, logo, um concorrente. Quanto à opinião do cônjuge, 56,9% dos respondentes dizem que realizam a compra após ouvi-lo.

Tabela 4 – Compra

COMPRA	D %	NN%	C %	%con
27- Compró quando sou bem atendido e percebo sinceridade do vendedor.	4,7	14	81,4	75,3
28- Compró quando aceita meu veículo atual como entrada no pagamento.	5,8	18,6	75,5	71,8
29- Compró quando consigo financiar a uma taxa de juro atraente.	15,2	24,4	60,4	63,1
30- Realizo a compra quando o vendedor oferece garantia.	8,2	18,6	73,3	70,9
31- Efetuo a compra quando o veículo atende às minhas necessidades, independente do preço cobrado.	29,1	43	28	49,7
32- Compró somente quando preço e as condições de pagto. forem atraentes.	18,6	19,8	61,6	64,2
33- Compró de acordo com as características e benefícios do veículo.	2,3	15,1	82,6	73
34- Realizo a compra depois de ouvir o cônjuge.	19,8	23,3	56,9	61

(D) Discordo, (NN) Nem concordo - Nem discordo, (C) Concordo.

Fonte: Elaborado pelos autores

4.1.5 CONSUMO

Percebe-se, de acordo com a Tabela 5, que nessa fase do processo decisório de compra, quando questionados sobre o uso do veículo após a compra, 94,2% afirmam que fazem seu uso imediatamente após tomarem posse do mesmo. Do mesmo modo, a afirmação: “Procuro seguir as instruções que o vendedor me passa sobre o uso correto do veículo”, apresenta uma concordância de 81,4%.

No entendimento de Engel, Blackwell, Miniard (2000), no estágio pós-compra os consumidores empregam um grau de análise sobre os produtos, dependendo muito da importância de decisão na hora da compra e também pela experiência com a utilização do produto.

Tabela 5 – Consumo

CONSUMO	D %	NN%	C %	%con
35- Assim que faço a compra, uso imediatamente o veículo.	1,2	4,7	94,2	81,4
36- Procuro seguir as instruções que o vendedor me passa sobre o uso correto do veículo.	4,7	14	81,4	74,4
37- Uso o veículo exclusivamente para o trabalho.	62,8	29,1	8,2	31,4
38- Uso o veículo de maneira geral (trabalho e passeio).	7	5,8	87,2	78,2
39- Se o veículo não atender às minhas espec., procuro trocá-lo imediat.	19,8	33,7	46,5	57,3

(D) Discordo, (NN) Nem concordo - Nem discordo, (C) Concordo.

Fonte: Elaborado pelos autores

4.1.6 AVALIAÇÃO PÓS-CONSUMO

Na Tabela 6, a afirmativa: “Se fui bem atendido e realizei uma boa compra, volto a comprar na mesma loja”, teve uma concordância de 87,2% dentre os respondentes. Neste sentido, Kotler e Armstrong

(1998) dizem que é importante satisfazer um cliente devido ao fato de as vendas originarem-se de dois grupos básicos: novos clientes e clientes mantidos.

Os autores explicam, ainda, que conquistar novos clientes custa mais caro do que mantê-los; assim, faz-se necessário satisfazê-los, pois estes vão voltar a comprar e, ainda, elogiar para outros. Quando perguntados se já recomendaram a concessionária/loja para outras pessoas, 80,2% concordam. O boca a boca positivo pode ser um dos maiores ativos do profissional de marketing, enquanto o oposto pode ser verdadeiro, quando o conteúdo é negativo.

Tabela 6 – Avaliação Pós-Consumo

AVALIAÇÃO PÓS – COMPRA	D %	NN%	C %	%con
40- Após a compra, surgindo algum problema com o veículo, a loja em que comprei imediatamente resolve.	15,1	45,3	39,5	57,8
41- Se fui bem atendido e fiz boa compra, volto a comprar na mesma loja.	1,2	11,6	87,2	72,6
42- Não volto mais à loja que me negou garantia do veículo.	15,1	15,1	69,8	69,8
43- Se ficar satisfeito ou insatisfeito com a compra, compartilho essa experiência com amigos e conhecidos.	7	9,3	83,7	75,3
44- Eu já recomendei a concessionária/ loja para outras pessoas.	2,3	17,4	80,2	76,2
45- Me frustrei após a compra, pois certas coisas não ocorreram conforme o que foi combinado no momento da aquisição do veículo	38,4	29,1	32,5	47,4
46- Costumo voltar a loja para obter mais inf. sobre o veículo que comprei.	25,6	34,9	39,5	52

(D) Discordo, (NN) Nem concordo - Nem discordo, (C) Concordo.

Fonte: Elaborado pelos autores

4.1.7 DESCARTE

Na Tabela 7 pode ser observado que os respondentes não procuram ficar com seus veículos por um longo período de tempo; 77,9% deles discordam da afirmativa: “Troco de veículo somente quando ele sai de linha”. Outra afirmativa em que houve discordância entre a maioria dos respondentes, foi: “Quando meu veículo está velho ou com defeitos, procuro reformar e ficar por mais algum tempo”, com 45,4%; e com maior nível de discordância, está a afirmação: “Uso o veículo até o limite e depois vendo como sucata”, representando 90,7% das opiniões. As três assertivas anteriores destacam que os consumidores buscam por uma troca periódica dos seus veículos, evitando certas perdas devido à depreciação pelo uso. De acordo com a única afirmação em que houve concordância, 61,6% dizem que usam o veículo até determinado tempo e depois vendem.

Tabela 7 – Avaliação Pós-Consumo

DE SCARTE	D %	NN%	C %	%con
47- Uso o veículo até determinado momento e depois vendo.	19,8	18,6	61,6	61,6
48- Troco de veículo somente quando ele sai de linha.	77,9	20,9	1,2	25,3
49- Quando meu veículo está velho e com defeito, procuro reformar e ficar por mais algum tempo.	45,4	39,5	15,1	39,5
50- Uso o veículo até o limite e depois vendo como sucata.	90,7	8,1	1,2	14,5

(D) Discordo, (NN) Nem concordo - Nem discordo, (C) Concordo.

Fonte: Elaborado pelos autores

4.2. PROCESSO DECISÓRIO DE COMPRA DE ACORDO COM SEXO E ESTADO CIVIL

A fim de obter informações mais aprofundadas neste estudo, optou-se por analisar outras variáveis, com a ajuda do “teste T”, o qual mede o nível de significância entre dois grupos; assim, foi possível analisar as diferenças entre sexo (masculino e feminino) e ainda o estado civil (solteiro e casado), nas etapas do processo decisório de compra. Dessa forma, na sequência do estudo estão expressas as afirmativas que apresentaram diferenças entre as médias em uma significância menor de 0,05.

A Tabela 8 apresenta as afirmativas das três etapas do processo decisório de compra em que houve a diferença estimada quanto ao sexo dos participantes da pesquisa, sendo as etapas: Busca de Informação; Consumo; Avaliação Pós-Compra.

Tabela 8 – Etapas do Processo Decisório de Compra X Sexo

BUSCA DE INFORMAÇÃO	M	F	P
16- Levo em consideração a opinião dos membros da família para a escolha do veículo que pretendo comprar.	3,55	4,00	0,042
CONSUMO	M	F	P
36- Procuo seguir as instr. que o vendedor me passa sobre o uso correto do veículo.	3,85	4,27	0,021
AVALIAÇÃO PÓS- CONSUMO	M	F	P
43- Se ficar satisfeito ou insatisfeito com a compra compartilho essa experiência com amigos e conhecidos.	3,87	4,35	0,018

(M) Masculino, (F) Feminino, (P) Significância

Fonte: Elaborado pelos autores

A partir da Tabela 8, percebe-se que as mulheres consideram mais a opinião dos familiares na hora de comprar um veículo. Na afirmativa: “Procuo seguir as instruções que o vendedor me passa sobre o uso correto do veículo”, também tem como concordância a maioria das mulheres, do mesmo modo que são elas as maiores responsáveis por compartilhar com amigos e conhecidos suas experiências de compra. Na Tabela 9 também foram agrupadas as afirmativas que apresentaram diferença significativa entre casados e solteiros. Na afirmativa “tenho vontade de comprar ou trocar de carro quando meus amigos compram”, percebe-se que são os solteiros que mais se preocupam com isso. Nas outras duas

afirmações: “Visito diversas lojas em busca de informação sobre preço e qualidade”, e “Sou capaz de pagar um pouco mais pelo veículo, desde que as opções de pagamento sejam mais atraentes”, também tem os solteiros como os maiores representantes.

Tabela 9 – Etapas do Processo Decisório de Compra X Estado Civil

RE CONHECIMENTO DA NECESSIDADE	S	C	P
07- Tenho vontade de comprar ou trocar de carro quando meus amigos compram.	2,11	1,59	0,016
BUSCA DE INFORMAÇÃO	S	C	P
14- Visito diversas lojas de veículos em busca de inf. sobre preço e qualidade.	4,05	3,52	0,020
AValiação DAS ALTERNATIVAS	S	C	P
26- Sou capaz de pagar um pouco mais pelo veículo, desde que as opções de pagamento sejam mais atraentes.	3,40	2,91	0,036

(S) Solteiro, (C) Casado, (P) Significância

Fonte: Elaborado pelos autores

CONCLUSÃO

O setor de veículos usados está em um momento de grande crescimento, onde a cada dia mais consumidores potenciais se tornam novos clientes em alguma empresa ofertante desse segmento. Esses clientes, na busca pelo veículo que mais lhes interessa, passam pelas fases do processo decisório de compra, onde levam em conta muitas variáveis até chegar o momento da decisão de compra. Esse processo de compra deve ser visto pelas empresas como sendo o caminho na busca pelo cliente potencial, ou na própria retenção dos que já possui.

Na fase de reconhecimento da necessidade percebeu-se que a maioria dos respondentes afirmou que necessita de um veículo, mas não se sente estimulado a comprar quando os amigos o estão fazendo, nem mesmo para se sentir de acordo com seu grupo social. Quando busca informações, a opinião da família e dos amigos é levada muito em conta, bem como pesquisas em jornais/classificados, internet e visitas a diversas lojas de veículos. A maior parte dos entrevistados não busca verificar o que as pessoas do mesmo nível social e na mesma faixa etária costumam comprar.

Na avaliação das alternativas de compra, os consumidores procuram por lojas onde já tenham comprado um veículo antes, isso pela confiança que possuem. Também procuram por lojas que tenham uma grande variedade de marcas e modelos, e avaliam principalmente a procedência e o estado de conservação dos veículos, considerando ainda as características dos mesmos quanto à cor, potência e autonomia. Os respondentes consideram que para realizar a compra é necessário serem bem atendidos e perceberem a sinceridade do vendedor, com 81,4% das respostas, caso contrário

pode haver a desistência de comprar. A compra é feita quando o carro em posse dos clientes é aceito como entrada no pagamento e, ainda, quando lhes é oferecido garantia do veículo.

Outra característica a se destacar é que os consumidores, após fazerem a compra, usam os veículos imediatamente e buscam seguir as instruções de uso correto passadas pelos vendedores. Nota-se ainda que a maioria usa seu veículo para ambas as atividades, trabalho e lazer. Na avaliação dos resultados após o consumo, a maioria dos respondentes afirma que, ao fazer uma boa compra, volta a comprar nessa mesma loja e também a recomenda para os outros. E ainda afirma que não volta a comprar em lojas que negaram a garantia do veículo comprado.

Quanto ao descarte, não é de característica dos participantes ficarem com o veículo por um longo período de tempo; diante disso, eles asseguram que usam seus carros de dois a três anos e depois vendem ou trocam por outro. Outras ilações foram obtidas mediante a comparação entre sexo (masculino e feminino) e estado civil (solteiro e casado) nas etapas do processo decisório de compra. Foi possível concluir que as mulheres levam mais em conta as opiniões da família para comprar um veículo, como também procuram seguir as instruções passadas pelos vendedores para o uso correto do mesmo.

Na comparação entre os sexos, identificou-se também que as mulheres compartilham mais suas experiências de compra com amigos e conhecidos. Na comparação entre solteiros e casados, a maioria das diferenças ficam por conta de uma concordância maior dos solteiros, onde os mesmos têm maior interesse em trocar de carro quando seus amigos compram, assim como são eles que mais visitam diversas lojas para buscarem informações sobre preço e qualidade, levando em conta ainda as opções de pagamento, nem que para isso paguem um pouco a mais pelo veículo.

Espera-se que o presente estudo tenha uma contribuição positiva para o setor de veículos usados, no sentido de orientar estratégias de marketing para qualificar o processo de comercialização das empresas que atuam nesse segmento. Outrossim, é possível conduzir ações no sentido de aperfeiçoar o relacionamento entre as empresas e seus clientes, bem como estimular as vendas e aumentar os lucros, fazendo que com isso o setor possa se desenvolver cada vez mais.

REFERÊNCIAS

- BARROS, M.A. B.; LOPES, G. M. B.; WANDERLEY, M. B. Tipologia do Consumo de Frutas: Um Estudo Sobre o Comportamento do Consumidor de Banana. Revista Produção Online, Florianópolis, SC, Edição especial/dezembro de 2007. Artigo selecionado dos anais - XXVII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 2007.
- CHEN, Y. Multiple criteria decision analysis: classification Problems and Solutions. 2006. 184 f. Thesis (Doctor of Philosophy) University of Waterloo, Waterloo,Ontario,Canada, 2006.
- COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Bookmann, 2001.
- ENGEL, J. F; BLACKWELL, R.; D; MINIARD, P. W. Comportamento do consumidor. Rio de Janeiro: LTC 2000. GIGLIO, E. Comportamento do consumidor e a gerência de marketing. São Paulo: Pioneira, 1996.
- KOTLER, P. Administração de marketing. São Paulo: Prentice Hall, 2000. KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. Princípios de marketing. 7. ed. RJ: Prentice Hall, 1998.
- LEMOES, R. F. Avaliação de atributos de compra no processo de aquisição de automóveis de alto valor. Porto Alegre-RS: PUCRS, 2007. Mestrado em Administração e Negócios.
- MAGALHÃES, G. F. P. Teorias da demanda e do comportamento do consumidor. Viçosa: editora UFV, 2004.
- MALHOTRA, N. K. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre, Bookman, 2001. MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento, execução, análise. 2. ed. São Paulo: Atlas,1994.
- MECCA, S. M.; COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Variáveis Determinantes da Precificação Baseada no Valor para o Consumidor em Instituições de Ensino Superior Privada. Revista Produção Online, Florianópolis, SC, v. 5, n. 2, Jun. 2005.
- MINTZBERG, H.; RAISINGHANI, D.; THÉORËT, A. The structure of “unstructured” decision processes. Administrative Science Quarterly, Ithaca, v. 21 n. 2, p. 246-275, 1976. <http://dx.doi.org/10.2307/2392045>
- NUTT, P. C. The identification of solution ideas during organizational decision making. Management Science, Linthicum, v.39, n.9, p.1071-1085, sep. 1993.
- SAATY, T. L. Decision making with the analytic hierarchy process. International Journal of Services Sciences, v. 1, n. 1, 2008. <http://dx.doi.org/10.1504/IJSSCI.2008.017590>
- SCHIFFMANN, L. G; KANUK, L. L. Comportamento do consumidor. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- SHETH, J. N; MITTAL, B.; NEWMAN, B. I. Comportamento do cliente. São Paulo: Atlas, 2001. SOLOMON, M. R. Comportamento do consumidor: comprando, possuindo e sendo. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- STEFANO, N. M.; FILHO, N. C. Percepção dos Consumidores: Atributos Considerados Importantes nas Embalagens. Revista Produção Online, Florianópolis, SC, v.12, n. 3, p. 657-681, jul./set. 2012. <http://dx.doi.org/10.14488/1676-1901.v12i3.962>.

Capítulo 4



10.37423/230207311

DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DA INDÚSTRIA 4.0 EM EMPRESAS NA ÁREA DE SOLDAGEM

André Luiz T. Tavares

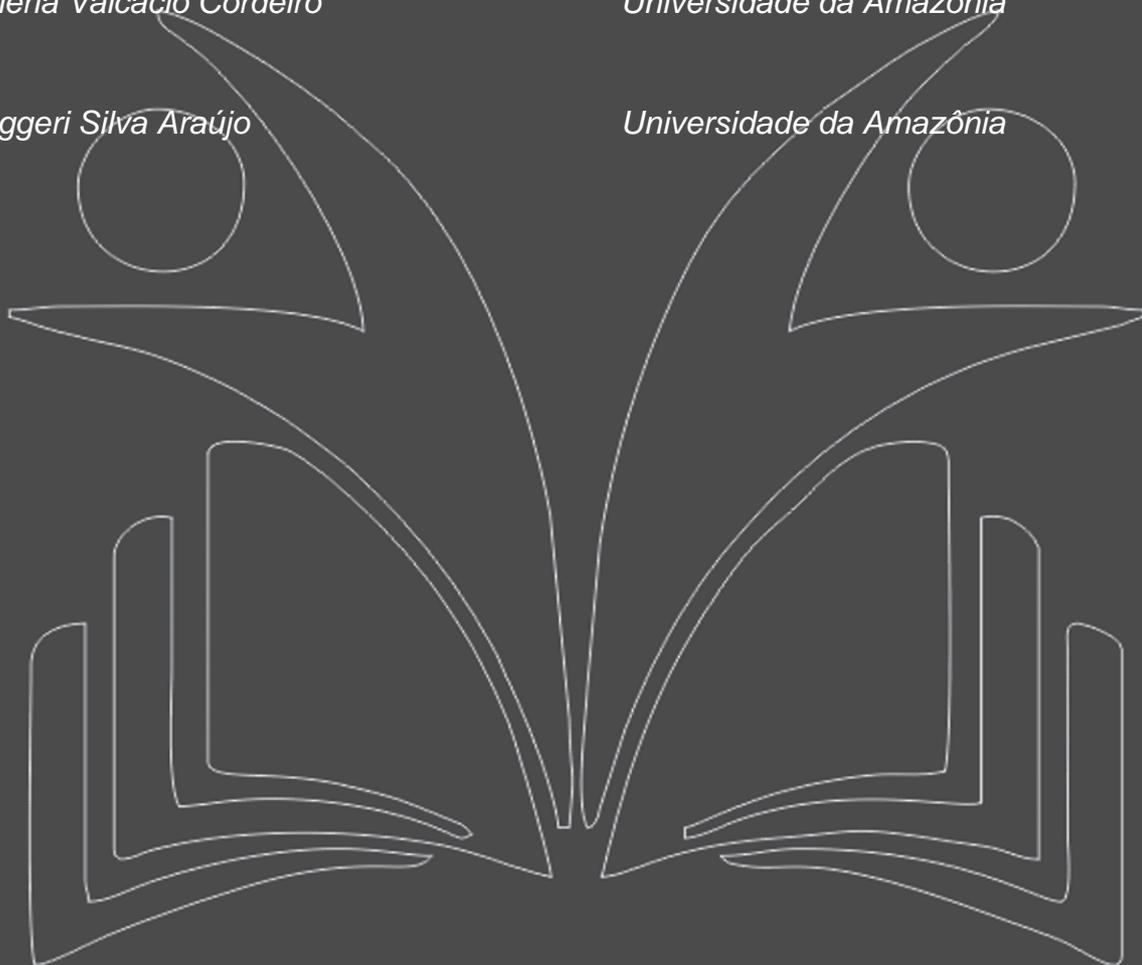
Universidade da Amazônia

Larissa Waléria Valcácio Cordeiro

Universidade da Amazônia

Everton Ruggeri Silva Araújo

Universidade da Amazônia



Resumo: A indústria 4.0 revolucionou a partir dos anos 1874, com o surgimento da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª revolução industrial que veio por meio de uma necessidade de trocar a mão de obra artesanal por uma mecanizada, pelas várias inovações de fontes de energias, com surgimento de tecnologias e robôs que veio se encadear os processos de evolução da máquina em conjunto com implementação da internet. O mundo vem se atualizando em várias áreas de trabalho e pesquisa, a mais nova indústria 4.0 vem se relocando e ganhando espaço em todas as áreas. Na área da soldagem é onde mais se ainda utiliza mão de obra humana, com menos mecanização, queremos mostrar o quão será lucrativo e produtivo, ter um sistema e maquinário que seguem a ideia 4.0.

Palavras-chave: Indústria 4.0, revolução e inovações.

1 INTRODUÇÃO

A utilização da técnica de soldagem, que é um processo de união de materiais, é utilizada em vários ramos da indústria, sendo uma das mais impactantes na indústria de transformação, já que ela é de grande contribuição para a construção de navios, pontes, aviões e em várias áreas diferentes que tenha a utilização de metal como matéria de criação.

Modenese(2012) afirma que a soldagem é muito versátil e tem disponibilidade de um grande número de processos e de diferentes tipos. Pode ser utilizada tanto no chão de fábrica, como em condições de trabalhos controlados como no campo e ou em diferentes ambientes (como por exemplo, submersas ou no alto de estruturas elevadas). E por toda essa versatilidade pode ser facilmente enquadrada nos avanços atuais.

Uma das vantagens da utilização deste processo de fabricação mecânica é o uso de tecnologia, com a chamada quarta revolução industrial ou indústria 4.0.

Com o surgimento da Indústria 4.0, muitas empresas do mundo todo estão fazendo a migração para esta nova forma de gerenciamento, já que torna-se necessário uma mudança quase que completa no modelo de gestão, na cultura da empresa e levando-se em consideração a cultura local, ideais de direção das decisões organizacionais e tecnológicas. Com novos pilares sendo levantados, para sustentar a Indústria 4.0, essa transação se faz necessária para empresas nacionais e internacionais que buscam a otimização.

Fraga et. al. (2016) afirmam que indústria 4.0 aumenta a flexibilidade na produção, busca a customização em massa, aumenta a velocidade, melhora a qualidade do processo e a produtividade das empresas.

Kagermann e Whalster (2013) definem a indústria 4.0 como fruto de avanços tecnológicos alavancados pela internet e por demais tecnologias de suporte, que visam integrar pessoas, objetos, máquinas inteligentes, processos e produção para formar uma organização inteligente, ou também chamada fábrica inteligente.

E pode-se afirmar que estamos vivenciando uma nova revolução nesta era, a indústria 4.0 que vem para unir o físico do digital, diminuindo o trabalho manual, tornando o trabalho de otimização de processos mais fáceis na Indústria, retendo coleta de dados, utilizando redes de informação, uso de simulações integrando um modelo virtual da planta com a planta propriamente dita, o uso da

computação em nuvem e com o aprimoramento dos sensores e com conectividade além dos PLC (Programmable Logic Controller). (HEIDRICH et al, 2017).

Um estudo realizado pelo SENAI (serviço de aprendizagem industrial) aponta que no ano de 2023 as indústrias terão que se modernizar, terão que fazer o aperfeiçoamento e as qualificações de 118.688 profissionais do ensino superior e técnico (referência). Assim garantindo que os profissionais acompanhem as inovações tecnológicas da indústria. E uma dessas evoluções é na soldagem, que vem com um crescimento como uma ferramenta auxiliar, diminuindo assim os riscos envolvidos durante a execução e juntamente com isso diminuir o consumo de materiais de solda, que em sua maioria são prejudiciais ao meio ambiente e ao soldador.

1.1 JUSTIFICATIVA

O presente projeto propõe às empresas de soldagem a implementação da indústria 4.0. mostrar que as maiores dificuldades são: Planejamento, execução, adaptação e máxima eficiência nas operações.

Utilizando conceitos dos avanços de soldagem e sobre revolução industrial em vários ramos industriais. Foi feito um levantamento através de questionários quantitativos em 6 empresas de soldagem de forma criteriosa e individual com cada colaborador da área de soldagem sobre conhecimento, o mesmo e demonstrar através de análise de custo, procedimentos, métodos e tempo.

1.2 OBJETIVOS

Desta maneira, o objetivo deste trabalho é apresentar uma visão para profissionais e para a empresas da área de soldagem como a implementação desta nova indústria pode ser o diferencial nos dias de hoje, pela facilitação do meio de trabalho e no aumento de produção em relação ao tempo de fabricação anterior.

1.2.1 OBJETIVOS GERAIS

- Analisar o estado atual do uso de conceitos de quarta revolução industrial na área;
- Avaliar os desafios da implementação que as empresas sofrem;
- Analisar a qualidade das juntas soldadas por processos manuais e semi automáticos.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Realizar questionários sobre indústria 4.0 em empresas do ramo de soldagem;

- Encontrar empresas no norte que possuam essas novas tecnologias;
- Verificar o desempenho das empresas que não as possuem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INDÚSTRIA 4.0

E para iniciar sobre a indústria 4.0, se deve falar um pouco sobre as histórias das "Revoluções industriais". Nos meados dos séculos XVIII e XIX, na Europa acontecia a primeira revolução, a qual o principal objetivo foi a substituição do trabalho artesanal pelo uso de máquinas.

Desde o início da Primeira Revolução Industrial, a indústria de fabricação vem obtendo avanços inovadores e revolucionários. A automação e a mecanização vêm ganhando força na indústria, principalmente quanto aos avanços tecnológicos que aumentam a cada nova revolução (KANG et al., 2016; LASI et al., 2014).

Com o aumento da produção e a demanda por produtos industrializados em 1870 se desencadeou a segunda revolução industrial que veio para suprir as necessidades através de novas fontes de energia, como o petróleo, água e o urânio. Assim ampliando mais o lucro e barateando o custo dos produtos.

Já com a terceira revolução que foi mais recente, em 1970 se deu através do principal desenvolvimento de robótica nas indústrias e linhas de montagem automobilística, que teve o início da utilização de internet e de avanços tecnológicos.

Moreira (2017) diz que:

"O termo quarta revolução industrial tornou-se conhecido em 2011, quando foi criada uma iniciativa denominada "Industrie 4.0" - uma associação de representantes do mundo empresarial, político e acadêmico que apoiou a ideia como uma abordagem para fortalecer a competitividade da indústria manufatureira alemã. As revoluções da indústria foram separadas em 4 fases ou versões, conforme o impacto causado nos meios produtivos vigentes."

Em uma pesquisa feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que, entre os anos de 2016 e 2018 houve um aumento no percentual das empresas que utilizam pelo menos umas das tecnologias digitais citadas na entrevista, o aumento foi 10 pontos percentuais, passou de 63% para 73%.

Figura 1 – Quadro das revoluções industriais



Fonte: DW (2016).

O contexto da quarta revolução industrial engloba vários pilares como Big Data e Data Analytics, Simulação de processos, integração de sistemas e dentre outros. Com o avanço tecnológico a necessidade de aprendizagem como operar sistemas para processos, que antes eram manuais, vem crescendo em um grande ritmo, diminuindo o tempo dos processos ao mesmo tempo que aumenta a precisão juntamente com a produção em massa. RUMMENIGGE(2020) diz que “Diversos autores citam ferramentas que caracterizam a quarta revolução industrial, entre essas ferramentas está a Big data, computação em nuvem, impressora 3D, Internet das Coisas, Sistemas cyber-físicos.” Assim ampliando mais lucros com menos tempo e maior produtividade com um novo modelo de produção, também chamado de indústria 4.0. Os pilares causadores dessas mudanças são ferramentas capazes de autonomizar e trazer eficiência ao sistema.

Figura 2. Pilares da indústria 4.0



Fonte: The Boston Consulting Group; (2018).

Tem-se muita dificuldade em encontrar materiais referentes à indústria 4.0, que fale exatamente sobre os pilares que sustentam essa nova revolução, já que a escolha vai depender das diretrizes da empresa, mas como um todo, esses são os pilares mais importantes:

1-big data e data analytics: É uma coleta de dados e análises que de extrema importância para otimização, aumento performance dos processos industriais

2-Robôs autônomos: Robôs inteligentes na indústria, capazes de interagir com outros robôs e humanos, deixando assim, um processo de importante no aumento da produção.

3-computação em nuvem: um banco de dados que armazena de forma simples e eficaz, dados, informações que podem ser acessados a qualquer hora e em qualquer lugar.

4-Internet das coisas: conexão entre dispositivos e máquinas em rede, permitindo a troca de informações mais rápida e efetiva.

5-Simulação: é geralmente utilizado em plantas industriais para análise de dados em tempo real. Usando dados reais em meios virtuais, assim evitando falhas e reduzindo tempo.

6- Integração de sistemas: sistemas que integram as cadeias de valor permitindo uma automação

7- Segurança cibernética: sistema de proteção robusta para proteger sistemas e informações de possíveis ameaças e falhas.

8- Impressão 3D: impressão de peças de camada sobrepostas de material, se obtém um modelo 3D

9- Realidade aumentada: melhora a tomada de decisões e procedimentos de trabalho fornecendo instruções e informação em tempo real ao trabalhador

2.2 PROCESSOS DE SOLDAGEM

Modenesi (2012) diz que:

“A soldagem é o mais importante processo industrial de fabricação de peças metálicas. Processos de soldagem e processos afins são também utilizados na recuperação de peças desgastadas, para a aplicação de revestimentos de características especiais sobre superfícies metálicas e para corte. A engenharia de soldagem envolve conhecimentos em diferentes áreas como a física, química, eletricidade e eletrônica, mecânica, higiene e segurança.”

Soldagem se define pelos inúmeros processos de restauração, recuperação e fabricação de peças, estruturas metálicas e equipamentos, um método de união

2.2.1 SOLDAGEM OXIACETILÊNICA

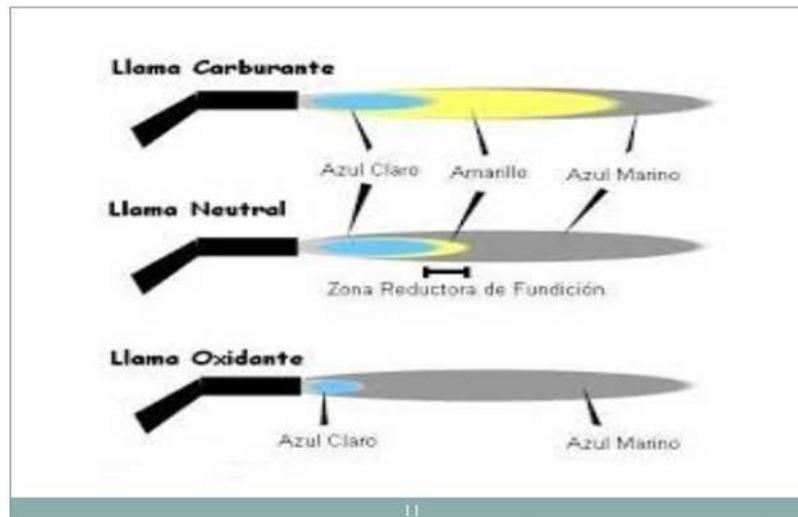
A produtividade das empresas varia de acordo com o processo de soldagem. De acordo com Marques et. al. (2016) a soldagem é uma operação que visa obter a união de duas ou mais peças, assegurando nas juntas a continuidade das propriedades físicas e químicas. Em um ambiente industrial existem diversos processos como existem diversos processos como Eletrodo revestido, Oxiacetileno, MIG (metal inert gas), MAG (metal active gas), TIG (Tungsten Inert Gas) entre outros. Entretanto no estado do Pará ainda é predominante o uso de processos de soldagem a gás, que não possuem um aporte tecnológico tão grande e os custos são reduzidos.

Dependendo do tipo de soldagem, existem treinamentos específicos que por sua dificuldade, levam anos para a formação de profissionais qualificado em áreas como soldagem subaquática, que tem como um dos meios a utilização de arco de metal blindado SMAW (Shielded Metal Arc Welding). Entretanto percebe-se no meio industrial de soldagem que há muitos colaboradores que não utilizam todos os procedimentos orientados pelas normas técnicas além de não utilizar EPI 's – Equipamento de proteção individual.

A energia necessária para soldar as partes metálicas dos materiais é feita pela abertura de arco elétrico ou pela combustão de gases. O processo de soldagem oxiacetilênica é uma soldagem a gás, composto pelos gases oxigênio mais o acetileno, o processo consiste na combustão desses gases, com isso pode-se promover a fusão do metal base junto com o metal de enchimento, assim fazendo o processo de soldagem. O acetileno é um gás muito instável, já que em pressões relativamente altas entre 15 e 20 bar. Ocorre o risco de explosão, também temos como característica ele se dissolver em líquidos muito facilmente, deixando registro, já que mesmo sendo um gás incolor, possui um odor muito forte e característico.

A soldagem por Oxicom bustível é responsável pela união localizada de peças de metal, isso se dá pelas tochas geradas na combustão dos gases. A característica dessa chama varia de acordo com a concentração de oxigênio mais acetileno liberada na hora da combustão, podendo ter 3 classificações: Chama Carburante ou Carbonetante, Neutra e Oxidante.

Figura 3. Tipo de Chamas de Solda Oxiacetilênica

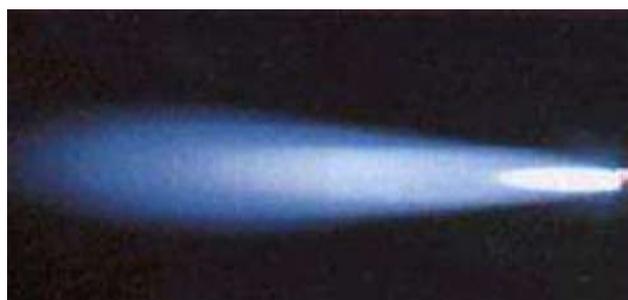


Fonte: SlideShare ; (2015)

A escolha da chama vai depender do tipo de material que será soldado, fica a critério do operador o ajuste de porcentagem dos gases utilizados.

A chama Carburante ou Carbonetante é utilizada para solda de alumínio e de revestimentos, a quantidade de acetileno sendo liberada é maior do que oxigênio (Acetileno mais de 50%; Oxigênio menos de 50%), a característica dessa chama se dá pelo crescimento do cone intermediário, que cresce à medida que a taxa de Acetileno aumenta na mistura.

Figura 3.1 – Chama Carbonetante



Fonte: Instituto Federal Santa Catarina;

A chama Neutra se dá por uma concentração equivalente entre Oxigênio e Acetileno (Oxigênio 50% e Acetileno 50%), é uma chama utilizada para o pré-aquecimento da peça, que é uma técnica utilizada para não haver trincas durante a soldagem, aproximando a temperatura da peça o mais próximo possível da chama da solda e promover uma melhor fusão de materiais. Essa chama também é utilizada para a maioria das soldagens e metais utilizados, sua característica visual é a pequena área

produzida pelo cone intermediário, podendo chegar a uma temperatura de 3100 °C e seu formato é um cone branco e brilhante.

Figura 3.2 – Chama Neutra



Fonte: Instituto Federal Santa Catarina;

Por último temos a chama Oxidante, onde a proporção de Oxigênio é maior do que a de Acetileno (Oxigênio mais de 50%. Acetileno menor que 50%), sua utilização se dá na soldagem de latão e bronze, sua característica é que seu cone interno tem uma redução de área.

Figura 3.3 – Chama Oxidante



Fonte: Instituto Federal de Santa Catarina;

Para produzir uma melhor soldagem, a velocidade de soldagem também é algo que deve ser levado em consideração, já que velocidades baixas são ideais para esse processo, mas se forem mais baixas que o necessário, podem causar distorções na peça. Também pode-se usar materiais revestidos, para proteção da poça de fusão, aumentando a eficácia do processo.

E para finalizar existem regras que devem ser seguidas para o fim do processo e desligamento do equipamento de solda: Aumentar o volume de oxigênio, fechar rapidamente a válvula de acetileno e logo após fechar a válvula de oxigênio.

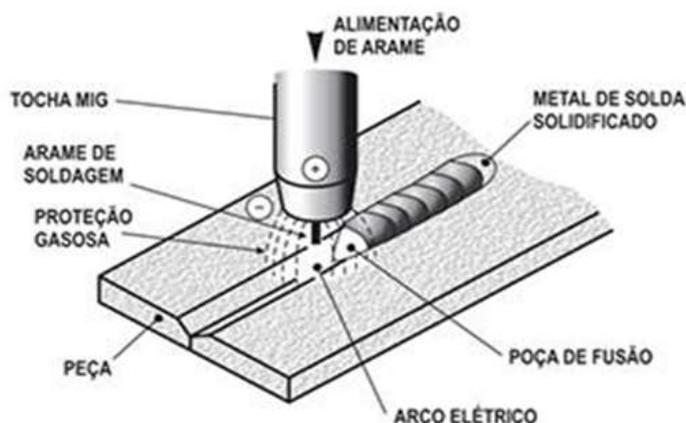
2.2.2 SOLDAGEM MIG/MAG

Na Soldagem MIG/MAG já temos um processo diferente de como ocorre na Soldagem Oxiacetilênica. Enquanto no Oxicom bustível é utilizada uma chama para a junção das peças, a Soldagem MIG/MAG utiliza arco elétrico.

Nestas soldagens também notamos a presença de um gás durante um processo, mas diferente da Oxiacetilênica, onde o Acetileno e o Oxigênio servem como catalisadores na durante a combustão, na soldagem de arco elétrico o gás atua na proteção, podendo ser ativos ou inertes e com isso se dão os nomes MIG – Metal Inert Gas e MAG – Metal Active Gas.

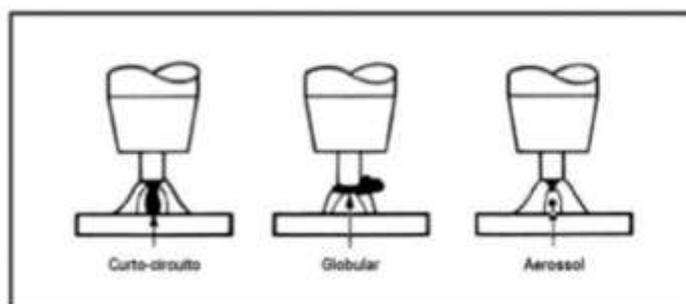
O processo se dá pela abertura do arco elétrico que se mantém entre a peça e o material de que irá ser consumido (arame de solda). Com a fusão do arame de solda, é criado uma poça de fusão, onde ele é depositado continuamente na peça, sendo assim, feita a união das peças. Como foi dito, o gás pode participar de duas formas no processo, de maneira inerte ou ativa, servindo como proteção para o metal de solda por poluentes da atmosfera, isso se dá por um fluxo de um gás ou de uma mistura de gases.

Figura 4 - Soldagem MIG/MAG



Fonte: ESAB/ processo de soldagem mig/mag (2005)

Essa transferência de metal pode ser feita por meio de três técnicas distintas, que são empregadas nas Soldagens MIG/MAG, conhecidas como Curto-Circuito, Globular e Aerossol.

Figura 4.1 - Métodos de transferência do metal de solda

Fonte: ESAB/Processo de Soldagem MIG/MAG (2005)

A maneira de transferência do metal de adição é auto explicativo, de acordo com o nome de cada técnica empregada no processo de soldagem. A soldagem por curto-circuito necessita de uma boa estabilidade no seu arco elétrico, com correntes baixas, sua corrente pode variar de 50A a 225A, dependendo do diâmetro do arame de solda utilizado no processo. Sua maior utilidade é nos processos que envolvem materiais de pequena espessura em qualquer posição, grandes espessuras nas posições verticais e sobre cabeça, e preenchimento de largas aberturas, junto com uma distorção mínima de cabeça.

Tabela 1 - Faixa de Corrente estável para vários diâmetros de arame

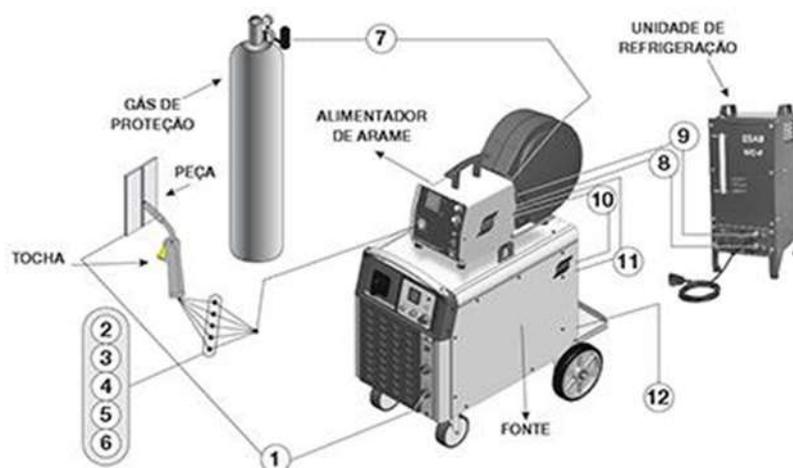
Diâmetro do arame		Corrente de soldagem (A)	
pol (")	mm	Mínima	Máxima
0,030	0,76	50	150
0,035	0,89	75	175
0,045	1,10	100	225

Fonte: ESAB/ processo de soldagem MIG/MAG (2005)

A transferência globular ocorre ao aumentar a corrente quando comparado aos valores recomendados nas tabelas de transferência por curto-circuito, uma de suas características é a formação de gotas que possuem um diâmetro maior do que o arame utilizado, tendo risco de curtos-circuitos. Enquanto na técnica de Curto-Circuito a transferência ocorre durante o contato do arame com a poça de fusão, a Globular ocorre com a presença do arco. Por último, a Soldagem por Aerossol (Ou Spray), aumentando ainda mais a corrente, chegando ao fenômeno de corrente de transição, que é específico de cada tipo de arame (Diâmetro, material gás utilizado) onde o metal se torna um arco de aerossol. Para isso ocorrer, vários controles devem ser feitos, como o controle de dióxido de carbono, caso contrário não existirá a transição de Globular para Spray. Devido a sua alta taxa de deposição, ela fica restrita quase

que completamente a soldagem plana, tendo exceções como o aço carbono e arames que não ultrapassam 1,10mm de diâmetro, mas sua maior aplicação é em materiais com espessura de 2.4mm ou maiores.

Figura 4.3 - soldagem semi automática



Fonte: ESAB/ processo de soldagem MIG/MAG (2005)

- 1 - CABO DE SOLDA (NEGATIVO)
- 2 - REFRIGERAÇÃO DA TOCHA (ENTRADA ÁGUA)
- 3 - GÁS DE PROTEÇÃO
- 4 - GATILHO DA TOCHA
- 5 - REFRIGERAÇÃO DA TOCHA (RETORNO ÁGUA)
- 6 - CONDUÍTE DO ARAME
- 7 - GÁS DE PROTEÇÃO VINDO DO CILINDRO
- 8 - SAÍDA DE ÁGUA DE REFRIGERAÇÃO
- 9 - ENTRADA DE ÁGUA DE REFRIGERAÇÃO
- 10 - CABO DE COMANDO (ALIMENTADOR/FONTE)
- 11 - CABO DE SOLDA (POSITIVO)
- 12 - CONEXÃO PARA A FONTE PRIMÁRIA (220/380/440 VCa)

3 METODOLOGIA CIENTÍFICA

A pesquisa utilizada neste artigo será do tipo descritiva no qual se investigará a influência que a tecnologia proporciona no âmbito da soldagem de materiais a partir de ensaios experimentais utilizando dois processos distintos: Soldagem Oxiacetilênica (operação manual) e MAG (operação semiautomáticas) com colaboradores de empresas dos setores. assim, verificando a mão de obra de

cada colaborador. Paralelamente a isto se aplicará ferramentas de auxílio, como questionários quantitativos para se mensurar o nível de conhecimento técnico dos colaboradores a respeito da indústria 4.0 e os benefícios que esta pode trazer para o controle de qualidade da junta soldada. Serão realizados 1 passe de solda com os seguintes parâmetros:

- Chapa de aço de carbono AISI 1045 Eletrodo revestido OK 6013, do tipo rutílico
- Eletrodo revestido OK 48.04, do tipo básico
- Arame tubular 1,2mm de cobre
- Diâmetros 10x4cm

Em juntas do tipo sobreposta, filete e de ângulo filete. Após isso foi realizada perguntas do questionário basearam-se nos desafios de conhecimento que os colaboradores de 6 empresas XXX, que possuem conhecimento sobre a parte técnica e quarta revolução industrial. O anexo A mostra as perguntas adotadas.

Quadro 1 - Questionários utilizados

UNAMA - Universidade da Amazônia	
Questionário 1	Questionário 2
Técnico Para Processos de Soldagem	Técnico Sobre Indústria 4.0
Eletrodo Revestido, Mig\Mag (Filete, topo e ângulo)	Questionário Técnico Sobre Indústria 4.0
1. Classifique de 1 a 5 sendo 5 o conceito excelente e 1 péssimo o seu desempenho em relação ao processo de soldagem.	1. Você sabe o que é Indústria 4.0?
	Sim () Não ()
2. Como você caracteriza a qualidade das peças com o processo de soldagem MAG? Preencha uma nota de 1 a 5.	2. No Setor onde atua, existe alguma implementação de algum mecanismo relacionado à indústria 4.0?
	Sim () Não ()

<p>3. Como você caracteriza a qualidade das peças com o processo de soldagem Eletrodo Revestido? Preencha uma nota de 1 a 5.</p>	<p>3. Já ouviu falar de algum setor na indústria onde trabalha, que tenha feito a implementação de ideias da indústria 4.0?</p>
	<p>Sim () Não ()</p>
<p>4. Quantas peças são soldadas em média por dia?</p>	<p>4. O setor onde trabalha, já existe algum mecanismo da indústria 4.0?</p>
	<p>Sim () Não ()</p>
<p>5. Qual a taxa de acerto ? Pela demanda, quantas vezes é necessário refazer alguma peça (Média)?</p>	<p>5. Você considera que a indústria 4.0 irá fazer com que o seu desempenho melhore no ambiente de trabalho?</p>
	<p>Sim () Não ()</p>
<p>6. Na sua opinião um treinamento com uma ferramenta de simulação computacional iria lhe ajudar no seu desempenho?</p>	<p>6. Você tem medo dos avanços tecnológicos que a indústria 4.0 trará?</p>
	<p>Sim () Não ()</p>
<p>7. Quantas horas por dia a máquina de soldagem trabalha?</p>	

Fonte: Tavares.A, Cordeiro. L (2020)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o resultado dos questionários aplicados, espera-se ter um background de como está a situação das empresas que trabalham na área de soldagem, em breve as empresas já estariam se adaptando aos novos meios tecnológicos, os que estão seguindo ou tem interesse de seguir esses ideais de indústria 4.0, suas dificuldades e desafios.

Um dos maiores desafios para essa implementação é a disponibilidade de adaptação dos colaboradores e suas qualificações, Recursos para esse novos sistemas.

Percebe-se uma grande dificuldade principalmente por colaboradores antigos e com uma determinada idade , relacionada a modernidade e tecnologia, um exemplo foi um colaborador que foi entrevistado da empresa X localizada em Benevides, que tem anos de experiência mas não tem conhecimento em novos métodos de soldagem voltados para tecnologia, ele participou de um treinamento que se encaixava no quadro de atualização para a indústria 4.0, mas o mesmo teve uma dificuldade em aprimorar e expandir seus conhecimentos, o mesmo tratou o treinamento como uma reciclagem.

Vale ressaltar que de todos os que fizeram parte da entrevista,100% sabem dessa nova era que se aproxima, mesmo sem conhecimento teórico. Por isso que muitas das vezes passa-se despercebido o que é realmente a nova revolução industrial.

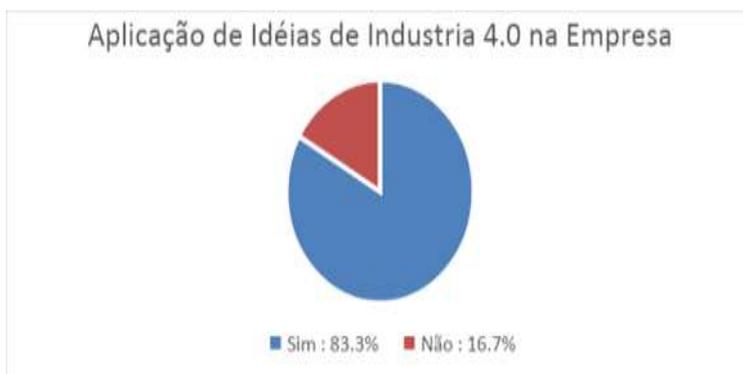
Figura 4.4



Fonte: Tavares.A, Cordeiro. L (2020)

Observa-se pelo gráfico acima que 100% dos colaboradores possuem um certo conhecimento a respeito da indústria 4.0, já que todas as 6 empresas entrevistadas possuem um engenheiro ou um grupo de engenheiros responsáveis por este ou outro setor, também se nota uma certa aplicação na empresa, do que se considera uma ideia de Indústria 4.0.

Figura 4.5



Fonte: Tavares.A, Cordeiro. L (2020)

De acordo com os dados coletados, e os conhecimentos dos entrevistados a respeito da Indústria 4.0, 83.3% das empresas possuem algum tipo de aplicação em algum setor da empresa, seja ele no próprio setor ou algum outro, mas desses 83.3%, apenas 33.3% possuem essa aplicação relacionada a área de soldagem, que faz parte do tema de pesquisa.

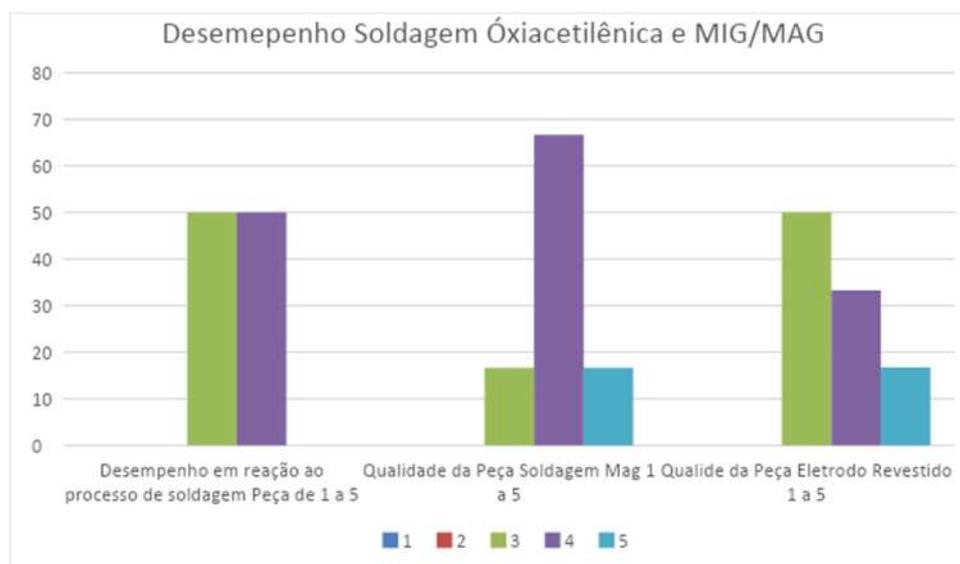
Figura 4.5-



Fonte: Tavares.A, Cordeiro. L (2020)

Apesar dos avanços tecnológicos serem assustadores para a grande maioria, 100% dos entrevistados concordaram que a aplicação dos ideais dessa nova revolução industrial irá contribuir de forma promissora no o ambiente de trabalho e nos processos industriais, dependendo da forma que ela será aplicada. Alguns disseram que não tem medo deste tipo de implementação dentro do seu setor, tendo em mente que a atualização profissional se faz necessária.

Figura 4.6



Fonte: Tavares.A, Cordeiro. L (2020)

Pedimos a um colaborador X que realizasse os processos de soldas, oxiacetilênica e MIG/MAG, para avaliar a qualidade de sua mão de obra. Apesar do alto desempenho apresentado pelos setores de soldagem, a taxa de acerto dos tem uma variação de 70% a 90%, sendo necessário refazer a solda em até 3 vezes. Há também a necessidade de deixar a máquina ligada por mais tempo, sendo ele o mínimo de 3 e máximo 12 em média por dia, dependendo da demanda e do tipo de soldagem que a empresa oferece, pode ser feita de 3 a 100 peças diárias e em outras situações construção de peças inteiras, como as soldagem em embarcações.

Um dado interessante a respeito do Pilar de realidade aumentada que foi obtido é que apenas 16,6% dos colaboradores foram contra o treinamento com simulação de realidade aumentada, sendo justificativa mais elaborada .

“Nenhum sistema computadorizado consegue simular todas as variáveis que podem existir no campo de trabalho, a simples vibração no piso vindo de um compressor distante ou a ação do vento modificam o processo de soldagem.”

Borges.K (2020)

CONCLUSÃO

Percebe-se que apesar dos avanços tecnológicos atuais, ainda existe uma limitação e uma recusa de certos pilares, sendo eles realidade aumentada, simulações, nuvens e internet das coisas. Pode-se hoje em dia simular várias situações como simulador automobilístico, simulador de Voo e dentre

outros, com as limitações alguns grupos de pessoas tem dúvida se realmente a realidade virtual pode se aproximar da realidade real.

Espera-se enfrentar o desafio de conseguir proporcionar aos colaboradores uma visão de avanços da indústria 4.0, e as novas possibilidades que estes conceitos podem proporcionar a empresa, e aos empresários uma fomentação desse novo modelo de indústria metalúrgica, tendo em vista que de acordo com os questionários aplicados, apesar de existir um grupo de engenheiros formados e conhecedores dos ideais da indústria 4.0, seus pilares e seus possíveis avanços, a falta de aplicabilidade dentro de todos os processos da empresa, ainda é extremamente visível, já requer um grande investimento e total reformulação dos ideais atuais da empresa, além de que mesmo tendo uma grande aceitação por parte dos colaboradores entrevistados que acreditam que seu desempenho será mais produtivo, investir no conhecimento de todo dos funcionários é um dos maiores desafios, onde para um maior entendimento e aproveitamento, se faz necessário não apenas fornecer o treinamento, mas sim o conhecimento teórico das indústrias como um todo, a fim de promover uma maior aceitação dos benefícios que essa nova indústria oferece.

No ramo da soldagem, dependendo da tecnologia aplicada, observa-se uma melhor finalização da peça, com menores respingos e necessidade de passes menores, onde possui um tempo de soldagem menor e a qualidade da peça se mostra melhor quando comparada com o processo manual.

Espera-se que essa pesquisa seja utilizada como material de base durante a introdução de projetos pautados em soldagem e indústria 4.0, a fim de promover uma melhor implementação depois de conhecer os problemas e dificuldades que rodeiam esse avanço na nossa região.

A região Norte, especialmente o Pará possui uma carência muito grande na área tecnológica e de desenvolvimentos de projetos Mecânicos e metalúrgicos, assim espera-se que este trabalho contribua para que as empresas se atualizem e o avanço das empresas que atuam nessa área.

REFERÊNCIAS

- 1- CESAR, Paulo. Soldagem Oxiacetilênica e Tipos de Chamas. Alusolda, 2018. Disponível em : <https://alusolda.com.br/soldagem-oxiacetilênica-macaricos-e-tipos-de-chamas/#:~:text=Tipos%20de%20chama%20para%20soldagem,%3A%20neutra%2C%20oxidante%20e%20carburante.&text=Na%20chama%20oxidante%20a%20propor%C3%A7%C3%A3o,do%20que%20a%20de%20acetileno>. Acessado em 23 de Junho de 2020
- 2- ESAB– ESCOLA SUPERIOR DO BRASIL – SOLDAGEM MIG/MAG – 1a edição, 2005.
- 3- F. Heidrich, J. F. B. Facó, C. F. B. Reis, “O Impacto Competitivo na Indústria Brasileira com a Aplicação dos Conceitos da Indústria 4.0”, SIMPOI, 2017.
- 4- Fraga, F.M. A; De Freitas, M. M. B. C.; De Souza, G. P. L.” Logística 4.0 : Conceitos e aplicabilidade – uma pesquisa- ação em uma empresa de tecnologia para mercado automobilístico” . 2016
- 5- INSTITUTO FEDERAL SANTA CATARINA. Processos de Soldagem. Disponível em : http://www.joinville.ifsc.edu.br/~valterv/Processos_de_Fabricacao/Aula%208%20Soldagem%20Oxi%C3%A1s.pdf. Acessado em 23 de Junho de 2020
- 6 - Kagermann, H., W. Wahlster, and J. Helbig, eds., Recommendations for implementing the strategic initiative industrie 4.0: Final report of the Industrie 4.0 Working Group, Frankfurt, 2013.
- 7- KALAWSKY, R. S. “The Science of Virtual Reality and Virtual Environments”, Great Britain. Addison-Wesley Reading. 1993.
- 8- MOREIRA, Leandro Domingos. ” Indústria 4.0: Estudo da Cadeia Produtiva da Madeira”, Paraná. 2017.
- 9- MODENESI, Paulo J.; MARQUES, Paulo V. Soldagem I: Introdução aos Processos de Soldagem (1996)
- 10- MODENESI, Paulo J.; MARQUES, Paulo V. Soldagem I: fundamentos e tecnologia, p24,p25 3º edição
- 11- P. J Modenesi, P.V.Marques, D. B. Santos, “introdução à metalurgia da soldagem” Belo Horizonte , 2012
- 12- RODRIGO SANTOS. “Realidade Virtual auxiliando o ensino da soldagem”. Disponível em <[Brogdosoldador.com. br/realidade virtual-na-soldagem](http://Brogdosoldador.com.br/realidade-virtual-na-soldagem)>. Acessado em 27/05/2020.
- 13- RUMMENGGE, Melo “A Indústria 4.0 e seus impactos” Angicos/RN. 2020.
- 14- SILVA, Edson Miranda da.” Os Pilares Tecnológicos da Indústria 4.0” 2018.

Capítulo 5

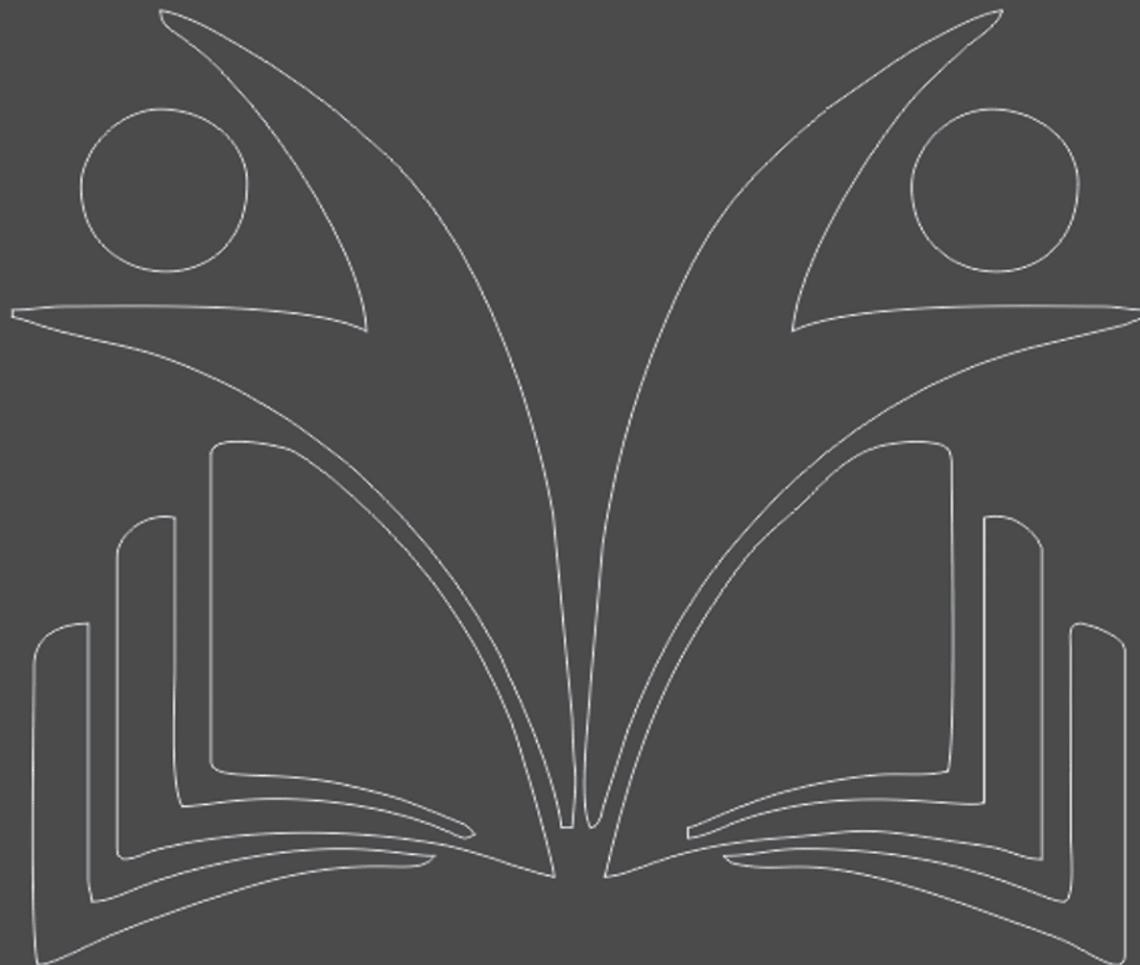


10.37423/230207317

A BIOENERGÉTICA COMO PRÁTICA INTEGRATIVA E COMPLEMENTAR NO MANEJO DA DEPRESSÃO EM IDOSOS

Suzana Melo de Amorim

UNINASSAU



Resumo: Este artigo tenta fazer um levantamento de todos os estudos sobre os resultados da psicoterapia corporal ou bioenergética com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre a prática integrativa e complementar da bioenergética em idosos depressivos. O tema proposto teve como procedimento metodológico a revisão integrativa de literatura, feita nas bases de dados da Biblioteca Virtual de Saúde, utilizando a metodologia associado do PICO a fim de descobrir os artigos a serem selecionados. Foram encontrados cinco artigos, e 01 manual de bioenergética do Ministério da Saúde. Os artigos trazem em seu conteúdo a análise da bioenergética como prática corporal, mas desenvolvida na atividade física, mas para que seja uma prática integrativa, a bioenergética ela se identifica com o trabalho corpo associado ao trabalho da mente. Considera-se importante este estudo o qual traz uma identificação de uma prática eficaz no tratamento dos sintomas depressivos e que a enfermagem ainda não se utiliza para poder diminuir a intensidade do uso de medicamentos em idosos com depressão.

Palavra-chave: Bioenergética. Enfermeiro. Práticas integrativas e complementares.

1. INTRODUÇÃO

A palavra “Envelhecer” tem em seu sentido mais detalhado ser um processo natural que caracteriza uma etapa da vida do homem e dar-se por mudanças físicas, psicológicas e sociais que acontecem de forma individualizada e com suas particularidades para cada idoso (ROCHA, 2013).

Estigmas negativos que, normalmente estão associados ao processo de envelhecimento, têm como um de seus pilares o declínio biológico, ocasionalmente acompanhado de doenças e dificuldades funcionais com o avançar da idade. Assim, o aumento do contingente de idosos preconiza maior atenção às questões de assistência a esses sujeitos. Desta forma, pesquisadores ressaltam a necessidade de uma reflexão e atuação acerca das repercussões das transformações sociais decorrentes do envelhecimento (SOUZA; BRETAS, 2016).

Melo (2017) ressalta que as dificuldades de implementação das políticas de saúde do idoso devem-se ao fato, sobretudo do desconhecimento, mitos e preconceitos que estão diretamente relacionados ao processo de envelhecimento, também deve ser considerado como desafios a baixa participação dos idosos dentro da representação de políticas sociais, baixos recursos financeiros voltados a este grupo de pessoas, violência com o idoso dentro da família e no convívio social.

Conforme o indivíduo envelhece, as doenças surgem, entre elas estão as Doenças não transmissíveis (DNT) que se transformam nas principais causas de morbidade, mortalidade e incapacidade, mudando o quadro relacionado às doenças infectocontagiosas para doenças crônicas e suas decorrentes complicações, ou seja, doenças como a hipertensão arterial; diabetes; acidente vascular cerebral (AVC); câncer; Alzheimer; doença pulmonar obstrutiva crônica; doenças músculo esqueléticas (como artrite e osteoporose); doenças mentais (principalmente demência e depressão) e doenças cardiovasculares (como a doença coronariana) (VERAS, 2009).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) tem alertado todos os países para o fato de que as doenças crônicas serão a principal causa de morte e incapacidade no mundo em 2020, contribuindo com cerca de dois terços do total das doenças e trazendo enormes custos com os cuidados de saúde. Essas doenças crônicas incluem doenças não infecciosas, como diabetes, doenças do aparelho circulatório e respiratório, depressão e demência, e a AIDS (PEREIRA, 2014)

A depressão está entre uma das doenças mais comuns entre os idosos, segundo dados levantados pelo IBGE, cerca de 11,1% dos 11,2 milhões de brasileiros diagnosticados com depressão, têm idades entre 60 e 64 anos, ainda segundo a pesquisa esta faixa etária representa a maior proporção entre os

diagnosticados, o envelhecimento é uma fase da vida a qual muitos passaram e diante dessa certeza indubitável é preciso que tenhamos um olhar mais atencioso em relação a depressão do público idoso (IBGE, 2013).

De acordo com vários pontos a serem discutidos sobre o surgimento do quadro depressivo podendo haver o desencadeamento dentre diversos fatores, tais como; fatores biológicos, ambientais, psicológicos e sociais. Além disso, pode contribuir para o desenvolvimento da doença problemas como; distanciamento familiar, falecimento de familiares e amigos além de problemas relacionados a outras doenças como; diabetes, AVC e infarto (CHEEVER, 2017).

Norteia-se como uma estratégia de promoção à saúde, as práticas integrativas e complementares de saúde, que se tornaram uma realidade na rede de atenção à saúde pública por volta dos anos 2000. Este tipo de modalidade de saúde identifica um novo modo de aprender e praticar à saúde, sem métodos de cunho curativo, mas, preventivo (TELESI JUNIOR, 2016).

O Ministério da Saúde apresenta 29 práticas integrativas e complementares à saúde à quais fazem a diferença nos tratamentos curativos e medicinais tradicionais. Entre estas práticas integrativas complementares, resolveu-se neste trabalho se aprofundar na bioenergética. Uma prática bastante atual a qual traz uma visão diagnóstica aliada à compreensão do sofrimento/adoecimento, adotando a psicoterapia corporal e exercícios terapêuticos (RODRIGUES, 2018).

Portanto, reportando-nos à atenção à saúde da pessoa idosa e a todas as especificidades do processo de envelhecimento, justifica-se este trabalho para compreender como se dá o atendimento ao idoso, levando em consideração suas especificidades e particularidades, as quais muitas vezes não são percebidas pelo enfermeiro. Cabe destacar que a compreensão deste atendimento deve ser considerada a prática integrativa e colaborativa, tendo a bioenergética como norteador deste atendimento. A intenção é obter dado que demonstre a necessidade de se prover uma saúde com menos medicamentos e mais terapias, mas para tanto necessita-se que o enfermeiro demonstre o conhecimento necessário não tratando apenas de queixas ou quadros clínicos, mas sim com a visão holística que é privativo da enfermagem, englobando o idoso em vários aspectos.

Desta forma, compreendendo que as práticas integrativas e complementares são pilares na promoção da saúde e que a bioenergética é uma prática que pode ajudar ao idoso a superar os momentos depressivos de isolamento familiar, procurou-se nesta pesquisa responder o seguinte questionamento: A bioenergética é uma prática integrativa e complementar identificada no cotidiano do enfermeiro? A bioenergética é um aliado no controle da depressão em idosos?

Neste sentido, acredita-se que esta pesquisa fornecerá subsídios para que o Enfermeiro passe a olhar com outra perspectiva sua atuação na promoção da saúde ao idoso e no cuidado continuado, holístico e preventivo dentro da saúde pública, de modo a fazer uma avaliação do seu desempenho, de suas dificuldades e fragilidades, trazendo novas formas de otimizar e qualificar a assistência prestada. Assim, espera-se que a pesquisa possa direcionar o profissional nas suas ações de promoção e prevenção à saúde do idoso e prestar uma assistência integralizada a fim de obter uma visão ampla e globalizada acerca do processo do envelhecer.

O objetivo geral deste trabalho é identificar a prática da bioenergética pelo enfermeiro na promoção da saúde com idosos.

2. METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, a qual é responsável em promover a seleção de um grupo de estudos publicados e que abrangem um assunto em comum. Para tanto, foram seguidas as seguintes fases metodológicas: (1) identificar a questão de pesquisa; (2) realizar pesquisa bibliográfica e recuperação dos estudos; (3) categorizar os estudos; (4) avaliar os estudos; (5) interpretar os resultados; e (6) sintetizar e analisar as evidências (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Para este estudo, utilizou-se a técnica PICO que tem como proposta identificar a população ou situação-problema, assim como a intervenção e o resultado desejável ou não. Assim, nesse método o “P” faz referência à população estudada, o “I” ao fenômeno de interesse, o “Co” contexto.

Desta forma identificou-se como população enfermeiro que atua com idoso, para o fenômeno foi identificado às práticas integrativas e complementares para a promoção da saúde e o Contexto foi relacionado as evidências na literatura sobre a utilização da bioenergética como terapia para o controle da depressão no idosos. Surgindo assim as seguintes questões norteadoras: A bioenergética é uma prática integrativa e complementar identificada no cotidiano do enfermeiro? A bioenergética é um aliado no controle da depressão em idosos?

O período da coleta de dados correspondeu ao mês de novembro de 2020. A busca das publicações foi realizada a partir da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados da Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Banco de Dados da Enfermagem (BDENF) sendo empregadas as estratégias de busca com os Descritores em Saúde (DECS). Os descritores identificados foram: “Bioenergética”, “Metabolismo Energético”, “Idoso” e “Depressão”, intercalados pelo operador booleano AND e OR,

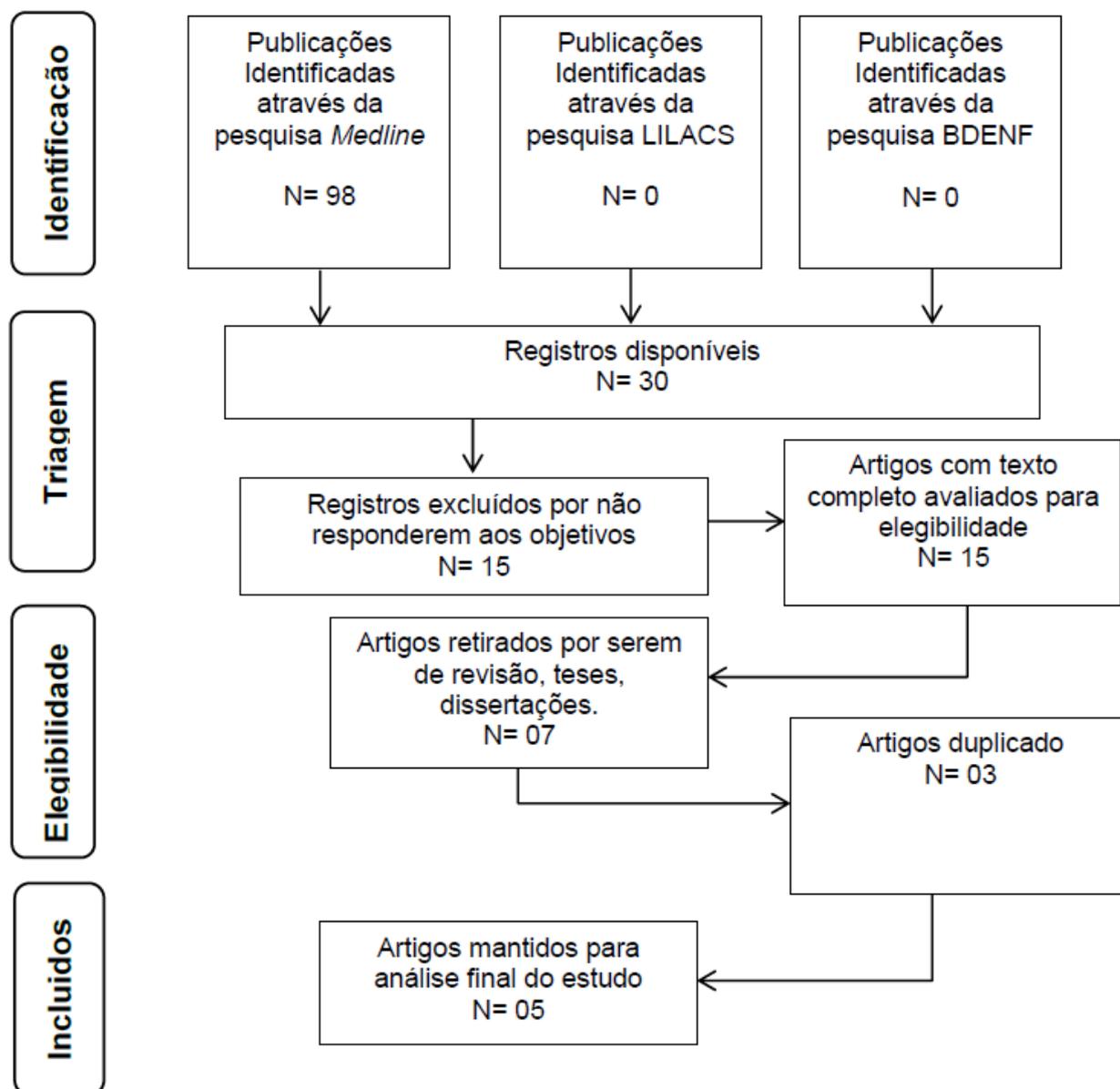
ficando os descritores na busca da seguinte forma: (bioenergética) OR (metabolismo energético) AND (idoso) AND (depressão).

O critério de inclusão foram os artigos publicados em periódicos disponíveis nas bases até o período da coleta sem restrição de idiomas, e que abordasse a temática proposta. Os critérios de exclusão foram: artigos de revisão, teses, dissertações, textos incompletos, textos completos lidos que não se relacionam ao tema.

Não foi estipulada a delimitação temporal para a busca e seleção dos estudos, tendo em vista a pertinência sobre o tema, entendendo seu contexto a partir das primeiras experiências sobre práticas integrativas e complementares voltadas para a enfermagem. Os estudos que se encontravam relevantes foram separados e organizados em pastas no Windows® para identificação dos estudos de interesse.

Para análise foi realizado uma leitura intensa dos artigos incluídos com a identificação dos núcleos de sentido compreendidos nos textos e que tinham relevância para o objeto de estudo. A categorização para definir os núcleos de sentidos dos estudos teve como referência a análise temática de Minayo, (2014). Esta análise utiliza-se de recortes dos textos como unidade de registro que são considerados importantes para interpretação dos dados na perspectiva dos objetivos da pesquisa.

Após a leitura e a análise de títulos, resumos e textos completos, foi feita a seleção dos artigos que seguiu como representado no fluxograma PRISMA (Figura 1), resultando em cinco artigos selecionados.

Figura 1. Fluxograma do processo de busca e seleção dos estudos presentes na revisão integrativa.

Fonte: Elaborada pelas autoras

3. RESULTADOS

Nesta revisão foram encontrados 05 artigos na BVS e encontrado um manual no site do Ministério da Saúde que contemplará a pesquisa, apresentando as informações dos estudos selecionados conforme publicações e analisadas por ordem cronológica de publicação de acordo com o título do artigo, autores, ano e objetivo. A seleção dos artigos encontrados se encontra no quadro 1.

Quadro 1. Caracterização dos estudos na prática do enfermeiro.

N o	TÍTULO	AUTOR /ANO	OBJETIVO	Resultados
1	Bioenergética. Conhecendo as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde	Ministério da Saúde 2018	Repassar conhecimento sobre bioenergética como prática integrativa e complementar	Este manual do Ministério da Saúde contempla ações e prática relacionadas à bioenergético, para todos os profissionais da área da saúde.
2	Cross-sectional associations of sedentary behaviour and physical activity on depression in Japanese older adults: a isotemporal substitution approach.	YASUNAGA, et al 2018	Examinar as associações que avaliaram redução do comportamento sedentário (SB) associado a atividade física (AF) de intensidade leve (LPA) e AF moderada a vigorosa (AFMV) com depressão em uma amostra de idosos japoneses, e explorar os impactos de substituir SB por PA na depressão de idosos.	A redução do comportamento sedentário (CS) e o aumento da atividade física (AF) mostraram estar associados à diminuição da depressão. No entanto, ainda existem poucos estudos examinando os benefícios potenciais na depressão em idosos, quando o SB é substituído por PA. O estudo relata que a atividade física realizada em pouco tempo contribuiu para diminuir a depressão. Participaram deste estudo educadores físicos e psicólogos.
3	Physical activity in depressed and non-depressed patients with obesity.	SANDER et al., 2018	Investigar a atividade física em pacientes obesos deprimidos	O estudo identificou que a atividade física tem ação contra a depressão, entretanto, os pacientes devem ter um complemento sobre esta atividade para melhorar mais ainda os níveis mentais. Participaram deste estudo educadores físicos.
4	A análise bioenergética como ferramenta de bem-estar num grupo de mulheres idosas	Rodríguez 2018	Avaliar a percepção do bem-estar, a vitalidade e a consciência corporal, de um grupo de mulheres idosas.	O estudo feito em Portugal trouxe a enfermagem na educação em saúde inserida no desenvolvimento desta pesquisa, no entanto, pesquisa foi realizada pelo psicólogo. Bioenergética trouxe para os participantes a promoção do bem-estar nas mulheres idosas

5	Dose-response relationships between physical activity, walking and health-related quality of life in mid-age and older women.	Heesch 2012	Examinar o concorrente e o potencial relações dose-resposta entre o físico total atividade (TPA) e (apenas) caminhada com HRQL em duas idades coortes de mulheres.	O estudo realizado com mulheres idosas demonstrou maior bem estar mental e maior dispersão energética durante as caminhadas com as mulheres do que os exames físicos completos. Os profissionais envolvidos eram educadores físicos.
6	Exercise dose and quality of life: a randomized controlled trial.	Martin 2009	Investigar se os exercícios complementares podem reduzir riscos de doenças em idosas.	O estudo evidencia que a atividade física regular tende a melhorar a saúde física e mental das participantes, entretanto, para obter melhores resultados são necessárias outras atividades. Os profissionais participantes do estudo foram educadores físicos.

Fonte: Busca da pesquisa, 2020

A análise crítica dos resultados (Quadro 1) mostrou que os artigos trazem a bioenergética de forma a ser uma atividade física praticada em idosos para reduzir a depressão. No entanto, a bioenergética emerge não como uma prática física, mas, em um contexto holístico que identifica o idoso em suas emoções, traumas e alegrias.

Dentro dos artigos encontrados, notou-se que apenas um artigo (artigo 4) realizado na cidade de Porto, trouxe o enfermeiro como mediador entre a explicação sobre o estudo e a prática realizada pelo psicólogo. O que remete a incipiência da prática pelo enfermeiro sobre o tema em questão.

Os estudos fizeram uma análise no contexto geral sobre a prática da atividade física no manejo da depressão, no entanto, nas discussões propostas dentro dos estudos fala que esta prática deve ser associada à outra prática de origem psicológica, o que remete a prática da bioenergética não mencionada no contexto dos estudos. Outra colocação a se fazer é o ano que as pesquisas foram feitas, sendo eu o artigo mais antigo foi publicado em 2009 e o mais recente em 2018, outra incipiência de estudos presentes dentro desta revisão.

Neste sentido, o estudo irá discutir duas áreas temáticas: O envelhecer saudável e, a bioenergética como prática para o combate a depressão.

4. DISCUSSÃO

4.1 O ENVELHECER SAUDÁVEL

O envelhecimento da população brasileira vem crescendo em um ritmo bastante acelerado. O aumento demográfico da proporção de pessoas com 60 anos ou mais é uma tendência mundial que pode ser justificado pelo aumento da expectativa de vida e uma menor taxa de fecundidade (SILVA; BORGES, 2014).

Porém os serviços de saúde parecem não acompanhar as mudanças epidemiológicas ocorridas nas últimas décadas. A atenção ao idoso demonstra-se falha, sendo esse período da vida compreendido como sinônimo de doença e incapacidade e, muitas vezes, desconsidera os cuidados pertinentes e a capacidade de realizar as atividades básicas e instrumentais da vida diária, apresentando uma visão reducionista que ignora o fenômeno do envelhecimento saudável (GOYANNA *et al.*, 2017).

O estatuto do idoso (Lei nº 10.747, de 1º de outubro de 2003) regulamenta os direitos assegurados a todos os cidadãos a partir dos 60 anos de idade, estabelecendo também deveres e medidas de punição. É a forma legal de maior potencial da perspectiva de proteção e regulamentação dos direitos da pessoa idosa. No artigo 3º, dispõe sobre as obrigações familiares e sociais com relação ao idoso. Afirma que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Estado assegurar a pessoa idosa à efetivação dos direitos à vida, a educação, à saúde, à alimentação, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2013).

Fazendo uma análise de estudos realizados sobre depressão na terceira idade o maior índice foi entre idosos residentes em áreas urbanas e cidades de grande porte, onde vivem 85% da população brasileira aparecendo bem divergente dos idosos que vivem em área rural. Em virtude da perspectiva de vida estar aumentando em regiões ainda pouco desenvolvidas, em especial aquelas distantes dos grandes centros urbanos, nota-se que as dificuldades para lidar com o problema da depressão em idosos ainda maiores, que vão desde uma saúde deficitária com falta de infraestrutura à profissionais sem qualificação (GULLICH, DURO, CESAR, 2016).

Conforme Sanguino *et al.*, (2018), as questões que descrevem a falta de conhecimento em geriatria pelos profissionais interferem diretamente no cuidado deste, onde as fragilidades encontradas no processo de trabalho sugerem que seja realizado de forma urgente a qualificação destes profissionais da atenção básica para que sejam prestados uma assistência adequada as demandas atuais da população idosa.

Neste sentido cabe salientar que é dever do profissional de enfermagem ser responsável e promover cuidados aos pacientes visando a proteção contra danos que possam prejudicar a vida deste, seja em qual fase for. Embora que os idosos estejam mais vulneráveis a doenças do que os demais e que a enfermagem tem o dever de alertar possíveis fatores de risco que possam causar danos a estes idosos (ALMEIDA; AGUIAR, 2011).

4.2 A BIOENERGÉTICA COMO PRÁTICA PARA O COMBATE A DEPRESSÃO

Compreendendo sobre a bioenergética, deve-se lembrar que ela se identificou nas ações da medicina tradicional proveniente do continente asiático. Mas foi em 1970 que este tipo de prática surge com ênfase em cuidados terapêuticos, já que o objetivo da OMS era formular as políticas de saúde que até então eram voltados à cura e não à prevenção.

A compreensão do que seja o ato de cuidar e não o ato de curar surge com o aparecimento dos meios de prevenção e as de prevenir. Neste contexto, a bioenergética amplia sua força em cuidar/prevenir, através das energias que vem de outras pessoas e do local onde a prática está sendo feito (BRASIL, 2018).

Lembrando que a medicina tradicional se formalizou como terapia no mundo em 1970, destaca-se que no campo da saúde pública, elas de forma notória vêm ganhando espaço no desenvolvimento das políticas de saúde em especial voltadas às pessoas idosas.

Estas políticas tendem a primar sobre a autonomia destas pessoas em relação ao cuidado com a saúde, visto que, o envelhecimento populacional está cada vez mais presente na vida das pessoas. Diante desta colocação as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde emergem como sendo uma forma de cuidar sem utilizar meios que se consolidem na forma de curar. Dentro destas práticas a bioenergética vem ganhando espaço.

O Ministério da Saúde apresenta 29 práticas integrativas e complementares à saúde à quais fazem a diferença nos tratamentos curativos e medicinais tradicionais. Estas práticas se descrevem na tabela a seguir.

Tabela 1: Práticas integrativas e complementares

2006	2017		2018	
Acupuntura	Arteterapia	Terapia Comunitária Integrativa	Constelação familiar	Imposição de mãos
Homeopatia	Ayurveda	Oteopatia	Apiterapia	Ozonioterapia

Fitotetrapia	Biodança	Quiropraxia	Aromaterapia	Terapia Florais
Antroposofia	Dança Circular	Reflexoterapia	Bioenergética	
Termalismo	Meditação	Reiki	Cromoterapia	
	Musicoterapia	Shantala	Geoterapia	
	Naturoterapia	Yoga	Hipnoterapia	

Fonte: Brasil, 2018⁴

Correia (2014) contextualiza a bioenergética como sendo uma prática que embora seja próxima da psicologia, não se restringe somente a esta profissão, já que a enfermagem também tem sua visão psíquica do reconhecimento das necessidades psicológicas das pessoas, já que, a bioenergética é uma terapia que utiliza a expressão corporal, a escuta dos sentimentos, o reconhecimento da existência, da autonomia e da liberdade de sentir e de falar, atravessando as dores humanas respeitando os princípios do cuidar, a partir das energias absorvidas pela terapia.

Para entender melhor sobre as energias, Silva Borges e Santos (2013) identificam que as pessoas possuem campos energéticos que se potencializam em outras pessoas. Estas condições de trocas de energia são consideradas fontes de terapia que podem ajudar ou mesmo atrapalhar na prevenção das pessoas, isto é, estas energias quando utilizadas em benefícios elas potencializam o campo energético da pessoa doente, recuperando a mesma contra as potenciais complicações, no entanto, caso estas energias sejam utilizadas de forma a bloquear o campo positivo, a pessoa pode adquirir doenças.

Compreender sobre a bioenergética vai mais além de saber que é uma prática de atividade física. Envolve todo o cenário para assim fazê-la. Como é uma prática que é atribuída ao contexto psicológico, os estudos que foram selecionados trazem em seu contexto a depressão como uma doença que pode ser tratada ou prevenida pela bioenergética.

O estudo de Heesch (2012) identificou que, mulheres idosas quando praticam atividade física em conjunto, de preferência sendo de idades bem próximas, tendem a diminuir os efeitos relacionados à depressão. Entretanto, quando estas idades são mais afastadas, a atividade física torna-se como uma obrigação de se fazer.

Desta forma, tem-se uma visão de que os idosos se identificam com a sua mesma idade ou próximo a ela, o que transmite positividade. Oliveira e Silva (2013) relata que as psicoterapias corporais realizadas com idosos, intervêm na mente e corpo simultaneamente, e, a bioenergética estabelece uma forte ligação de energia entre corpo e a mente, fazendo uma ponte entre os processos internos e as emoções que fluem do corpo.

Para Martin (2009), o envelhecimento populacional é visível, e maximizar a longevidade é uma meta para os cientistas, entretanto, maximizar a qualidade de vida ainda é mais necessário. Desta forma, o autor traz em seu estudo as vantagens da atividade física para os idosos no aumento da qualidade de vida, o que faz desta prática uma ferramenta eficaz. Os resultados sugerem que o aumento da atividade física é uma ferramenta eficaz para melhorar a saúde e dar mais longevidade aos idosos.

A bioenergética é uma prática ainda desconhecida por muitos, embora seja realizada como prática corporal. Neste contexto, a atividade física se reflete como uma prática da bioenergética. Vale ressaltar que esta associação exerce influência energética no corpo e nas funções fisiológicas. Neste sentido, pode-se dizer que a produção de energia por meio da respiração e do metabolismo e descarga de energia por meio dos movimentos, são condições da bioenergética (BRASIL, 2018).

Yasunaga et al., (2018), em sua pesquisa evidenciou que a depressão em idosos é causada mais pelo sedentarismo, esta condição se transparece não somente pela falta de atividade física, mas pela condição de estar muito tempo sentados assistindo televisão, ou pelo serviço doméstico, entre outros.

Sander et al., (2018) reforça que a atividade física é importante, mas nem todos os idosos podem fazer, o que possibilita o acúmulo de energia entre eles. Neste sentido, a bioenergética possibilita que esta energia seja retirada a fim de não favorecer o surgimento de doenças, principalmente a depressão.

A bioenergética não somente traz para seu contexto a atividade física (corpo), mas a elucidação de sentimentos (mente). O estudo de Rodrigues (2018) com idosos identificou que estes idosos mudaram completamente seu ritmo de ver a vida, diminuindo os sintomas depressivos e se afastando das medicações. As atividades que eles realizaram estavam todas dentro de suas limitações. O estudo demonstrou que os laços afetivos entre as pessoas, a troca de experiências positivas e os momentos de sentir que conseguiu realizar uma atividade física, aumenta a estima corporal.

Convém ressaltar que a experiência vital é de grande relevância para os estudos científicos, e a bioenergética é um campo onde a vitalidade do corpo se identifica com a vitalidade da mente. Aonde se propõe além de realizar atividades físicas no corpo, intensificar logo em seguida as atividades da mente, a partir do relato de experiências vivenciadas pelos integrantes do grupo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se nessa investigação a eficácia da bioenergética como prática integrativa e complementar no manejo da depressão em idosos. Nos apresenta um modelo de cuidado diferenciado, nos condiciona a mudar de um sistema voltado a tratar a doença para um sistema que volta seu olhar para a promoção e prevenção. Sai de ações de cunho curativo para ações de cunho preventivo e de prevenção a saúde e qualidade de vida. Desenvolvendo nesse usuário a sua autonomia e o coloca como co-responsável pela sua saúde, olha esse usuário de forma holística possibilitando ações desnecessárias como uso de medicamentos, encaminhamentos, exames, que muitas vezes sobrecarrega o sistema. A bioenergética traz uma proposta integrativa. Observou-se que o artigo atingiu seu objetivo inicial da pesquisa. Traz em um artigo a presença do enfermeiro na prática da bioenergética, e um manual do ministério da Saúde onde apregoa que a bioenergética é uma prática integrativa e complementar integrada as Políticas Públicas de Saúde do Ministério da Saúde. Embora essa prática seja mais utilizada dentro da psicologia como observado nos artigos selecionados. A bioenergética propõe o modelo de cuidado integral com isso possibilita um cuidado multiprofissional. No entanto observa-se que essa prática ainda não está dentro do modelo de saúde preventiva, como propõe ministério da Saúde. Considera-se importante esse estudo o qual traz a identificação de uma prática eficaz que traz como proposta a prevenção e redução de agravos no manejo da depressão, porém a enfermagem ainda não inseriu no seu cotidiano para amenizar a intensidade de sintomas e conseqüentemente o uso de medicamentos e ações desnecessárias em idosos depressivos.

Resumo

O presente artigo faz um levantamento de todos os estudos sobre os resultados da bioenergética. Com o objetivo de ampliar os conhecimentos sobre a referida prática integrativa e complementar no cotidiano de idosos depressivos. O tema proposto teve como procedimento metodológico a revisão integrativa da literatura feita nas bases de dados da biblioteca virtual de saúde. Utilizando a metodologia associada do pico a fim de descobrir os artigos a serem selecionados. Nas buscas encontrou-se cinco artigos e um manual sobre bioenergética do ministério da Saúde. Os artigos trazem em seu conteúdo a bioenergética como prática corporal mais desenvolvida na atividade física, entretanto a bioenergética utiliza o trabalho corporal em busca da integração e equilíbrio corporeamente. Considera-se importante esse estudo a qual traz a identificação de uma prática eficaz que traz como proposta a prevenção e redução de agravos no manejo da depressão e que a enfermagem ainda

não inseriu no cotidiano para amenizar a intensidade dos sintomas assim como o uso de medicamentos e ações necessárias em idosos depressivos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Aline Branco Amorim; AGUIAR, Maria Geralda Gomes. O cuidado do enfermeiro ao idoso hospitalizado: uma abordagem bioética. *Revista bioética*, 2011, 19.1: 197-217.
- BRASIL. Ministério da saúde. Estatuto do Idoso. 3ª edição, 2ª reimpressão. Brasília-DF, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/l10.741.htm.
- BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. IBGE faz um amplo retrato da saúde dos adultos brasileiros, 2013. Disponível em:
- <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2786&t=pns-2013-ibge-faz-um-amplo-retrato-saude-adultos-brasileiros&view=noticia>
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Conhecendo as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde: Bioenergética*. [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica, Coordenação Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde. – 1. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018
- CHEEVER, K. H. et al. *Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica*. Brunner & Suddarth v. 1, 2017.
- CORREIA, Grace Wanderley de Barros. Análise Bioenergética para além das quatro paredes. *Revista Latino-Americana De Psicologia Corporal*, 2014, 1.1: 28-43.
- GOYANNA N. F.; FREITAS C. A. S. L.; BRITO M. C. C.; et al. Idosos com doença de Alzheimer: como vivem e percebem a atenção na estratégia saúde da família. *Rev Fund Care Online*. 2017 abr/jun; 9(2):379-386. DOI: <http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i2.379386>
- GULLICH, I.; DURO, S. M. S.; CESAR, J. A. Depressão entre idosos: um estudo de base populacional no Sul do Brasil. *Rev. bras. epidemiol.* V. 19, n. 4, p. 691-701, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-5497201600040001>
- MELO, A. S. C. Políticas públicas e direitos dos idosos. *REVISTA ESMAT*, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 7-28, abr. 2017.
- PEREIRA RMR, Fuller R. Doenças osteoarticulares. In: Litvoc J, Brito FC. *Envelhecimento: prevenção e promoção da saúde*. São Paulo: Atheneu; 2014
- ROCHA, Elisama Nascimento et al. Estrutura representacional de profissionais da estratégia de saúde da família sobre violência intrafamiliar contra idosos [Family health strategy personnel's representational structures regarding domestic violence against older adults]. *Revista Enfermagem UERJ*, v. 23, n. 2, p. 178-184, 2015.
- RODRIGUES, Martha Patricia Chaves, et al. A análise bioenergética como ferramenta de bem-estar num grupo de mulheres idosas. 2018.
- SANGUINO, Gabriel Zanin, et al. O trabalho de enfermagem no cuidado ao idoso hospitalizado: limites e particularidades. *Rev Pesqui [Internet]*, 2018, 10.1: 160-6.

SILVA, A. A; BORGES, M. M. M. C. Humanização da Assistência de Enfermagem ao idoso em uma Unidade de Saúde da Família. Revista Enfermagem Integrada. 1(1): 11-24.2014.

SILVA BORGES, Moema; DOS SANTOS, Daniella Soares. O campo de cuidar: uma abordagem quântica e transpessoal do cuidado de enfermagem. Cienc Cuid Saude, 2013, 12.3: 606-611.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein (São Paulo), São Paulo, v.8, n. 1, p. 102-106, Mar. 2010. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082010000100102&lng=en&nrm=iso

SOUZA, R. F; BRETAS, A. C. P. Envelhecimento e família: uma nova perspectiva para o cuidado de enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, 60(3): 263-67. 2016.

TELES JÚNIOR, Emílio. Práticas integrativas e complementares em saúde, uma nova eficácia para o SUS. Estudos avançados, 2016, 30.86: 99-112.

VERAS, R. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. Rev. Saúde Pública (online). V.43, n.3, p. 548-554, 2009.

Capítulo 6

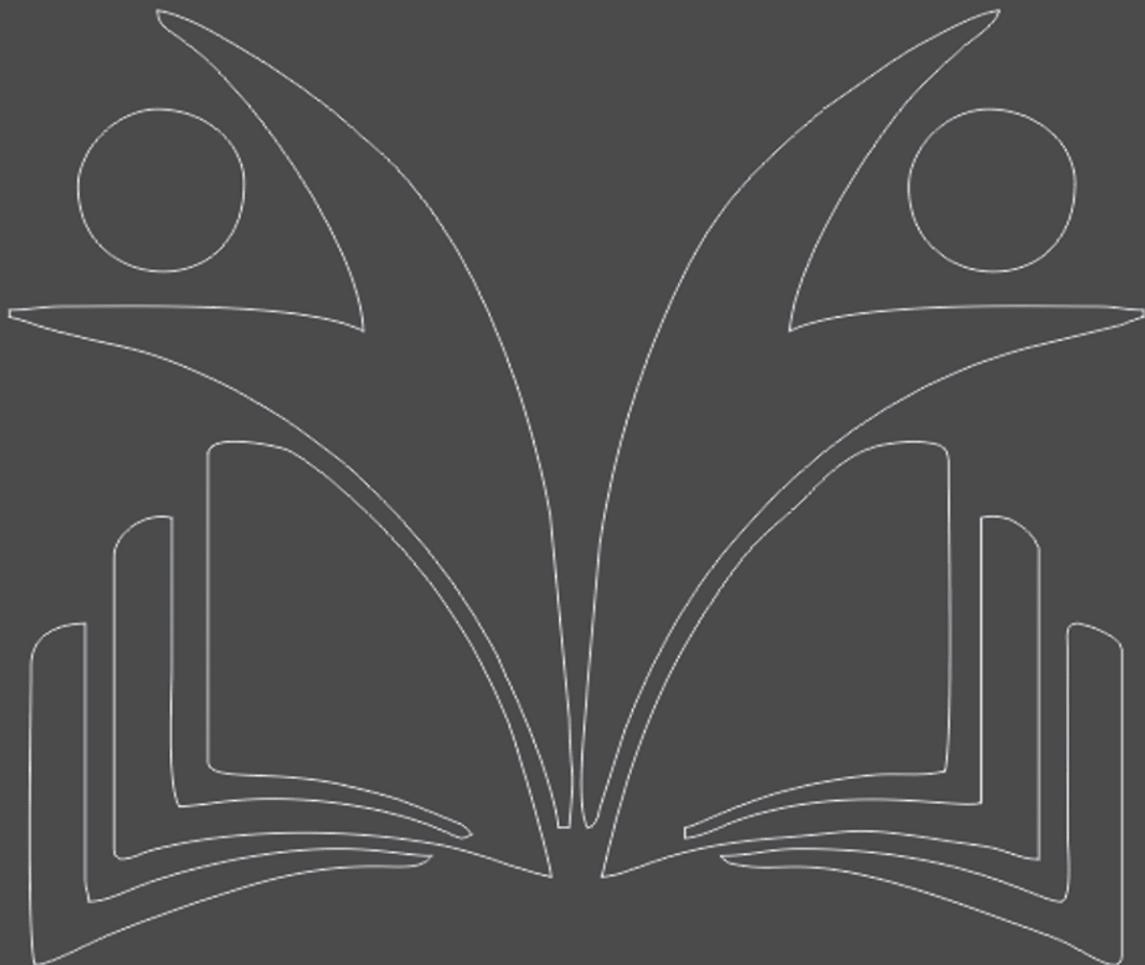


10.37423/230207321

“A GENTE SE CUIDA, MAS NÃO CONTA PARA NINGUÉM”: PRODUÇÃO SOCIAL DA MASCULINIDADE NO DISCURSO PUBLICITÁRIO

Carolina Vasconcelos Pitanga

Universidade Estadual do Maranhão



Resumo: Este estudo parte de uma análise do discurso publicitário tendo em vista sua capacidade de naturalizar, (re)produz o gênero e veicular uma suposta verdade sobre a diferença de gênero. Entendendo as peças publicitárias como enunciados, utilizo os esquemas analíticos mobilizados por Michel Foucault e Judith Butler visando construir o argumento de que as peças veiculadas pela empresa de cosméticos O Boticário possuem modos diversos de apresentar as marcações da diferença, contudo, caracterizadas com base em uma perspectiva binária, constituindo, assim, referências que reiteram modelos de feminilidades e masculinidades. Para isso, foram analisadas duas peças publicitárias - Linha MEN do Boticário: Para o você que existe no oiro (2016) e Mais cuidado, mais conquista (2018) - com o objetivo principal de destacar as condições de aparição e de existência de masculinidades, considerando as normas de gênero e também as instabilidades e possíveis deslocamentos nas configurações de gênero mobilizadas pelas peças analisadas.

Palavras-chave: Gênero. Masculinidade. Discurso. Publicidade.

INTRODUÇÃO

Este estudo traz fragmentos de uma análise realizada no contexto da pesquisa de doutorado (Pitanga, 2017), que versava sobre a produção discursiva do gênero no discurso publicitário. Delimitando os caminhos de investigação, considere as mensagens publicitárias endereçadas para o público masculino, trazendo à tona a possibilidade de pensar sobre como a publicidade (re) produz o gênero, distinguindo os corpos com base em uma perspectiva binária e universalizante. Para esta análise, me debruço sobre como esses discursos são apresentados a partir de elementos verbais e não verbais. Não é, portanto, um estudo de recepção.

Destaco, em primeiro lugar, que o público masculino não é tradicionalmente tido como principal alvo das campanhas publicitárias de cosméticos. Produtos de higiene e para cabelo, cremes para o corpo, perfumes e maquiagens são apresentados para as mulheres, estas veiculadas, em geral, pelo discurso publicitário como seres preocupados com a boa aparência, delicadeza e com o “estar linda”. O feminino, neste caso, irrompe pelo constante e cuidadoso reparo da aparência e da modelação das formas corpóreas. Este ‘estar preocupada com o corpo’, como nos afirma Mirela Berger (2010), é visto aqui como mais uma das formas de ter e manter controle sobre o corpo por meio de uma disciplina que inclui cuidados com a alimentação, exercícios físicos, cirurgias plásticas e uso de medicamentos.

O que dizer das propagandas de cosméticos para homens? Tradicionalmente, produtos como carros, ferramentas, cervejas e material esportivo figuram entre os principais objetos oferecidos para o consumo do público masculino. Contudo, empresas nacionais e internacionais têm lançado linhas de produtos voltados para os homens, visando estimular a abertura de um nicho de consumo. Shampoos para homens, produtos para o cuidado com a barba e com o corpo têm aparecido no mercado e nas campanhas publicitárias de empresas, tais como a Natura, Boticário, Dove, *Head & Shoulders* etc.

Com o advento da data comercial atribuída ao Dia do Homem, 15 de julho, diversas empresas têm apostado em mensagens que colaboram para uma reiteração do masculino como sujeito universal e portador de uma performance repetidamente afirmada em alguns modos de ser e de ação pré-estabelecidos. A ideia tradicionalmente reiterada traz o homem como “provedor” ou “conquistador”.

Contudo, nos últimos anos, identifico, sobretudo, uma preocupação das peças publicitárias em relativizar e propor características diversas para representar um *novo* homem. Nesse sentido, até mesmo a aproximação com algumas práticas e modos de ser tido como de *mulher* entra no jogo das

estratégias discursivas desenvolvidas nos enunciados publicitários, com o intuito de transformar este homem em um potencial consumidor.

De acordo com Judith Butler, em seu *Problemas de Gênero* (2003), por meio da performance de gênero as normas de gênero são exercidas e repetidas, em qualquer corpo. Nesse sentido, ela afirma que um corpo não é algo natural ou mero fruto da natureza, e sim resultado de uma estilização repetida de atos e gestos, nos dando a ilusão de que este corresponderia necessariamente a um só gênero. Assim, considerando que o gênero é produzido, mais especificamente, fabricado, a reiteração de atos performativos produzem corpo masculinos e femininos como efeitos de verdade de um discurso supostamente estável e fixo sobre identidade e sexualidade.

Ainda sobre isso, Butler destaca que

El género es el aparato através de cual tiene lugar la producción y la normalización de lo masculino y lo femenino junto con las formas intersticiales hormonales, cromosómicas, psíquicas y performativas que el género asume. Asumir que el género implica única y exclusivamente la matriz de lo «masculino» y lo «femenino» es precisamente no comprender que la producción de la coherencia binaria es contingente, que tiene un coste, y que aquellas permutaciones del género que no cuadran con el binario forman parte del género tanto como su ejemplo más normativo. Fusionar la definición de género con su expresión normativa es reconsolidar, sin advertirlo, el poder que tiene la norma para limitar la definición del género”. (Butler, 2006, p.70)

Com efeito, masculinidades e feminilidades serão vistas aqui, neste estudo, como construções sociais e culturais historicamente demarcadas e como elementos de uma lógica que compõem a estrutura binária sexo/gênero, posto que a masculinidade é uma atribuição cultural assegurada aos sujeitos por conta de suas definições biológicas e hormonais, enquanto feminilidade, em geral, também é uma atribuição feita aos sujeitos que possuem características biológicas e hormonais tida como de mulheres. Essas atribuições marcam toda a trajetória dos sujeitos, mesmo que esses ideais de feminilidade e masculinidade não sejam cumpridos como a norma determina.

Nesse jogo, ambos são efeito do gênero que se produz e se legitima associando ao masculino características, tais como, virilidade, agressividade, prática de esportes e conquista de pessoas e territórios. A caça e a busca por sucesso, privilégios e fama também são características que se repetem. Assim, a repetição dessas sugestões que ligam o gênero a determinantes socioculturais faz com que essa ficção parece “natural”, “legítima” e “normal”.

Para este estudo destaco a análise de duas peças publicitárias da empresa O Boticário, veiculadas em homenagem ao Dia do Homem, com o intuito de compreender como os enunciados veiculam este

sujeito masculino, considerando a performatividade de gênero e questionando de que forma esta pode indicar algumas atualizações no padrão de masculinidade hegemônica².

EMPRESA	Produto/Linha	ANO	TÍTULO DA PEÇA
O Boticário	Linha Men	2016	Ogro
O Boticário	Malbec Club	2018	Mais cuidado, mais conquista.

PUBLICIDADE E PRODUÇÃO DE MASCULINIDADES

A princípio, vale argumentar que a produção de filmes, novelas e peças publicitárias não partem da pretensão de diretores e roteiristas de ensinar/instruir modos de ser e de agir específico. O que se considera é que as produções audiovisuais são atravessadas por discursos específicos que compõem sua narrativa e isso afeta, de algum modo, as percepções de quem assiste a esse conteúdo. Além disso, os enunciados veiculados pelas peças destacam, sobretudo, a relevância de temáticas discutidas pela sociedade civil ou mesmo a indicação de conteúdos que tem recebido atenção da mídia em geral. Assim, a peça publicitária é, de acordo com Ruth Sabat (2003), uma forma de pedagogia cultural.

A publicidade [...] trabalha basicamente com imagens. As imagens produzem uma pedagogia, uma forma de ensinar as coisas do mundo, produzem conceitos ou pré-conceitos sobre os diversos aspectos sociais, produzem formas de pensar e agir, de estar no mundo e de se relacionar com ele. A construção de imagens que valorizam determinado tipo de comportamento, de estilos de vida ou pessoa, é uma forma de regulação social que reproduz padrões mais comumente aceitos em uma sociedade (Sabat, 2003, p.150).

As cenas e situações apresentados nas peças publicitárias têm, assim, uma importância cultural, posto que os discursos, saberes e representações veiculados tem relação direta com os acontecimentos históricos vivenciados pela sociedade. Por isso, o conteúdo publicitário nos é tão familiar. Ele é constante e normativo.

Contudo, como sua existência é marcada pelo imperativo do consumo e das relações comerciais, a publicidade está sempre desenvolvendo estratégias discursivas inovadoras e também exibindo atualizações sobre esses estilos de vida e sujeitos. Nesse sentido, os padrões de feminilidade e masculinidade vão sendo alterados enquanto os mais diversos discursos oriundos da política, dos movimentos sociais, medicina, pedagogia, psicologia etc. vão sendo também incorporados pela publicidade como forma de não a tornar obsoleta.

O discurso sobre a beleza veiculados pelas campanhas publicitárias, bem como o discurso religioso, o jurídico etc. dizem respeito sobre normas, sobre apresentação, cuidado e disciplinamento dos corpos, sobre raça/etnia, sexualidade e classe social. Porém, esses enunciados vêm distribuídos ao longo da trama e, ao mesmo tempo em que estabelece a (re)produção de determinados discursos serve também para problematizar/questionar os discursos tidos como hegemônicos.

Considerando que é no interior das práticas discursivas que torna-se possível subverter a ordem vigente (Butler, 2007), pergunto de que formas as peças publicitárias em questão abrem brechas para subversão de ordens e para a promoção de novas/diversas percepções sobre o sujeito.

Modos de ser e de viver diversificados aparecem nas campanhas publicitárias centrados, em sua maioria, na materialidade dos corpos jovens, bem vestidos, saudáveis e constantemente sexualizados, porém também se faz presente nas narrativas um regime de representação configurado dentro de uma ordem binária essencializante. A lógica heteronormativa³ é constituída por esta ordem binária e pode ser definida como um padrão de normalidade, na qual a diferença entre mulheres e homens é naturalizada e tida como inquestionável por determinados grupos sociais.

O discurso publicitário, assim como o discurso midiático, em geral, produz repetidamente essa diferença de gênero, lançando mensagens, produtos e serviços endereçados para mulheres e homens. A observação das regularidades desses discursos e a análise das narrativas (Chantler, 2015) que compõem a performatividade de gênero nos oferecem a possibilidade de perceber em que condições e sob que estratégias discursivas essas campanhas publicitárias dialogam entre si, em contextos variados, mesmo quando parecem ser uma crítica aos modelos hegemônicos.

Michel Foucault argumenta que os discursos nem sempre são coerentes e lineares entre si, havendo sempre uma possibilidade de negociação e de deslocamento, considerando que os enunciados, dentro de uma mesma formação discursiva, podem ser (re)arranjados a partir de diversos sistemas de saberes que se ligam e entrecruzam-se. Justamente por serem constituídos por meio das relações de poder, o discurso, com seu caráter produtivo, é um campo de lutas e disputa, que localiza o sujeito e designa posições hierarquizadas para todos os envolvidos.

[...] Não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falamos. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 1986, p. 56)

As duas propagandas veiculadas pelas empresas Boticário, respectivamente, a serem analisadas a seguir servem como meio de compreensão sobre como o discurso publicitário posiciona o sujeito dentro de uma grade de intelegibilidade (Butler, 2003), na qual os enunciados das peças propõem uma definição dos sujeitos em lugares de fala e de ação pré-estabelecidos. Essa definição do masculino é uma estratégia discursiva que relaciona a masculinidade com algumas normas de cuidados diários e uma disciplina específica com o corpo e com a aparência.

A narrativa da peça a ser analisada a seguir desenvolve a associação entre *masculinidade*, força e virilidade. O slogan principal da campanha é “Linha Men do Boticário. Para o você que existe no ogro”. Foi uma peça produzida pela AlmapBBDO, lançada em maio de 2016 e que coloca em destaque alguns modelos clássicos de *masculinidade*, como a imagem do lenhador, lutador e do mecânico, para mostrar os produtos da linha Men Only (hidratante, perfume, produto para barba e desodorante). A ação foi complementada com outros três vídeos lançados nas mídias digitais e também por um teste de nível de “ogrisse” chamado “Ogrômetro”, encontrado no site da empresa.

Figura I – Cenas da peça “Linha Men da Boticário”



Fonte: Youtube

A propaganda é composta por uma série de tomadas e em cada uma delas apresenta um sujeito diferente. Os homens são diferenciados, primordialmente, pela profissão (lenhador, mecânico, esportista, encanador, bombeiro etc.) e pelos produtos que usam para cuidar de sua aparência. Entretanto, a materialização dos ideais de *masculinidade* que aparecem são associados a profissões caracterizadas pelo trabalho braçal, nos quais a força, coragem e ação são tidas como características primordiais para o desenvolvimento do trabalho. Assim, a peça chama atenção para o cuidado com o corpo a ser realizado por homens tidos como “brutos” e “fortões”.

Eles se vestem com roupas tipicamente relacionadas a essas profissões. Caracterizam-se, também, por seus corpos fortes, com apresentação de músculos aparentes, blusas regatas, que destacam a definição e o volume dos braços. Alguns aparecem fazendo musculação e praticando boxe.

A apresentação de cada um deles destaca a existência de alguns produtos da linha Men da empresa em questão. Enquanto falam, pode-se perceber a atividade que realizam e como utilizam tais produtos. A narração em *off* da peça é a seguinte:

Nada me deixa mais furioso do que ficar com o rosto oleoso para isso eu tenho um macete que eu chamo de sabonetenperfumaria, desodorante, só um pouquinho de hidratante pós barba e shower gel, para você conquistar sua girl se quer um conselho, eu te dou mil mas se me perguntar, eu não uso nenhum (grupo de homens)

A GENTE SE CUIDA, MAS NÃO CONTA PARA NINGUÉM AINDA BEM QUE TEM BOTICÁRIO MEN. (locutor em *off*)

LINHA MEN DO NOTICÁRIO PARA O VOCÊ QUE EXISTE NO OGRO. (O Boticário, 2016).

Esta peça da empresa O Boticário apresenta enunciados que tendem a associar a *masculinidade* e o cuidado de si, conservando os elementos e as práticas que costumam marcar a virilidade como um atributo *masculino*. O enunciado “Para o você que existe no ogro” chama atenção para uma necessidade, até então, oculta de que o homem teria de se preocupar com a aparência.

O discurso que estimula o cuidado de si, também apresenta interdições como Michel Foucault (2014, p.9) aponta. O cuidado do corpo e da aparência, pelos homens, passou por um processo de exclusão e ao ocultar a realização do cuidado com a aparência nota-se a operação da norma em funcionamento. Na cena em que estão na rua em posição de protesto eles cantam: “A gente se cuida, mas não conta para ninguém”. A interdição da fala sobre sabonetes, hidratantes e desodorantes denuncia, assim, que esse cuidado com o corpo, de todo modo, não é comum a esse modelo de *masculinidade* que se performatiza como um sujeito forte, dominador e rústico.

O “ogro” é localizado historicamente por meio de limites à sua performance e aos processos identitários bastante restrito à um contexto social específico, no qual o assujeitamento à normatividade se dá tanto pelo corpo como subjetivamente (Miskolsi, 2006, p.684). Ele representa aqueles sujeitos que exercem a sua masculinidade de tal forma que não se sentem confortáveis em se emocionar ou demonstrar sentimento, chorar, recusar uma investida sexual/amorosa ou realizar qualquer atividade associada ao dito universo feminino como cuidar do cabelo, das unhas, usar hidratante etc.

Apesar desse conjunto de produtos anunciados (sabonetes, hidratantes e gel de banho etc.) ser apresentado como objetos a serem consumidos por homens, antes, a narração destaca que é necessário que “ninguém” saiba. Nesse sentido, qual seria a norma de gênero operante nesse enunciado?

Os cuidados com a aparência e com o corpo devem ser mantidos às escondidas, sob pena dessa descoberta causar uma série de associações entre as práticas supostamente femininas e as ditas masculinas. Assim, o enunciado destaca a importância de construir e apresentar uma identidade por meio de uma aparência fixa e coerente, nos termos do que Butler caracteriza como gênero inteligível (2003), no qual os atos produzidos na superfície do corpo são realizados a partir de normas regulatórias definidas pela diferença de gênero e pela heteronormatividade.

A força, robustez e determinação são algumas das características que compõem a imagem do homem. A voz grossa, a exibição dos músculos, as roupas sujas de graxa, o bombeiro que sai de um prédio em chamas salvando um animal e o homem que risca um fósforo na pele do pescoço mostram valores que demarcam os sujeitos dentro das normas regulatórias. De acordo com Guacira Louro,

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são apresentadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se constitui sobre os sexos. (LOURO, 1997, p. 21)

Desse modo, o apelo da peça publicitária recai sobre a alegação de que mesmo sendo um “ogro”, lendário monstro que tinha a característica de devorar seres humanos, o homem deve resgatar ou vivenciar alguns momentos ligados ao seu cuidado e aparência. Esse resgate, contudo, não deve significar que ocorreu uma aproximação com o feminino, tornando a peça publicitária em si uma tecnologia que institui uma pedagogia dos cuidados com o corpo⁴ e também da subjetividade.

Além disso, mesmo que a peça publicitária produzida para o público masculino seja sobre cuidado com o curso, ela não apresenta como ideal a busca, especificamente, pela beleza ou o cuidado com a aparência, já que estes não são os temas principais que as norteiam.

EXISTE UM “NOVO” HOMEM EM PROCESSO?

A apresentação de perfis masculinos que promovem fissuras e fragmentos em relação ao padrão hegemônico vêm à tona como uma forma elaborada de mostrar a ficção da universalidade do homem branco, heterossexual, possuidor e europeu.

A performatividade do gênero é pautada na constante e incessante repetição de atos legitimamente apresentados como ideais de feminilidades e de masculinidades. Porém, a aparição e a visibilidade de sujeitos que representem uma alternativa de ruptura com a ordem heteronormativa estão associadas com a emergência de discursos oriundos dos movimentos sociais, mais especificamente, dos movimentos feministas e dos estudos queer e interseccionais que ganham espaço tanto no ambiente acadêmico como nas mídias sociais (Lemos, 2009; Rago, 2003).

Na publicidade, essas configurações sociais problematizadoras são notadas a partir de uma breve análise. Outros discursos vêm trazendo destabilizações ao que se chama de masculinidade hegemônica, ao destacar que o ser masculino se enquadra como alguém que se vê também reprimido pelas normas sociais, que também se sente coagido pelas representações sociais hegemônicas e que, por isso, passa também a se questionar como sujeito.

No livro “Homem não tece a dor”, Berenice Bento afirma que estar em contato com as emoções e sentimentos é um dos desafios que os homens se deparam, principalmente, ao se tornarem pais. A primeira socialização dos meninos costuma ser marcada por normas e padrões sociais mais rígidos, enquanto isso, a passagem para a vida adulta, em alguns contextos, demanda uma mudança dos modos de ser e de agir, considerando a influência dos valores liberais baseados na liberdade e na individualidade do ser.

Sob o prisma da relação “tradicional-moderno”, as transformações na identidade masculina consistem na dissociação entre os valores com que os homens foram socializados primariamente (identificados como tradicionais, que estabelecem posições fixas, assimétricas e hierarquizadas para os gêneros dentro da estrutura social) e os valores que foram sendo incorporados ao longo de suas vidas (identificados com a igualdade, simetria, liberdade entre os gêneros). Isso gera uma descontinuidade socializatória à medida que foram socializados para estruturarem suas ações de acordo com uma identidade masculina baseada na competição, na agressividade, na violência, na repressão

dos sentimentos. Mas até que ponto orientações ou visões de mundo diferentes, coexistindo na subjetividade, geram conflitos ou crises? (Bento, 2015, p.108)

É possível identificar que ações como chorar, cuidar do próprio corpo e tocar o corpo de outro homem são não fazem parte das práticas adequadas. Essas práticas, quando realizadas por homens, se configuram como um tabu. Nesse sentido, tanto subjetividade como as práticas sociais são constantemente vigiadas e servem como instrumento de ordenação da identidade masculina.

A difusão das psicologias do homem (baseadas em uma subjetividade agressiva, racional, objetiva, forte, segura e ativa) e as da mulher (baseadas na afetividade, ingenuidade, passividade) serve para cristalizar oposições. Nesta perspectiva, quando o homem experimenta a sensação corporal da ternura, do toque, sente-se confuso com este lado “feminino” obscuro e desestabilizador. Ao homem é interdito sentir ternura e tocar a pele do seu igual. Qualquer impulso carinhoso poderá ser o desencadeador de “tendências homossexuais”. (Bento, 2015, p.111)

Analisando produções audiovisuais recentes, é possível identificar a aparição destes sujeitos que são apresentados sob o rótulo de “oprimido” pelas normas sociais, se aproximando assim das características apontadas por Bento (2015) nos aponta. Esses sujeitos são apresentados, assim, em condições de existência que marcam a passagem do tradicional para o moderno, na qual ele passa a ser ver como vítima da ordem heteronormativa.

A expressão de masculino associada à agressividade e à virilidade volatiliza-se e encontra outras formas de expressão, sobretudo, pelo fato de haver um processo de reflexividade em relação ao modelo tradicional de masculinidade. Sócrates Nolasco, no livro *O mito da masculinidade* (1993), considera que é essa problematização em relação ao homem tradicional irrompe-se, no Brasil, a partir da década de 60, no auge do movimento Tropicália, tendo em vista as músicas compostas por Gilberto Gil e Caetano Veloso que remete à construção de uma nova proposta de subjetividade masculina.

O contexto que propiciou essas mudanças não se deu de forma pacífica. Apesar disso, o desenvolvimento tecnológico e industrial, no Brasil, promoveu uma valorização dos princípios individualistas e liberais, dando, assim, maiores oportunidades às mulheres e aos homens de construir novos caminhos e decidirem seus próprios destinos. A idealização do modelo de família tradicional, da virgindade como um patrimônio feminino e a determinação de condutas femininas e masculinas configuradas de maneira oposta e excludente também foi alvo de um longo processo de luta e de reconhecimento, dentro dos movimentos sociais (Bento, 2015).

O debate sobre (novas) masculinidades parece ter saído do âmbito acadêmico e se apresentado como um discurso a ser proferido em escalas mais ampliada, considerando o acesso que milhões de pessoas

têm em relação aos meios de comunicação, nos dias de hoje. Por isso, é necessário destacar que esses discursos paralelos ao hegemônico em nenhum momento podem ser encarados como o caso de uma diminuição ou queda na crença na ficção do gênero, da qual nos fala Butler (2003). Ao contrário disso, a análise mais aprofundada pode identificar que as relações de poder continuam sendo hierarquicamente mantidas tanto no discurso hegemônico como nos outros discursos, tomados aqui como emergentes ou contra discursos.

MAIS CUIDADOS E AS NOVAS MASCULINIDADES

Michel Foucault, em *A ordem do Discurso*, argumenta que os discursos são selecionados e organizados a partir de regras de exclusão e de aparecimento de tal forma que controlam a possibilidade de acontecimentos aleatórios. Essas regras versam principalmente sobre quem é autorizado a falar e sobre o que se é autorizado falar.

Pensar no caráter produtivo do discurso, no campo das produções audiovisuais, parece ser um caminho teórico e metodológico profícuo para a análise do dito e do não-dito e também das condições de aparição de enunciados, que estão associados a outros discursos hegemônicos que compõem a ordem social. Nesse sentido, de acordo Rosa Bueno Fischer (2001),

[...] o discurso ultrapassa a simples referência a coisas, existe para além da mera utilização de letras, palavras e frases, não pode ser entendido como um fenômeno de mera expressão de algo: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria. (2001, p. 200)

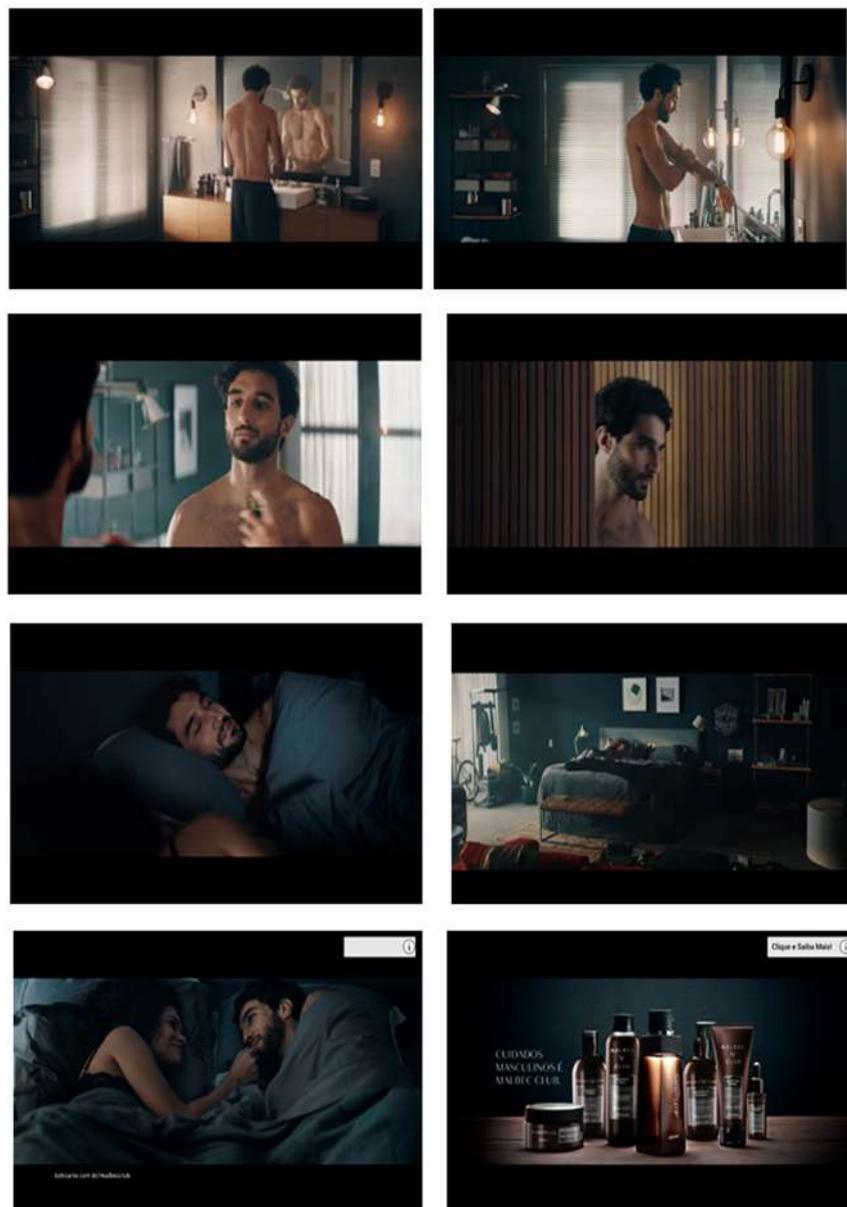
A peça a ser analisada a seguir constrói uma inversão no quadro de referência que posiciona sujeitos e ações em situações de complementariedade. A busca por beleza e uma aparência bem cuidada tem sido a principal forma de fazer com que as mulheres se tornem consumidoras no ramo da indústria de cosméticos, cirurgias plásticas e academias. A beleza, no caso das mulheres, é um bem a ser conquistado diariamente, como uma performance, que precisa ser repetida diversas vezes, tanto no espaço público, como no ambiente doméstico.

Uma cena recorrente em filmes, novelas e outras produções audiovisuais e (re)encenada como uma prática feminina é aquela na qual a mulher acorda ao lado do namorado/parceiro e se maquia, penteia o cabelo e finge dormir até que ele acorde e a veja bonita e bem produzida, como estaria na noite anterior.

A peça traz referências normativas sobre o cuidado com o corpo, evidenciando que o exercício do cuidado de si e de sua aparência é uma prerrogativa educativa que não é necessariamente endereçada

somente ao público feminino. Afinal, o ato encenado pelo ator de levantar, usar o óleo para barba, hidratante e perfume antes da namorada/parceira acordar nos remete à outras cenas, em geral, de comédia que mostram as mulheres preocupadas com sua aparência no dia seguinte, pela manhã.

Figura 2 - Cenas da peça “Mais cuidado, mais conquista”



Fonte: Youtube

Cenas com esses enunciados foram feitas e recriadas diversas vezes com o intuito de apresentar a mulher como aquela que, mesmo tendo passado a noite com esse homem, tendo desfrutado de momentos de intimidade, ela precisa se apresentar de forma a fazer com que ele não descubra que,

pela manhã, o cabelo dela fica desarrumado, ou que seus lábios e bochechas não são rosados etc. A normatividade referente ao gênero feminino, nesse sentido, se encontra atravessada pela busca do olhar do parceiro e também da aprovação social de sua aparência, gestos e movimentos. Para a peça aqui analisada, o que prende a atenção é ver um homem agir com o propósito supostamente feminino de encantar e se fazer conquistar. Diante dela, ao acordar, nesse caso, ele não a beija, não a acorda e nem a deixa em um quarto enquanto ela dorme, ele deita e aguarda o olhar e a atenção dela. Ao vê-lo, ela sorri.

A estratégia enunciativa aproxima os modos de ser e de agir entre homens e mulheres, contudo, o sujeito busca fazer isso como forma de conquista ou como meio de atrair a atenção da mulher. A subversão, neste caso, está justamente no fato do sujeito não agir como se tivesse em uma caçada. Ele não a procura, pois resolve fazer as vezes de objeto do desejo feminino, realizando assim um rompimento com o que é esperado de um homem.

Há, desse modo, uma narrativa alternativa que desloca o homem da posição hegemônica nos anúncios de conquistador, sedutor e ativo no intercuro amoroso/sexual. O perfume e outros produtos o tornam atraente, mas a ruptura na representação acontece pelo fato do homem ser aquele preocupado em ser mais atraente. Seu corpo, movimentos e gestos são acompanhados pela câmera enfatizando uma relação de harmonia com seu corpo e sua aparência. Este homem não tem medo de “se cuidar” e não esconde que se cuida, como o ogro, da peça de 2016.

Tentando compreender as condições de aparição deste discurso sobre a masculinidade, levanto um fato não considerado até então que é a questão dos outros marcadores sociais da diferença que, neste caso, seriam a classe e a raça. O personagem principal é um homem jovem, com cabelos lisos, com leves ondulações, seu corpo é esbelto e esguio. Apesar de ter traços arabescos, com nariz avantajado e lábios finos, ele não possui um estereótipo de marginalização ou de vulnerabilidade.

O homem desta peça é um sujeito urbano, possui um ambiente confortável e com decoração requintada. No seu quarto e banheiro predominam as cores cinza, azul e tons amadeirados, sendo a divisão entre o quarto e o banheiro feita com duas paredes de madeira. Além disso, seu quarto tem obras de arte conceitual na parede e uma bicicleta, dando a entender que suas referências não são de um homem tradicional, com um trabalho formal.

Dois outros pontos são de fundamental importância para compreender as rupturas na encenação daquilo que se refere à masculinidade hegemônica trazidas por esta peça: (a) a namorada/parceira é uma mulher negra, com cabelos cacheados e que não se apresenta com uma femme fatale pronta

para seduzir os homens em cena⁵ e (b) o personagem está preocupado em realçar seu perfume e beleza para somente uma mulher⁶.

Dito isso, destaco que estas e outras tentativas de ruptura vêm sendo empreendidas em relação à figura do homem tradicional nas peças publicitárias. Além disso, é possível notar a aparição de personagens até então pouco visibilizadas pelo discurso publicitário: o padrasto, o casal homossexual, o pai solteiro etc. têm sido visibilizado nas propagandas de empresas de cosméticos como O Boticário. Seja para reiterar uma ideia de masculinidade ou para problematizar os seus limites, a aparição desses sujeitos irrompe na superfície da ordem hegemônica. No entanto, a análise sobre como se dá a aparição desses novos personagens e sob que condições de aparição a desestabilização de gênero acontece torna-se parte do processo de compreensão sobre a masculinidade como prática estruturada histórica e relacionalmente.

Se, por um lado, a imagem da “mulher empoderada” tem sido promovida nos últimos anos, passando a ser até mesmo um jargão na programação televisiva e também nas redes sociais, por outro lado, a problematização do que tem sido chamado de masculinidade hegemônica também tem sugerido a possibilidade de se refletir de forma mais sistemática sobre as relações assimétricas de gênero.

Assim, deve-se destacar que ao proporem novos cenários e condutas, essas produções audiovisuais realizam uma desestabilização, mesmo que efêmeras, das relações de gênero, produzindo resistências e, também, novas formas de existir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, pude concluir, primeiramente, que o discurso publicitário realiza tanto o processo de naturalização do feminino e do masculino, mas também, em algumas circunstâncias, promove uma certa instabilidade na ordem heteronormativa. Ou melhor dizendo, um deslocamento em relação aos modos de ser e agir ditos masculinos.

No âmbito específico das estratégias discursivas de enunciação do masculino, a figura masculina sofreu algumas alterações, tendo em vista a posição ocupada e a forma como o cuidado consigo e com seu corpo é apresentado. Do ogro, com músculo aparentes e com receio de sofrer discriminação por “se cuidar”, chega-se ao rapaz aparentemente bem sucedido, de classe média alta, que não tem receio em realizar os cuidados diário e ainda o faz com o intuito de ser visto por sua parceira como um homem que se cuida e que é saudável.

As análises feitas apontam a progressiva presença de um homem que se cuida e que faz disso um meio de se aproximar das mulheres, conservando assim sua referência à identidade heterossexual. Se na propaganda do Ogro, ele precisa (re) afirmar sua masculinidade em gestos, falas e atitudes, na peça “Mais cuidado, mais conquista”, não há esta necessidade tão evidentes, posto que, neste caso, ele encontra-se em um ambiente familiar e onde o Outro é uma mulher que não se apresenta como alguém que vai questioná-lo ou envergonhá-lo. A mudança de ambientes, do pertencimento social e de formas de interação social se torna algo significativo, no caso das propagandas da empresa Boticário. O cuidado consigo é realizado, assim, dentro de um contexto de aparição que preserva a coerência entre sexo/gênero/desejo e prática sexual (Butler, 2003), no que se refere à propagandas endereçadas ao Dia do Homem.

Assim, a observação dos pontos destacados leva a concluir de que forma os modos de representação de sujeitos partem de jogos enunciativos que mesmo valorizando as diferenças entre homens, ainda reiteram alguns padrões de masculinidade associados à valores tradicionais já citados, tais como força, virilidade, necessidade de conquista e poder. Mesmo com a proposta que oferece algumas desestabilizações à este padrão, a peça “Mais cuidado, mais conquista” coloca o homem mais uma vez na posição de conquistador, mesmo que esta conquista não se dê nos moldes tradicionais de interação social. Há, por tanto, uma quebra na ordem, porém não definitiva. A estratégia discursiva trabalha com a sugestão mais do que com o estabelecimento de uma nova lógica.

Desse modo, levanto a sugestão de análise sobre como a publicidade vêm se apropriando dos tópicos que compõem as lutas femininas por reconhecimento e, utilizado estas a partir da necessidade de que elas se tornem instrumentos de inclusão de sujeitos antes não incluídos nas lógicas de mercado. Isso, por sua vez, além de fornecer um possibilidade de identificação maior com o público jovem consumidor, também faz com que as empresas sejam vistas como progressista diante dos debates levados pelos estudos de gênero, se tornando, assim, empresas com uma caráter moderno e inovador. Contudo, destaco que as desestabilizações e reflexões promovidas pela inclusão de novas abordagens e personagens não representa uma alternativa única para as políticas de representatividade vislumbradas pelos movimentos sociais na atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, Berenice. Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas. 2. ed. Natal/RN: EDUFRN, 2015.

BERGER, M. "Felicidade é entrar num vestido p": o culto ao corpo na sociedade urbana contemporânea. Cadernos de Campo (São Paulo 1991), v. 19, n. 19, p. 69-90, 30 mar. 2010.

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". IN: LOURO, Guacira. O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica. 2007.

CAZARRÉ, Marieta (2015). Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais. Agência Brasil, Brasília, 13 nov. On-line. Disponível em: <<https://goo.gl/CH06vH>>. Acesso em: 16 abr. 2017.

CONNELL, Robert W; MESSERSCHMIDT, James W.; FERNANDES, Felipe Bruno Martins. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. Estudos Feministas, p. 241-282, 2013.

CONNELL, R.W. Políticas da masculinidade. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, jul./dez.1995.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O estatuto pedagógico da mídia. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2000. (Relatório final CNPq. Cópia digitada.)

FOUCAULT, M. A Arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

LE MOS, M. G. Ciberfeminismo: novos discursos do feminino em redes eletrônicas. 129f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009, meio digital. Disponível em: . Acesso em 10/01/2019.

MOIRA, Amara. E se eu fosse puta. São Paulo: Hoo, 2016. 216p.

MOORE, Henrieta. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. Cadernos Pagu, Campinas, vol.14, 2000, pp.13-44, 2000.

NOLASCO. Sócrates. O mito da masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

PRECIADO, Beatriz. "Multidões queer: notas para uma política dos anormais". In Rev. Estud. Fem. vol.19 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2011.

RAGO, M. Os feminismos no Brasil: dos "anos de chumbo" à era global. Revista Labrys (Estudos feministas), Brasília, n. 3, jan./jul. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20/04/2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Quem reivindica a alteridade? In.: HOLLANDA, Heloisa Buarque. (Org). Tendências e impasses—o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 187-205.

VÍDEOS

Linha MEN do Boticário: Para o você que existe no ogor. 30”. Disponível em: <https://www.YouTube.com/watch?v=zTXIHkCL9x0> Acessado em: 03/07/2017.

Quem é do clube sabe: mais cuidado, mais conquista. Vem conhecer! O Boticário. 30” Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=roQeL4V3x38>. Acessado em: 20/01/2019.

NOTAS

Nota 1

De forma geral, Connell (1995, p. 188) define masculinidade como “é uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”. Considerando a diversidade de formas de vivenciar a masculinidade, destaco que a masculinidade hegemônica se refere às diversas práticas normativas que servem como meio de distinção dos homens em relação às mulheres e também em relação à outros homens. Como nos diz Cornell, ela se tornou “forma mais honrada de ser um homem” (Cornell, 2013, p. 245).

Nota 2

Miskolci define a heteronormatividade como sendo “aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade – mas que também seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral”. (2007, p. 230)

Nota 3

Rosa Maria Bueno Fischer (2000) destaca a relação entre mídia e a produção de uma pedagogia baseada em imagens televisivas.

Nota 4

Nas propagandas para produtos masculinos, as tomadas de cena costuma dar destaque aos atributos físicos do corpo feminino como modo de apresentar o tipo de mulher que supostamente se aproximará deste homem que usar aquele produto.

Nota 5

Isso em referência à outras marcas (Old Spice, Axe etc.) de perfumes e desodorantes que costumam veicular peças publicitárias onde o homem utiliza um desodorante para atrair o maior número possível de mulheres, sendo considerado assim como o “conquistador” ou “garanhão”.

Capítulo 7



10.37423/230207323

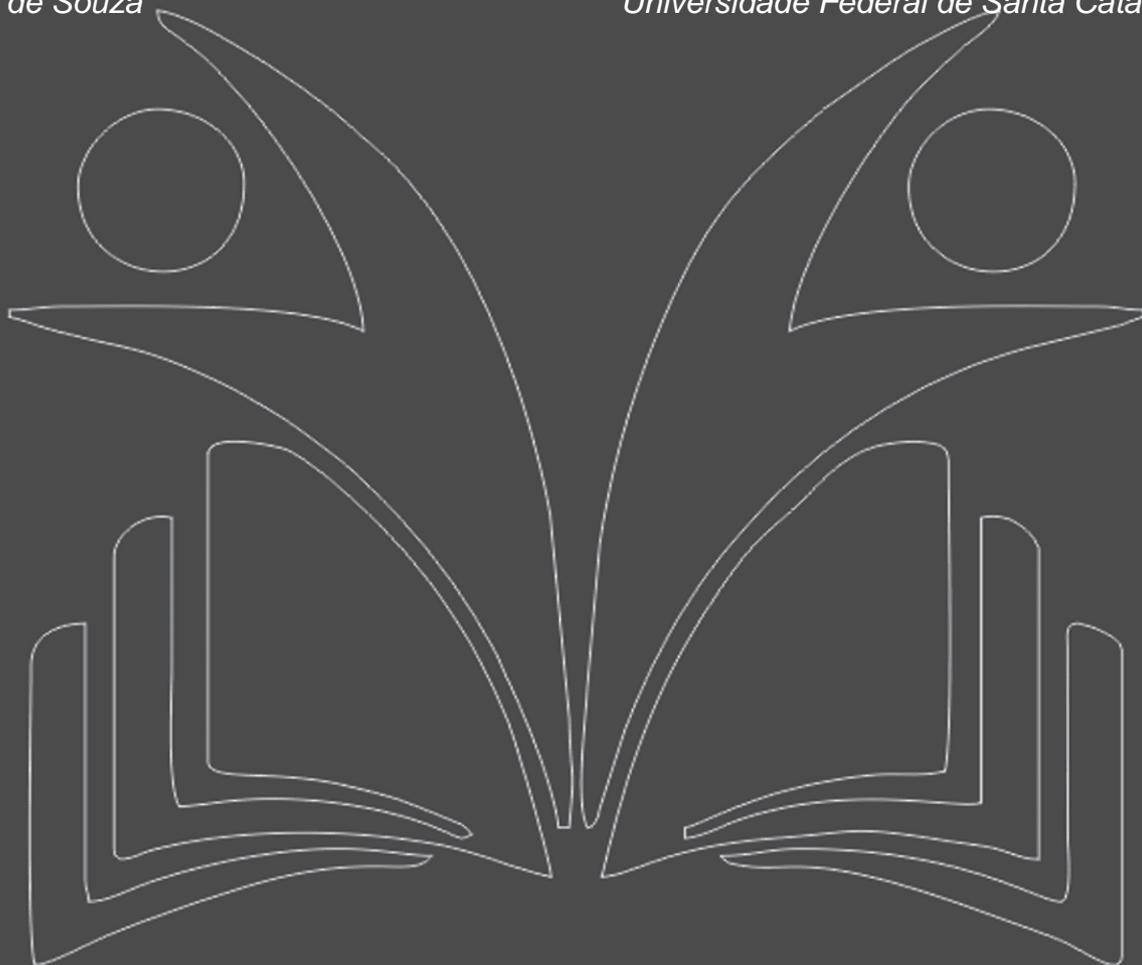
CARACTERÍSTICAS ASSOCIADAS AO NÍVEL DE EVIDENCIAÇÃO DOS PASSIVOS CONTINGENTES DAS COMPANHIAS DE CAPITAL ABERTO BRASILEIRAS

Débora Pedroso Sanson

Universidade Federal de Santa Catarina

Maíra Melo de Souza

Universidade Federal de Santa Catarina



Resumo: Os passivos contingentes são possíveis obrigações cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos nos quais as organizações não possuem controle relativo ao seu resultado. O presente estudo objetivou identificar características associadas com o nível de transparência dos passivos contingenciais nas companhias de capital aberto brasileiras. Para isto, na intenção de medir o nível de evidenciação dos passivos contingenciais, utilizou-se uma lista de verificação elaborada conforme o CPC 25 (2009), na qual foram analisadas qualitativamente as notas explicativas da amostra de 285 empresas listadas na B3, relativas ao exercício de 2016. Os achados apontaram uma alta concentração dos passivos contingenciais de natureza tributária (32,04%); trabalhista (31,52%) e cível (31,26%) na amostra analisada. Concernente à lista de verificação, foi possível inferir que companhias ainda possuem dúvidas acerca das normas do CPC 25 (2009), visto o baixo grau de *disclosure* na amostra analisada. Relativo às características, os achados apontam que as entidades as quais apresentam mais obrigações com terceiros, possuem uma média superior de divulgação dos passivos contingenciais. Percebeu-se que o mais elevado nível de governança corporativa não influencia na publicação dos passivos contingenciais. Salienta-se ainda, que as companhias que negociam ações na NYSE e selecionam as *big four* para auditarem suas companhias, apresentam, em média, um grau de *disclosure* superior de seus passivos contingenciais. Ademais, verificou-se que a média de evidenciação foi mais relevante nos setores de atuação de Telecomunicações (33,33%); Saúde (30,56%) e; Petróleo, Gás e Biocombustíveis (28,07%).

Palavras-chave: Passivos contingentes; CPC 25; Evidenciação.

1 INTRODUÇÃO

Para o profissional contábil, o passivo contingente é um dos itens patrimoniais de maior dificuldade, pois conforme Martins, Iudícibus, Gelbcke e Santos (2013), refere-se a uma obrigação que não pode ser reconhecida, haja vista ser formada por eventos incertos dos quais não são controlados pela instituição.

Nesse sentido, Niyama e Silva (2013) apontam que os passivos contingenciais são difíceis de serem mensurados, pois existem dúvidas sobre a ocorrência da obrigação, ocasionando um impacto nas deliberações dos usuários da contabilidade.

Conforme o CPC 25 (2009), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), correlacionado com a norma internacional IAS 37 do *International Accounting Standards Board* (IASB), passivos contingentes são: a) uma possível obrigação que irá se confirmar por um fato ocorrido ou não no futuro ou; b) uma obrigação presente que não é reconhecida, pois pode não ocorrer uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou seu valor não pode ser mensurado com confiabilidade.

A partir do conceito da IAS 37, Salazar e Benedicto (2004) esclarecem que a característica fundamental deste tipo de passivo é a incerteza de acontecimentos futuros que influenciariam no benefício econômico da entidade. De outra forma, Griffin (2012) define este passivo como um dever que depende da existência de uma circunstância na qual seu desfecho não é conhecido com precisão e decorre de algum fato que acontecerá no futuro. Griffin (2012) ainda acrescenta que o valor deste deve ser fundamentado em probabilidades, tendo em vista que a melhor forma de prever o montante a ser desembolsado é por meio de estimativa.

Nessa concepção, percebe-se a relevância da adequada divulgação contábil dos passivos contingenciais, visto que eles podem se transformar em obrigações prováveis e dessa forma prejudicar o lucro da empresa. Hendriksen e Van Breda (2009) salientam que transparência contábil minimiza a assimetria informacional entre os usuários internos e externos, pois norteia uma melhor deliberação por parte dos investidores, tendo em vista que estes buscam empresas que apresentam uma maior transparência, informações valiosas e de qualidade. Assim, a divulgação contábil proporciona uma relação simbiótica entre as companhias de capital aberto brasileiras e o mercado de capitais.

A partir do exposto elaborou-se o seguinte questionamento: Quais características são associadas com o nível de evidenciação dos passivos contingenciais nas companhias de capital aberto brasileiras? O

objetivo do presente estudo é identificar características associadas com o nível de evidenciação dos passivos contingentes nas companhias de capital aberto brasileiras.

A realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade de as empresas divulgarem corretamente os seus passivos contingenciais, com o fim de evitar possíveis prejuízos no qual impactam a imagem da empresa. O jornal Valor Econômico, do dia 07 de março de 2017, divulgou uma notícia que menciona uma companhia de capital aberto brasileira, sendo investigada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), por uma possível prática de superavaliação de provisões, a qual distorceria o seu resultado. Como o conceito de provisão e passivo contingente são intimamente relacionados, este fato demonstra a importância de cunho econômico e social que a análise de provisões e passivos contingenciais possui na sociedade, sendo que a ausência divulgação adequada possui o potencial de afetar a análise dos usuários externos da contabilidade.

Estudos anteriores de Oliveira, Benetti e Varela (2011); Oliveira (2011); Jesus e Souza (2016) e Oliveira (2016) demonstraram que, em geral, as companhias contidas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3) divulgaram, de forma insuficiente, as informações concernentes aos passivos contingenciais referentes aos exercícios dos anos de 2009, 2010 e 2014. Desta forma, o presente estudo contribui com este tema e avança relativamente aos estudos anteriores, visto que analisa um cenário atual, sendo o exercício social de 2016, acrescentando a análise de possíveis características que podem influenciar o nível de evidenciação (*disclosure*) dos passivos contingenciais e contemplando a análise da totalidade das companhias de capital aberto brasileiras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EVIDENCIAÇÃO CONTÁBIL

Entre os anos de 1929 e 1930 ocorreu uma grande evolução no pensamento contábil fundamental, em virtude da necessidade de transparência que ficou evidente nessa época, as informações que eram apenas repassadas aos usuários internos começaram a ser fornecidas aos usuários externos (investidores/acionistas) (Hendriksen & Van Breda, 2009).

Pereira e Silva (2006) explicam que o objetivo principal da contabilidade é proporcionar informações necessárias para as deliberações, ressaltando que a *disclosure* é condição essencial para o alcance deste objetivo. A ideia subjacente é que por intermédio da evidenciação adequada promove-se uma maior transparência, compreensão e legibilidade das informações tornadas públicas, possibilitando que os usuários externos possam ter uma base confiável para apoiar suas decisões.

Aquino e Santana (1992) esclarecem que a evidenciação é aquilo que não oferece dúvida, pois tem o significado de divulgar com clareza o que está sendo comunicado. Esse entendimento está relacionado com a característica qualitativa da informação contábil de representação fidedigna, que assevera que os fenômenos devem refletir a realidade econômica do fato que se propõe a representar.

A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011) refere-se que uma informação é fidedigna quando ela representa com autenticidade (veracidade) os dados contábeis da entidade. Por isso a evidenciação da informação contábil completa e fidedigna é tão importante no mercado de capitais, pois é uma das formas de reduzir os riscos entre os interessados nas atividades das empresas.

Nessa concepção, Iudícibus, Marion e Faria (2017), explicam que as companhias devem estar atentas ao desenvolvimento econômico e social da sociedade, pois é preciso suprir as necessidades emergentes dos usuários externos, com o propósito de transmitir todas as informações necessárias, sugerindo assim, que a informação apresentada de forma suficiente permite que os usuários entendam o seu valor, oportunidade e natureza.

Santos, Macedo e Rodrigues (2014) complementam que o *disclosure* possui grande importância para as companhias, pois auxilia na avaliação das oportunidades de investimentos, bem como demonstra aos participantes do mercado maior transparência dos riscos em investir em tais empresas. Lopes e Martins (2005) alertam que a falta de evidenciação nas companhias pode acarretar em assimetria informacional, em muitos casos decorrentes de conflitos de agência.

Jensen e Meckling (1976) explanam que a teoria da agência decorre da relação entre o “principal” e o “agente”, no qual o principal é representado pelo acionista que não está participando das decisões dentro da organização e o agente é aquele designado ou com o poder de decisões gerenciais dentro da organização. Por exemplo: em determinados contextos o principal poderá ser o acionista controlador e o agente o acionista minoritário.

Nesse cenário, a teoria da agência explica os problemas decorrentes da separação entre o principal e agente, no qual estes podem desencadear os conflitos de interesses que decorrem do uso de informações privilegiadas em prol de seus próprios interesses em detrimento aos interesses do principal que não teve acesso as respectivas informações, gerando assim a assimetria informacional (Hendriksen & Van Breda, 2009).

Com relação à assimetria informacional, Lopes e Martins (2005) explanam que os gestores (agentes internos na organização) possuem uma quantidade maior de informações financeiras em comparação aos investidores (usuários externos da organização), de modo a estes necessitarem de instrumentos independentes para avaliar o real cenário da companhia. Nesse contexto, um item importante a ser levado em consideração pelos investidores em suas tomadas de decisões é o grau de *disclosure* fornecido pelas empresas em seus relatórios contábeis.

A ideia subjacente é que quando a empresa disponibiliza informações contábeis incompletas em seus relatórios, os usuários externos obterão acesso a um nível de risco que poderá ser inferior ao que a empresa realmente possui. Lopes e Lima (1998) explicam que essa situação pode acarretar em um possível prejuízo no processo de movimentação dos recursos na economia, pois afeta diretamente a relação risco-retorno no mercado de capitais.

No contexto de conflitos de interesses também é relevante destacar que em países como o Brasil, nos quais a maioria das empresas possui o controle concentrado em um acionista controlador, a assimetria informacional e o conflito de interesses ocorrem entre acionista majoritário e os acionistas minoritários (Marques, Guimarães, & Peixoto, 2015).

Relativo aos passivos contingentes, Jesus e Souza (2016) acreditam que a relevância da sua adequada evidenciação está relacionada à demonstração dos riscos e dúvidas de investir em determinada companhia, o que poderá afetar sua situação tanto econômica como financeira. Dessa maneira, depreende-se que a ausência das divulgações relativas aos passivos contingentes, pode expor os investidores a altos riscos de perdas futuras.

2.2 PASSIVOS CONTINGENTES

Com a intenção de um melhor entendimento sobre os aspectos essenciais dos passivos contingenciais e provisões, é necessária uma breve conceituação do que é o passivo. A Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro (2011) define o passivo como uma obrigação atual, proveniente de eventos anteriores, cuja liquidação resulte em saída de capital que incorporem benefícios econômicos para a entidade.

Nesse entendimento, o CPC 25 (2009) explica que provisões são passivos com prazo ou valor incertos e precisa ser reconhecido quando atender a três requisitos, sendo estes: a) ser proveniente de um evento pretérito, desse modo, a entidade possui uma obrigação atual, b) quando há uma provável

saída de capital que incorporem benefícios econômicos para quitar a obrigação, e c) o montante da obrigação possa ser estimado com confiabilidade.

Todavia, se a obrigação não atender algum dos quesitos supracitados, não poderá ser caracterizado como provisão e deverá ser tratada como um passivo contingencial, devendo apenas ser divulgada em notas explicativas. Conforme o CPC 25 (2009), os passivos contingenciais são possíveis obrigações cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos e a companhia não possui controle relativo ao seu resultado. Os passivos contingenciais divergem das provisões, pois podem decorrer de fatos cujo valor não pôde ser mensurado com suficiente confiabilidade ou é proveniente de situações cuja ocorrência só será confirmada no futuro sem uma provável saída de capital. Este contexto estabelece obrigatoriedade de relato somente em notas explicativas, o que poderá acarretar futuramente na criação de obrigações.

Na mesma linha de raciocínio, Hendriksen e Van Breda (2009) explanam que os estes passivos não devem ser reconhecidos nos demonstrativos contábeis por serem obrigações possíveis e não prováveis, ou, apesar de já existir uma obrigação provável, o seu valor não pode ser mensurado com confiabilidade.

O CPC 25 (2009) ainda destaca que para os passivos contingenciais cujas chances de ocorrência sejam remotas não é necessária nem a divulgação em notas explicativas, o que aumenta as subjetividades acerca destes tipos de obrigações, pois mesmo passivos contingentes com chances de ocorrência consideradas remotas podem tornar-se possíveis ou prováveis, ocasionando uma surpresa para os usuários externos.

Na concepção de Scarpin, Macohon e Dallabona (2014) as práticas de divulgação contábil estão ligadas às estimativas dos valores concernentes aos passivos contingenciais, porque existe uma dificuldade de estimar estes passivos devido à complexidade de incertezas que são inerentes ao contexto institucional da entidade, dado que a difícil mensuração do seu custo total agrava a incerteza da estimativa.

Ademais, acrescenta-se que se a divulgação dos passivos contingenciais for realizada inapropriadamente, poderá distorcer a análise dos usuários pertinente aos demonstrativos contábeis, que será com base em informações potencialmente distorcidas (Ferreira, Borba, & Rosa, 2014).

Corroborando com Ferreira *et al.* (2014), a pesquisa de Jesus e Souza (2016) denota que se as entidades estudadas reconhecessem os seus passivos contingenciais, 60% destas reduziriam em mais de 100% seus lucros e 6% revelariam a situação de passivo a descoberto.

Em face deste cenário de incertezas com relação aos passivos contingentes, percebe-se a extrema relevância de sua correta divulgação e mensuração para atender as necessidades informacionais dos usuários externos.

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Com o objetivo de levantar estudos semelhantes sobre o tema passivos contingenciais, realizou-se uma busca na base *Scientific Periodicals Eletronic Library* (SPELL), na Revista de Contabilidade & Finanças da FEA/USP, na Revista *Braslian Business Review* (BBR) e no Google Acadêmico, utilizando as seguintes palavras-chave: passivo contingente, CPC 25 e evidenciação (*disclosure*). Nas quais foi possível identificar 09 estudos semelhantes. A Tabela 1 demonstra os estudos similares encontrados consoantes os parâmetros mencionados.

Tabela 1: Pesquisas anteriores

Autores	Objetivo e período analisado	Resultados
Oliveira, Benetti e Varela (2011)	Analisar o <i>disclosure</i> obrigatório das provisões, e dos ativos e passivos contingenciais das maiores companhias elencadas na B3, referentes ao final do exercício de 2009 e nos três primeiros meses de 2010.	Os autores comprovaram que o grau de <i>disclosure</i> dos ativos, passivos contingenciais e casos especiais ficaram acima de 60%, esse percentual é explicado pelo fato de diversas subcategorias serem consideradas não aplicáveis, por desconhecer se o evento não ocorreu na empresa ou se ela não divulgou informações sobre os mesmos.
Oliveira (2011)	Identificar o grau de <i>disclosure</i> das provisões e dos passivos contingenciais apresentado pelas empresas listadas no Novo Mercado na B3, concernentes ao ano de 2010.	A autora demonstrou que o grau de <i>disclosure</i> apresentou-se médio para as provisões e baixo para os passivos contingenciais. E também as companhias divulgaram voluntariamente poucas informações negativas com relação as suas contingências.
Suave <i>et al.</i> (2013)	Verificar o nível de conformidade das empresas mais negociadas da B3 com relação às disposições do CPC 25, concernentes ao exercício de 2011.	Os autores perceberam que mais de 80% das companhias demonstraram divulgação nos itens: descrição da natureza, estimativa do efeito financeiro, critérios de mensuração e incertezas relacionadas a datas e valores.
Fonteles <i>et al.</i> (2013)	Analisar os determinantes da <i>disclosure</i> de provisões e contingências das empresas elencadas na B3 no ano de 2010.	Os autores verificaram a presença de relação positiva entre a evidenciação e o tamanho da entidade. O estudo sugere ainda a não conformidade dos demonstrativos contábeis das empresas com relação ao CPC 25.
Scarpin, Macohon e Dallabona (2014)	Analisar se há variabilidade nos índices de endividamento relativos à adição dos passivos contingenciais das companhias elencadas em diferentes níveis de governança corporativa da B3 nos períodos de 2010 e 2011.	A partir dos resultados analisados, os autores constataram diferenças significativas da variabilidade nos índices de endividamento.

Pinto <i>et al.</i> (2014)	Identificar se a evidenciação quantitativa e qualitativa de provisões e passivos contingenciais está relacionada com o valor de mercado das empresas abertas brasileiras, no período de 2010 a 2013.	Os autores verificaram coeficientes positivos e significativos que sugerem que quanto maior o lucro por ação, quanto maior o endividamento e a provisão por ação, maior a probabilidade de a empresa divulgar informações sobre a provisão e o passivo contingente.
Jesus e Souza (2016)	Verificar os impactos do reconhecimento dos passivos contingenciais na realidade econômica das companhias auditadas pelas <i>big four</i> , concernentes ao exercício de 2014.	As autoras verificaram que caso os passivos contingenciais fossem reconhecidos, 60% das companhias teriam seu lucro reduzido em mais de 100% e 6% demonstrariam um passivo a descoberto.
Oliveira (2016)	Analisar o atendimento das exigências de reconhecimento, mensuração e <i>disclosure</i> das provisões e passivos contingenciais de 18 companhias elencadas na B3, que obtiveram maior lucro do Brasil em 2014.	O autor constatou que a média do índice de evidenciação é de 61%, e ainda das 18 empresas analisadas, 12 obtiveram índices acima da média.
Rosa e Souza (2017)	Identificar a representatividade e o grau de <i>disclosure</i> das provisões e passivos contingenciais fiscais das companhias de capital aberto brasileiras, relativas ao exercício de 2015.	As autoras constataram que a ausência de divulgação ou má divulgação das informações concernentes aos passivos de natureza tributária pode afetar a análise dos usuários externos.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Conforme exposto na Tabela 1, as pesquisas anteriores de Oliveira (2011) e Rosa e Souza (2017) verificaram que o grau de *disclosure* dos passivos contingenciais é inferior comparativamente ao das provisões, o que reforça a importância do presente estudo com foco na evidenciação destes passivos, de todas as companhias de capital aberto brasileiras.

Scarpin *et al.* (2014) e Jesus e Souza (2016) acreditam que o reduzido *disclosure* dos passivos contingenciais nas companhias estudadas pode apontar a existência de adversidades por parte dos contadores na hermenêutica do CPC 25, revelando a importância da necessidade de maiores esclarecimentos acerca do tema por parte dos órgãos normatizadores.

Outro fator importante observado em todos os estudos prévios relatados na Tabela 1 é o não cumprimento por completo do CPC 25 (2009), situação que pode estar ligada com o nível de subjetividade do reconhecimento dos passivos contingenciais.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O presente estudo define-se como descritivo. Consoante Gil (2008), as pesquisas descritivas visam estudar aspectos ou comportamentos de uma determinada população e denotar possíveis associações entre as variáveis.

No tocante ao problema de pesquisa, enquadra-se o método qualitativo, que possibilita um maior entendimento das características e tendências de certas variáveis, não se utilizando de instrumentos estatísticos para análise dos dados (Richardson, 1999).

No que diz respeito ao meio de obtenção dos dados, o presente estudo aborda a pesquisa documental. Marconi e Lakatos (2017) definem que a pesquisa documental se utiliza de documentos para obtenção de dados. Dessa forma, através das notas explicativas do ano de 2016 foi possível analisar o nível de transparência dos passivos contingenciais praticado pela amostra de pesquisa, bem como sua possível tendência de associação com as características das companhias de capital aberto brasileiras listadas na B3.

3.2 INSTRUMENTO DE PESQUISA

Para medir o nível de transparência das companhias da amostra, utilizou-se uma lista de verificação elaborada conforme as exigências de divulgação do CPC 25 (2009) na intenção de analisar as informações relevantes divulgadas pelas companhias. A Tabela 2 demonstra a lista de verificação utilizada nesta pesquisa.

Tabela 2: Lista de Verificação dos Passivos Contingentes

Lista de Verificação
1. Para cada classe de passivos contingentes, uma breve descrição de sua natureza
2. Estimativa do valor dos passivos contingentes
3. Indicação das incertezas relacionadas ao valor
4. Possibilidade de qualquer reembolso
5. Nos casos em que uma provisão tiver surgido de um passivo contingente, informar a ligação entre os dois

Fonte: Elaborada pelos autores com base no CPC 25 (2009).

Conforme supracitado, a base para a elaboração da Lista de Verificação foi o CPC 25 (2009), na qual, os itens contidos na Tabela 2 são reflexos dos requisitos para a divulgação dos passivos contingenciais contidos no referido Pronunciamento Técnico Contábil, com o intuito de promover um conjunto de informações relevantes quanto aos passivos contingenciais que possibilitaram o estudo da *disclosure* nesta pesquisa.

3.3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

De posse a Lista de Verificação elaborada na presente investigação foi mensurado o nível de transparência dos passivos contingenciais das companhias analisadas nesta pesquisa e os documentos observados foram as notas explicativas relativas ao exercício de 2016.

Com base no trabalho de Souza (2015), os parâmetros utilizados para o cálculo dos índices de evidenciação foram: a) nas situações nas quais as companhias divulgaram o respectivo item da Lista de Verificação de maneira completa atribui-se a pontuação 1; b) nas situações nas quais o respectivo item foi divulgado de maneira parcial atribuiu-se a pontuação de 0,5 ponto; c) nas situações nas quais as companhias não divulgaram o respectivo item atribui-se 0 (zero); e d) nas situações nas quais o respectivo item não se aplica a determinada companhia atribuiu-se “Não se Aplica” representado pela sigla NA. Para o cálculo do índice de evidenciação foi utilizada a seguinte fórmula demonstrada a seguir:

$$\frac{\text{Total de Itens Divulgados pela Companhia}}{(\text{Total de Itens da Lista de Verificação} - \text{NA})}$$

Para fins de análise no presente trabalho, foram estudadas as seguintes características das companhias da amostra: o valor do Passivo Total; o Nível de Governança Corporativa; Companhias brasileiras listadas na *New York Stock Exchange* (NYSE); Empresa de Auditoria e o Setor de Atuação. Os próximos subtópicos apresentam as justificativas para escolha das características mencionadas para análise no presente estudo.

3.3.1 VALOR DO PASSIVO TOTAL

Scarpin *et al.* (2014) demonstraram diferenças estatísticas significativas no tocante à importância da adição dos passivos contingenciais com relação à variabilidade dos índices de endividamento das companhias. Sendo assim possível presumir, que a não divulgação destes pode impactar de forma negativa a situação financeira das mesmas.

Dessa forma, considerou-se relevante analisar a característica “valor do passivo total”, obtida pela soma do Passivo Circulante e o Passivo Não Circulante das companhias da amostra. Os dados relativos ao valor do passivo total foram obtidos nos Balanços Patrimoniais consolidados das companhias da amostra, no *site* da B3.

3.3.2 NÍVEL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A B3 possui três níveis diferenciados de Governança Corporativa, sendo estes: o Novo Mercado e Níveis 1 e 2, com o intuito de melhorar os padrões de governança corporativa para as companhias brasileiras.

Conforme a pesquisa de Macêdo, Moura, Dagostini e Hein (2008), os autores constataram uma forte correlação positiva e significativa das empresas que adotam as práticas de governança corporativa e o grau de *disclosure* ambiental voluntária, concluindo assim, que a adoção de práticas de governança corporativa mais elevada, contribui para um aumento do *disclosure*.

Por este motivo, é possível presumir que as companhias que adotam níveis diferenciados de governança, almejem mostrar aos seus usuários externos que a empresa se preocupa em estabelecer uma relação mais transparente, ou seja, o adequado *disclosure* dos dados em consonância com as normas contábeis vigentes. As informações com relação ao Nível de Governança Corporativa de cada companhia foram obtidas no *site* da B3.

3.3.3 COMPANHIAS LISTADAS NA NYSE

No estudo de Rover, Alves e Borba (2006), os autores compararam o grau de transparência dos passivos ambientais nas demonstrações de algumas companhias brasileiras listadas na B3 e que emitiram ações na NYSE. A comparação indicou que os dados divulgados nos Estados Unidos são mais amplos que no Brasil, depreendendo não haver uma padronização entre os dados apresentados pela mesma empresa nos dois países.

Sendo possível presumir que as entidades podem apresentar diferentes características de passivos contingenciais, por conta da diferenciação cultural, ao aplicar as normas internacionais de contabilidade. Os dados foram obtidos no *site* da NYSE.

3.3.4 EMPRESA DE AUDITORIA

A atribuição do auditor independente é certificar que as demonstrações contábeis sejam divulgadas adequadamente conforme as normas contábeis, dessa forma assegurando a fidedignidade e confiabilidade dos dados (Antunes, 1998).

Neste sentido, Souza (2011) verificou uma qualidade superior de divulgação de informações contábeis e atendimento das normas nas companhias auditadas por empresas de auditoria *big four* com relação a outras.

Dessa forma, espera-se que as companhias auditadas por uma *big four* possuam um elevado nível de *disclosure* dos passivos contingenciais, comparadas aquelas auditadas por outras firmas de auditoria. Os dados foram obtidos nos pareceres de auditoria das companhias, disponibilizados no *site* da B3.

3.3.5 SETOR DE ATUAÇÃO

Segundo Costa (2013), conforme o setor de atuação, as companhias estão expostas a diferentes tipos de riscos operacionais, podendo assim exercer um papel decisivo na situação financeira que as entidades estão sujeitas com relação às contingências passivas e provisões.

Deste modo considerou-se relevante, nesta pesquisa, analisar o setor de atuação relativo ao grau de *disclosure* dos passivos contingenciais. A divisão das companhias foi realizada por setor conforme classificação setorial da B3.

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA DE PESQUISA

A população definida para esta pesquisa foram todas as companhias de capital aberto brasileiras listadas na B3. A Tabela 3 expõe a quantidade de companhias analisadas por setor.

Tabela 3: Empresas por Setor

Setor	Quantidade
Bens Industriais	49
Consumo Cíclico	73
Consumo não Cíclico	23
Financeiro e Outros	49
Materiais Básicos	24
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	9
Saúde	15
Tecnologia da Informação	5
Telecomunicações	5
Utilidade Pública	33
Total	285

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Da população de 432 empresas elencadas na B3, constatou-se 81 companhias do mesmo grupo econômico, nas quais existe a relação de controle. Dessa forma, visando evitar duplicidade de informações, nestes casos, analisaram-se apenas as notas explicativas relativas às demonstrações da controladora.

Na análise das notas explicativas das 351 companhias, 28 divulgaram que não possuíam passivos contingenciais, ou ainda, disseram que os valores das provisões contingenciais seriam suficientes para não haver necessidade de divulgarem suas contingências passivas, bem como 38 não informaram possuírem passivos contingentes, sendo assim, essas companhias não foram inclusas na amostra.

Desta maneira, da análise das notas explicativas de 351 companhias de 10 setores, fez-se o total de 285 companhias que possuíam passivos contingentes, conforme se observou no presente estudo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo deste tópico é apresentar a verificação dos resultados encontrados, segundo as características associadas com o grau de *disclosure* dos passivos contingenciais das companhias de capital aberto brasileiras, pertinentes à amostra analisada.

Na análise das notas explicativas das companhias, foi possível identificar a natureza de cada passivo contingente por setor de atuação, com base no exposto na Tabela 4.

Tabela 4: Natureza dos Passivos Contingentes por Setor

Setor de Atuação	Natureza dos Passivos Contingentes Identificados					Total
	Ambiental	Cível	Trabalhista	Tributária	Não especificado	
Bens Industriais	6	39	43	40	1	129
Consumo Cíclico	4	63	61	63	-	191
Consumo não Cíclico	4	19	21	23	-	67
Financeiro e Outros	0	39	35	39	1	114
Materiais Básicos	6	21	22	20	1	70
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	4	7	7	8	-	26
Saúde	0	14	15	15	-	44
Tecnologia da Informação	0	2	4	4	-	10
Telecomunicações	0	5	5	5	-	15
Utilidade Pública	13	32	30	30	-	105
Total	37	241	243	247	3	771
Percentual	4,80%	31,26%	31,52%	32,04%	0,39%	100,00%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Nas 285 empresas analisadas, foi possível constatar um alto percentual de *disclosure* dos passivos contingenciais de natureza tributária (32,04%), trabalhista (31,52%) e cível (31,26%) e uma baixa representatividade dos passivos contingenciais de natureza ambiental (4,80%). Estes resultados confirmam os estudos de Suave, Codesso e Pinto (2013), Jesus e Souza (2016) e Oliveira (2016), nos quais os passivos contingenciais de natureza ambiental são os menos recorrentes. Ademais, ressalta-se que conforme mostra a Tabela 4, três empresas divulgaram seus passivos contingentes, no entanto não especificaram sua natureza.

Associando o setor de atuação com a natureza dos passivos contingenciais encontrados, nota-se que os setores com um elevado *disclosure* de suas contingências, relativo à sua natureza, foram os de

Consumo Cíclico (191), Bens Industriais (129) e Financeiro e Outros (114), fato este que está diretamente ligado à quantidade de companhias por setor que mais evidenciaram seus passivos contingentes. Contudo, é importante salientar que estes não foram os setores com o maior grau de *disclosure*.

É possível visualizar, na Tabela 5, as companhias que apresentaram pelo menos um dos itens de *disclosure* dos passivos contingenciais, elaborados conforme os requisitos contidos no CPC 25 (2009).

Tabela 5: Atendimento aos requisitos do CPC 25 (2009)

Lista de Verificação	Qtde. Empresas	Representatividade
1. Para cada classe de passivos contingentes, uma breve descrição de sua natureza	185	64,91%
2. Estimativa do valor dos passivos contingentes	285	100,00%
3. Indicação das incertezas relacionadas ao valor	4	1,40%
4. Possibilidade de qualquer reembolso	2	0,70%
5. Nos casos em que uma provisão tiver surgido de um passivo contingente, informar a ligação entre os dois	5	1,75%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

A partir da amostra selecionada, o item com maior divulgação pelas companhias foi a “estimativa do valor dos passivos contingentes”, representando 100% da amostra. A seguir, ficou o item “para cada classe de passivos contingentes, uma breve descrição de sua natureza”, o qual obteve uma representatividade de 64,91%.

Os itens menos divulgados foram: “nos casos em que uma provisão tiver surgido de um passivo contingente, informar a ligação entre os dois”, com 1,75%; a “indicação das incertezas relacionadas ao valor”, com 1,40% e; por fim, a “possibilidade de qualquer reembolso”, com 0,70% de representatividade. Esses resultados reforçam os resultados encontrados nas pesquisas de Oliveira *et al.* (2011), Suave *et al.* (2013) e (Jesus & Souza, 2016).

Um fator observado durante as análises das notas explicativas foi que muitas empresas indicam as incertezas relacionadas ao valor com relação às provisões contingentes, ao invés dos passivos contingenciais. Circunstância que corrobora com os estudos de Fonteles, Nascimento, Ponte e Rebouças (2013) e Jesus e Souza (2016), que expõem haver questionamentos acerca do entendimento das normas do CPC 25 (2009).

A média do grau de *disclosure* dos passivos contingenciais associada à característica do Passivo Total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) é apresentada na Tabela 6.

Tabela 6: Média do Nível de Evidenciação dos Passivos Contingentes associada ao Passivo Total

Passivo Total	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidenciação
R\$ 0 até R\$ 500.000.000	80	28,07%	22,81%
R\$ 500.000.001 até R\$ 1.000.000.000	36	12,63%	25,69%
Acima de R\$ 1.000.000.001	169	59,30%	27,81%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Para um melhor entendimento do grau de transparência dos passivos contingenciais associado ao Passivo Total das companhias, os valores do Passivo Total foram divididos em três categorias, as quais variam de: R\$ 0 até R\$ 500.000.000; de R\$ 500.000.001 até R\$ 1.000.000.000 e; acima de R\$ 1.000.000.001.

Nota-se que as companhias com passivos acima de R\$ 1.000.000.001 possuem uma média de *disclosure* de 27, 81%, demonstrando assim que as companhias detentoras de mais obrigações com terceiros, apresentam, em média, um *disclosure* maior, apesar de a diferença não ter sido alta, estes resultados vão ao encontro dos resultados encontrados nas pesquisas de Pinto, Avelar, Fonseca, Silva e Costa (2014) e (Scarpin et al., 2014).

Os níveis de governança corporativa, contidos na B3, possuem características diferenciadas. Espera-se que quanto maiores sejam esses níveis, mais as companhias enquadradas neles divulguem suas informações a respeito dos passivos contingenciais. Na Tabela 7 é demonstrada a média do grau de transparência dos passivos contingenciais associada à característica níveis de governança corporativa.

Tabela 7: Média do Nível de Evidenciação dos Passivos Contingentes associada ao Nível de Governança

Nível de Governança	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidenciação
Tradicional	125	43,86%	24,93%
Nível 1	21	7,37%	31,35%
Nível 2	16	5,61%	29,69%
Novo Mercado	123	43,16%	26,02%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Os achados de Gonçalves, Weffort, Peleias e Gonçalves (2008) sobre o social *disclosure* das companhias elencadas na B3 e sua relação com a governança corporativa, afirmam que o mais elevado nível de governança, o Novo Mercado, não influencia o *disclosure* das companhias, pois o nível de governança mais divulgado, conforme sua pesquisa, foi o Nível 2.

O presente estudo constata que o nível médio de *disclosure* dos passivos contingenciais é mais relevante no Nível 1 de governança corporativa, tendo uma média de 31,35%, seguido do Nível 2 com uma média de 29,69% e do Novo Mercado com uma média de 26,02%. Em último lugar, o Nível Tradicional apresentou uma média de *disclosure* dos passivos contingenciais de 24,93%, resultado esse já esperado, pois se trata do segmento de governança que possui menos exigências das divulgações por parte das companhias elencadas na B3.

Os resultados quanto ao fato de realizar negociação de ações na NYSE com relação ao grau de *disclosure* dos passivos contingenciais é demonstrado na Tabela 8.

Tabela 8: Média do Nível de Evidenciação dos Passivos Contingentes associada à negociação de ações na NYSE

Negocia ações na NYSE	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidenciação
Sim	24	8,42%	31,94%
Não	261	91,58%	25,61%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

No que diz a respeito ao quantitativo de companhias que negociam ações na NYSE, é possível inferir que as 24 companhias que os fazem, possuem uma média de evidenciação de 31,94%, sendo superior aos 25,61% das 261 empresas que não negociam.

Esse resultado reforça o estudo encontrado por Costa (2013), o qual demonstra que as companhias brasileiras, comparadas com as companhias da Ásia/Pacífico e Europa, foram as com maior divulgação dos passivos contingenciais dentre as companhias estrangeiras que negociam ações na NYSE. Um fato que chamou a atenção na pesquisa de Costa (2013) é que, em decorrência das normas tributárias excessivas, contraditórias e complicadas, existentes no Brasil, as contingências passivas tributárias foram as que tiveram maior destaque, assim como demonstrado no presente estudo, motivo pelo qual, segundo o autor, pode haver essa diferença de evidenciação do Brasil relativamente aos outros países.

Os resultados a respeito da característica, empresas auditadas pelas *big four* relativos à média do nível de evidenciação é exposto na Tabela 9.

Tabela 9: Média do Nível de Evidenciação dos Passivos Contingentes associada as Empresas de Auditoria

Empresas de Auditoria	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidenciação
<i>Big Four</i>	212	74,39%	27,04%
Outras	73	25,61%	23,52%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

No universo das companhias de consultoria e assessoria, as *big four* são conhecidas como as quatro maiores companhias de auditorias independentes do mundo, sendo compostas pelas empresas Deloitte Touche Tohmatsu; Ernst & Young (EY); KPMG e; PricewaterhouseCoopers.

No presente estudo, pode-se perceber que a maior parte das organizações elencadas na B3 selecionam as *big four* para auditarem suas companhias, pois da amostra total, 212 empresas contratam os serviços destas. Com efeito, essas companhias apresentaram uma média de 27,04% de nível de *disclosure* das contingências passivas, sendo superior a média das entidades auditadas por outras empresas de auditoria independente. Essa observação confirma os estudos de Jesus e Souza (2016), nos quais as companhias auditadas pelas *big four* demonstraram um nível superior de adequações às normas de evidenciação dispostas pelo CPC 25 (2009).

Na Tabela 10, é apresentada a média do nível de evidenciação dos passivos contingentes associada ao setor de atuação das companhias elencadas na B3.

Tabela 10: Média do Nível de Evidenciação dos Passivos Contingentes associada ao setor de atuação

Setor de Atuação	Quantidade Empresas	Percentual	Média Evidenciação
Bens Industriais	49	17,19%	23,81%
Consumo Cíclico	73	25,61%	24,09%
Consumo não Cíclico	23	8,07%	25,00%
Financeiro e Outros	49	17,19%	27,55%
Materiais Básicos	24	8,42%	26,39%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	9	3,16%	28,70%
Saúde	15	5,26%	30,56%
Tecnologia da Informação	5	1,75%	28,33%
Telecomunicações	5	1,75%	33,33%
Utilidade Pública	33	11,58%	28,54%

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

O setor de atuação de Telecomunicações obteve a maior média de evidenciação (33,33%), seguido dos setores de Saúde (30,56%), Petróleo, Gás e Biocombustíveis (28,70%) e Utilidade Pública (28,54%).

Esses resultados reforçam os encontrados por Fonteles *et al.* (2012), nos quais sugerem que os setores de Telecomunicações e o subsetor de Energia Elétrica, englobado no setor de Utilidade Pública, evidenciam mais seus passivos contingentes relativamente aos demais setores. Consoante aos achados de Suave *et al.* (2013), os setores que obtiveram as médias mais significativas com relação a evidenciação de seus passivos contingentes foram os de Petróleo, Gás e Biocombustíveis e o de Telecomunicações. Porém, diferem dos estudos de Pinto *et al.* (2014), em que a *disclosure* destes passivos são influenciadas pelas variáveis do setor de Tecnologia da Informação e Materiais Básicos.

Todavia, a pesquisa de Pinto *et al.* (2014), demonstra que as companhias com os menores itens de transparência dos passivos contingenciais foram do setor Bens Industriais, por conseguinte seus subsetores de Transportes e Serviços de Construção. Corroborando assim com o presente estudo, nos quais as companhias que menos evidenciaram seus passivos contingentes, consoantes as normas exigidas pelo CPC 25 (2009), foram os setores de Bens Industriais (23,81%), Consumo Cíclico (24,09%) e Consumo não Cíclico (25,00%).

5 CONCLUSÕES DA PESQUISA

Com o intuito de evitar possíveis danos nos quais impactam diretamente a imagem das companhias, a correta *disclosure* dos passivos contingenciais far-se-á relevante para a análise dos diversos usuários da contabilidade, proporcionando assim, informações relevantes e transparentes. A este respeito, notou-se um baixo grau de transparência dos passivos contingenciais, relativos às exigências contidas no CPC 25 (2009), nas companhias de capital aberto brasileiras analisadas.

Nos achados do presente estudo, a natureza dos passivos contingentes difundidos e identificados, foram os de contingências tributárias (247); trabalhistas (243); cível (241); ambiental (37) e não especificado (3). Ademais, observou-se que os setores de atuação que mais informaram a natureza de suas contingências passivas, foram os setores de Consumo Cíclico; Bens Industriais; Financeiro e Outros e Utilidade Pública.

No tocante à representatividade do grau de *disclosure* dos passivos contingenciais com os itens elaborados conforme os requisitos do CPC 25 (2009), averiguou-se que, a “estimativa do valor dos passivos contingentes”, foi o item com maior representação, obtendo (100%), em continuidade foi o da “breve descrição de sua natureza” (64,91%); “da provisão ter surgido de um passivo contingente” (1,75%); “indicação das incertezas relacionadas ao valor” (1,40%) e “possibilidade de qualquer

reembolso” (0,70%). Esses resultados reforçam os encontrados nas pesquisas de Oliveira *et al.* (2011), Suave *et al.* (2013) e (Jesus & Souza, 2016).

Percebeu-se que a média do grau de *disclosure* dos passivos contingenciais associada ao passivo total foi superior nas empresas que possuem mais obrigações com terceiros, corroborando assim com os achados das pesquisas de Pinto *et al.* (2014) e (Scarpin *et al.*, 2014).

No que concerne a governança corporativa, os resultados do presente estudo reafirmam os achados de Gonçalves *et al.* (2008), os quais demonstram que o grau de *disclosure* das empresas não é influenciado pela sua classificação no Novo Mercado.

No mais, notou-se que 24 empresas negociam ações na NYSE, e o grau de *disclosure* dos passivos contingenciais apresentou uma tendência a estar relacionado com esta característica, pois a média de evidenciação destes foi de 31,94%, sendo superior aos 25,61% das empresas que não negociam.

Verificou-se que as companhias abertas possuem uma preferência em contratar as *big four* para auditarem suas companhias. Com uma média de 27,04%, a média do nível de *disclosure* dos passivos contingenciais foi superior a média das companhias auditadas por outras empresas de auditoria independente. Estes resultados também foram interpretados por (Jesus & Souza, 2016)

Os setores de atuação com as médias de transparência dos passivos contingenciais mais expressivos foram o setor de Telecomunicações (33,33%); Saúde (30,56%) e; Petróleo, Gás e Biocombustíveis (28,70%), reforçando os estudos de Fonteles *et al.* (2012) e (Suave *et al.*, 2013). Já os setores que menos evidenciaram seus passivos contingentes foram os de Bens Industriais (23,81%); Consumo Cíclico (24,09%) e Consumo não Cíclico (25,00%), confirmando os achados de (Pinto *et al.*, 2014).

Ressaltam-se como limitações do presente estudo o fato dos resultados verificados restringirem-se à amostra e período analisados não podendo ser excedidos para demais companhias e períodos diferentes.

Como proposta para estudos futuros, sugere-se uma análise visando identificar alguma relação de causa e efeito entre o grau de *disclosure* dos passivos contingenciais e as características das companhias de capital aberto brasileiras, abrangendo também as provisões contingentes, fazendo uso de ferramental estatístico.

REFERÊNCIAS

- Antunes, J. (1998). Contribuição ao estudo da avaliação de risco e controles internos na auditoria de demonstrações contábeis no Brasil. (Dissertação). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, Capital, Brasil.
- Aquino, W. D. & Santana, A. C. D. (1992). Evidenciação. Caderno de Estudos - FIPECAFI.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Estrutura Conceitual, de 02 de dezembro de 2011. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: 27 de maio de 2017.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 25. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de 26 de junho de 2009. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: 27 de maio de 2017.
- Costa, E. B. D. (2013). Passivos contingentes na bolsa de valores de Nova York: Uma análise comparativa entre as empresas estrangeiras. (Dissertação). Faculdade de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.
- Ferreira, D. D. M., Borba, J. A., & Rosa, C. A. D. (2014). As contingências ambientais das empresas estrangeiras que publicam suas demonstrações financeiras em IFRS no mercado norte americano. *Revista Universo Contábil*, 10(3), 134-154.
- Fonteles, I. V., Nascimento, C. P. S., Ponte, V. M. R., & Rebouças, S. M. D. P. (2013). Determinantes da evidenciação de provisões e contingências por companhias listadas na BM&FBovespa. *Revista Gestão Organizacional*, 6(4), 85-98.
- Gil, A. C. (2008). Métodos e técnicas de pesquisa social. (6. ed.) São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, R. S., Weffort, E. F. J., Peleias, I. R., & Gonçalves, A. O. (2008). Social disclosure das empresas brasileiras listadas na NYSE e na BOVESPA: sua relação com os níveis de governança corporativa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*. 1(9), 71-94.
- Griffin, M. P. (2012). Contabilidade e finanças: série fundamentos. (1. ed.) São Paulo: Saraiva.
- Hendriksen, E. S. & Van Breda, M. F. (2009). Teoria da contabilidade. (1. ed.) São Paulo: Atlas.
- Iudícibus, S. D., Marion, J. C., & Faria, A. C. D. (2017). Introdução à teoria da contabilidade: para graduação. (6. ed.) São Paulo: Atlas.
- Jensen, M. C. & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*. 3(4).
- Jesus, S. S. & Souza, M. M. (2016). Impacto do Reconhecimento dos Passivos Contingentes na Situação Econômica das empresas Auditadas pelas Big Four. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 10(2), 43-63.
- Lopes, A. B. & Lima, I. S. (1998). Disclosure de operações com derivativos: panorama internacional. Caderno de Estudos – FIPECAFI.

Lopes, A. B. & Martins, E. (2005). Teoria da contabilidade: uma nova abordagem. (1. ed.) São Paulo: Atlas.

Macêdo, F. F. R. R., Moura, G. D., Dagostini, L., & Hein, N. (2013). Evidenciação ambiental voluntária e as práticas de governança corporativa de empresas listadas na BM&FBovespa. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 16(1), 3-18.

Marconi, E. M. & Lakatos, M. D. A. (2017). Fundamentos de metodologia científica. (8. ed.) São Paulo: Atlas.

Marques, T. D. A., Guimarães, T. M., & Peixoto, F. M. (2015). A concentração acionária no Brasil: Análise dos impactos no desempenho, valor e risco das empresas. *Revista de Administração Mackenzie*, 16(4), 100-133.

Martins, E., Iudícibus, S. D., Gelbcke, E. R., & Santos, A. D. (2013). Manual de contabilidade societária. (3. ed.) São Paulo: Atlas

Mattos, A. (2017, março 07). CVM vê 'irregularidades graves' na Saraiva. *Jornal Valor Econômico*. Disponível em: www.valor.com.br/empresas/4889898/cvm-ve-irregularidades-graves-na-saraiva. Acesso em: 15 de junho de 2017.

Niyama, J. K. & Silva, C. A. T. (2013). Teoria da contabilidade. (3. ed.) São Paulo: Atlas.

Oliveira, A. F., Benetti, J. E., & Varela, P. S. (2011). Disclosure das provisões e dos passivos e ativos contingentes: um estudo em empresas listadas na BM&FBOVESPA. In *Anais ...: Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis - ANPCONT*.

Oliveira, C. D. (2016). Análise do cumprimento das exigências de reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões e passivos contingentes: uma análise de empresas listadas na BM&FBOVESPA. (Monografia). Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Oliveira, M. A. S. D. (2011). Disclosure das contingências e provisões passivas. (Dissertação). Centro de Pós-graduação em Pesquisas em Contabilidade e Controladoria, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

Pereira, J. C. S. & Silva, R. C. (2006). Evidenciação (Disclosure): O Produto Final da Ciência Contábil. *Revista Digital Simonsen*, 1.

Pinto, A. F., Avelar, B., Fonseca, K. B. C., Silva, M. B. A., & Costa, P. S. (2014). Value Relevance da Evidenciação de Provisões e Passivos Contingentes. *Pensar Contábil*, 16(61), 54-65.

Richardson, R. J. (1999). Pesquisa social: métodos e técnicas. (3. ed.) São Paulo: Atlas.

Rosa, B. B. D. & Souza, M. M. (2017). Representatividade e nível de evidenciação das provisões e passivos contingentes fiscais nas companhias de capital aberto brasileiras. 7º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Rover, S., Alves, J. L., & Borba, J. A. (2006). A evidenciação do passivo ambiental: quantificando o desconhecido. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 3(5), 41-58.

Salazar, J. N. A. & Benedicto, G. C. D. (2004). Contabilidade financeira. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

Santos, L. J., Macedo, M. A. S. & Rodrigues, A. (2014). Determinantes do nível de divulgação das recomendações do Pilar 3 do Acordo de Basiléia 2 nas demonstrações financeiras de Instituições Bancárias que atuam no Brasil. *Brazilian Business Review*, 11(1), 26-40.

Scarpin, J. E., Macohon, E. R., & Dallabona, L. F. (2014). Variabilidade dos índices de endividamento em relação à adição dos passivos contingentes na estrutura patrimonial das empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(22), 3-14.

Souza, M. M. (2011). Perda no valor recuperável de ativos: fatores explicativos do nível de evidenciação das empresas de capital aberto brasileiras. (Dissertação). Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Souza, M. M. (2015). Value relevance do nível de disclosure das combinações de negócios e do goodwill reconhecido nas empresas brasileiras. (Tese Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Suave, R., Codesso, M. M., & Pinto, H. D. M. (2013). Divulgação de passivos contingentes nas empresas mais líquidas da BM&FBOVESPA. *Revista Da UNIFEBE*, 1(11).

Capítulo 8

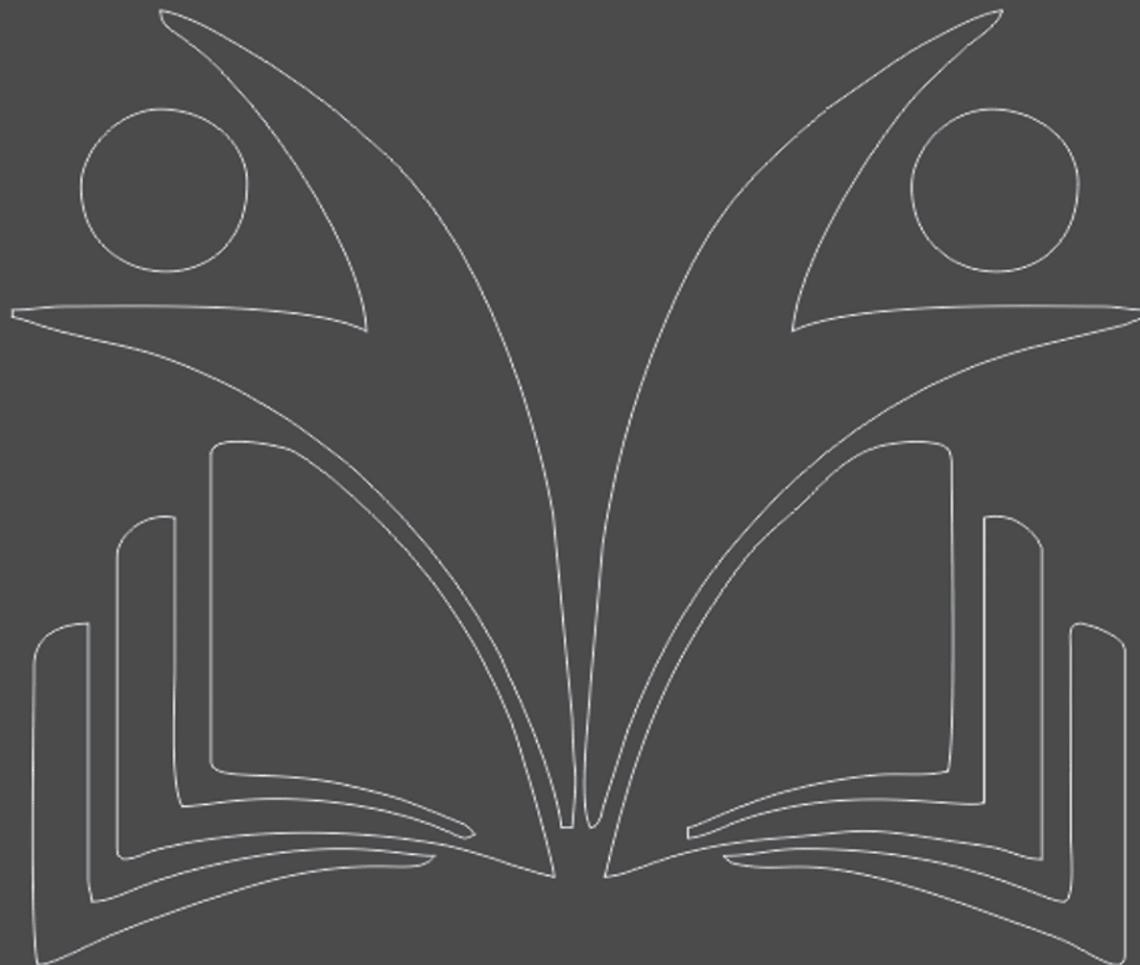


10.37423/230307339

CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO: UM INSTRUMENTO JURÍDICO PARA MANUTENÇÃO DA ORDEM SEXISTA, RACISTA E CLASSISTA NO BRASIL

Tayane Priscila Tanello

Universidade Federal do Paraná



INTRODUÇÃO

O escopo do presente estudo consiste na identificação da origem da luta pelo reconhecimento dos direitos reprodutivos das mulheres e sua evolução, bem como esses movimentos influenciaram nacional e internacionalmente a tutela desses direitos, mais especificamente o direito ao aborto. Pretende-se analisar dados da realidade brasileira em relação à interrupção da gravidez, a fim de, em conjunto com a racionalidade do ordenamento vigente, verificar a existência (ou não) de fundamento jurídico para a criminalização do aborto e as consequências fáticas de sua privação às mulheres, sobretudo diante da pretensa obtenção da igualdade de gênero pela Constituição e da interpretação doutrinária entusiasmada com as consequências dessa pretensão.

É válido ressaltar, desde logo, que para além de discutir as consequências da criminalização do aborto pelo ordenamento jurídico brasileiro, não se pretende indicar qual a melhor solução ou a forma para sua obtenção. A intenção do estudo se relaciona apenas à análise crítica das raízes da proibição legal, a fim de propor uma análise multifacetada capaz de expor as clivagens que derivam da problemática. Por fim, não se ignora que o aborto também é discutido a partir dos direitos sexuais e liberdade sexual, que, a despeito da sua importância, não é o enfoque deste estudo.

1. DIREITOS REPRODUTIVOS E A CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL

Margaret Sanger é mencionada como a primeira feminista a escrever sobre a autonomia reprodutiva como forma de emancipação das mulheres em sua revista *The Woman Rebel*, fundada em 1914. Atribui-se a ela – em conjunto com as ativistas Emma Goldman, Stella Browne e Maria Stopes – a gênese do movimento político organizado por acesso à contracepção e a fundação da primeira clínica de planejamento familiar dos Estados Unidos, em 1916, existente até hoje sob a denominação *Planned Parenthood*¹.

Não se ignora, porém, que o movimento feminista já se organizava em torno de pautas semelhantes desde meados do século XIX. A defesa da “maternidade voluntária” era uma das reivindicações das sufragistas na luta pela igualdade de direitos políticos, como pretensão de que as mulheres não mais fossem submissas às exigências sexuais dos maridos³. Graças à organização embrionária em torno desta agenda é que o século seguinte foi marcado por avanços em termos de planejamento familiar.

Prova do efeito da mobilização política desse grupo de mulheres foi o Primeiro Encontro Internacional de Saúde da Mulher, em 1984, a partir do qual estabeleceu-se o conceito de “direitos reprodutivos”

em detrimento do termo “saúde da mulher”, sendo este o marco não-institucional “de desconstrução da maternidade como um dever, por meio da luta pelo direito ao aborto e anticoncepção em países desenvolvidos”⁴.

Também no plano internacional, a busca da igualdade de gênero no casamento e na constituição da família foi objeto da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial (1965), do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966) e principalmente na Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (1984), que pretendia assegurar o “acesso à educação e informação que garanta a saúde da mulher e da família, inclusive assistência ao planejamento familiar”⁴. A Conferência Internacional de Direitos Humanos (1968) já havia consignado a liberdade de determinação do número de filhos e do intervalo de seus nascimentos pelos pais, mas foi somente na sua segunda edição (1993), que foram expressamente reconhecidos os Direitos Humanos das mulheres, como um reconhecimento que os parâmetros inicialmente estabelecidos nesta seara marginalizavam os abusos que acometiam de forma distinta os gêneros.

No ano seguinte, Conferência da População do Cairo consagrou os Direitos Reprodutivos⁵ sob a perspectiva de gênero e dos Direitos Humanos, rechaçando expressamente a manipulação das questões sexuais e reprodutivas para fins de controle demográfico. A Plataforma de Ação que decorreu da Conferência pretendia garantir a possibilidade de a mulher “decidir livre e responsabilmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva” (§7.3). Em 1995 foi realizada a IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, em Pequim, que, confirmando a tendência de proteção aos direitos das mulheres, avançou no sentido de reconhecer os Direitos Reprodutivos e os Direitos Sexuais de forma mais autônoma. A relevância dos documentos produzidos em Cairo e Pequim “reconhecimento da sexualidade e da reprodução como bens jurídicos merecedores de proteção e promoção específicas, em prol da dignidade e do livre desenvolvimento humano”⁶.

Os Pactos e Convenções mencionados foram ratificados e promulgados pelo Brasil⁷. Mas, em termos de legislação nacional, os direitos reprodutivos só vieram a ser tutelados, ainda de forma embrionária, pela Constituição de 1988, que, em seu artigo 226, §7º, reconhece o direito ao planejamento familiar tanto como a prerrogativa de ter ou não ter filhos, conforme o livre planejamento de seus genitores, quanto na atribuição ao Estado o dever de fornecer os meios para a concretização adequada de tal

direito. Porém, em termos de política pública, como resposta à luta das mulheres brasileiras durante o regime militar, já havia sido criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que ampliava a preocupação com a saúde da mulher que até então se reduzia ao ciclo gravídico-puerperal e propunha “o atendimento à saúde reprodutiva das mulheres e não mais a utilização de ações isoladas em planejamento familiar”⁸.

O dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei nº 9.263/1996, que definiu os Direitos Reprodutivos (já com um certo alargamento de sentido) como o “conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal” (artigo 2º), proibindo expressamente sua utilização como forma de controle demográfico (parágrafo único). Além de regulamentar as práticas de planejamento familiar nos serviços privados de saúde, a Lei, orientando-se por “uma visão de atendimento global e integral à saúde” (artigo 3º), impunha ao Poder Público, mais especificamente ao Sistema Único de Saúde, o dever de garantir a todos os cidadãos o acesso às ações de planejamento familiar.

Há quem considere, porém, que, ao menos desde 1988, os Direitos Reprodutivos já se encontravam tutelados pelo ordenamento jurídico brasileiro em razão da unidade do sistema constitucional⁹, cujo fundamento é a dignidade humana¹⁰ e sua efetivação só seria possível porque “o sujeito moderno é concebido enquanto ser que se autodetermina, que decide livremente sobre a vida”¹¹. Portanto, há quem interprete que a autonomia, “enquanto exercício da liberdade, constitui instrumento de expressão e concretização da dignidade humana”¹². Dentre os aspectos da vida em que a autonomia deveria prevalecer para realização da dignidade humana estão as relações reprodutivas e sexuais. Por isso, implicitamente à cláusula geral de tutela de proteção da pessoa humana¹³ estaria a garantia dos direitos das mulheres à contracepção e ao planejamento familiar. Ou seja, é o exercício da autonomia que garante à mulher o direito de decidir livremente sobre seu modo de vida, inclusive sobre ter ou não filhos.

Percebe-se, assim, que, de forma geral, nas últimas décadas do século XX e no início do século XXI, os direitos reprodutivos têm sido concebidos como direitos que integram os direitos humanos e que devem ser construídos a partir dos princípios do direito à saúde e da autonomia das pessoas em relação às decisões reprodutivas¹⁴.

Porém, no Brasil, os avanços em termos de tutela dos direitos reprodutivos e a interpretação de que a liberdade de contracepção e planejamento familiar está inserida no âmbito do exercício da

autonomia privada como forma de garantia da dignidade humana são insuficientes para garantir às mulheres o direito ao aborto legal.

Ainda que o direito de decisão das mulheres em relação à manutenção ou interrupção da gravidez integre esse espectro de autonomia em termos de direito reprodutivos, como já reconheceu até mesmo a Corte Constitucional brasileira¹⁵, a racionalidade do ordenamento jurídico vem sendo comprometida pela criminalização desta prática. Mas, como se verá adiante, a proibição não impede que mulheres recorram a métodos clandestinos de abortamento, gerando uma série de consequências.

2. CONSEQUÊNCIAS DA CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL

Segundo Margareth Martha Arilha, a despeito dos avanços em termos de Direito Internacional, a prioridade política das mulheres latinas sempre esteve voltada à implementação e ao monitoramento das políticas públicas de saúde em âmbito nacional, sobretudo relacionadas à concepção de emergência, às violências e ao direito ao aborto legal e seguro¹⁶ – demanda que se mostra urgente nesta região, onde “estão algumas das leis mais restritivas, resultantes de avanços conservadores nas décadas recentes”¹⁷.

Os dados divulgados pela Organização Mundial da Saúde em 2016 dão conta de demonstrar a urgência do debate envolvendo os direitos reprodutivos na região: 45% (quarenta e cinco por cento) dos abortos realizados no mundo entre 2010 e 2014, estimados em sua totalidade em 55,7mi (cinquenta e cinco milhões e setecentos mil), foram considerados inseguros¹⁸. Países localizados na África, Ásia e América Latina concentram 97% (noventa e sete por cento) dos abortos inseguros, assim considerados aqueles realizados por profissionais de saúde, mas com métodos inseguros; em casa, mas com método seguro; ou ainda os realizados fora do sistema de saúde e com métodos inseguros. Especificamente acerca da América Latina, apenas 1 (uma) a cada 4 (quatro) interrupções de gravidez foi classificada como segura.

Estudo recente realizado pela Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (DPGE-RJ)¹⁹ revelou o caráter prático da desigualdade racial e econômica como plano de fundo da criminalização do aborto no Brasil. Basicamente, foram analisados os processos penais que tramitavam no estado do Rio de Janeiro envolvendo casos de abortos ilegais praticados por mulheres, com ou sem participação de terceiros.

Dentre as informações relevantes apresentadas pela DPGE-RJ, tem-se que entre as mulheres processadas criminalmente pela prática de abortamento, 60% (sessenta por cento) são negras e 40% (quarenta por cento) são brancas. Apenas 15% (quinze por cento) indicaram gestação abaixo de 12 (doze) semanas – período que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o procedimento pode ser realizado mediante intervenção química (medicamentosa) sem oferecer maiores riscos à integridade física da mulher, uma vez que após a 13ª (décima terceira) semana já se recomenda o acompanhamento clínico em razão do risco de hemorragia intensa²⁰. O próprio estudo aponta que “é comum que a mulher demore a se decidir pelo aborto por medo de ser descoberta, realizando o procedimento com a gravidez já em estágio avançado, sofrendo de forma mais drástica os efeitos do procedimento de interrupção da gestação”²¹.

Por sua vez, em relação às mulheres acusadas por interromperem a gravidez em cínicas clandestinas de aborto, 75% (setenta e cinco por cento) cursaram até o segundo grau, enquanto que esta escolaridade representa apenas 22% (vinte e dois por cento) daquelas que realizaram o procedimento sozinhas ou com a ajuda de terceiros. Além disso, as mulheres que puderam optar pela realização de procedimento particular de interrupção da gravidez conseguiram tomar a decisão com maior rapidez, sendo que em todos os casos analisados a gestação estava com até 12 (doze) semanas.

Estudo semelhante, realizado pelo “Grupo Direitos Humanos, Poder Judiciário e Sociedade” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, revelou o caráter discriminatório sócio-econômico da criminalização do aborto. Concluiu que, uma vez que “a principal forma de entrada no sistema de justiça criminal é pelo sistema público de saúde”²², a proibição atinge especialmente mulheres pobres – desempregadas ou as que recebem remunerações baixas –, pois são as que recorrem ao SUS²³.

Em 2019, 195.000 (cento e noventa e cinco mil) mulheres foram internadas por abortos, sendo que apenas 1% (um por cento) delas havia interrompido a gravidez com base nos permissivos legais. Entre 2009 e 2018, 60% (sessenta por cento) das mulheres mortas em decorrência da interrupção voluntária da gravidez eram pretas ou pardas²⁴.

Resumindo, o que se percebe é que a criminalização não impede a realização abortos no Brasil, mas, em razão da clandestinidade e insegurança da sua prática, resulta em potencial risco à saúde das mulheres. Esse argumento é comumente utilizado como justificativa para a sua descriminalização²⁵, e, com base nos dados aqui analisados, parece refletir a realidade das brasileiras. Quer dizer, a criminalização não se justifica, já que “as funções preventivas da pena, especificamente a prevenção

geral positiva — no sentido de, a partir de sua aplicação, evitar o cometimento do tipo penal e proteger o bem jurídico almejado — não são alcançadas”²⁶. Mas não é só.

Há ainda uma flagrante situação de discriminação interseccional, que expõe de maneira mais aguda as mulheres negras e/ou pobres à morte e às consequências do procedimento de aborto desassistido. A desproporção também se mostra na medida em que essas mulheres são mais denunciadas, sobretudo porque recorrem ao sistema público de saúde para serem atendidas. Nesse contexto, considerando os já analisados avanços em termos de garantias individuais e Direitos Humanos, é imprescindível questionar a justificativa que possibilita a manutenção da criminalização do aborto.

3. A RAIZ DA CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL: RESQUÍCIOS DE UMA SOCIEDADE SEXISTA, RACISTA E CLASSISTA

Com base nas informações obtidas pelas pesquisas especializadas referenciadas, é possível perceber que não há outra explicação racional à proibição do aborto pela legislação brasileira, senão o ímpeto de controle dos corpos femininos pelos homens, como forma de manutenção do patriarcado. Porque apenas a liberdade de contracepção, aqui incluído o direito ao aborto legal e seguro, seria capaz de emancipar as mulheres²⁷.

Apesar disso, é comum que a doutrina brasileira trate com entusiasmo os avanços observados no ordenamento jurídico a partir do advento da Constituição de 1988. Costuma-se falar, por exemplo, que o modelo hierarquizado e patriarcal de família, único reconhecido pelo Direito brasileiro até o século XX, foi superado. Faz-se menção a um suposto arranjo familiar burguês, em que o papel social da mulher teria sido construído basicamente em torno das funções da procriação, do cuidado dos filhos e demais dependentes e da manutenção do lar conjugal; enquanto que ao homem caberia, tradicionalmente, o papel da produção de recursos para o provimento econômico do lar. ²⁸Modelo esse que estaria defasado em razão de uma nova ordem constitucional que prevê, pela primeira vez, a igualdade entre gêneros.

Essa narrativa, porém, não pode ser tomada como absoluta por dois motivos.

Em primeiro lugar, trata-se de um pressuposto universalista. Nem todas as mulheres brasileiras foram relegadas historicamente à submissão ao arranjo familiar tido como clássico, que, na realidade, se limitava às famílias brancas e privilegiadas economicamente. Com isso, não se pretende dizer que submissão da mulher branca à forma matrimonializada da família não configurava um projeto político de dominação patriarcal. Pelo contrário, é algo que se comprova historicamente²⁹. No entanto, é

preciso considerar que também historicamente os arranjos sociais e familiares brasileiros são fundados na colonialidade que produziu e reproduziu opressões fundadas comitantemente em gênero, classe e raça. Em razão disso, por exemplo, é que mulheres negras nunca se encaixaram na definição ideológica de domesticidade e maternidade³⁰.

E essa realidade distinta ainda não está superada em razão da nova ordem constitucional brasileira. A vigência de uma ordem pretensamente democrática não apaga as relações de gênero segundo a raça no Brasil, segundo Sueli Carneiro³¹ :

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras.

Ao contrário: ainda que não se questione a necessidade de garantia da ordem constitucional e dos avanços que ela representa, é preciso estabelecer o pressuposto de que a sua raiz é fruto da colonialidade fundado em um padrão universalista (masculino, branco, cis, herotoconforme e rico), e, a partir daí, trabalhar para se estabelecer novos sentidos em prol da pluralidade, como aponta Gomes:

Antes, quero comentar que talvez exista uma tensão entre a teoria da performatividade e a teoria decolonial, e falo não com pretensão de resolução, mas como tentativa de trabalhar com e nessa tensão. Quando faço a pergunta sobre se é possível ler o direito e a Constituição brasileira nos marcos de gênero e raça numa perspectiva expansiva do humano, uma leitura dos dois marcos teóricos referidos, se levados ao extremo, dir-me-ia que não, mostrando que a linguagem jurídica é restritiva. Em princípio, o que a teoria da performatividade e a decolonialidade mostram sobre esse campo é mesmo um retrato difícil de negar: um conjunto de epistemes enraizadas na matriz branca cis- -heteroconforme, cujo padrão é o ideal masculino cissexual branco. De outro modo, no entanto, é preciso defender a Constituição, defender a manutenção de um mínimo conquistado e fragilizado diante da contínua ameaça (mais do que disputa ou conflito) às conquistas constitucionais. Por difícil que pareça realizar uma busca de pretensões expansivas no direito – talvez fosse bem mais fácil fazer isso em filosofia, assumo essa frustração –, é preciso insistir e não abandonar o campo jurídico³².

Por isso, o debate envolvendo os direitos reprodutivos não deve ser universalista, mas demanda a análise das intersecções entre gênero, classe e raça. Prova disso é que os dados apresentados pelas pesquisas sobre aborto no Brasil denunciam não apenas a desigualdade de gênero, mas, também, uma acentuada desproporção em termos de classe e raça, segundo Ana Cláudia Pereira:

A operação da ideologia racista no âmbito das relações sociais, da cultura, da economia e da política está vinculada à produção de construções sociais de gênero, organizadas por normas sociais que dividem os indivíduos entre os sexos femininos e masculinos e naturalizam relações de continuidade entre corpo, gênero, desejo/prática sexual e raça. Estas construções, combinadas de forma complexas, múltiplas e flexíveis à ideologia racista, estruturam um sistema de poder e privilégio da masculinidade e da branquitude.³³

Essa mesma universalidade, aliás, fez com que Angela Davis criticasse a já referenciada como pioneira do movimento em prol dos direitos reprodutivos, Margaret Sanger, por adotar postura em favor do controle de natalidade em franca influência das ideias neomalthusianas³⁴, passando a propagar uma ideologia predominantemente racista e eugenista³⁵. Sanger teria defendido a inaptidão de determinados grupos como negros, pessoas com deficiências e pobres, de modo que “a campanha pelo controle de natalidade foi usada para cumprir uma função essencial na execução da política populacional racista e imperialista do governo dos Estados Unidos”. Percebe-se, assim, que ignorar a cumulação das opressões de gênero, classe e raça não atinge a raiz do problema, e legítima a manutenção da estrutura de controle classista, sexista e racista.

Essa realidade é igualmente verificada no Brasil ao menos desde os anos 1960, quando, intencionalmente sem regulamentação por parte do regime militar, instalou-se no país a agência International Planned Parenthood (IPPF), financiada pelos Estados Unidos, responsável pela criação da Sociedade de Bem-Estar Familiar (BEMFAM), em 1965. Presente em diversos estados brasileiros, a instituição privada foi responsável por implementar no país uma política de controle de natalidade em larga escala. Paralelamente, despontaram as denúncias de esterilização em massa de mulheres residentes nas regiões mais pobres por clínicas privadas, conforme investigado em Comissão Parlamentar Mista de Inquérito no Congresso Nacional³⁹.

Em razão disso é que a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) foi encarada por parte das mulheres com a desconfiança de que se trataria de um disfarce para o controle da natalidade pelo governo brasileiro. E, de fato, apesar da importante contribuição do programa à tutela da saúde das mulheres, foi possível identificar que as suas diretrizes fizeram parte da estratégia política de resposta a pressões externas a respeito da regulação da fecundidade e de controle interno dos movimentos sociais de mulheres que lutavam por liberdade – inclusive democrática⁴⁰.

Em segundo lugar, a afirmação de que a desigualdade de gênero (em especial nos arranjos familiares) estaria superada pela tutela dos direitos da mulher não pode ser admitida porque contribui para a manutenção velada do arranjo social patriarcal. A criminalização do aborto demonstra a existência de

um sistema não apenas de controle formal dos corpos das mulheres, mas também pelo controle informal na esfera privada⁴¹.

A cegueira deliberada em relação ao desequilíbrio existente em termos de direitos reprodutivos – por mais bem-intencionado que o discurso pretenda ser – apenas contribui para a manutenção do status quo de um sistema “de poder e privilégio da masculinidade e da branquitude”. Abre margem para massiva atuação de grupos conservadores que, diante da ineficiência do direito posto, não se preocupam em confrontar recomendações internacionais e diretrizes nacionais, propondo projetos de lei ainda mais restritivos aos direitos das mulheres⁴³. Esse movimento tem se intensificado no século XXI⁴⁴, em que se vê a expansão de grupos autodenominados “pró-vida” ou “defensores da família”.

E a investida contra os direitos das mulheres não fica apenas no plano da abstração, mas assume contornos institucionais. Recentemente, os Estados Unidos viu a Suprema Corte revogar, depois de quase cinquenta anos, o precedente que reconhecia a inconstitucionalidade de leis que proibiam de forma genérica o aborto, e, na prática, autorizava o aborto legal e seguro até a 12ª (décima segunda) semana de gestação em todo território nacional⁴⁵. O Brasil também parece trilhar caminho ainda mais restritivo. Em 2022, o Ministério da Saúde brasileiro reeditou a cartilha “Atenção Humanizada ao Abortamento – Norma Técnica”, documento original de 2011, que passou a ser intitulada “Atenção Técnica para Prevenção, Avaliação e Conduta nos Casos de Abortamento”, fazendo constar afirmações como “não existe aborto ‘legal’” no Brasil, que “todo aborto é crime” e que o aborto não seria um problema de saúde pública⁴⁶. Diante das críticas, a instrução foi refeita, mas seu novo conteúdo não se mostrou menos problemático.

O que tais movimentos (deliberadamente ou não) ocultam é que a criminalização do aborto não é a medida mais eficaz para evitar a sua prática. E, na realidade, a contribui para a produção do efeito que tais grupos pretendem que seja evitado: a morte. São exemplos evidentes de que o sistema sexista, racista e classista se manifesta no anseio de controle dos corpos das mulheres como forma de justificar a sua dominação e exploração pelos homens⁵⁰.

Celebrar acriticamente o avanço do ordenamento jurídico em favor da igualdade (formal) de gênero ignora que há evidente desequilíbrio em relação ao exercício da autonomia reprodutiva – o que afasta qualquer possibilidade de obtenção da igualdade de gênero. Como aponta Biroli, “a universalização dos direitos, que está sem dúvida além das normas atuais relativas ao aborto no Brasil hoje, não permite confrontar obstáculos à construção da igualdade de gênero que permanecem a despeito dela”⁵¹.

É imprescindível reconhecer que, a despeito da amplitude de normas jurídicas nacionais e constantes em instrumentos internacionais que amparam a igualdade entre homens e mulheres em termos de direitos reprodutivos, a criminalização do aborto, no Brasil, “mantém na legislação concepções diferenciadas de indivíduo e do direito ao próprio corpo, à integridade física e psíquica e à dignidade”⁵². A opressão institucional às mulheres não se restringe à intervenção estatal operada por meio da criminalização, mas, também está presente na omissão quando se faz necessária intervenção, pois “garante em suas leis e suas práticas o respeito à integridade física e psíquica das pessoas”⁵³ mas “apartam algumas pessoas, mais do que outras, dessas garantias”⁵⁴.

De qualquer forma, não se pode inviabilizar o fato de que as conquistas observadas em termos de instrumentos normativos nacionais e internacionais que versam sobre direitos das mulheres foi “estabelecido a partir da participação política e de rupturas com uma lógica hegemônica racista, patrimonialista, heteronormativa e patriarcal entranhada no Estado moderno”⁵⁵, como fruto de organizações sociais que lutaram para “tornar o Estado permeável a grupos não-hegemônicos, aprimorando e impulsionando instâncias de democracia representativa, direta e participativa”⁵⁶.

Esses avanços são frutos de investidas de movimentos organizados que questionaram os padrões normativos que reproduziam (e reproduzem até hoje) abstrações universalizantes. Faz parte da tentativa de se atribuir sentido(s) diverso(s) às categorias jurídicas postas pelo ordenamento, ou seja, de uma pretensão feminista decolonial de desobediência epistêmica. É a prova de que nos desequilíbrios sociais é que se encontra o espaço para a insurgência. Como explica Gomes:

A questão não é apenas criticar o direito e como ele opera na prática em termos de gênero, mas, antes, avaliar o que ele toma como fixo, estável, dado, natural; o que ele toma e o que ele ajuda a tornar; o que, em sua dimensão discursiva, contribui para construir como norma (em sentido geral) a binariedade dos gêneros como sentido do humano.⁵⁷

E é precisamente neste desequilíbrio que se encontra a criminalização do aborto, que, a despeito do engajamento formal em favor dos direitos reprodutivos e da igualdade entre gêneros, segue sendo uma forma de violência e de estigmatização visando a manutenção das mulheres em lugares sociais restritivos e ao controle de seus corpos como prioridade ao patriarcado. Prova disso é que a interrupção da gravidez é interpretada como contrária à natureza feminina, que supostamente encontraria na maternidade a “a potencialidade de amar e se entregar incondicionalmente ao outro, mesmo que essa entrega envolva abrir mão da sua condição de sujeito”⁵⁸.

É insuficiente afirmar que a abertura sistêmica do ordenamento jurídico às novas realidades sociais representa o alcance da constitucional igualdade de gênero. Essa afirmação se pauta no pressuposto

liberal da liberdade e da autonomia, que, no entanto, não se aplica ao direito ao aborto, segundo bem destaca Flávia Biroli:

Na confrontação com as noções abstratas do indivíduo, tem um papel central a crítica à dualidade entre as esferas pública e privada, com a politização do que ocorre na primeira e o entendimento de que o modo de organização de uma delas está vinculado, permanentemente, ao modo de organização da outra. As hierarquias e o grau de liberdade dos indivíduos na esfera privada têm impacto direto sobre sua vida na esfera pública e no processo de construção de suas identidades. O direito ao aborto pode ser, assim, situado em um domínio da vida e das escolhas individuais que é profundamente pessoal, ao mesmo tempo em que é político. Uma das críticas ao enquadramento liberal do direito ao aborto, sobretudo na forma do direito à privacidade, é que a dualidade entre a esfera pública e a privada pode ser mantida intacta, pouco fazendo para tornar efetivo o acesso a esse direito e para romper com as injustiças que organizam os limites à autonomia das mulheres na sexualidade e na reprodução.⁶⁰

Em resumo, uma análise interseccional da criminalização do aborto, por um lado, revela a sobreposição de opressões de gênero, classe e raça nas dinâmicas sociais. Por outro, demonstra que o sistema de justiça se utiliza não apenas da repressão ostensiva, mas, também, da omissão como forma de violência⁶⁰.

Para que o aborto não seja mais um elemento de distinção fundado nas diferenças de classe e raça, a descriminalização não pode ser fundada apenas na ideia negativa de liberdade⁶¹, isto é, na autonomia de escolha individual. Isso quer dizer que a escolha deve ser amparada por políticas públicas estatais “de combate à violência, de orientação para o respeito às decisões individuais e de atendimento adequado na área de saúde”⁶³, sob pena deste direito ficar adstrito às mulheres brancas e economicamente privilegiadas. Não se trata do mero exercício da autonomia privada quando elementos externos reduzem significativamente o espectro de escolhas.

Por isso, reivindica-se “uma ampla campanha em defesa dos direitos reprodutivos para todas as mulheres – em especial para aquelas que são, com frequência, obrigadas por suas circunstâncias econômicas a abdicar do direito à reprodução em si”⁶⁴.

CONCLUSÕES

A organização feminina em torno da pretensão em favor do planejamento familiar deu origem ao que se interpreta hoje como Direitos Reprodutivos das mulheres. A mobilização influenciou Convenções, Pactos, Conferências e Tratados internacionais que acabaram por reconhecer a condição de Direitos

Humanos dos Direitos das mulheres, entre eles os Direitos Reprodutivos. No Brasil, ao menos desde a 1988, os Direitos Reprodutivos são constitucionalmente garantidos às mulheres.

Apesar disso, subsiste a proibição do aborto como parte da política criminal brasileira que, do ponto de vista jurídico, não se justifica. Além de atentar contra os direitos fundamentais das mulheres, à autonomia, liberdade e dignidade, também viola o princípio da não discriminação, tido como um dos grandes avanços constitucionais.

Essa leitura acrítica dos avanços formais contrasta com as consequências da criminalização do aborto. Revela que a violência contra as mulheres se manifesta não apenas de forma institucional repressiva, mas como forma de omissão. Também demonstra que há um intuito velado de controle das mulheres pelos homens como forma de manutenção dos privilégios criados pelo patriarcado. E, ainda, revela as raízes coloniais de dominação a partir de um padrão universalizante com gênero, raça e classe bem definidos, que oculta a sobreposição de opressões com base nestes marcadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Clarissa Cecília Ferreira. O trabalho reprodutivo sob o capital: mulheres, classe e raça no trabalho doméstico e no cuidado. Belo Horizonte: Letramento, 2021.
- ARILHA, Margareth Martha. Direitos Reprodutivos em cenários globalizados: identificando e ultrapassando encruzilhadas. In: JURKEWICZ, Regina Soares (org.). Quem controla as mulheres? Direitos reprodutivos e fundamentalismos religiosos na América Latina. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2011.
- BARBOZA, Heloisa Helena. Reflexões sobre a autonomia negocial. In: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luiz Edson (coord.). O Direito e o Tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas – Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Pereira Lira. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
- BARBOZA, Heloisa Helena. Vulnerabilidade e cuidado: aspectos jurídicos. In: OLIVEIRA, Guilherme de; PEREIRA, Tânia da Silva (coord.). Cuidado e Vulnerabilidade. São Paulo: Atlas, 2009.
- BARROSO, Carmen. Direitos Reprodutivos: A realidade social e o debate político. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 62, p. 52-59, ag. 1987.
- BIROLI, Flávia. Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 15, p. 37-68, set./dez. 2014.
- BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BORGES, Izabella; BORGES, Bruna. Criminalização do aborto: não tornem nossas vidas ainda piores. Consultor jurídico, 03 ag. 2022. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-ago-03/escritos-mulher-reflexoes-criminalizacao-aborto-brasil2>>. Acesso em 20 set. 2022.
- BRASIL. Congresso Nacional. Relatório final da comissão parlamentar mista de inquérito nº 2. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil. Brasília, 1993. Disponível em:
<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/85082>>. Acesso em 16 set. 2022.
- CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Portal Geledés, mar. 2011. Disponível em:
<<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em 15 set. 2022.
- CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. PHYSIS: Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, p. 147-177, 1996. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73311996000100008>>. Acesso em 23 ag. 2022.
- DAMIÃO, Nayara André. Se podes olhar, vê: o aborto no cotidiano de trabalho das assistentes sociais. 2018. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Serviço Social e Política Social, Universidade de Londrina, Londrina, 2018.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Entre a morte e a prisão: quem são as mulheres criminalizadas pela prática do aborto no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

D'IANCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil (org.). São Paulo: Contexto, 2018.

FACHIN, Luiz Edson. Direito de família. Revista CEJ, v. 3, n. 9, p. 16-20, set./dez. 1999. Disponível em: <<https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/issue/view/19>>. Acesso em 15 set. 2022.

FACHIN, Luiz Edson. Fundamentos, limites e transmissibilidade. Anotações para uma leitura crítica, construtiva e de índole constitucional da disciplina dos direitos da personalidade no Código Civil brasileiro. Revista EMERJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 31, p. 51-70, 2005.

FERRAJOLI, Luigi. Igualdad y diferencia. In: CARBONELL, Miguel; FERRAJOLI, Luigi. Igualdad y diferencia de género. México: Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación. 2005.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Lei Maria da Penha: entre anseios da resistência e as posturas da militância. In: FLAUZINA, A.; FREITAS, F.; VIEIRA, H., PIRES, T. (Org.). Discursos negros: legislação penal, política criminal e racismo. Brasília: Brado Negro, 2018.

GUIMARÃES, Bernardo Strobel; MADALENA, Luis Henrique Braga Madalena; MEDEIROS, Lucas Sipioni Furtado de. Revogação de Roe vs. Wade e o direito ao aborto nos Estados Unidos. Consultor Jurídico, 05 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-jul-05/opiniaio-revogacao-roe-vs-wade-direito-aborto>>. Acesso em 16 set. 2022.

GOMES, Camila de Magalhães. Constituição e feminismo entre gênero raça e direito: das possibilidades de uma hermenêutica constitucional antiessencialista e decolonial. História: Debates e Tendências, v. 18, n. 3, p. 343-365, set.-dez. 2018.

GRUPO DE PESQUISA DIREITOS HUMANOS, PODER JUDICIÁRIO E SOCIEDADE. Mulheres incriminadas por aborto no Rio de Janeiro: diagnóstico a partir dos atores do sistema de justiça. Rio de Janeiro: UERJ, 2013, p. 29.

LICHOTTI, Camille; MAZZA, Luigi; BUONO, Renata. Os abortos diários do Brasil. Revista Piauí, 24 ag. 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/os-abortos-diarios-do-brasil/>>. Acesso em 15 set. 2022.

MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: Uma Análise Comparativa com os direitos reprodutivos. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 60-83, jun. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1806-64452008000100004>>. Acesso em 16 set. 2022.

MAYORGA, Claudia. Aborto: por que a AUTONOMIA das mulheres incomoda tanto? Boletim UFMG, n. 1.712, p. 2, set. 2010.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde - 2ª ed. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2013.

OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 14, p. 25-32, 1998. Suplemento.

PAIVA, Letícia. Ministério da Saúde sugere que médicos cometeriam crime por aborto após 22 semanas. *JOTA*, São Paulo, 29 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.jota.info/tributos-e-empresas/saude/ministerio-da-saude-sugere-que-medicos-cometeriam-crime-por-aborto-apos-22-semanas-29062022>>. Acesso em 16 set. 2022.

PEREIRA, Ana Cláudia. Racismo institucional na rede de atendimento às vítimas de violência contra as mulheres. In: *Tolerância Institucional à Violência contra as Mulheres*. Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Brasília, 2014.

PERLIGIERI, Pietro. *O direito civil na legalidade constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

PINTO, Simã Catarina de Lima. Corpos femininos sob controle: a criminalização do aborto no Brasil. *Gênero*, Niterói, v. 22, n. 2, p. 223-244, 2022.

SARMENTO, Daniel. Legalização do aborto e Constituição. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 240, p. 43-82, abr./jun. 2005.

SEDGH, Gilda [et. al.] Abortion incidence between 1990 and 2014: global, regional, and subregional levels and trends. *Lancet*, v. 388, n. 10.041, p. 258-267, mai. 2016. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(16\)30380-4](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(16)30380-4)>. Acesso em 11 set. 2022.

TEPEDINO, Gustavo. *Temas de direito civil*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

VENTURA, Miriam. *Direitos reprodutivos no Brasil*. Brasília: UNFPA, 2009.

VERENICZ, Mariana. Saúde refaz cartilha sobre aborto, mas continua a distorcer procedimento legal. *Carta Capital*, 13 set. 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/saude-refaz-cartilha-sobre-aborto-mas-continua-a-distorcer-procedimento-legal/>>. Acesso em 16 set. 2022.

VICK, Mariana. Direitos reprodutivos: uma história de avanços e obstáculos. *Nexo*, São Paulo, 05 set. 2021. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/explicado/2021/09/05/Direitos-reprodutivos-uma-hist%C3%B3ria-de-avan%C3%A7os-e-obst%C3%A1culos>>. Acesso em 13 de ag. 2022.

NOTAS

Nota 1

VICK, Mariana. Direitos reprodutivos: uma história de avanços e obstáculos. Nexo, São Paulo, 05 set. 2021. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/explicado/2021/09/05/Direitos-reprodutivos-uma-hist%C3%B3ria-de-avan%C3%A7os-e-obst%C3%A1culos>>. Acesso em 13 de ag. 2022.

Nota 2

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 209-210.

Nota 3

MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: Uma Análise Comparativa com os direitos reprodutivos. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 60-83, jun. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1806-64452008000100004>>. Acesso em 16 set. 2022.

Nota 4

VENTURA, Miriam. Direitos reprodutivos no Brasil. Brasília: UNFPA, 2009, p. 23-24.

Nota 5

O conceito de “Direitos Reprodutivos”, provavelmente gestado pelo movimento feminista norte-americano no fim da década de 1970, se volta à noção de integridade corporal e autodeterminação sexual. Apesar disso, não se ignora que a luta pelo direito ao planejamento familiar, por exemplo, é anterior à origem do termo e mobilizou as primeiras demandas que se tem notícia no embrionário movimento feminista do século XIX. Sobre o tema, ver: CORRÊA, Sonia; PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. PHYSIS: Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1-2, pp. 147-177, 1996. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-73311996000100008>>. Acesso em 23 ag. 2022.

Nota 6

VENTURA, Miriam. Direitos reprodutivos no Brasil. Brasília: UNFPA, 2009, p.37.

Nota 7

VENTURA, Miriam. Direitos reprodutivos no Brasil. Brasília: UNFPA, 2009, p. 38-39.

Nota 8

OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 14, p. 25-32, 1998. Suplemento.

Nota 9

PERLIGIERI, Pietro. O direito civil na legalidade constitucional. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 200-201.

Nota 10

A Constituição da República de 1988 marcou o ‘reencontro da sociedade brasileira com o Direito e a democracia’, e vem se tornando símbolo de uma era de justiça, solidariedade e pluralismo em nosso país. De base social pluralista e inteiramente voltada para a tutela da pessoa humana, a Constituição Federal assegurou

os direitos fundamentais, de modo inusitado no direito brasileiro, os quais foram consagrados e unificados pelo princípio da dignidade da pessoa humana, eleita como fundamento do Estado Democrático de Direito. Esse princípio, além de conferir unidade de sentido e de valor, legitima nossa ordem jurídica, centrando-a na pessoa humana, ‘valor-fonte fundamental do Direito’, no dizer de Miguel Reale”. (BARBOZA, Heloisa Helena. Vulnerabilidade e cuidado: aspectos jurídicos. In: OLIVEIRA, Guilherme de; PEREIRA, Tânia da Silva (coord.). Cuidado e Vulnerabilidade. São Paulo: Atlas, 2009, p. 107)

Nota 11

FACHIN, Luiz Edson. Fundamentos, limites e transmissibilidade. Anotações para uma leitura crítica, construtiva e de índole constitucional da disciplina dos direitos da personalidade no Código Civil brasileiro. Revista EMERJ, Rio de Janeiro, v. 8, n. 31, p. 51-70, 2005.

Nota 12

BARBOZA, Heloisa Helena. Reflexões sobre a autonomia negocial. In: TEPEDINO, Gustavo; FACHIN, Luiz Edson (coord.). O Direito e o Tempo: embates jurídicos e utopias contemporâneas – Estudos em homenagem ao Professor Ricardo Pereira Lira. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 407.

Nota 13

“Com efeito, a escolha da dignidade da pessoa humana como fundamento da República, associada ao objetivo fundamental de erradicação da pobreza e da marginalização, e de redução das desigualdades sociais, juntamente com a previsão do §2º do artigo 5º, no sentido da não exclusão de quaisquer direitos e garantias, mesmo que não expressos, desde que decorrentes dos princípios adotados pelo texto maior, configuram uma verdadeira cláusula geral de tutela e proteção da pessoa humana, tomada como valor máximo pelo ordenamento”. (TEPEDINO, Gustavo. Temas de direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 1999, p. 48)

Nota 14

VENTURA, Miriam. Direitos reprodutivos no Brasil. Brasília: UNFPA, 2009, p. 29.

Nota 15

Sobre o direito à interrupção da gravidez de feto anencéfalo, o então Ministro Relator Joaquim Barbosa ponderou que “há, na verdade, a legítima pretensão da mulher em ver respeitada sua vontade de dar prosseguimento à gestação ou de interrompê-la, cabendo ao direito permitir essa escolha, respeitando o princípio da liberdade, da intimidade e da autonomia privada da mulher. Nesse ponto, portanto, cumpre ressaltar que a procriação, a gestação, enfim os direitos reprodutivos, são componentes indissociáveis do direito fundamental à liberdade e do princípio da autodeterminação pessoal, particularmente da mulher, razão por que, no presente caso, ainda com maior acerto, cumpre a esta Corte garantir seu legítimo exercício, nos limites ora esposados.” (BRASIL, Supremo Tribunal Federal. Habeas Corpus 84.025. Relator Ministro Joaquim Barbosa, 04 mar. 2004, Diário Oficial da Justiça da União, 25 jun. 2004).

Nota 16

ARILHA, Margareth Martha. Direitos Reprodutivos em cenários globalizados: identificando e ultrapassando encruzilhadas. In: JURKEWICZ, Regina Soares (org.). Quem controla as mulheres? Direitos reprodutivos e fundamentalismos religiosos na América Latina. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2011, p. 17.

Nota 17

BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 154.

Nota 18

SEDGH, Gilda [et. al.] Abortion incidence between 1990 and 2014: global, regional, and subregional levels and trends. *Lancet*, v. 388, n. 10.041, p. 258-267, mai. 2016. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736\(16\)30380-4](http://dx.doi.org/10.1016/S0140-6736(16)30380-4)>. Acesso em 11 set. 2022.

Nota 19

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Entre a morte e a prisão: quem são as mulheres criminalizadas pela prática do aborto no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

Nota 20

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde - 2ª ed. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2013, p. 54.

Nota 21

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Entre a morte e a prisão: quem são as mulheres criminalizadas pela prática do aborto no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, 2018, p. 27.

Nota 22

GRUPO DE PESQUISA DIREITOS HUMANOS, PODER JUDICIÁRIO E SOCIEDADE. Mulheres incriminadas por aborto no Rio de Janeiro: diagnóstico a partir dos atores do sistema de justiça. Rio de Janeiro: UERJ, 2013, p. 29.

Nota 23

GRUPO DE PESQUISA DIREITOS HUMANOS, PODER JUDICIÁRIO E SOCIEDADE. Mulheres incriminadas por aborto no Rio de Janeiro: diagnóstico a partir dos atores do sistema de justiça. Rio de Janeiro: UERJ, 2013, p. 31.

Nota 24

LICHOTTI, Camille; MAZZA, Luigi; BUONO, Renata. Os abortos diários do Brasil. *Revista Piauí*, 24 ag. 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/os-abortos-diarios-do-brasil/>>. Acesso em 15 set. 2022.

Nota 25

VENTURA, Miriam. Direitos reprodutivos no Brasil. Brasília: UNFPA, 2009, p. 203.

Nota 26

BORGES, Izabella; BORGES, Bruna. Criminalização do aborto: não tornem nossas vidas ainda piores. *Consultor jurídico*, 03 ag. 2022. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-ago-03/escritos-mulher-reflexoes-criminalizacao-aborto-brasil2>>. Acesso em 20 set. 2022.

Nota 27

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 205.

Nota 28

“A família, desenhada por essa codificação, era fincada em um modelo exclusivo da matrimonialização e, portanto, cogitava de uma associação absoluta entre o casamento e a legitimidade dos filhos. Daí por que se explicava o art. 358 do Código Civil, segundo o qual o reconhecimento de filhos adulterinos e incestuosos não era permitido. Submetia-se, portanto, a uma lei de interdição e, como segunda característica, assim designada pela doutrina, à lei da desigualdade. Ou seja, assumia-se com clareza que funções e papéis dentro da família eram atribuídos de modo desigual. Daí porque a direção familiar recebia uma percepção hierarquizada com atribuição da chefia ao marido, com a incapacidade relativa da mulher e com circunstâncias tais que, à época, permitiam até mesmo questionar se os filhos seriam também titulares de direitos e deveres no exercício do designado pátrio poder ou, como se diria hoje, do pátrio dever. Esse desenho da família matrimonializado, hierarquizado, patriarcal, também compreendia a característica da transpessoalidade.” (FACHIN, Luiz Edson. Direito de família. Revista CEJ, v. 3, n. 9, p. 16-20, set./dez. 1999. Disponível em: <<https://revistacej.cjf.jus.br/cej/index.php/revcej/issue/view/19>>. Acesso em 15 set. 2022)

Nota 29

“O casamento entre famílias ricas e burguesas era usado como um degrau de ascensão social ou uma forma de manutenção do status (ainda que os romances alentassem, muitas vezes, uniões por amor). Mulheres casadas ganhavam ainda uma nova função: contribuir para o projeto familiar de mobilidade social através de sua postura nos salões como anfitriãs e na vida cotidiana, em geral, como esposas modelares e boas mães. Cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente atingido dentro da esfera da família “burguesa e higienizada”. Os cuidados e a supervisão da mãe passam a ser muito valorizados nessa época, ganha força a ideia de que é muito importante que as próprias mães cuidem da primeira educação dos filhos e não os deixem simplesmente soltos sob a influência de amas, negras ou “estranhos”, “moleques” da rua.” (D’IANCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil (org.). São Paulo: Contexto, 2018, p. 229)

Nota 30

“Ainda, outra questão diz respeito ao fato de que, diferentemente das críticas de feministas brancas à construção de uma ideologia de domesticidade e maternidade femininas que as atrelavam ao lar, a domesticidade e maternidade negras foram construídas *a partir do seu trabalho*, seja enquanto escravas, seja enquanto trabalhadoras da reprodução social, ou enquanto mães-pretas substitutas em famílias brancas, criando e educando os filhos das mulheres brancas mais do que seus próprios filhos e dedicando-se mais aos cuidados das casas das famílias brancas do que aos cuidados de sua própria casa”. (ALVES, Clarissa Cecília Ferreira. **O trabalho reprodutivo sob o capital**: mulheres, classe e raça no trabalho doméstico e no cuidado. Belo Horizonte: Letramento, 2021, p. 212-213)

Nota 31

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Portal Geledés, mar. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em 15 set. 2022.

Nota 32

GOMES, Camila de Magalhães. Constituição e feminismo entre gênero raça e direito: das possibilidades de uma hermenêutica constitucional antiessencialista e decolonial. História: Debates e Tendências, v. 18, n. 3, p. 343-365, set.-dez. 2018.

Nota 33

PEREIRA, Ana Cláudia. Racismo institucional na rede de atendimento às vítimas de violência contra as mulheres. In: Tolerância Institucional à Violência contra as Mulheres. Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Brasília, 2014.

Nota 34

“O movimento populacional, durante a década de 60, chamado de neomalthusiano previu que se não fosse revertida a curva de crescimento populacional, o mundo se destruiria. Surgiram, à época, os estudos sobre as formas de se reduzir a fertilidade, que dão origem aos anticoncepcionais - hoje já bastante disseminados, como a pílula e o DIU. Os países do terceiro mundo ao desencorajarem o uso de contraceptivos tornaram-se uma ameaça à própria raça humana, fazendo necessária, com isso, a interferência externa, ou seja, internacional.” (MATTAR, Laura Davis. Reconhecimento jurídico dos direitos sexuais: Uma Análise Comparativa com os direitos reprodutivos. Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, v. 5, n. 8, p. 60-83, jun. 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1806-64452008000100004>>. Acesso em 16 set. 2022)

Nota 35

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 215.

Nota 36

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 217.

Nota 37

PINTO, Simã Catarina de Lima. Corpos femininos sob controle: a criminalização do aborto no Brasil. Gênero, Niterói, v. 22, n. 2, p. 223-244, 2022.

Nota 38

BARROSO, Carmen. Direitos Reprodutivos: A realidade social e o debate político. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 62, p. 52-59, ag. 1987.

Nota 39

BRASIL. Congresso Nacional. Relatório final da comissão parlamentar mista de inquérito nº 2. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a examinar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil. Brasília, 1993. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/85082>>. Acesso em 16 set. 2022.

Nota 40

OSIS, Maria José Martins Duarte. Paism: um marco na abordagem da saúde reprodutiva no Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 14, p. 25-32, 1998. Suplemento.

Nota 41

PINTO, Simã Catarina de Lima. Corpos femininos sob controle: a criminalização do aborto no Brasil. Gênero, Niterói, v. 22, n. 2, p. 223-244, 2022.

Nota 42

PEREIRA, Ana Cláudia. Racismo institucional na rede de atendimento às vítimas de violência contra as mulheres. In: Tolerância Institucional à Violência contra as Mulheres. Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Brasília, 2014, p. 31.

Nota 43

VENTURA, Miriam. Direitos reprodutivos no Brasil. Brasília: UNFPA, 2009, p. 48-49.

Nota 44

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 125.

Nota 45

GUIMARÃES, Bernardo Strobel; MADALENA, Luis Henrique Braga Madalena; MEDEIROS, Lucas Sipioni Furtado de. Revogação de Roe vs. Wade e o direito ao aborto nos Estados Unidos. Consultor Jurídico, 05 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2022-jul-05/opinio-rovogacao-roe-vs-wade-direito-aborto>>. Acesso em 16 set. 2022.

Nota 46

PAIVA, Letícia. Ministério da Saúde sugere que médicos cometeriam crime por aborto após 22 semanas. JOTA, São Paulo, 29 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.jota.info/tributos-e-empresas/saude/ministerio-da-saude-sugere-que-medicos-cometeriam-crime-por-aborto-apos-22-seman-as-29062022>>. Acesso em 16 set. 2022.

Nota 47

VERENICZ, Mariana. Saúde refaz cartilha sobre aborto, mas continua a distorcer procedimento legal. Carta Capital, 13 set. 2022. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/saude-refaz-cartilha-sobre-aborto-mas-continua-a-distorcer-procedimento-legal/>>. Acesso em 16 set. 2022.

Nota 48

“Sem embargo, a experiência já comprovou que o meio de proteção mais adequado destas vidas intrauterina não é a repressão criminal. Ao invés disso, outras medidas são muito mais eficazes e não geram os mesmos efeitos colaterais, como, por exemplo, a ampliação dos investimentos em planejamento familiar e educação sexual para redução do número de gestações indesejadas; a garantia do direito à creche e o combate ao preconceito contra a mulher grávida no ambiente de trabalho, para que as gestantes não sejam confrontadas com uma ‘escolha de Sofia’ entre a maternidade ou o emprego; e o fortalecimento da rede de segurança social, para que um novo filho não seja sinônimo de penúria para as já desassistidas.” (SARMENTO, Daniel. Legalização do aborto e Constituição. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, v. 240, p. 43-82, abr./jun. 2005).

Nota 49

SCHREIBER, Anderson. Direito ao aborto? Genjurídico, 07 jun. 2018. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2018/06/07/direito-ao-aborto/>> . Acesso em 22 set. 2022.

Nota 50

Podemos compreender que o patriarcado é um sistema de dominação-exploração que se utiliza da diferença socialmente construída entre os sexos e a transforma em desigualdade. A desigualdade entre homens e mulheres não é derivada das nossas diferenças biológicas, mas da construção social que conferiu, historicamente, significado a elas. A diferença biológica entre os sexos foi transformada na inferioridade

socialmente construída das mulheres, o que originou o sistema de dominação-exploração dos homens sobre estas. Nesse sistema, se utiliza uma suposta “natureza feminina”² para justificar a dominação-exploração das mulheres. O corpo feminino é utilizado para mantê-lo, tornando a sexualidade e reprodução pontos chave para o patriarcado.” (DAMIÃO, Nayara André. Se podes olhar, vê: o aborto no cotidiano de trabalho das assistentes sociais. 2018. 227 f. Dissertação (Mestrado) – Serviço Social e Política Social, Universidade de Londrina, Londrina, 2018, p. 23-24).

Nota 51

BIROLI, Flávia. Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 15, p. 37-68, set./dez. 2014.

Nota 52

BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 139.

Nota 53

BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 146.

Nota 54

BIROLI, Flávia. Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 147.

Nota 55

PEREIRA, Ana Cláudia. Pela cidadania das mulheres negras: meandros do racismo institucional na rede de atendimento às vítimas de violência contra as mulheres. In: Tolerância Institucional à Violência contra as Mulheres. Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Brasília, 2014, p. 34.

Nota 56

PEREIRA, Ana Cláudia. Pela cidadania das mulheres negras: meandros do racismo institucional na rede de atendimento às vítimas de violência contra as mulheres. In: Tolerância Institucional à Violência contra as Mulheres. Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Brasília, 2014, p. 34.

Nota 57

GOMES, Camila de Magalhães. Constituição e feminismo entre gênero raça e direito: das possibilidades de uma hermenêutica constitucional antiessencialista e decolonial. História: Debates e Tendências, v. 18, n. 3, p. 343-365, set.-dez. 2018.

Nota 58

MAYORGA, Claudia. Aborto: por que a AUTONOMIA das mulheres incomoda tanto? Boletim UFMG, n. 1.712, p. 2, set. 2010.

Nota 59

BIROLI, Flávia. Autonomia e justiça no debate sobre aborto: implicações teóricas e políticas. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 15, p. 37-68, set./dez. 2014.

Nota 60

É essa a conclusão adotada por Flauzina em relação aos casos de violência doméstica. Vide: FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. Lei Maria da Penha: entre anseios da resistência e as posturas da militância. In: FLAUZINA, A.; FREITAS, F.; VIEIRA, H., PIRES, T. (Org.). Discursos negros: legislação penal, política criminal e racismo. Brasília: Brado Negro, 2018.

Nota 61

“Não somente se trata de uma liberdade fundamental negativa (de não tornar-se mãe e, portanto, de abortar), mas uma imunidade contra construções e servidões pessoais que é complementar de uma liberdade positiva: o direito-poder de gerar, de trazer pessoas ao mundo, que é um poder por assim dizer constituinte, de tipo pré ou meta-jurídico, posto que é o reflexo de uma capacidade natural inerente de maneira exclusiva à diferença feminina. Não se trata só de um direito de liberdade, como também de um direito-pretensão ao que devem corresponder obrigações públicas, concretamente exigíveis, de assistência e de cuidado, tanto no momento da maternidade como do aborto.” (FERRAJOLI, Luigi. Igualdad y diferencia. In: CARBONELL, Miguel; FERRAJOLI, Luigi. Igualdad y diferencia de género. México: Consejo Nacional para Prevenir la Discriminación. 2005, p. 21)

Nota 62

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 127.

Nota 63

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 208-209.

Capítulo 9



10.37423/230307343

A PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONJUNTURA POLÍTICO-ELEITORAL DE 2018 NO BRASIL.

Marco André Cadoná

Universidade de Santa Cruz do Sul

Valter de Almeida Freitas

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul



Pretende-se, neste texto, analisar alguns aspectos da cultura política dos jovens nas sociedades contemporâneas, em especial no que diz respeito aos espaços por eles valorizados para a participação sociopolítica. Como referência empírica são considerados os resultados de uma pesquisa realizada entre o primeiro e o segundo turnos das eleições de 2018, com o objetivo de investigar a cultura política de estudantes de graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), localizada no município de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Uma universidade na qual grande parte dos estudantes enfrenta o desafio de conciliar a vida acadêmica com a vida laborativa.

A temática proposta não é nova nas ciências sociais que analisam a relação entre juventudes¹ e política no Brasil. Desde a década de 1980, no contexto de “abertura democrática” no País, diferentes pesquisadores/teóricos, a partir de diferentes problemáticas e de diferentes perspectivas teórico-metodológicas, se ocupam com a análise da cultura política de jovens e, inclusive, de jovens universitários. A novidade, no entanto, se define pela própria conjuntura que é considerada na análise. Depois de mais de três décadas do fim da ditadura militar (1964 – 1985) e de “democratização” no País, o vencedor da disputa eleitoral que visou a Presidência da República em 2018 foi um candidato abertamente identificado com valores não democráticos, inclusive conhecido pela defesa de instituições e pessoas diretamente vinculadas àquele regime ditatorial. Além disso, naquelas eleições ocorreu uma descentralização no uso dos meios de comunicação, com a ampliação do debate político nas redes sociais (Facebook e WhatsApp, por exemplo), que se tornaram espaços fundamentais de informação, de discussão e de construção dos posicionamentos político-eleitorais. Considere-se, ainda, que a maioria dos jovens universitários pesquisados concilia estudo e trabalho; em condições, portanto, nem sempre favoráveis para uma participação mais ampla na vida acadêmica, capaz de transcender as atividades diretamente vinculadas à frequência das aulas.

Embora os dados empíricos tenham sido levantados durante o período que compreendeu o primeiro e o segundo turnos das eleições de 2018, a análise apresentada não está circunscrita aos posicionamentos de jovens universitários naquele contexto político-eleitoral. O que se pretende colocar em questão é uma proposição importante nas ciências sociais que analisam a cultura política das juventudes nas sociedades contemporâneas: a proposição segundo a qual no comportamento político dos jovens, em especial num contexto de expansão e de crescente importância das redes sociais, destaca-se um processo de individualização, que pode ser definido como “a vontade de cada indivíduo de escolher as suas maneiras de viver [...], assim como por um declínio do papel das instituições na construção das normas coletivas” (ROUDET, 2004, p. 17. Tradução nossa).

A questão a ser investigada, nesse sentido, está vinculada ao processo de individualização que delinea a participação política dos jovens. O processo de individualização, porém, não é considerado como algo dado, como um pressuposto de análise. Ao contrário, a individualização na política é colocada como um problema, uma questão a ser investigada. Atentando, inclusive, para o fato de que o “declínio do papel das instituições” não significa um caminho para o vazio, nem para uma cada vez maior autonomia dos indivíduos, pois a individualização da política compreende um processo permanente de distanciamentos/aproximações de contradições e de condicionamentos no processo de socialização política. A compreensão desse processo de individualização, a partir das formas concretas de socialização política de jovens estudantes universitários, situados num contexto histórico de crise política no Brasil, de uma disputa polarizada pelo executivo nacional e de uma crescente presença das novas tecnologias de informação no processo de socialização política, coloca-se como o desafio principal da análise.

Como indicado, a pesquisa que sustenta empiricamente a análise foi realizada com estudantes de graduação da UNISC, de diferentes cursos e áreas do conhecimento. Uma pesquisa que, sob o ponto de vista de sua técnica de levantamento de dados, compreendeu a aplicação de um questionário nas duas semanas que antecederam a realização do segundo turno das eleições de 2018, ou seja, entre os dias 15 e 26 de outubro daquele ano. Portanto, num período em que as eleições para os legislativos (estaduais e federal) já tinham ocorrido e no qual os candidatos que disputariam o segundo turno para cargos executivos (Governadores e Presidente da República) já estavam definidos.

O levantamento realizado contemplou as formas de atuação sociopolítica, a confiança em relação a instituições sociais e políticas, a relação com os partidos políticos, as visões acerca da democracia e da cidadania, os valores políticos e ideológicos considerados importantes pelos jovens universitários. Foram aplicados 169 questionários, distribuídos entre as quatro áreas de conhecimento na Universidade (de forma proporcional ao número de estudantes existentes naquele momento na UNISC nas diferentes áreas de conhecimento): ciências humanas, ciências sociais aplicadas, ciências da saúde e engenharias/ciência da terra.

A amostra de 169 estudantes, considerando o universo de estudantes de graduação da UNISC no primeiro semestre de 2018 (8.548 estudantes), permite que os dados sejam considerados com representatividade estatística, dentro de uma margem de erro de 7.0 pontos percentuais (para cima e para baixo) e com um nível de confiança de 95%. Esse cálculo do tamanho da amostra decorre da utilização de fórmulas de Amostragem Aleatória Simples para a estimação de proporções. Nesse

sentido, considere-se que na definição da amostra foram considerados: a) *o nível de confiança da estimativa*² que, no caso específico, foi igual a 95%; b) *o erro absoluto*, que foi definido tomando-se como referência o universo de estudantes da graduação na UNISC, conforme matrículas realizadas no primeiro semestre de 2018; c) *a variabilidade dos dados*, medida através do Produto PQ³ (como estas informações não se encontravam disponíveis antes da realização do levantamento dos dados, utilizou-se o valor correspondente à maior variabilidade possível; este valor é $P = 0,50$ e $Q = 0,50$, sendo, portanto, $PQ = 0,50 \times 0,50 = 0,25$; desta forma, a amostra calculada será maior do que todas as outras amostras possíveis, considerando variabilidades menores e evitando o subdimensionamento amostral); d) o tamanho da população que, no caso da pesquisa em questão, foi definido a partir do total de matrículas realizadas no primeiro semestre de 2018, em todos os cursos de graduação naquele período oferecidos pela UNISC.

O texto está organizado em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na sequência deste texto introdutório, propõe-se uma reflexão sobre a participação política dos jovens nas sociedades contemporâneas, considerando algumas teses que estão presentes na bibliografia que analisa a temática. Após, então, são apresentados alguns dados sistematizados através da pesquisa realizada, a partir dos quais se propõe uma análise sobre as formas de participação sociopolítica e a importância que as instituições sociais e políticas têm nos processos de subjetivação política dos jovens universitários investigados. Ao final, retoma-se a análise sobre a individualização do comportamento político dos jovens, indicando-se momentos de desinstitucionalização e de revinculação a domínios não institucionais, mas, também, a importância da conjuntura considerada na construção de suas concepções políticas e em suas formas de participação.

1 A PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS JOVENS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS.

No Brasil, a temática relacionada à cultura política dos jovens já há algumas décadas ganhou maior visibilidade, não somente na academia, mas também em diferentes espaços de reflexão sobre a política no país (meios de comunicação, redes sociais, partidos políticos, movimentos sociais). Essa maior visibilidade decorre, por um lado, do próprio crescimento da participação dos jovens no universo de eleitores no Brasil. Dados do Tribunal Superior Eleitoral, referentes ao ano de 2020, indicavam que 23,8% do eleitorado brasileiro tinham idades entre 16 e 29 anos (TSE, 2023). Por outro lado, as manifestações de protesto de rua que ocorreram no país a partir de 2013, nas quais a participação dos jovens foi majoritária, despertaram um maior interesse pela compreensão não somente da participação dos jovens em diferentes espaços sociopolíticos (coletivos, movimentos

sociais, partidos políticos, espaços de construção de políticas públicas etc.), mas também dos repertórios de ação por eles mobilizados quando se propõem à participação na sociedade (GOHN, 2018).

Na bibliografia que analisa a participação sociopolítica dos jovens no Brasil, ainda permanecem desconfianças quanto ao seu engajamento político. Nessa direção, diferentes autores ressaltam a “elevada rejeição” e a “baixa participação” das juventudes nos assuntos políticos; ou, então, o “desinteresse” com relação às tradicionais formas de atuar na política e sua baixa participação nos conselhos e fóruns, no processo eleitoral e até mesmo nos espaços voltados “para a promoção dos direitos sociais da juventude” (BOGHOSSIAN, MINAYO, 2009, p. 413). E não faltam pesquisas que corroboram essas teses. Helena Abramo e Pedro Branco, por exemplo, em pesquisa que realizaram no início dos anos 2000, sobre o perfil dos jovens no Brasil, destacam que apenas 15% dos jovens participavam de quaisquer atividades de grupo de bairro e na cidade e que, em que pese 83% terem afirmado que confiavam totalmente na família, apenas 3% confiavam nos partidos políticos (ABRAMO, BRANCO, 2005).

Contudo, há também autores que ressaltam o protagonismo dos jovens, seja em mobilizações coletivas, seja na defesa de pautas políticas capazes de mobilizar diferentes forças sociais e políticas na sociedade brasileira. Num período mais recente, por exemplo, Maria da Glória Gohn analisou a participação dos jovens em “dois cenários”: as mobilizações de rua de 2013 e as ocupações em escolas públicas, por estudantes secundaristas, a partir de 2015 (GOHN, 2018). E argumentou que, nesses dois “cenários”, partindo de demandas localizadas (mobilidade urbana, em 2013, e contra as reformas na educação, em 2015 e 2016), os jovens “souberam mobilizar outras camadas da população, que saíram às ruas para apoiar suas demandas”; e impulsionaram repertórios de reivindicações para outros pontos e áreas, provocando questionamentos sobre políticas públicas, modos de gestão e formas de atuação política (GOHN, 2018, p. 118).

As manifestações de junho de 2013, aliás, contribuíram para evidenciar algumas características das mobilizações contemporâneas que colocam os jovens como um segmento social protagonista. Dentre essas características, duas certamente merecem destaque: o uso das redes sociais e a maior autonomia das mobilizações coletivas em relação aos partidos políticos e, mesmo, aos movimentos sociais tradicionais. Como destaca Maria da Glória Gohn, referindo-se àquelas manifestações:

[...] elas fazem parte de novas formas de associativismo urbano entre jovens escolarizados, com origem predominante em camadas médias, conectados por redes digitais. Pesquisas indicam que a maioria deles é organizada

horizontalmente, atuando em coletivos ou novíssimos movimentos sociais. São críticos das formas tradicionais da política, tal como se apresentam na atualidade, especialmente por meio de partidos e sindicatos. Alguns pregam a autonomia em relação àquelas formas e negam a política partidária, mas não o Estado e a Política com P maiúsculo. [...] organizadas a partir da convocação de grupos de jovens, atribuíram novos significados às lutas sociais. Antes de junho 2013, pesquisas já indicavam o protagonismo dos jovens nas redes sociais. [...]. Elas afetaram o campo da política e a correlação das forças político-partidárias foi tensionada. A democracia ampliou-se e abrigou grupos e movimentos com outros repertórios, outras linguagens e performances diferentes das usuais nas ruas até então, onde se observava a hegemonia de movimentos clássicos (liderados por sindicatos e movimentos populares de lutas pela terra e por moradia), ou bandeiras dos “novos” movimentos advindos da década de 1980 (com demanda identitárias de gênero, raça, sexo, faixa etária, ou demandas ambientalistas). Novíssimos movimentos sociais ganharam os holofotes da mídia em junho de 2013, com demandas e propostas na área da mobilidade urbana que ultrapassavam o local e remetiam para outras formas de gestão da coisa pública [...] (GOHN, 2018, p. 122).

Conclusões próximas estão presentes nas análises que outros cientistas sociais produziram em relação às mobilizações coletivas que ocorreram, em diferentes lugares do planeta, entre 2008 e 2013. Mobilizações tais como as que ocorreram na Islândia em 2008/2009 (“Revolução das Panelas”), na Tunísia em 2010/2011 (“A revolução da liberdade e da dignidade”), na Espanha em 2011 (“Movimento dos Indignados”), nos Estados Unidos em 2011 (“Movimento Occupy Wall Street”). Manuel Castells, por exemplo, destaca que aquelas manifestações tiveram uma orientação principal: foram manifestações de um “contra-poder”, indicando uma “capacidade dos atores sociais desafiar o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2013, p. 8).

Para Castells, as manifestações ocorridas naquele período são expressões de mudanças que ocorrem nas ações coletivas nas sociedades contemporâneas, num momento histórico em que as tecnologias de informação ocupam um espaço cada vez mais importante na organização da vida em sociedade. Naquelas manifestações, destaca o sociólogo espanhol, foi possível observar um “padrão emergente” das ações coletivas, no qual algumas características são importantes: 1. são ações coletivas conectadas em rede de múltiplas formas (através da internet, mas, também, através de relações que se estabelecem nos espaços locais); 2. suas pautas são, ao mesmo tempo, locais e globais (meio ambiente, dominação financeira, mercantilização dos espaços urbanos, relação governo e sociedade); 3. em termos de gênese, podem ter motivações espontâneas, geralmente desencadeadas por uma “centelha de indignação” (o suicídio de um ambulante, por exemplo, como motivação para protestos contra a violência policial, no caso da Tunísia); 4. são “virais”, seguindo a lógica das redes na internet,

pois se difundem rapidamente nas redes; 5. sob o ponto de vista da tomada de decisões são horizontais, pois as decisões tendem a “ocorrer em assembleias e em comitês por elas designadas”, de modo geral com lideranças difusas e sem a necessidade de uma liderança formal; 6. elas não são facilmente cooptadas pelos partidos políticos e por movimentos sociais tradicionais, inclusive muitas delas expressam explicitamente sentimentos “apartidários”; 7. e, como ponto chave, são ações coletivas que propõem como utopia “a autonomia do sujeito em relação às instituições da sociedade” (CASTELLS, 2013, p. 134).

Embora essas não sejam as únicas características do padrão emergente de ação coletiva nesse período recente, elas indicam uma questão central na discussão sobre mobilizações coletivas na “era da internet”: embora suas origens não estejam na internet (pois decorrem de contradições e de conflitos sociopolíticos que estão presentes nas sociedades), essa é fundamental, pois “cria as condições para uma forma prática comum que permite a um movimento sem lideranças sobreviver, deliberar, coordenar, expandir” (CASTELLS, 2013, p. 135). Mais do que isso: são mobilizações coletivas que comungam com a internet uma cultura específica: “a cultura da autonomia, a matriz cultural das sociedades contemporâneas” (CASTELLS, 2013, p. 138). Um modo de ser, pensar, agir que enfatiza o processo de individualização dos comportamentos sociais e políticos, expressão da “capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores e interesses” (CASTELLS, 2013, p. 135).

Essa perspectiva teórica, que enfatiza o processo de individualização como expressão de uma “matriz cultural das sociedades contemporâneas”, tem sido enfatizada na análise do comportamento político dos jovens, na medida em que permite que se repense a relação entre juventudes e política, problematizando-se as noções de apatia e de desinteresse a eles associadas. Como destaca Bernard Roudet, em sua análise sobre os novos tipos de participação política dos jovens, a partir do processo de individualização até mesmo a apatia, o desinteresse e o fraco envolvimento político podem ser interpretados como resultado de um processo biográfico, fortemente seletivo, no qual nem sempre os modelos individuais coincidem com os modelos institucionalizados (ROUDET, 2004, p. 17-8). A partir dessa perspectiva, pode-se afirmar que:

[...]. Mais do que um espaço de transmissão ou de adaptação, a juventude é entendida crescentemente como um espaço de construção e de questionamento dos modelos políticos erigidos pelas gerações anteriores, o que nem sempre resulta numa avaliação positiva da sua intervenção política, em grande medida porque ocorre à margem dos mecanismos institucionais do sistema democrático (AUGUSTO, 2008, p. 161).

Assim, a relação entre juventudes e política deve levar em conta “a confluência de dois processos”: “um processo de desinstitucionalização política e um processo de revinculação a domínios não institucionais” (AUGUSTO, 2008, p. 161). Nesses termos, o que é definido como “apatia”, “desinteresse”, “não envolvimento político” pode ser interpretado como “desinstitucionalização” e não necessariamente como despolitização. Ao mesmo tempo, as formas não convencionais de participação (inclusive nas redes sociais) podem ser compreendidas como “espaços de revinculação” (AUGUSTO, 2008, p. 162). Nessa mesma direção, o ceticismo presente no comportamento de jovens em relação aos partidos políticos e outras instituições importantes de um regime democrático não pode ser interpretado como um questionamento da democracia, pois não implica necessariamente desconfiança em relação ao regime democrático. O que se coloca é uma desconfiança em relação a determinados modelos de funcionamento do sistema democrático, principalmente quando esses modelos estão vinculados a valores que se diferenciam daqueles que os jovens defendem (por exemplo, maior liberdade, autonomia, respeito às diferenças); ou, então, reproduzem práticas que não são aceitas socialmente (como, por exemplo, corrupção, jogos de interesses entre representantes políticos). Ademais, torna-se importante destacar que, como indicado por Castells e por Gohn (anteriormente citados), a ação política dos jovens tem transitado em espaços não institucionais, a partir de novos repertórios de ação coletiva e com agendas políticas que nem sempre são contempladas pelas instituições tradicionais (partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais).

As questões colocadas nesses últimos parágrafos também indicam a importância da problematização do pressuposto segundo o qual os jovens não se interessam por política. Não se interessar pelo acontece com os partidos políticos, com as disputas entre representantes políticos, enfim, pelos mecanismos formais e institucionais da política não significa, necessariamente, um desinteresse pela política, enquanto atividade de participação em espaços de decisão na sociedade.

A conclusão que se pode tirar dessa perspectiva de análise aponta para a importância de se considerar a desinstitucionalização da participação política dos jovens na sociedade, mas, ao mesmo tempo, para as novas formas de ação coletiva, implicando nisso não somente os novos espaços de participação, mas, também, os repertórios de ação (valores, práticas, rituais, formas de relacionamento etc.) que são mobilizados nos momentos de atuação sociopolítica.

2. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ENTRE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DA UNISC.

Como indicado no texto introdutório, a análise aqui apresentada considera dados de um levantamento realizado com estudantes de graduação da Universidade de Santa Cruz do Sul, no período entre o primeiro e o segundo turnos das eleições gerais que se realizaram no Brasil em 2018. Para os fins da análise proposta, serão apresentados alguns dados possibilitados por aquele levantamento, mais diretamente relacionados a formas de participação política, a concepções sobre cidadania e voto, a valores políticos e à confiança em instituições sociais e políticas.

Em relação à participação em atividades políticas, foi perguntado aos estudantes se participavam ou já tinham participado de atividades desenvolvidas ou não no âmbito de instituições sociais e políticas. Como está indicado no quadro a seguir, o questionário contemplou várias alternativas, em relação às quais os estudantes puderam responder se participavam no momento da pesquisa, se não participavam, mas já tinham participado e se não participavam e nem tinham participado anteriormente (Quadro 01).

QUADRO 01: Estudantes pesquisados, por participação em instituições sociopolíticas.

Estudantes Você participa ou já participou:	Participo atualmente (%)	Não participo, mas já participei (%)	Não participo e nunca participei (%)	TOTAL	
				n.	%
Grêmios estudantis	1,9	47,0	51,2	168	100,0
DCE ou Diretório Acadêmico	8,1	27,6	64,2	169	100,0
Associação de Moradores	1,7	15,7	82,6	167	100,0
Partido político	5,8	18,2	76,0	167	100,0
Coletivo de pessoas	9,1	28,1	62,8	167	100,0
Movimento social	9,1	32,2	58,7	167	100,0
Grupos de jovens vinculados à Igreja	6,7	30,8	62,5	166	100,0
Trabalho voluntário	12,3	49,2	38,5	168	100,0
Atividades religiosas/igreja	12,4	28,9	58,7	167	100,0
Sindicatos	1,7	14,9	83,5	167	100,0
Passeatas e/ou mobilização de rua	10,7	48,4	41,0	168	100,0
Grupos de formação política nas redes sociais	23,3	25,0	51,7	166	100,0
Grupos de formação políticas fora das redes sociais	17,2	23,0	59,8	168	100,0
Acompanhamento de sessões legislativas	8,2	29,5	62,3	168	100,0
Audiências públicas realizadas no município	8,4	23,5	68,1	165	100,0
Campanhas/mutirões de solidariedade	12,5	41,7	45,8	166	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Um aspecto a ser destacado é que a participação era muito baixa em todas as alternativas consideradas. Apenas em *trabalhos voluntários, atividades religiosas, passeatas/mobilizações de rua, grupos de formação política nas redes sociais, grupos de formação política fora das redes sociais e campanhas/mutirões de solidariedade*, o índice de participação superou os dez por cento. E mesmo nessas, destacam-se formas efêmeras de participação, que não necessariamente implicam um compromisso mais orgânico dos indivíduos, nem se vinculam a práticas coletivas institucionalizadas. Uma condição que tende a ser reforçada quando são consideradas as experiências passadas (“não participo, mas já participei”), pois nessas as que mais se destacam são as participações em *grêmios estudantil, em trabalhos voluntários, em passeatas e/ou mobilização de rua, em grupos de formação política nas redes sociais e em campanhas/mutirões de solidariedade*.

O histórico de participação dos estudantes, no entanto, permite perceber a importância de algumas formas de participação em seus processos de socialização política. Somados aqueles que indicaram que “estavam participando no momento da pesquisa” e aqueles que “não estavam participando, mas já tinham participado”, *trabalhos voluntários, passeatas e/ou mobilizações de rua, campanhas/mutirões de solidariedade, movimento estudantil secundarista, grupos de formação política nas redes sociais, atividades religiosas*, mesmo atividades vinculadas a *movimentos sociais*, são as que mais se destacam nas experiências de participação social e política.

Por outro lado, determinadas formas de participação nunca fizeram parte do processo de socialização política dos estudantes pesquisados. Dentre essas, destaque-se a participação em *sindicatos* (83,5% afirmaram que não participavam, nem nunca tinham participado), em *associações de moradores* (82,6% afirmaram que não participavam, nem nunca tinham participado), em *partidos políticos* (76% afirmaram que não participavam, nem nunca tinham participado), mesmo no *movimento estudantil universitário* (64,2% afirmaram que não participavam, nem nunca tinham participado de atividades de seus diretórios acadêmicos ou do DCE). Nesse último caso, uma expressão das dificuldades enfrentadas pelos estudantes na construção de um comprometimento com a vida acadêmica capaz de transcender as atividades de ensino; mas, também, da invisibilidade dessa questão nos meios acadêmicos, nem sempre comprometidos com o processo de socialização política dos estudantes, seja por que o próprio movimento estudantil não consegue criar espaços que impulsionem esse processo, seja por que as Universidades não o valorizam enquanto uma dimensão da formação universitária.

Ainda sobre participação sociopolítica, o levantamento realizado contemplou outras formas de envolvimento/participação, desde o hábito de assistir programas políticos até atividades político-

partidárias. Novamente, esses dados permitem perceber que, como tendência, os estudantes tinham envolvimento com atividades mais individualizadas e com menor comprometimento com as instituições políticas. As atividades mais indicadas, nessa direção, foram *assistir propaganda política eleitoral, conversar sobre política com outras pessoas, compartilhar matérias políticas nas redes sociais, se posicionar politicamente nas redes sociais, tentar convencer familiares e amigos sobre questões políticas*. O interesse por questões políticas nas redes sociais e o acompanhamento de acontecimentos políticos através dos meios de comunicação ganham destaque dentre as atividades mais indicadas pelos estudantes. Não há, dentre essas ações, indicações de um interesse maior na participação e na militância em alguma instituição política. Note-se, inclusive, que dentre as atividades que os estudantes indicaram como atividades que “nunca participaram ou que raramente participam” estão *frequentar reuniões de associações de bairro, frequentar reuniões de condomínio, frequentar reuniões de partidos políticos, frequentar reuniões de movimentos sociais/coletivos e participar de reuniões do DCE e de seu Diretório Acadêmico* (Quadro 02).

QUADRO 02: Estudantes pesquisados, por formas de participação sociopolítica.

Estudantes Você tem o hábito de:	Sempre (%)	Às vezes (%)	Raram ente (%)	Nunca (%)	TOTAL	
					n.	%
Assistir propaganda política eleitoral	24,4	43,9	25,2	6,5	168	100,0
Conversar sobre política com outras pessoas	37,5	45,5	13,8	3,3	169	100,0
Compartilhar matérias políticas nas redes sociais	16,3	26,8	29,3	27,6	167	100,0
Se posicionar politicamente nas redes sociais	20,3	24,4	29,3	26,0	167	100,0
Tentar convencer familiares e amigos sobre questões políticas	19,5	29,3	28,5	22,8	167	100,0
Frequentar reuniões de associações de bairro	2,4	5,7	26,0	65,9	167	100,0
Frequentar reuniões de condomínio	3,3	6,5	16,3	74,0	166	100,0
Ler ou assistir noticiários sobre política	36,5	45,2	15,3	3,2	168	100,0
Frequentar reuniões de partidos políticos	7,4	13,1	16,4	63,1	167	100,0
Frequentar reuniões de movimentos sociais/coletivos	10,7	16,4	21,3	51,6	167	100,0
Assinar manifestos de protestos e reivindicações	24,0	27,3	27,3	21,5	168	100,0
Participar de manifestações a favor ou contra o governo	19,7	18,0	21,3	41,0	166	100,0
Participar de reuniões do DCE ou do seu Diretório Acadêmico	7,3	22,8	22,8	47,2	168	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A tendência de uma participação política individualizada ficou evidenciada, também, nos dados relacionados às atividades efetivamente realizadas pelos estudantes durante o período eleitoral de 2018. Dentre essas, as mais realizadas foram *acompanhar o horário político eleitoral nos meios de*

comunicação, conversar com familiares e amigos sobre candidatos e acompanhar os debates de candidatos na televisão e no rádio, com destaque, também, para fazer postagem nas redes sociais em defesa de seus candidatos e visões políticas. Por outro lado, as atividades menos realizadas foram participar em manifestações de rua, participar de alguma passeata e/ou carreata em favor de algum candidato, participar em grupos de WhatsApp de discussões políticas e fazer campanha política para algum candidato (Quadro 03).

QUADRO 03: Estudantes, por atividades realizadas durante as eleições de 2018.

Estudantes	Sim		Não		TOTAL	
	n.	%	n.	%	n.	%
Atividades realizadas:						
Acompanhar o horário político eleitoral nos meios de comunicação	128	76,4	40	23,6	168	100,0
Conversar com familiares e amigos sobre candidatos	158	93,5	10	6,5	169	100,0
Fazer companhia política para algum candidato	63	37,1	106	62,9	169	100,0
Acompanhar os debates de candidatos na televisão e no rádio	135	79,8	34	20,2	169	100,0
Participar, através de redes sociais, dos debates políticos-eleitorais	68	40,7	100	59,3	168	100,0
Fazer postagem nas redes sociais em defesa de seus candidatos e visões políticas	86	51,2	82	48,8	168	100,0
Participar, em grupos de WhatsApp, de discussões políticas	57	34,1	111	65,9	168	100,0
Participar de alguma passeata e/ou carreata em favor de algum candidato	45	26,8	123	73,2	168	100,0
Participar de manifestações de rua	40	23,4	129	76,6	169	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

O distanciamento em relação a formas mais permanentes de participação se manifestou, também, nas visões que os estudantes têm sobre cidadania. Quando foi perguntado o que consideravam “ser um bom cidadão”, as respostas que mais se destacaram foram *votar, obedecer às leis sempre, ajudar as pessoas necessitadas e respeitar as pessoas*. Nesse sentido, a noção expressa de cidadania não necessariamente implica o dever da participação política nos espaços de decisão existentes na sociedade; seja essa participação nos bairros onde os estudantes residem, na própria universidade, ou em ações coletivas de defesa de interesses, através de coletivos, movimentos sociais, partidos políticos, por exemplo. A noção de cidadania mais evidenciada, assim, ressalta alguns aspectos formais (votar e seguir as leis), mas também uma concepção influenciada por uma perspectiva neoliberal, na qual as vicissitudes do trabalho voluntário (“ajudar as pessoas necessitadas”), numa perspectiva de despolitização das demandas por direitos, ganham destaque (Quadro 04).

QUADRO 04: Estudantes, por visões acerca do que é ser um “bom cidadão” (múltipla resposta).

Em sua opinião, quais das alternativas abaixo melhor definem o que é ser “um bom cidadão”?	n.	%
Votar	81	47,9
Pagar impostos	26	15,4
Obedecer às leis sempre	69	40,8
Participar de organizações sociais	33	19,5
Participar de organizações políticas	10	5,9
Comprar produtos que não agredam o meio ambiente	11	6,5
Ajudar as pessoas mais necessitadas	80	47,3
Cumprir o serviço militar	01	0,6
Respeitar e ajudar os vizinhos	23	13,7
Cuidar da limpeza urbana	14	8,3
Não desperdiçar água e energia no uso domiciliar	17	10,0
Respeitar as pessoas	93	55,0
Organizar reciclagem em casa	07	4,1
TOTAL	465	271,4

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Há de se destacar a importância atribuída ao voto. Votar está entre as expressões que mais são identificadas com uma atitude cidadã. Essa valorização, inclusive, foi confirmada quando os estudantes se posicionaram em relação à obrigatoriedade do voto: a maioria votaria mesmo se o voto não fosse obrigatório (Quadro 05).

QUADRO 05: Estudantes, por posicionamento quanto à obrigatoriedade do voto.

Estudantes	n.	Média
Se o voto não fosse obrigatório, você teria votado nas últimas eleições?		
Sim	106	62,7
Não	30	17,8
Não tem opinião formada	24	14,2
Não sabe/não respondeu	09	5,3
TOTAL	169	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Dentre esses (que votariam mesmo se o voto não fosse obrigatório), praticamente todos relacionaram o voto à cidadania, seja por que votar é um “exercício de cidadania”, seja por que votar é “instrumento de pressão política”, seja por que o voto é um “importante instrumento de participação política” (Quadro 06).

QUADRO 06: Estudantes que afirmaram que votariam nas últimas eleições, mesmo se o voto não fosse obrigatório, por motivo desse posicionamento.

Motivo	n.	%
Exercício da cidadania	72	67,9
Por que o voto é um importante instrumento de pressão política	07	6,4
Por que votar é uma forma importante de participação política	12	11,5
Outro	03	2,6
Não sabe/não respondeu	12	11,5
TOTAL	106	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Cabe o registro de algumas manifestações dos estudantes acerca dessa questão, numa perspectiva de qualificação de suas respostas e de melhor compreensão dos significados atribuídos ao voto e, mesmo, aos períodos eleitorais:

De todos os meios disponíveis, o voto é o mais adequado para expressar sua opinião, participar na sociedade (Estudante 23).

Devemos votar para obter mudanças. Não podemos deixar a responsabilidade nas mãos dos outros. Cumprir nosso papel de cidadão (Estudante 56).

Direito de todo cidadão. Mudanças acontecem com atitudes, alguém de confiança no comando do país, o nosso voto tem poder de decidir (Estudante 98).

Por quê através do voto a população escolhe seus representantes e desse modo consegue influenciar nas decisões da sociedade (Estudante 108).

Sim, pois eleições definem o futuro do país e de todas as pessoas que nele estão, é de extrema importância analisarmos os candidatos e escolher o melhor para governar o país bem como para os demais cargos disputados (Estudante 156).

Por que é importante o meio de participação. A população faz diferença, pois precisa escolher entre tirar o ruim e colocar o bom (Estudante 163).

Tem-se, portanto, nesse conjunto de dados, informações que permitem concluir que a participação política é valorizada entre os estudantes universitários pesquisados. No entanto, trata-se de uma participação que não sugere comprometimento com instituições políticas (partidos, movimentos sociais, coletivos), que valoriza as redes sociais e que tem um caráter efêmero e individualizado, expressão de uma maior valorização das formas de participação nas quais os próprios indivíduos podem definir com maior autonomia níveis de permanências e de distanciamentos, na relação com as instituições, com outras pessoas e com valores sociais e políticos.

Em relação às instituições sociais e políticas, inclusive, os estudantes demonstraram certa desconfiança. Contudo, uma desconfiança que precisa ser analisada também a partir da própria conjuntura que compreendeu o período em que o levantamento foi realizado. Um período de eleições gerais no Brasil, como já foi registrado, mas também de uma crise política, cujo início ocorreu ainda em 2014/2015, quando, num contexto de agravamento das condições econômicas do país e de uma exacerbada polarização política, o governo de Dilma Rousseff (2011 – 2016) se mostrou cada vez mais incapaz de garantir governabilidade, se viu envolto em denúncias de corrupção, avolumadas pela operação “Lava Jato”, cujas investigações revelaram o envolvimento de diferentes lideranças políticas (muitas das quais diretamente vinculadas ao governo de Dilma Rousseff), diferentes partidos políticos e diferentes empresas (públicas e privadas) em práticas criminosas de apropriação de recursos públicos e de abuso do poder para ganhos de benefícios ilícitos. Aquela crise desencadeou no impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, e no governo de Michel Temer (2016 – 2018), período no qual nem a crise política, nem a crise econômica foram superadas. Acrescente-se àquele contexto político a presença cada vez maior das “novas tecnologias de informação” na política, quando a expansão da internet permitiu a disseminação geral de informações, de forma cada vez mais rápida, de modo a se tornar um espaço/tempo fundamental de socialização política. Na medida em que ganhou importância na política, a internet também passou a ser um espaço de disputa política e cada vez mais implicada em estratégias de manipulação da opinião e do comportamento individual e coletivo, através de informações falsas (as conhecidas “Fake News”).

Claro que a confiança/desconfiança dos estudantes em relação a instituições sociais e políticas não se explica somente pelo contexto econômico e político vivenciado no período em que o levantamento foi realizado. O descrédito e a confiança em relação a determinadas instituições já são registrados há muito tempo por pesquisas que se ocupam com a cultura política da juventude no Brasil, inclusive de jovens universitários. E os resultados do levantamento realizado corroboram algumas desconfianças e algumas confianças já anteriormente registradas. Por exemplo, os níveis de confiança na família, na escola, em instituições de segurança pública (no caso, a brigada militar), em empresas, nas forças armadas; e, por outro lado, os baixos índices de confiança nos partidos políticos e nos sindicatos. É o que pode ser observado no quadro a seguir, cujos dados indicam que os estudantes confiam mais em instituições responsáveis pela manutenção da “ordem institucionalizada” (brigada militar, família, forças armadas, poder judiciário, poder legislativo); e que, por outro lado, confiam menos nos sindicatos, na televisão, nos partidos políticos e nas redes sociais (Quadro 07).

QUADRO 07: Estudantes pesquisados, por média das respostas relacionadas à confiança em instituições sociais (quanto menor a média, menor o grau de confiança declarada).

Instituições	n.	%
Sindicatos	169	1,66
Televisão	168	2,31
Partidos políticos	167	2,58
Redes sociais	166	2,76
Igreja	166	2,82
Poder executivo	165	2,84
Escola	164	2,87
Poder legislativo	166	2,91
Poder judiciário	165	3,03
Forças armadas	162	3,07
Família	164	3,09
Empresas	162	3,22
Brigada militar	169	3,72

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Contudo, é importante considerar (mesmo que sob o ponto de vista conjectural) que a conjuntura política que se definiu no contexto das eleições de 2018, em especial no período eleitoral, tenha condicionado não somente uma desconfiança em relação a determinadas instituições políticas importantes numa democracia, mas mesmo em relação ao regime democrático. Como é conhecido, o vencedor das eleições presidenciais de 2018 (o militar reformado Jair Bolsonaro, na época vinculado ao PSL – Partido Social Liberal) construiu sua carreira política e se apresentou como um candidato crítico das instituições democráticas e defensor do regime ditatorial que existiu no Brasil entre 1964 e 1985; chegando a defender instituições e pessoas que, durante aquele regime político, estiveram à frente de políticas de tortura, de assassinatos e de outras tantas formas de repressão que foram utilizadas sob a liderança dos militares naquele período. No segundo turno daquelas eleições, Jair Bolsonaro alcançou 63,24% dos votos no Rio Grande do Sul (GAZETA DO POVO, 2023); e, de acordo com os dados do levantamento realizado, 56,7% dos estudantes que indicaram que votariam num dos dois candidatos que disputaram o segundo turno das eleições presidenciais em 2018 (portanto, excluindo os que declaram que votariam em branco, anulariam o voto ou ainda não sabiam em que iriam votar), afirmaram que votariam em Jair Bolsonaro, enquanto Fernando Haddad (PT – Partido dos Trabalhadores) recebeu 43,3% das intenções de voto (CADONÁ, 2018)⁶.

A desconfiança em relação ao próprio regime democrático, condicionada pela conjuntura político-eleitoral e expressando o crescimento de um pensamento conservador entre os estudantes universitários pesquisados, ficou evidenciada quando esses responderam perguntas relacionadas à “satisfação com a democracia no país” e sobre valores políticos que consideravam importantes. O quadro a seguir apresenta os dados relacionados à satisfação com a democracia no país, onde pode-se observar que um menor grupo se manifestou satisfeito com a democracia brasileira (31,5%, considerando os que afirmaram que estavam “muito satisfeitos” e os que afirmaram que estavam “satisfeitos”); por outro lado, mais da metade dos estudantes manifestaram insatisfação com a democracia no país (53,2%, considerando os que afirmaram que estavam “não muito satisfeitos” e os que afirmaram que estavam “pouco satisfeitos”) (Quadro 08).

QUADRO 08: Estudantes pesquisados, por grau de satisfação com a democracia no País.

Estudantes	n.	%
Grau de satisfação:		
Muito satisfeito	14	8,1
Satisfeito	40	23,4
Não muito satisfeito	67	39,5
Pouco satisfeito	23	13,7
Não sabe/não respondeu	25	15,3
Total	169	100,0

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Apenas 19,1% discordaram da afirmação segundo a qual “em determinadas circunstâncias se justifica uma intervenção militar no governo”, enquanto 67,7% admitiram essa possibilidade. E menos da metade discordaram (um pouco ou muito) da seguinte afirmação: “não importa se é democracia ou ditadura; o importante é que os governantes não sejam corruptos e tenham competência para administrar o país” (Quadro 09).

QUADRO 09: Estudantes pesquisados, por importância atribuída ao regime democrático.

Estudantes	Concordo muito		Concordo		Nem concordo, nem discordo		Discordo um pouco		Discordo muito	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
Em algumas circunstâncias se justifica uma intervenção militar no governo.	61	36,7	50	30,0	24	14,2	18	10,8	14	8,3

Não importa se é democracia ou ditadura; o importante é que os governantes não sejam corruptos e tenham competência para administrar o País.	08	5,0	21	12,5	61	35,8	54	31,7	25	15,0
--	----	-----	----	------	----	------	----	------	----	------

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Esses últimos dados, certamente permitem concluir que, no comportamento político dos estudantes pesquisados, estava presente um ceticismo em relação à democracia no Brasil, cujas causas mais recentes devem ser buscadas na crise política que o país enfrentou ainda a partir do primeiro governo de Dilma Rousseff (2011 – 2014). Uma crise política que foi agravada por crescentes denúncias de corrupção que, através da operação Lava Jato, revelaram um esquema criminoso de corrupção (ativa e passiva), de gestão fraudulenta, de lavagem de dinheiro, de organização criminosa, de recebimento de vantagem indevida, que envolveu empresas públicas e privadas, empresários, mas principalmente representantes políticos (deputados, senadores, ministros, partidos políticos), a maioria vinculada à base de sustentação política dos governos liderados pelo PT.

Aquela crise política abriu espaços para o crescimento de forças sociais e políticas de direita, defensoras de ideias ultraconservadoras, que passaram a desqualificar as práticas políticas, as instituições democráticas, os princípios dos direitos humanos, as conquistas forjadas pelas lutas sociais desde o início do século XX no país; e defender saídas não democráticas para as crises que o país enfrentava, alimentando uma nostalgia em relação ao período ditatorial liderado pelos militares (1964 – 1985), naturalizando práticas violentas e de violação de direitos humanos que caracterizaram aquele período, projetando uma concepção de política como inimizade (que dividiu a população em dois grupos, “os cidadãos de bem” e os outros, classificados esses como inimigos), utilizando-se das novas tecnologias de informação para disseminar notícias falsas e condicionar a socialização política a partir de valores antidemocráticos.

O crescimento político dessas forças sociais e políticas de direita e ultraconservadoras teve um momento de ápice nas eleições de 2018, quando Jair Bolsonaro venceu as eleições presidenciais. Um representante, naquelas eleições, de um movimento político presente não somente no Brasil, mas em vários países, nos quais também se assistiu a ascensão de governantes comprometidos com ações de desmanche das instituições democráticas e com a afirmação de caminhos autoritários. Políticos, governantes, forças sociais e políticas que não necessariamente se comprometem com mudanças abruptas, de destruição dos regimes democráticos através de golpes de estado; mas que se mobilizam através de práticas sistemáticas de corrosão das instituições democráticas, utilizando-se, para isso, de

atos e ações que têm efeito cumulativo para degradar a ordem política, atacar e destruir mecanismos de representação, debilitar as instituições democráticas, comprometendo-se com a criação de uma cultura política favorável ao colapso final da democracia.

Naquele contexto político-eleitoral, portanto, o comportamento político dos jovens universitários precisa também ser analisado a partir dos condicionamentos que aquela disputa eleitoral e o crescimento das forças sociais e políticas conservadoras e de ultradireita impuseram no Brasil. Talvez seja temerário tirar uma conclusão definitiva acerca do significado da insatisfação com as instituições democráticas e do flerte com o regime ditatorial que parcelas significativas dos estudantes pesquisados demonstraram. É possível que sejam, na linha do que a bibliografia especializada propõe, expressões de uma crítica ao funcionamento das instituições democráticas e não uma disposição favorável ao colapso do regime democrático. Mas não se pode ignorar que, naquele contexto político-eleitoral, seja através de instituições políticas e sociais tradicionais (partidos políticos, movimentos sociais, meios de comunicação de massa), seja através da dinâmica de socialização política que se afirmava através das novas tecnologias de informação (Facebook, WhatsApp), também os jovens, inclusive os universitários, estavam cada vez mais convidados ao questionamento do regime democrático, numa perspectiva de comprometimento com o colapso da frágil democratização iniciada na década de 1980 no país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A questão principal colocada neste artigo está relacionada ao processo de individualização do comportamento político dos jovens. Esse processo de individualização, como referido no texto introdutório, é colocado como um problema, que se pretendeu investigar com atenção às formas concretas de socialização política dos jovens universitários investigados. É nesse sentido que se indicou a importância da conjuntura na qual o levantamento foi realizado, um contexto histórico de crise política no Brasil, de uma disputa polarizada pelo executivo nacional e de uma crescente presença das novas tecnologias de informação no processo de socialização política.

Os dados apresentados ressaltam aspectos importantes do comportamento político dos jovens universitários. Sob o ponto de vista da participação sociopolítica, há um distanciamento em relação a espaços vinculados a associações de moradores, partidos políticos, sindicatos, mesmo diretórios acadêmicos de estudantes. São dados que expressam o ceticismo dos jovens em relação a determinadas instituições sociais e políticas (em especial, os sindicatos e os partidos políticos); mas,

também, um interesse político não construído em espaços diretamente relacionados com o cotidiano dos estudantes, como são os casos dos espaços de convivência familiar e comunitária e os espaços da vida acadêmica.

O distanciamento em relação a diferentes instituições sociais e políticas, no entanto, não significa desinteresse pela política. Parcelas significativas dos jovens universitários indicaram que acompanham nos meios de comunicação e conversam com amigos/familiares sobre acontecimentos políticos. Pode-se dizer, inclusive, que esse interesse se traduz numa visão positiva sobre o voto, em relação ao qual um grupo significativo afirma ser importante e uma expressão de cidadania. Porém, o “interesse” pelos acontecimentos políticos não se traduz no comprometimento com uma participação política orgânica, que compreenda uma adesão mais duradoura, mais consequente e mediada por condicionamentos propostos pelas instituições sociais e políticas. Nesse sentido, as formas de participação que se destacam são efêmeras, passageiras e descontínuas, como são os casos de participação em passeatas/mobilizações de rua e em mutirões de solidariedade.

Essa condição efêmera de participação está inscrita, inclusive, no histórico de participação dos jovens universitários pesquisados. Suas “biografias” (modos de construção de suas vidas) registram participações em trabalhos voluntários, em passeatas/mobilização de rua, em mutirões de solidariedade; mas, também, no movimento estudantil secundarista, em atividades de comunidades religiosas, em grupos de formação política nas redes sociais. Coloca-se, por aí, uma *memória social da participação sociopolítica*, entendida como uma instância criativa, uma forma de produção simbólica, uma dimensão que institui identidades, espaços e tempos a partir dos quais os jovens universitários teceram e tecem suas representações acerca do que é participar na sociedade e, mesmo, do lugar da participação na constituição de suas identidades.

Há, de fato, sinais de um processo de individualização da política no comportamento dos jovens universitários pesquisados. Contudo, esse processo expressa movimentos contraditórios. A possível vontade de escolher maneiras de participar da vida política e social, que se traduz na efemeridade das formas de participação, aponta sim para uma compreensão de que muitos espaços institucionais, consolidados historicamente como formas de mobilização e de mediação de interesses coletivos, têm sua legitimidade questionada; e, inclusive, perdem importância na construção não somente de normas e valores coletivos, mas também das representações sobre o que anima (dá vida) as mobilizações coletivas e as expectativas (o conteúdo utópico) quanto a formas de existência em sociedade. Mas observe-se que esse processo é seletivo, pois, para a maior parte dos estudantes, o ceticismo em

relação aos partidos políticos, aos sindicatos, destoam da confiança atribuída a instituições comprometidas com a manutenção da ordem (poder judiciário, forças armadas, família, empresas, brigada militar).

Nesse sentido, por um lado há sinais de uma compreensão quanto ao esgarçamento de determinadas instituições democráticas, que não conseguem aproximar-se de valores e interesses que motivam politicamente os jovens, se encontram muitas vezes comprometidas com práticas não aceitas socialmente (corrupção, por exemplo), não atentam para os repertórios de ação coletiva e para as agendas políticas que são cultivados em mobilizações sociopolíticas protagonizadas por jovens. Não se está, portanto, num processo histórico de afastamento de ações coletivas, inclusive daquelas que se contrapõem às forças sociais e políticas que orientam seus poderes para a destruição de direitos e para a afirmação de valores e instituições não democráticas.

Não se pode esquecer, inclusive, que a conjuntura que antecedeu as eleições gerais de 2018 no Brasil compreendeu crises políticas e econômicas. Crises que se expressaram de diferentes formas: no agravamento das condições socioeconômicas dos trabalhadores no país; na incapacidade do governo de enfrentá-las, mas também de ouvir e entender os sinais que vinham das ruas (as mobilizações de rua que ocorreram em 2013, por exemplo, foram relativizadas em sua importância pelo governo de Dilma Rousseff); no avanço de ações que denunciaram práticas de corrupção envolvendo importantes partidos políticos e representantes do governo; mesmo em mobilizações coletivas que se organizaram a partir de características do “padrão emergente” de ação coletiva, conectadas em rede de múltiplas formas e com forte disposição de não serem cooptadas pelos partidos políticos e movimentos sociais tradicionais.

Tem um elemento positivo nessa compreensão de esgarçamento de instituições sociais e políticas. Trata-se de um processo político de distanciamento em relação a disputas que não conseguem se traduzir na conquista permanente de direitos. A tônica das “novas formas de ação coletiva”, que é traduzida nas respostas sobre a participação política, é que elas não dirigem e não submetem as suas reivindicações à lógica terminal das instituições do Estado. Elas também não reconhecem na ação dos partidos políticos e dos sindicatos o protagonismo da representação e da mediação de interesses nas instâncias de decisão na sociedade e no Estado.

Contudo, por outro lado há sinais de que aquela conjuntura marcou o fortalecimento de uma cultura conservadora e autoritária no Brasil que ecoou em setores das juventudes, inclusive de jovens universitários. Foi registrado que, sob o ponto de vista das intenções de voto dos estudantes

pesquisados, no segundo turno das eleições presidenciais de 2018 um maior grupo votaria em Jair Bolsonaro. Esses jovens, através dos meios de comunicação de massa e das redes sociais, acompanharam a construção de uma agenda político-eleitoral que afirmou algumas linhas básicas de discussão sobre a crise política e econômica vivenciada no país, mas também do próprio regime democrático no país. Linhas básicas de uma agenda política que se fortaleceu no governo de Jair Bolsonaro (2019 – 2022) através: da crítica neoliberal ao Estado, em especial no que diz respeito ao seu comprometimento com direitos sociais e trabalhistas; da defesa de uma “pauta de costumes e moralidade”, que se contrapunha à secularização da sociedade e a valores defendidos por movimentos sociais (em especial aqueles vinculados a direitos reprodutivos e sexuais); da defesa de medidas governamentais comprometidas com ações mais repressivas e punitivas dos aparelhos de segurança do Estado, inclusive incentivando uma cultura do armamento na sociedade; da valorização de uma cultura da intolerância na política, de “ódio na política”, fortemente fortalecida através de notícias falsas disseminadas nas redes sociais; da relativização de espaços consolidados de construção do conhecimento (universidades, centros de pesquisa), numa perspectiva de afirmação de uma “cultura da pós-verdade”, de valorização de generalidades do que “eu acho”, “eu sinto” e “eu penso”; da defesa do aparato militar e de ações comprometidas com saídas autoritárias para as questões políticas; da ofensiva contra espaços democráticos e de garantia do estado democrático de direitos.

É nessa direção que, dentre os estudantes universitários pesquisados, se observou uma confiança em relação a instituições comprometidas com a ordem (uma vontade e um desejo de que essas instituições tenham importância “na construção de normas coletivas”?) e que a crítica a determinadas instituições sociais e políticas podem ser significativas não somente enquanto crítica de instituições democráticas, mas de adesão ao movimento histórico, autoritário e conservador, de questionamento do próprio regime democrático no país. A despolitização do processo político-eleitoral de 2018, que resultou da recusa do candidato vencedor em participar de debates públicos, da disseminação nas redes sociais de uma cultura da mentira e da pós-verdade, da estratégia de negação da política, certamente contribuiu para que a “onda autoritária e conservadora” tivesse maior alcance, não somente entre jovens, mas também em diferentes segmentos da sociedade brasileira. Inclusive criando uma situação paradoxal, pois o “desejo de mudanças” (expresso no sentimento dos eleitores de Bolsonaro naquelas eleições) se colocou sem que as opções programáticas tenham sido explicitadas durante o processo eleitoral (daí, também, a importância que o “sentimento anti-PT” ganhou naquelas eleições).

Ao final, se a análise construída permite algumas constatações, essas não deixam de abrir espaços para novos questionamentos. A crítica a instituições políticas e sociais, que se expressam também na desconfiança em relação à capacidade dessas instituições mediarem interesses sociais e políticos, remete ao desejo de novas formas de participação e de engajamento políticos? A possibilidade dessas novas formas encontra na internet um espaço de potencialização? Se a resposta a essa última pergunta for positiva, pode-se afirmar que há um novo padrão de ação coletiva que tende a ganhar significado histórico nas mobilizações coletivas protagonizadas por jovens? E a questão da autonomia pressuposta e preconizada pela noção de individualização? Como pensar em individualização num contexto histórico em que formas técnicas de socialização política se mostram cada vez mais importantes em dinâmicas de condicionamento político e social? Que direções políticas e ideológicas tomam as mobilizações protagonizadas por jovens num contexto histórico em que as novas tecnologias de informação também são instrumentalizadas em favor de concepções e de práticas políticas que postulam a volta a contextos que enfraquecem a democracia?

Espera-se que a análise apresentada no artigo tenha contribuído com pistas para reflexões sobre algumas dessas questões. Se assim ocorrer, então o objetivo maior do artigo terá sido alcançado. De qualquer forma, as mudanças e permanências que ocorrem nos comportamentos políticos dos jovens nas sociedades contemporâneas continuam a cobrar olhares atentos às especificidades históricas e espaciais de formação política das juventudes, pressupondo que essa formação não se faz num vazio sociocultural, mas em contextos históricos concretos que carregam tanto as características gerais de uma determinada sociedade, quanto as singularidades locais e regionais do “formar-se jovens”. Daí, inclusive, a importância de políticas públicas que garantam espaços e tempos onde os jovens possam se colocar, de fato, como sujeitos, capazes de construir significados para suas existências e para os lugares que ocupam na sociedade, mas a partir de relações sociais comprometidas com a superação de formas de dominação e com a projeção de modos de existência onde os seres humanos (sejam jovens ou não) possam viver plenamente e dignamente a condição humana.

REFERÊNCIAS.

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

AUGUSTO, Nuno Miguel. A juventude e a (s) política (s): Desinstitucionalização e individualização. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 81, p. 155-177, 2008.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; Maria Cecília de Souza. Revisão Sistemática Sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos. Saúde e Sociedade, São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009.

CADONA, Marco André. Cultura política e valores democráticos entre estudantes universitários: uma análise a partir de estudantes universitários no contexto das eleições presidenciais de 2018. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2018. (Relatório de Pesquisa).

CASTELLS, Manuel. Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CORREIO BRAZILIENSE, Eles, Bolsonaro; Elas, Haddad: eleições dividiram jovens por gênero. In: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/11/03/interna_politica,717241/el-es-bolsonaro-elas-haddad-eleicoes-dividiram-jovens-por-genero.shtml. Consulta em: 23 jan. 2023.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação, ANPed, n. 24, p. 40-52, set./out./nov./dez. 2003.

GAZETA DO POVO. Eleições 2018: resultados 2º turno. In:

<https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/2turno/>. Consulta em: 22 fev. 2023.

GOHN, Maria da Glória. Jovens na Política na Atualidade: uma nova cultura de participação. Cadernos CRH, Salvador, v. 31, n. 82, p. 117-133, jan./abr. 2018.

ROUDET, Bernard. Entre responsabilisation et individualisation: Les évolutions de l'engagement associatif. Lien Social et Politiques, n. 51, p. 197-210, 2004.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, Estatísticas do eleitorado – Por sexo e faixa etária. In: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-de-eleitorado/estatistica-do-eleitorado-por-sexo-e-faixa-etaria>. Consulta em: 27 fev. 2023.

NOTAS

Nota 1

Considera-se que a “juventude” é, ao mesmo tempo, uma condição social e uma representação. Ainda que haja uma determinada faixa etária, na qual os indivíduos completam o seu desenvolvimento físico e enfrentam mudanças psicossociais, esse processo é muito variado historicamente, pois em cada sociedade é possível encontrar modos diversos de lidar com esse tempo da vida humana. Essa diversidade se objetiva com base nas condições sociais, culturais, geográficas, dentre outros aspectos que podem ser considerados. É a partir desse pressuposto, portanto, que no artigo se usa a categoria “juventudes”, para ressaltar a importância das experiências sociais vivenciadas pelos indivíduos e os contextos históricos nos quais essas experiências se concretizam. A categoria de “juventudes”, assim, remete a um processo histórico de constituição de sujeitos, condicionado esse processo pelo “meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona” (DAYRELL, 2003, p. 41-2).

Nota 2

O Nível de Confiança de uma amostra indica a probabilidade de o erro amostral ser, no máximo, o valor especificado. No caso de um Nível de Confiança de 95%, há ainda uma probabilidade de 5% de o erro ser maior que o especificado.

Nota 3

O Produto PQ é resultante da multiplicação da proporção encontrada para uma determinada opção de resposta de uma característica de interesse (P) pelo seu valor complementar ($Q = 1 - P$). Por exemplo, se a característica de interesse é o sexo dos respondentes, as proporções encontradas podem ser: Masculino = 60% e Feminino = 40%. Neste caso o Produto PQ é igual a $0,60 \times 0,40 = 0,24$.

Nota 4

É importante registrar que, na véspera do segundo turno das eleições presidenciais de 2018, o Instituto Datafolha realizou um levantamento, com uma amostra nacional, que indicou que 60% das mulheres com idades entre 16 e 24 anos pretendiam votar em Fernando Haddad (PT); contudo, 60% dos homens com idades entre 16 e 24 anos pretendiam votar em Jair Bolsonaro (PSL) (CORREIO BRAZILIENSE, 2023).

Capítulo 10

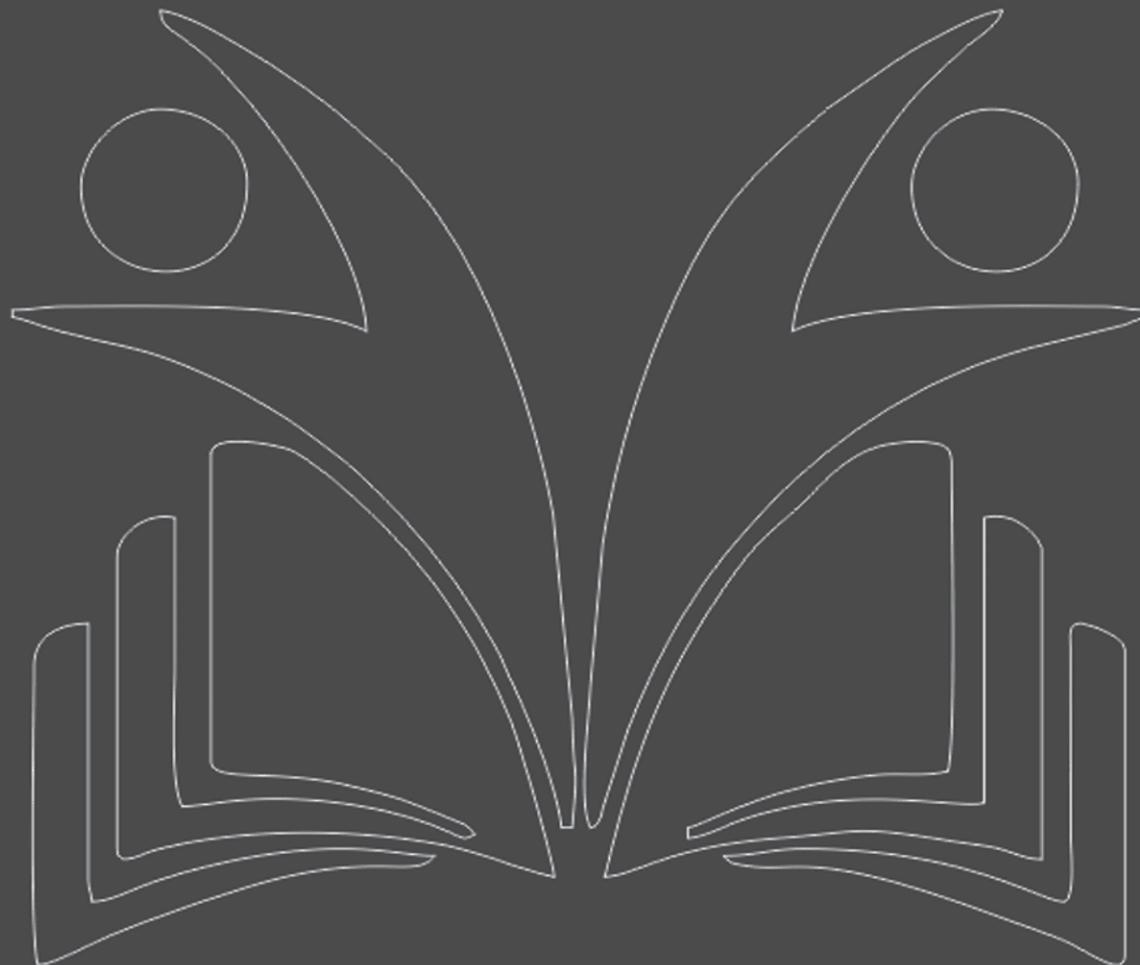


10.37423/230307345

BOVARISMO, IDENTIDADE NACIONAL, VIRALATISMO E LEITURA: REFLEXÕES ACERCA DO BRASIL

Camila David Dalvi

Instituto Federal do Espírito Santo



Resumo: Este artigo traça paralelos entre minha pesquisa de doutorado (2016), *Apropriações do bovarismo pela crítica acadêmica brasileira*, em sua parte final – sobre a identidade nacional brasileira e sua relação com povos de outros países outrora colonizados –, e a leitura das obras *A elite do atraso*, de Jessé Souza, e *Bovarismo Brasileiro* (2018), de Maria Rita Kehl. O termo bovarismo, cunhado a partir da obra flaubertiana *Madame Bovary* (1857), alçou longa trajetória que compreende ser apropriado por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, texto criticado em Jessé Souza. Termos ligados ao que se denomina constituição da identidade nacional são passíveis de re-leituras para novas maneiras de compreendê-los.

Palavras-chave: Bovarismo; Identidade Nacional; América Latina.

Para aqueles que já se depararam com o termo bovarismo ao longo da sua jornada ou mesmo para os que estão mais familiarizados, é conhecida a definição – que aqui chamarei de bordão – que tende a resumir-lo: “a faculdade que o homem tem de se conceber outro que não é”. Achille Jules de Gaultier de Laguionie (1858-1942) trabalhou como cobrador e se aposentou antes do previsto em lei devido ao cansaço intenso e ao uso de remédios que lhe causaram depressão. Ainda que isso não seja um impeditivo para a produção intelectual, é curioso colocar que Gaultier não era filósofo, nem professor ou sociólogo, no entanto se propôs, com dedicação extrema, a escrever sua teoria, embasada em suas leituras de Nietzsche e Schopenhauer tendo a ela devotado muito de sua atenção. Um sinal disso é sua vontade, relatada por Georges Palante, seu contemporâneo, de integrar o bovarismo como parte do currículo das escolas em sua época. Ou ainda a inicial amizade com o mesmo Palante seguida de inimizades marcadas nos escritos, o que culminaria no desafio para um duelo que não chegou a ocorrer. Toda essa patuscada já poderia nos fazer, para além de outras questões a serem postas, achar graça do conceito e chamar o próprio Gaultier de delirante ou bovárigo. Da mesma maneira, Flaubert, sendo observado em sua biografia, passou a ser visto por alguns dos curiosos do tema como alguém que sofre do mesmo “mal”.

Desde os primeiros contatos com o termo, notei nele controvérsias e encontrei fascínios. Primeiramente (e talvez esse seja o motivo de curiosidade para a maioria dos que se aproximam), é fascinante por sua relação com Emma Bovary, personagem complexa e arduamente tecida por seu autor em uma obra considerada o clássico da literatura que inaugurou a estética nomeada como Realismo. É nesse cruzamento entre efeitos da Modernidade, mudanças de olhar estético e muitas outras complexidades que residem Emma, Flaubert e sua crítica à burguesia e o bovarismo. Assim, os percursos realizados, abertos ou tangenciados pelo conceito não são apaziguadores, constituindo-se inconstantes, latentes, tortuosos e mesmo questionáveis. Uma das questões que se põe é que, ainda em Gaultier, a proposta de um discurso filosófico adveio de caminhos anteriores, percorridos na psicologia/psiquiatria, de bases bastante moralistas, conservadoras e reacionárias. Isso e sua pouca entrada entre os intelectuais, ainda que o bovarismo tenha chamado um pouco de atenção no primeiro momento, fez com que sua obra prima *Le bovarysme* (1902) tenha sido pouco lida e tenha sumido de circulação por muitos anos até ser resgatada e editada já no início do século XXI. Soma-se a isso o fato de que, da mesma maneira que a crítica apresentou diversos olhares ao longo do tempo para Emma Bovary – que foi julgada imoral, boba, inconsequente, sonhadora, desejosa, feminista, forte, masculina e outros –, o conceito teve maneiras diferentes de ser sucessivas vezes (re)inventado a partir das leituras e do olhar leitor de cada época.

Essas múltiplas abordagens advindas desde o século XIX até os dias atuais fizeram Carvalho afirmar que “A errática história do bovarismo deixa ver a submissão às ‘regras sucessivas de uso’ empregadas no curso dos anos, as quais transformaram a fórmula criada por Gaultier em um significante desafiadoramente lábil” (CARVALHO, 2014, p.43). Não se pode desconsiderar que, nos diversos contextos em que é discutido, o conceito guarda muitos diálogos com mentalidades e preceitos morais, sociais etc. fortes no século XIX. Já em outros casos, incide sobre uma visão mais contemporânea, mais subversiva (e não subserviente).

Nas pesquisas que desenvolvi ao longo do mestrado e do doutorado, notei que, na maioria das vezes, o “bovarismo” – que por vezes se configura como uma condição psíquica e por outras como um conceito de crítica literária – trazia em si uma carga de juízo de valor, negativa (em sua maioria) ou positiva. Aquela, em geral, relaciona-se à inabilidade, vista como ruim, de adaptação a alguma norma social ou de aceitação de uma condição pelo desejo de ser mais ou ir além do que se pode – e aqui se vê quão conservador esse pensamento pode ser –; esta aponta para uma postura questionadora que aventa uma nova forma de ver o mundo e as condutas. O bovarismo sempre ressurge e desponta aqui e acolá, tendo voltado à tona em textos, vídeos e discussões atuais. Maria Rita Kehl, psicanalista e intelectual brasileira, é uma prova disso: muitas vezes, em sua trajetória de pesquisadora, recorreu ao termo em diversos de seus usos. Em determinados casos, ela o utiliza para tratar de subjetividade moderna, burguesa, e da questão feminina – esta muito associada ao bovarismo, desde sempre, tendo sido considerada por muitos a condição para a “doença bovária”, essencialmente de percurso feminino. Na obra publicada em 2018, *O bovarismo brasileiro*, é clara a dificuldade de apreender o termo:

Entre os diversos **traços delirantes** que descrevem a **personalidade paranoica**, um que me interessa particularmente por seu amplo alcance metafórico a respeito da subjetividade moderna: o **conceito, se é que se pode chamar assim**, de bovarismo [...]. Todos sabem que o termo foi calcado na personagem mais conhecida de Gustave Flaubert, uma ambiciosa e sonhadora pequeno-burguesa de província que, à força de ter alimentado sua imaginação adolescente com literatura romanesca, ambicionou “tornar-se outra” em relação ao destino que lhe era predestinado. Nesse projeto tipicamente moderno de tornar-se autora de seu destino, Emma Bovary investiu tudo o que podia [...]. (KEHL, 2018, p. 21, grifos meus).

Nesse fragmento teórico, a psicanalista, depois de ter explanado sobre paranoia, mostra-nos um pouco das controvérsias que venho tentando mostrar a respeito do conceito (e aqui assumo que se poderia tratar de um conceito): trata-se de conceito? São traços da paranoia? Trata-se de uma

condição da modernidade? Relaciona-se ao âmbito socioeconômico da vida burguesa? Relaciona-se exclusivamente à mulher? É uma característica de pessoas provincianas?

Na ocasião de minha pesquisa de doutorado, examinando centenas de ocorrências do termo entre pesquisadores brasileiros em suas dissertações e teses, bem como entre outros textos críticos, teóricos e, mesmo, de blogs, revistas e jornais, pude encontrar diversas expressões do que é compreendido bovarismo, ainda que ele, na maioria das vezes, não seja definido claramente. Com alguma dificuldade, delineei três troncos significativos básicos para bovarismo. O primeiro é relativo às temáticas voltadas para a psicologia, a Modernidade e a histericização¹ feminina decorrente desse contexto. O segundo aclimata-se na contemporaneidade, observando maneiras diferentes de conceber a postura leitora (tanto a feminina quanto a masculina) e sua relação com a cultura de massa, assunto, na verdade, comum desde a época das publicações de folhetins românticos – porém, no século XIX, costumava-se julgar mal, como inferior ou necessitada de tutela, uma leitora como Emma. Já o terceiro, emancipado em relação à crítica europeia, associa-se à maneira como se percebe a Identidade Nacional Brasileira (e, via de regra, a países outrora colonizados).

Neste último, a que vou me deter, encontramos algumas informações sobre o nosso país e sobre a forma como ele é pensado e (re)escrito pelos seus intelectuais. Maria Rita Kehl parece assumir, ao menos no que concerne à temática em sua interface com a identidade nacional, que a postura bovárica em geral é imitativa – e, portanto, não criativa ou genuína – o que a faz buscar vislumbres de fugas. Tais fugas são chamadas por ela de “dispositivos anti-bováricos”. Desde quando surgiu nos textos de Gaultier, o conceito expande-se e estiliza-se. Para tratar do Brasil, de brasileiros (indivíduos ou como sociedade que partilha a nação) ou mesmo de outros povos colonizados (no México, na Argentina e mesmo no Haiti etc.), o termo apresentou muitas nuances, equiparando-se a termos/ideias diversos (e em sua maioria pejorativos), pinçados do vasto *corpus* analisado em minha tese. São eles: artificialismo, cópia, imitação, importação, encantamento por países e costumes estrangeiros, desejo de distinção, distância da realidade, província afetada, mal das elites etc. Todas essas denominações mostram o “ridículo” – identificado como aquilo que seria o oposto de uma conduta criada e aceita, ou seja, padronizada, para não ser ridícula – contido na postura bovárica, à semelhança do ridículo de Emma (por seus desejos que ultrapassavam a vida provinciana), de Homais (por sua pretensão de ser mais sábio do que era), de Frédéric Moreau ou mesmo de Rubião e de Policarpo Quaresma.

Reside nessas denominações a intuição de que bovarismo, à semelhança de vira-latismo, representa a vontade de sentir-se superior ao outro – seja ela do ponto de vista individual, de classe, de nação ou

outra categoria – por conta de uma identificação, muitas vezes tortuosa, com elementos e influências tomados como melhores e dos quais se crê poder fazer parte. Ou seja, se falamos de países e continentes e não de indivíduos, notaremos que países de primeiro mundo (França e Inglaterra no oitocentos ou mesmo os Estados Unidos atualmente) são “melhores” por sua modernização, distinção, cultura e riqueza, o que faz com que brasileiros bováricos – em geral de classes sociais mais abastadas e que, portanto, acabam ditando suas tendências no país – busquem acesso a essas características por aproximação a esses países e rebaixamento ou negação do que representa o Brasil (ou mesmo países mais “iguais”, como os latino-americanos). Seguindo-se a mesma lógica, províncias de qualquer país podem apresentar indivíduos ou grupos sujeitos a esse mesmo mal: os centros urbanos estariam à frente, modernizados, sendo eles o foco da identificação. É claro que a prática de dizer, criando hierarquias, que um país é mais “civilizado” ou mais “rico” também faz parte de um longo e bem tecido discurso, cheio de imagens sobrepostas e remendos, resultado de criações sociais, políticas etc. que vão convencendo (ou ao menos tentando) o mundo de que são verdade. Quanto mais bem estruturado, assentado, repetido, menos questionado é esse discurso, o que lhe confere mais ainda um estatuto de verdade.

Diante disso, a certa altura, entendeu-se o bovarismo (e conseqüentemente o vira-latismo) como um “mal de elites”, já que, para almejar ter uma “postura francesa”, ao menos no século XIX, era preciso conhecer (julgar conhecer ou mesmo crer-se digno de de), ainda que por imagens construídas pelas noções dispersas na cultura de massa, a França e o que ela representava. Jessé Souza, sociólogo atento às questões de identidade nacional e de falácias difundidas como verdades em nosso país, observa essa postura das classes mais abastadas. Embora se recupere um contexto oitocentista na explanação, não se foge ainda hoje de comportamentos e conclusões, muitas delas equivocadas, semelhantes. Nesse sentido, discutindo o valor e a importância da obra de Gilberto Freyre, Souza, lançando mão de alguns dos sinônimos do bovarismo brasileiro, afirma:

Esse novo comportamento [das elites que imitam o moderno] é visto, quase sempre, como possuindo alguma dose de **afetação** e **superficialidade**, conferindo substância e expressão, ainda hoje muito corrente no Brasil para designar **comportamentos exteriores, superficiais**, para “causar impressão”, que é o dito popular “pra inglês ver”. Essa leitura do processo de modernização brasileiro como um processo **inautêntico**, tendo algo de **epidérmico** e pouco profundo, é certamente uma das bases do nosso culturalismo racista. (SOUZA, 2017, p. 59, grifos meus)

É visível a discordância do sociólogo com tal maneira de ver o brasileiro e o Brasil em sua relação “superficial” com a modernização. A perseguida ideia do “ser moderno”, já inalcançável de saída (ao

menos pelas vias que eram comumente usadas), trouxe muitos intentos e prejuízos a parcela do povo brasileiro. Não se tratava, nem se trata, de nossa modernização, mas de uma imagem, de decalques de outros processos diferentes dos nossos e das possibilidades que nosso país teve. Não seria autêntico o processo da maneira em que era concebido, visto que se configurava (e ainda se configura em muitos aspectos) como periferia de normas e pressupostos alheios que não poderíamos alcançar porque não nos cabem. Essa impossibilidade pode até advir, em certa parte, da inabilidade ou de uma suposta falta de capacidade do brasileiro; no entanto, é infinitas vezes maior a responsabilidade de outros interesses e de controles exercidos sobre nós desde quando éramos colônia até os dias de hoje em que somos “emancipados”.

Nos dias atuais, com a cultura de massas – que serve a produção de imagens, noções e discursos que alcançam as pessoas – mais rapidamente difundida, não se pode restringir tal postura bovárica (desejo de identificação com modelos estrangeiros) nem a crença em noções e imagens a elites (ou àqueles que se creem da elite) apenas. O alcance dessas “verdades” é muito grande – ainda que elas possam ter uma embalagem mais simplificada. O desejo de correr atrás de um prejuízo indirimível persiste: precisamos ser, semelhantemente ao que essas verdades nos colocam, modernos, íntegros, incorruptíveis etc.

Cabe perguntar, portanto, como alguns críticos – e mesmo Gaultier na exacerbação de sua análise – já notaram: estamos, todos nós, sujeitos ao bovarismo²? Seria ele uma condição ou um mal? Se pensarmos no contexto brasileiro, podemos avançar, problematizando junto com Roberto Schwarz, em suas observações acerca dos lugares que cada país assumiu para a ordem mundial: “Por que dizer que o anterior prima sobre o posterior, o modelo sobre a imitação, o central sobre o periférico, a infraestrutura econômica sobre a vida cultural [...]?” (2014, p.88).

Sabe-se que, de elite ou não, muito da postura bovárica, como é entendida no Brasil, relaciona-se à necessidade de apartar-se das classes mais pobres a qualquer custo. Distinguir-se, limpar, higienizar e outras atitudes fazem parte desse processo. Valem vários artifícios, dos mais frágeis aos mais articulados, para distinguir-se da pobreza, da miséria, da marginalidade. E para as “elites divorciadas do país” (ARANTES apud OLIVEIRA, 2012) era (e ainda parece ser) necessário apartar-se dos pobres e controlá-los de maneiras diferentes, inclusive com autoritarismo – marca estrutural, segundo Chauí, do Brasil – e violência. Para Schwarz, as ideologias vindas de influências de outros países, relativas à instituição do capitalismo comercial e de pensamentos liberais, no Brasil são compreendidas de

maneira tão diversa que chegava a ser original – e é por esse viés, de observar a originalidade do heterogêneo, que se quer aqui olhar para o país, e isso será proposto mais ao fim deste estudo.

Se observamos a história de nosso país, vemos, com Schwarz, que, ainda assentada sobre a escravidão, a sociedade brasileira mediava a sua estruturação socioeconômica conservadora e escravocrata (outrora aceita e disseminada por países “centrais”) com os imperativos de se declarar a “modernização”, a nova necessidade do momento, que preconizava a exploração do trabalhador livre. Assim, tais ideologias mais recentes passam a significar, aqui, mais um “ornato” ou mesmo “marca de fidalguia” de quem a elas tinha acesso. A escravidão era a barbárie; as ideologias burguesas era o discurso elegante, sedutor. E dessas disparidades do processo civilizador Jessé Souza, embasando-se em Norbert Elias, também trata:

[...] a escravidão e sua necessidade de violência explícita e permanente inibiram como desnecessário o processo interdependente de uma regulação externa da conduta, levando à inibição interna de pulsões [...]. Por outro lado, o reverso da moeda dessa instância de disciplina, que se torna reflexo automático em todos nós, é o aumento da sensibilidade em relação à dor e ao sofrimento [...]. As garantias universais que a noção de cidadania irá proteger [...] pressupõem esse processo de aprendizado social de uma nova sensibilidade que passa, de modo crescente, a reagir com repulsa a qualquer forma de violência e humilhação excessiva. (SOUZA, 2017, p. 47)

Questionando essa dicotomia e posicionando o Brasil na ordem mundial de um sistema injusto, Schwarz afirma: “o discurso brasileiro era oco por sua incoerência; porém, se usados ‘propriamente’, os moldes do sistema capitalista burguês eram igualmente ocos. O Brasil situa-se em uma espécie de ‘oco dentro do oco’” (SCHWARZ, 2014, p.55). Para continuar usando palavras do estudioso, o Brasil vivia em constante “torcicolo cultural”, por sua impossibilidade de ignorar e ao mesmo tempo de vivenciar as novas ideias europeias.

Flávio Aguiar, em artigo para a revista *Carta Maior*, afirma: “A ‘tara secular de subserviência política e de imitação cultural’ mantém, dentro do país, os privilégios da elite e uma ‘arrogância ao cenário interno’”. Isso porque, obedecendo aos ditames do capital internacional e sem interesse de desafiar o imperialismo, as elites “exigem a subserviência das demais classes”. Trata-se, segundo Aguiar, de um comportamento das elites latino-americanas. Resulta dele uma “preguiça de fazer história” e um abandonar-se aos domínios e imperativos do capitalismo. Isso também já foi chamado de bovarismo, complexo de Pinóquio ou mesmo de espírito litorâneo. Para Milliet Filho, é nessa crença na necessidade de apartar o povo como forma de “embelezar” e elitizar o Brasil – passos tidos cruciais à modernização – que reside o clima de bovarismo. Ser moderno, metropolitano e novidade: era essa

a imagem que se pretendia dar ao Brasil. Isso, certamente, configuraria alto custo para maquiagem a realidade do país. Diante dessas reflexões, sobretudo algumas feitas sobre *Raízes do Brasil*, Carvalho afirma: “[...] os efeitos do bovarismo [...] foram suficientes para a conservação da ideia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos outros” (CARVALHO, 2014, p. 51).

Sobre modernização e vira-latismo, Jessé Souza, em *A elite de atraso* (2017), refaz alguns caminhos críticos em relação à identidade nacional brasileira. Ainda que não use o bovarismo como categoria de observação, dialoga bastante com o que aqui se quer tratar. O sociólogo acredita que, de fato, as elites do país, historicamente ligadas à escravidão ou à manutenção de seus efeitos trágicos, são vira-latas por se apoiarem em discursos, mais ou menos elaborados, que menosprezam, rebaixam os brasileiros por suas características – que por vezes parecem congênicas e/ou herdadas dos portugueses – entendidas como negativas se comparadas com a “personalidade” de outros povos, como é o caso, no contexto atual, do povo estadunidense. Modelo de modernização (e parece ser este ainda o grande imperativo mundial cobrado a todos), intelectuais dos Estados Unidos incutiram, por meio de muitas estratégias, na mente de brasileiros (e de outros povos), que o comportamento ideal dos povos modernos é que sejam “objetivos, pragmáticos, antitradicionais, universalistas e produtivos” (SOUZA, 2017, p. 27). Essa é a autoimagem construída por e para os estadunidenses, enquanto que a feita para os brasileiros é de serem um povo “pré-moderno, tradicional, particularista, afetivo e (...) com tendência irresistível à desonestidade” (p.27). A essa diferenciação Jessé Souza nomeia racismo multiculturalista. A imagem, ainda na ideia de Souza, é criada no seio do próprio país, por intelectuais (tanto à esquerda quando à direita, como Faoro, Freyre, Holanda etc.) reconhecidos que, ao “fundarem” a identidade nacional (admitindo-se ser possível um povo ter características individuais ou personalidade), traçaram aspectos posteriormente apropriados, distorcidos e repetidos pela mídia em favor de interesses seus e estrangeiros:

O novo racismo culturalista americano foi implementado como política de Estado e não foi deixado à ação espontânea de ninguém. A teoria da modernização recebeu dinheiro pesado do departamento de Estado americano, sob o comando de Harry Truman no pós-guerra, para se tornar paradigma universal. A partir daí, a teoria da modernização americana virou uma espécie de coqueluche mundial. Milhares de trabalhos foram realizados nas duas décadas seguintes com o intuito de mostrar como os EUA eram o modelo universal para o planeta. **Todos os outros países eram uma espécie de realização incompleta desse modelo.** Depois, todos os países colonizados receberam também dinheiro de fundações americanas para veicularem essa teoria e seus pressupostos implicitamente racistas no mundo inteiro, inclusive no Brasil. Mas no Brasil, onde a comparação com os EUA foi a obsessão de todos

os intelectuais desde o começo do século XIX, a elaboração de nosso culturalismo racista invertido, contra nós mesmos, foi realizada por mãos nativas e antes mesmo da coqueluche mundial do paradigma culturalista racista da teoria da modernização. (SOUZA, 2017, p. 26, grifos meus)

Esse processo se dá pelo interesse dominante do império norte-americano, que se infiltra na vida, na chamada “educação sentimental”, nas universidades, nas instituições etc. O importante é a manutenção do domínio e da exploração, o que é apoiado pelas elites brasileiras, deslocadas do próprio país e ansiosas por distinguirem-se do povo – seres que são “sub-humanos em relação aos quais todas as classes podem se diferenciar positivamente” (p.102). Jessé aponta muitas falácias nas quais acreditamos nós brasileiros até hoje, ainda que tenhamos um pensamento mais crítico. Para ele, a classe média, manobrada pelas elites e por muitos mecanismos de dominação e ideologização, é parte fundamental nos processos de distorção de ideias que levam a crer que o brasileiro não é capaz de criar, de se gerir, de organizar o Estado, de ser moderno ou mesmo de administrar suas grandes empresas e seus preciosos recursos (como o pré-sal).

A ideia da corrupção, que residiria apenas/sobretudo no Estado patrimonial, herdado como que por transmissão genética de nosso colonizador, convence e se torna o alvo da crítica indiscutivelmente seletiva. “O mercado é divinizado pela mera oposição com o Estado definido como corrupto, e sua [a do mercado] corrupção [...], tornada invisível” (p. 33). Chega-se à máxima: a política não é para todos, não se discute e não vale à pena. Fazer crer em desonestidade brasileira, patrimonialismo, corrupção do Estado e “jeitinho brasileiro” é a grande estratégia que apaga ou esconde os efeitos do grande constituinte da sociedade brasileira, a escravidão e seus resultados, e permite que os reais (ou os mais) exploradores e corruptos mantenham-se longe do olhar e das críticas da maioria do povo. Nas palavras do sociólogo:

O conceito fajuto de “jeitinho” esconde o trabalho de dominação de alguns sobre outros ao pressupor que todos o usam, criando generalizações absurdas do viralatismo, e esconde ainda de lambuja toda a raiz de todas as desigualdades advindas, na verdade, do acesso desigual aos capitais econômico e cultural (...) (SOUZA, 2017, p. 93)

Maria Rita Kehl, quando analisa com propriedade vários aspectos da modernidade e do bovarismo, utiliza o termo advindo de Schwarz, “amesquinamento”, para referir-se ao mesmo ponto que é denunciado por Jessé Souza: “mesquinhez inevitável dos que se colocam, diante do outro, com o cabo do chicote na mão, sem questionar se o uso do instrumento não deveria ser evitado” (2018, p. 44). Em *Bovarismo Brasileiro*, reunião de textos escritos ao longo de sua jornada, a psicanalista apresenta análises, definições do que seria o bovarismo brasileiro. As interpretações, a cada caso, são, sem o

prejuízo do valor e da argúcia dos textos, numerosas e bebem aqui e acolá. Para ela, o bovarismo nos países periféricos – e aqui significaria o desejo de identificação com outras referências ou mesmo o desejo de não ser/parecer periférico – não conduz à modernização. Pelo contrário: ele nubla os caminhos emancipatórios próprios. Essa ideia fica clara em passagens, do artigo sobre o Quincas Borba machadiano e o bovarismo nacional, como:

O bovarismo dos países periféricos não favoreceu sua modernização; pelo contrário, sempre inibiu e obscureceu a busca de caminhos próprios, emancipatórios, capazes de resolver as contradições próprias se sua posição no cenário internacional – a começar pela dependência em relação aos países ricos. (KEHL, 2018, p. 31)

Ao discutir Rubião, o contexto oitocentista e a “farsa da modernização brasileira” retratada em Machado de Assis (a despeito do conservadorismo do autor), a estudiosa afirma ser a linguagem machadiana um resultado do ceticismo comum a esse contexto brasileiro – periférico, desajustado em preceitos que, em sua essência, opõem-se frontalmente e são “mal interpretados”. Sendo assim, com *Quincas Borba*, acabamos por “descrer de máximas consagradas pela ideologia burguesa” (p.36). Kehl aqui seleciona o que, para ela, seria “o melhor bovarismo”: “aquele que, mesmo sem recuar na empreitada, percebe e expõe criticamente o ridículo de suas pretensões” (p. 36). O duplo cômico e ficcional de Napoleão Bonaparte, na obra, segundo a pesquisadora, reforça essas ideias presentes na carpintaria literária machadiana.

A psicanalista, porém, não abandona termos duramente criticados/desconstruídos por Jessé e os utiliza quando convém: “jeitinho” (e este termo é complexo, visto por vezes como problema e em outros casos como uma potencialidade, ainda que em condição inferiorizada) e “cordialidade”, mesmo não definidos ou centrais nas argumentações, são lembrados e reafirmados em paralelo com as questões mais graves, como o caso da escravidão e da dominação de mais fortes sobre mais fracos. Em consonância com o que se traz à baila aqui neste artigo e com palavras de Schwarz e Souza, afirma ela: “As elites interpretam os ideais de progresso a seu bel-prazer: em vez de fazer coincidir a independência com o fim da escravidão, inventam dispositivos legais capazes de conciliar a barbárie com as exigências do Estado moderno” (KEHL, 2018, p. 45).

A pesquisadora discute em vários momentos o surgimento e/ou a necessidade de criação de dispositivos anti-bovaristas no país. O samba e o movimento *manguebeat*, segundo ela, são manifestações de alguns deles, que nasceram no povo, cheios de influências e misturas, com um resultado genuíno, portanto. Além disso, Kehl propõe que a psicanálise possa ser um dos dispositivos anti-bovaristas por sua capacidade transformadora e mesmo sua possível relação com a militância.

O conceito de bovarismo surge também com significações similares às já mencionadas aqui em textos de pensadores de outros países latino-americanos, já que, para Octavio Ianni, “[...] a América Latina parece [...] desenhada na história e geografia. Foi inventada pelo mercantilismo, modificada pelo colonialismo, transformada pelo imperialismo e transfigurada pelo globalismo” (2013, p. 3). É nesse contexto e com o bovarismo das elites que se compreendem as constantes tensões existentes nos países latino-americanos, por exemplo: revoluções socialistas, movimentos ditatoriais, golpes militares ou jurídicos e outras agitações. Frente à necessidade de despir-se da condição subalterna, grupos movimentam revoluções que são combatidas por setores (grupos empresariais, elites, redes de comunicação) comprometidos com a manutenção do *status quo* (estrutura tida/forjada como “normal” diante do “caos” interno). Sobre isso há também as colocações de Jessé Souza a respeito do turbilhão e da instabilidade instalados no Brasil a partir de 2013:

Não vamos ser ingênuos. O início da Lava Jato foi a perspectiva de se acabar com o sonho dos BRICS e dos brasileiros que aspiram a um país próspero para a maioria. Os americanos são defensores de um *status quo* mundial onde o Brasil e a América Latina só entram como fornecedores de matéria-prima, sem acesso a progresso industrial e tecnologia de ponta. [...] O Brasil deveria e deve subsistir, para os americanos, como quintal empobrecido e mercado interno colonizado. (SOUZA, 2017, p. 225)

A ideia de que o bovarismo se resume a um comportamento de cópia reside em muitos textos, porém, em alguns momentos, essa leitura do conceito – própria à nossa comunidade interpretativa brasileira – aponta para sua contraparte: uma leitura nunca ingênua (porque assim seria impossível a nós) e muito heterogênea – vide o que examinamos em Schwarz e Kehl, que leva aos questionamentos necessários a uma emancipação. Ao estudar o bovarismo no contexto de análise dos efeitos da leitura em seus leitores, entendemos duas maneiras de caracterizá-lo: 1) a maneira delirante de confundir ficção com realidade; 2) a maneira inovadora, diferente e criativa de lidar com os textos. Da mesma maneira, poderemos, como proporia Kehl, buscar dispositivos anti-bovários que, na verdade, residem paradoxalmente na própria condição bovárica em sua particularidade com o ato de ler. Nesse sentido, o bovarismo desajustado próprio a nações outrora colonizadas poderia significar o maldoso comportamento apartador da elite ao mesmo tempo em que sinalizaria uma nova maneira, diversa e mesmo imprevisível, de ver as coisas nesses países. É possível, então, que dominados possam fazer leituras (de textos literários ou não; de conjunturas, de contextos) e práticas subversivas, descentradas, dispersas – afinal, o que ou quem é o centro? a que ou quem ele interessa? Isso não seria mais, dentro de uma maneira diferente de ver as coisas (que busque diminuir as balizas de outros países ou preceitos morais ultrapassados, conservadores e meramente dicotômicos), um problema. O

afeto, a confusão, a rasura, a criação, a inventividade, o desajuste, o engano, a preguiça – e esta última poderia render mais uma outra discussão; ou seja, os abalos das relações modelo/cópia, são, portanto, potentes.

Silviano Santiago, Octávio Ianni, Ricardo Piglia e Jorge Luís Borges criam em alguns de seus textos figurações de leitor ou representações da ficção que mostram inquietações relativas a (in)autenticidade e embaralhamentos entre ficção e realidade, próprios ao contexto de “transculturação” (IANNI, 2013) ou de “heterogeneidade” (SANTIAGO, 2000). Para Ianni esses países colonizados formam um “ente simultaneamente real, rebelde e fugaz, sempre transbordando deste ou daquele nome” (IANNI, 2013, p. 6), porque configuram um “laboratório complexo, heterogêneo, contraditório, simultaneamente polifonia e cacofonia” (IANNI, 2013, p. 4). Em Santiago, intelectual que se dedicou a descrever o entrelugar do discurso latinoamericano, vemos que “[...] as leituras do escritor latino-americano não são nunca inocentes. Não poderiam nunca sê-lo” (SANTIAGO, 2000, p. 22). Isso se confirma, por exemplo, na ficção de Borges em que reiteradamente o leitor surge como quem devora livros, transgride, confunde. Implicado nessa situação está o contexto de tais leitores e escritores. A leitura (ou a questão da leitura, já que isso não se resume apenas ao contato do indivíduo com um texto verbal e materializado, mas a um contato com discursos ou com leituras de mundo), nesse sentido, destrói sistematicamente ideias de pureza, unidade, modelo, original. A invasão do estrangeiro, inevitável, segundo Santiago, pode ser recebida com mais agressividade, com falsa obediência.

Quanto ao caso de leitura literária (onde, inclusive, iniciou parte da discussão, com Emma Bovary, “desajustada” em relação ao mundo e a sua forma de ler), podemos entendê-la como possibilidade de novos pactos se se propõe a compreender seus mecanismos. Ela, a leitura de literatura, é, portanto, celebrada, como ocorre em muitos críticos contemporâneos, entre os quais se sobressai Ricardo Piglia. Ler, em busca de um processo de identificação, caso entendidas algumas das regras do jogo, não deixa de apontar para uma possibilidade de inserção, emancipação, movimento. Caso compreendamos assim, escrever representa ainda mais essa empreitada de confundir sistemas, abalar paradigmas. Ler e escrever literatura em todas as suas potências (e, mesmo, ditos perigos) permite expressão, identificação, indignação, produção de sentidos. Ainda que temeroso, o ato de se questionar e se expor escancara certos descréditos de normas caducas, práticas que já não cabem (e talvez nunca tenham cabido), opressões institucionais e de sistemas que marginalizam. O conceito de bovarismo, (re)visto, (re)transformado, à maneira dos “sudacas”, desarma armadilhas ideológicas de que outrora

fizera parte e cria potência em ressignificar sua relação com a leitura, a escrita e a ficção. Pode, assim, afinar-se a concepções emancipadoras. Ainda que, diriam alguns, seja um termo vindo de obra e escritores europeus, aqui transfigurado (e, sim, podemos beber em várias fontes), adquire muitas compreensões palatáveis e saborosas. Ao menos ao nosso gosto. Espera-se que, cada vez mais, bovárigo como característica negativa esteja associado àqueles que fazem perdurar exclusões, segregações, explorações, desigualdades e xenofobias. Em igual medida, quer-se que aqueles que, mesmo (aparentando) loucos, desajustados, enlouquecem e perturbam o sistema sejam sempre mais emancipadores. E muitos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, F. *Elites da América Latina têm complexo de Pinóquio*. Carta Maior, 24 out. 2003. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Sem--editoria/Elites--da--America--Latina--tem--complexo--de--Pinoquio/27/960>>. Acesso em: 18 jul. 2015.
- BORGES, J. L. *Ficções*. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- CARVALHO, M. E. M. de. *Bovarismo, epifania e bêtise: exercício de metacrítica flaubertiana*. 2014. 166 fls. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, UFMG, Belo Horizonte.
- CHAUÍ, Marilena. Brasil. *Mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.
- DALVI, C. D. *Apropriações do bovarismo pela crítica acadêmica brasileira*. 240 fls. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, UFES, Espírito Santo, 2016.
- _____. “Bovarismo em leitores e leituras contemporâneas”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC, 13., 2013, Campina Grande. Anais... Campina Grande: Associação Brasileira de Literatura Comparada, 2013. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/revistas/abralicinternacional/resumo.php?idtrabalho=765>>. Acesso em: 04 dez. de 2015.
- GAULTIER, J. de. *Le bovarysme: la psychologie dans l'œuvre de Flaubert*. Paris: Éditions du Sandre, 2007.
- IANNI, Os. *Enigmas do pensamento latino-americano*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/iannienigmas.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2015.
- KEHL, M. R. *Bovarismo brasileiro*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MILLIET FILHO, R. *Cenários e personagens de uma arte popular: futebol brasileiro, hegemonia, narradores e sociedade civil*. 2009. 443 fls. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2009.
- OLIVEIRA, F. V. de. *Fantasmas da tradição: João Cruz Costa e a cultura filosófica uspiana em formação*. 2012. 224 fls. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, USP, São Paulo, 2012.
- PIGLIA, R. *O último leitor*. Tradução de Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SANTIAGO, S. “O entre-lugar do discurso latino-americano”. In: _____. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SCHWARZ, R. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6. ed. São Paulo: Editora 34, 2012
- _____. *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- SOUZA, J. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

NOTAS

Nota 1

Um pouco sobre as relações entre bovarismo, leitura, cultura de massas e temas ligados ao feminino pode ser lido meu artigo também publicado pela ABRALIC, no ano de 2013, intitulado “Bovarismo em leitoras e leituras contemporâneas”, disponível em

<http://www.editorarealize.com.br/revistas/abralicinternacional/resumo.php?idtrabalho=765.>]

Nota 2

Essa pergunta também é feita por Maria Rita Kehl, porém os caminhos tomados para tal são outros. Com base em uma discussão no campo da psicanálise, observando escritores como Lacan, em textos e definições acerca da paranoia, de normalidade e de anormalidade, Kehl afirma que o ser não bovarista tal como proposto pela máxima de Gaultier seria aquele “que deva ser capaz de conceber-se *idêntico a si mesmo*” (2018, p. 21, grifos da autora); porém, a própria discussão em torno do que seria o sujeito, desde Freud, afirma que sua caracterização é justamente “a falta”; a coisa, ou seja: ser *não idêntico*. A partir daí, vale o questionamento (que, de outras maneiras, acaba sendo sinalizado por Gaultier): todos seriam, portanto, bováricos? Aqui se nota a dificuldade de apreensão também em Kehl: condição de todos que acreditam que o sujeito possa ser idêntico a si, o bovarismo é visto como negativo, tendo a autora proposto dispositivos anti-bováricos. Ou seja: se há uma compreensão equivocada de saída no julgamento, negativo, dos supostos bováricos, por que assumir bovárico como uma caracterização viável e da qual precisamos fugir? Uma consideração que poderia contar em favor de Kehl e de mim – mas não sei se seria suficiente – seria que a necessidade do anti-bovarismo se dá na dimensão nacional do termo e, não, na individual.

Capítulo 11



10.37423/230307362

POVOS ORIGINÁRIOS E TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS: EFETIVIDADE E POSSIBILIDADES À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Marco Antonio Rodrigues

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/MS

Andréa Lúcia Cavararo Rodrigues

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

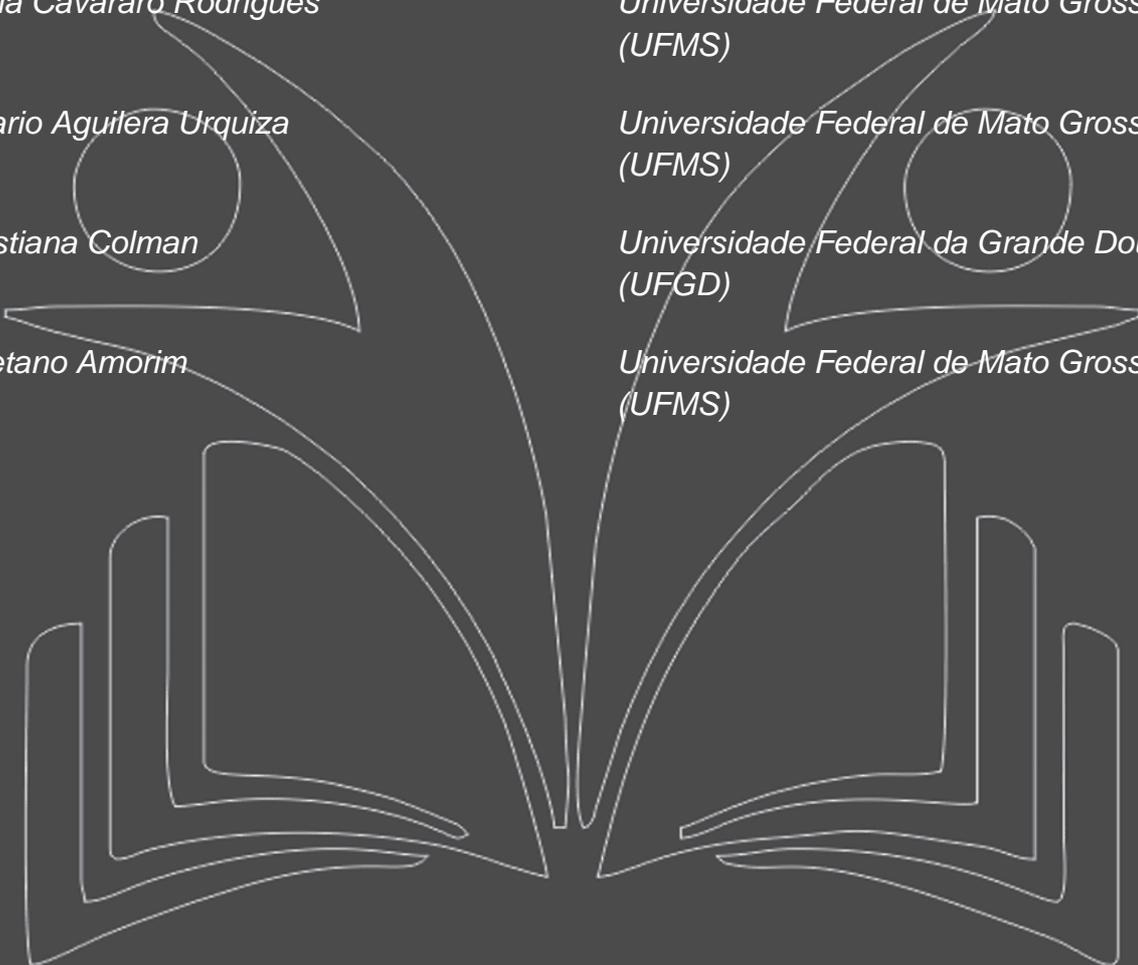
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Rosa Sebastiana Colman

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

Priscila Caetano Amorim

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)



Resumo: O presente trabalho buscará analisar a formação dos Estados nacionais e seu impacto sobre as populações originárias, especificamente o povo Guarani e Kaiowá da região fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul, haja vista o Brasil ser signatário da Convenção nº 169/OIT e a proteção aos direitos dos povos originários contida no artigo 231 da Constituição Federal de 1988. Diante dessa hipótese, cumpre estudar alguns dos motivos pelos quais a efetividade desses direitos se encontra comprometida perante o avanço do capital e suas consequências sobre a população estudada. Partindo-se do referencial teórico de Norberto Bobbio, a conquista de direitos é um caminho contínuo, que tende ao reconhecimento dos direitos do cidadão perante o mundo. Adotando-se a base metodológica da complexidade de Edgar Morin, buscou-se investigar o problema de forma interdisciplinar e transversalmente, analisando-se o fenômeno em suas várias acepções, chega-se à conclusão parcial de que a ineficácia constitucional tem contribuído para a inefetividade das normas internacionais, comprometendo a esfera de direitos dos povos originários. A partir do método indutivo e através da pesquisa bibliográfica, histórica, antropológica e jurisprudencial, o artigo buscará chegar ao resultado esperado.

Palavras-chave: Constituição Federal. Direitos Humanos. Povos Originários. Tratados Internacionais.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe, através do estudo bibliográfico, jurídico e antropológico, analisar a Mensagem de Veto nº 163/2017, que suprimiu o parágrafo 2º do art. 1º da Lei nº 13.445/2017 por razões de segurança nacional, restringindo a livre mobilidade dos povos tradicionais fronteiriços.

O tema do artigo possui diversos desdobramentos, dada a complexidade do problema analisado. A questão dos povos tradicionais é interdisciplinar, possibilitando a sua abordagem em diversas áreas do conhecimento, como antropologia, direito e até mesmo na área de educação.

Em vista desses aspectos, vale lembrar que muitas questões referentes à causa dos indígenas estão em aberto, reclamando uma atitude do Estado e da sociedade. É compreensível que não há, de imediato, solução para um problema que se arrasta há mais de um século, e as pesquisas buscam auxiliar o poder público e demais representantes da sociedade na elaboração de projetos que apontem um caminho para essa questão.

A formação do Estado brasileiro, da maneira como ocorreu, e a construção de uma consciência jurídica nacional baseada no patronato e na exclusão de classes minoritárias como o negro, o pobre e o índio representaram um dos fatores que contribuíram para a vulnerabilidade dos povos tradicionais na área de fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul.

Inicialmente a pesquisa analisa o desenvolvimento da política fundiária na época do Estado Novo de Vargas, que impactou os povos tradicionais em seu modo de vida e em sua cultura, pois foram delimitadas e demarcadas terras sem levar em conta as peculiaridades das etnias que habitavam o território.

Após, o artigo faz a diferenciação entre mobilidade dos povos tradicionais e migração, mostrando que embora semelhantes, esses conceitos diferem quando observados na ótica do Estado e na visão dos povos tradicionais.

No terceiro ponto, o artigo traça breves considerações sobre a doutrina de segurança nacional e suas bases teóricas, para demonstrar ao final que o veto representou uma cópia sofisticada do processo histórico de exclusão das minorias pelo Estado brasileiro.

Por derradeiro, este trabalho faz remissão aos tratados e ao direito internacional, ampliando o caminho para as comunidades indígenas buscarem seus direitos, historicamente suprimidos.

1. O ESTADO NOVO, A PROPRIEDADE E OS GUARANI-KAIWOÁ

O Estado brasileiro, por meio do Serviço de Fronteiras, regulamentado através do Decreto nº 24.305/1934, exerceu a função de demarcar, caracterizar e inspecionar os marcos fronteiriços a fim de assegurar a inviolabilidade do território nacional, cujas Comissões Demarcadoras eram chefiadas por oficiais do Exército ou da Armada, que tinham a incumbência de planejar o povoamento das fronteiras internacionais com a posterior criação do Departamento de Terra e Colonização (SPRANDEL, 2005, p. 184).

Todo esse panorama contribuiu para a criação do mito chamado de “Marcha para o Oeste”, que visava a colonização de fronteiras, pois o Brasil era considerado o “país das fronteiras abandonadas”, onde o sul do Mato Grosso era desprovido de população nacional.

No caso brasileiro, a região de fronteira terá uma significação histórica, construída em torno de uma ideia de unificação nacional, fundamentada na tese da “conquista do Oeste”, semelhante aos padrões norte-americanos.

Contribuíram para a formação dessa ideologia uma literatura nacionalista, bem como a imagem difundida pela elite letrada do nosso país de que o litoral seria visto como local desenvolvido, em detrimento do interior, fadado a ser uma região difícil, alimentando, assim, a formação de um estereótipo que perdura até os dias atuais.

O Estado Novo de Vargas nutria uma forte tendência integracionista, culminando na interpenetração das fronteiras tanto políticas como econômicas, tendo como pano de fundo a expansão da soberania estatal (FAUSTO, 1995). Essa integração constituiu-se em uma importante ferramenta para a nacionalização do capital, pois as várias regiões que se ligavam ao mercado externo se encontravam dissociadas entre si, cada qual com suas regras e leis próprias.

Era necessária a presença do Estado nessas regiões, tanto como elemento integrador, quanto como instrumento normalizador da vida nas regiões mais longínquas.

Entretanto, importa ressaltar que grande parte dos problemas existentes nas fronteiras está associada às políticas de acesso à terra nessas regiões, que ocorreram em descompasso com a realidade social desses locais, deixando em segundo plano os interesses maiores da população, como desenvolvimento social, infraestrutura e uma vida digna.

Em consequência, investiu-se maciçamente no latifúndio, na monocultura, em uma continuidade e reprodução do sistema colonial, distanciando-se, em muito, o modelo brasileiro de avanço para as

áreas fronteiriças do sistema norte americano proposto por Turner e, segundo a sua teoria de fronteiras, a expansão dos Estados Unidos viria a enaltecer o povo americano (TURNER, 1996, p.1 apud FERNANDES, 2018, p. 09).

Tais excessos, tolerados pelo poder público de então, e dada a ineficácia e insuficiência de leis que regulassem de forma efetiva todo o processo de ocupação de terras nas áreas fronteiriças do Brasil levaram à apropriação desordenada, usurpação da quase totalidade dos territórios indígenas e ao subdesenvolvimento da região. Em rápida análise, verifica-se que as grandes extensões de terras nessas áreas, agora “tituladas” e concentradas nas mãos de poucos proprietários rurais, foram o motor da pobreza e das dificuldades na região fronteira.

Se a região fronteira é vista por muitos como difícil e de pobreza extrema, é porque não houve uma melhor distribuição de terras e da riqueza nessas regiões. A convivência onde a lei é ditada pelos chefes locais e pela ausência do Estado teve consequências, e graves, na sociedade fronteira devido à consolidação de um sistema que contribuiu para o atraso da região (MORENO, 2017).

A omissão de governadores, ao legitimarem as ações criminosas de proprietários e agrimensores, aceitando e incentivando processos ilegais de venda e regularização de terras se deve à necessidade do Estado em gerar receita e fazer caixa.

A regularização dos excessos gerava receitas cada vez maiores, com o predomínio da ideia de que o Estado dispunha de grandes reservas de terras devolutas e sem valor aparente, revelando uma visão mesquinha e bastante limitada de governadores e da classe dominante da época, que não pensavam no desenvolvimento da região e dos direitos dos povos indígenas aos seus territórios ancestrais.

Na verdade, a ideia subjacente era a de que o Estado brasileiro, em longo prazo, receberia grandes somas de contribuições da produção derivada dos latifúndios, elevando consideravelmente a sua arrecadação.

A partir desse contexto de apropriação das chamadas terras devolutas, em especial no início da República e o avanço da colonização para o interior do país, surge o Decreto-Lei nº 3.059/41 (BRASIL, 1941), o qual, inaugurou uma nova fase no tema das fronteiras, pois estabelecia a criação de Colônias Agrícolas Nacionais, que tinham como meta principal a instalação de grandes colônias agrícolas destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelassem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros.

A edição dessa norma representou parte de uma estratégia do Governo Federal em ocupar os espaços considerados vazios demográficos e fortalecer as fronteiras, expandindo a pequena propriedade com vistas ao fortalecimento da indústria nacional, integrando os pequenos produtores à economia nacional, criando oportunidades e diversificando a matriz de produção nacional.

O fim do Estado Novo e a abertura democrática incentivada pela Constituição de 1946 (BRASIL, 1946) impulsionaram a política de vendas de terras devolutas no Estado do Mato Grosso, na qual coexistiram tanto a política de colonização como foi feita a regularização fundiária, tendo sido criado o Departamento de Terras e Colonização – DTC.

No entanto o governo, já seguindo uma tendência que lhe era peculiar, reiterou a política de concessão de terras aos particulares com intuito político e de pagamento de favores os mais diversos. De fato, entre os anos de 1950-1964, o reordenamento fundiário no Mato Grosso foi caracterizado pela venda indiscriminada de terras devolutas e sua utilização como parte de manobras políticas, transformando a venda de terras devolutas em um negócio rentável e a serviço da especulação por parte dos concessionários.

Aliado a esses fatos, o problema fundiário nas regiões de fronteira do Estado do Mato Grosso do Sul guarda íntima relação com os fluxos migratórios existentes nessa região, juntamente com sua pobreza e subdesenvolvimento.

Compulsando-se as legislações antigas, percebe-se a sua contribuição para o direcionamento das políticas governamentais para formação de uma sociedade baseada no latifúndio, no clientelismo, nos favorecimentos políticos e na lei imposta pela influência política dos “coronéis”, em detrimento da população que se encontrava ao desamparo e que dependia diretamente das benesses dos grandes proprietários.

Uma das origens das distorções havidas na fronteira está na equivocada distribuição de terras e da propriedade, que possui a sua função não somente econômica, mas primordialmente social, e a política de povoamento e distribuição de terras foi implementada sem considerar as sociedades indígenas que já habitavam aquelas regiões.

2. MOBILIDADE E MIGRAÇÃO: DIFERENTES VISÕES DO MESMO DILEMA

Se por um lado mobilidade e territorialidade pareçam conceitos óbvios, eles representam posições diametralmente distintas quando abordados a partir das matrizes do Estado e dos povos Guarani e Kaiowá fronteiriços.

Nessa perspectiva, o Estado entenderá a mobilidade humana como resultado do fluxo migratório motivado em função da necessidade de trabalho e renda. Por outro lado, a mobilidade humana para os povos tradicionais será fundamentada em sua cosmologia e em concepções cuja lente estatal é incapaz de perceber.

O Estado, a partir de sua gênese, percebe o território como moeda de troca, atribuindo-lhe valor monetário, que será utilizado em meras negociações, pouco importando a sua destinação e se irá sofrer degradação, ao passo que os indígenas valorizam e atribuem ao território um valor transcendental, além de primar pela sua preservação em prol de gerações futuras.

A terra indígena possui uma conotação política, abrigando várias comunidades e possui fronteiras fixas também demarcadas juridicamente. Trata-se de um território que é englobante e cujos ocupantes pertencem a uma identidade étnica juridicamente reconhecida e comum. Pressupõe-se que os ocupantes deste território englobante se percebam enquanto parte de uma coletividade, partilhando interesses comuns, devendo buscar a sustentabilidade ambiental de suas terras e a sustentabilidade social e cultural do seu modo de vida (ALENCAR, 2004, p. 69).

Os conceitos de posse e propriedade indígena não significam a simples ocupação da terra, bem como o indígena não pode ser visto como simples migrante quando se aborda o conceito de mobilidade segundo a visão estatal.

Silva (1992, p. 49) nos adverte que a posse indígena extrapola da órbita puramente privada, porque não é, e nunca foi, uma simples ocupação da terra para explorá-la, mas base de seu habitat, no sentido ecológico de interação do conjunto de elementos naturais e culturais que propiciam o desenvolvimento equilibrado da vida humana, e esse tipo de relação não conseguirá encontrar agasalho nas limitações individualistas do direito privado.

Dentro do processo de construção dos Estados Nacionais, em regra, houve a privação da liberdade dos povos indígenas em praticar seus deslocamentos espaciais, valendo recordar Colman (2015, p.21 apud. VAINER E MELO, 2012), quando afirma que migrar está intrinsecamente ligado ao movimento espacial de uma população e, conforme essa autora, os deslocamentos espaciais ocorrem em virtude de catástrofes naturais, guerras, perseguições e outros fatores decorrentes da ação humana.

De acordo com Carvalho (2013, p. 101), os Guarani e outros grupos indígenas caracterizam-se por manter constante mobilidade espacial e, dada a sua magnitude populacional, isto fica mais evidente

entre eles. E isso se dá, além da razão do sistema de uso e pousio, também por outros aspectos socioculturais.

As aldeias Guarani mantêm entre si estreitas relações políticas, econômicas, matrimoniais e religiosas. São constantes as visitas entre seus moradores. Elas podem durar alguns poucos dias, semanas, meses ou até anos; a partir de uma visita à parentela mais próxima, determinada família pode resolver instalar residência naquela aldeia visitada. Quando se visita qualquer aldeia Guarani, não há uma delas onde não se encontre parentes de indivíduos de outras aldeias, próximas ou distantes.

Conforme Sayad (1998, p.45), uma das características fundamentais do fenômeno da migração é que, salvo exceções, ele contribui para dissimular a si mesmo sua própria verdade. Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito e o fato, a imigração condena-se por engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição: não se sabe se se trata de uma situação provisória ou de um estado duradouro.

Diante desse fato, é possível encaixar a visão estatal no fundamento de provisoriedade que, por arrastamento, termina por abarcar os indígenas.

Também podemos englobar na migração contemporânea a resistência e sobrevivência do povo Kaiowá que residem no Brasil as retomadas espontâneas do território de seus ancestrais, que foram perdidos entre as décadas dos anos 40 e 70 (CAVARARO RODRIGUES, 2019, p.25).

Seguindo o raciocínio de Sayad (1998, p.45), o caráter provisório da migração é determinante para que o Estado não estabeleça uma tutela mais efetiva desses direitos. Dessa forma, o migrante é visto como alguém que abandonou provisoriamente o seu território, para depois de um certo tempo retornar, a que o autor definiu como uma provisoriedade contínua em qualquer dos locais onde o migrante esteja.

Situando a visão de Sayad (1998) no quadrante da pesquisa, é possível perceber que a mobilidade dos povos tradicionais, fundadas no costume e na cosmologia desses povos, está em dissonância com sistema de ideias pré-concebidas pela instituição “Estado”, haja vista não se enquadrar na hipótese de provisoriedade conforme faz crer o pensamento estatal.

Nessa perspectiva, a mobilidade dos povos tradicionais pode ser restringida por não integrar um sistema pré-concebido que enxerga o cidadão migrante como um clandestino, que tem suas práticas sociais e costumes resumidas ao fator trabalho, atendendo à lógica do capital imposta pelo Estado.

Com isso, é importante estabelecer dois parâmetros.

Primeiramente, compreender que os povos tradicionais não representam uma massa de indivíduos que migram em busca de trabalho. Em segundo, entender que os povos tradicionais baseiam sua mobilidade na cosmologia, nas relações de parentesco e em outros fatores estudados na ciência antropológica.

A Fortiori, o povo Guarani, que vivia há centenas de anos em toda a região (bacia do Rio da Prata e do Rio Paraguai, nas fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina), simplesmente foi desconsiderado em suas especificidades e direitos de autonomia sobre seu território e, aos poucos, foram sendo “empurrados” e separados pelo processo de colonização, além de serem destituídos da quase totalidade dos seus territórios tradicionais, ao passo que a restrição imposta pela Mensagem de Veto nº 163/2017 (BRASIL, 2017b) à Lei nº 13.445/2017 (BRASIL, 2017a) houve por criminalizar, hipoteticamente, a prática milenar da livre mobilidade dos povos tradicionais.

Sendo o Brasil um país de grandes proporções, os indígenas, por serem minoria, conseguiram se manter de certa forma, por longos períodos, isolados em grotões territoriais, considerando que ainda hoje há vários grupos ainda não contatados; ou tiveram também, até certa altura para onde se refugiar da influência do não índio, se dirigindo à regiões menos ocupadas, como foi verificado no decorrer do processo da colonização em direção ao oeste brasileiro; como ainda, outros grupos puderam conviver com suas diferenças em meio a outros povos não indígenas, não sem grandes perdas, sacrifícios e *esbulhos*¹, como é o caso dos Guarani no sul e sudeste brasileiro (CARVALHO, 2013, p. 60).

3. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A DOUTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL

Analisando-se os limites impostos pelo poder estatal sem levar em conta o direito de ir e vir das populações tradicionais dentro do seu próprio território, Raffestin (2005) afirmou que a fronteira delimita “um pra cá” e “outro pra lá” como forma de segurança. Esse autor enuncia: “A fronteira é um dos elementos da comunicação biossocial que assume uma função reguladora” (RAFFESTIN, 2005, p 14).

A mobilidade espacial praticada entre os Guarani e Kaiowá, fundamentada na sua cosmologia, está vinculada ao princípio da ancestralidade do território. Eles são povos agricultores que utilizam um sistema rotativo das terras, de forma a se evitar o desequilíbrio ecológico. Eles também praticam visitação a seus parentes, podendo ficar por meses até mesmo anos, mantendo assim suas redes sociais e políticas. Outra causa não menos importante é o deslocamento para outros territórios devido

a conflitos internos, doenças, acidentes e imprevistos com parentes como, por exemplo, o falecimento de algum membro da família.

Conforme Melià (2016), os territórios indígenas são parte da sua identidade, remetendo para o seu modo de ser. O território é o espaço no qual as relações de parentesco, com suas complexas redes de comunicação, se reproduzem. Por isso, sob a ótica indígena, as fronteiras políticas e geográficas são relativizadas em determinados casos, em decorrência de casamentos ou pelas dinâmicas de alianças. Essas redes seguem, no presente, em pleno vigor, constituindo e desconstituindo fronteiras, entendidas como dinâmicas e não fixas conforme as entendemos.

Neste ponto, é importante se considerar como foram recepcionados os costumes e leis dos povos tradicionais, baseadas em uma perspectiva da ancestralidade e de uma cultura considerada estranha ao soberano. Além do mais, se as normas traduzem o comportamento humano, que pela constância acaba se incorporando ao ordenamento jurídico, o direito dos povos tradicionais não conseguiu se impor a ponto de ser recepcionado pelo Estado.

Historicamente, a valorização do sertanejo trabalhador, associado ao conceito de progresso, contrapõe-se ao sujeito indígena, configurado por alguns autores como indivíduo antagônico à civilização e, simultaneamente, ao progresso (CASTILHO, 2006, p. 87).

Assim, essa autora destaca a concepção que foi reforçada, acerca de os brasileiros identificarem-se, unirem-se e sentirem-se membros de um mesmo corpo, a “Nação”, que considerou o índio, com “os seus costumes ferozes”, como uma barreira a essa integração, ao levar suas vidas “independentes”.

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2003, p.06) o conjunto de pressupostos que norteiam a cultura e política ocidentais estão organizados em uma entidade social chamada direito, capaz de ser definida nos seus próprios termos e de funcionar de maneira autônoma.

A migração indígena está vinculada ao Direito Consuetudinário, sendo uma prática cultural longínqua. Segundo Melià (2016, p. 85), o direito consuetudinário é o direito próprio, tal qual reconhecido pelo Estado paraguaio, disposto no art. 62 da Constituição Paraguaia de 1992 (PARAGUAY, 1992), que reconhece os povos indígenas como portadores de um grupo de cultura diferente e anterior à formação da organização desse Estado.

Em outro quadrante, as razões do veto estudado, que nega aos povos tradicionais o direito de viver segundo as suas tradições e cultura, está fundamentado no argumento de segurança nacional, cujo conceito veremos a seguir.

De acordo com Joseph Comblin (1978) a Doutrina de Segurança Nacional apresenta como conceitos básicos a geopolítica e bipolaridade. A geopolítica fornece à Doutrina duas importantes contribuições fundamentadas em uma visão ideológica, ou pseudocientífica, ou seja, o conceito geopolítico de Nação e o de bipolaridade. Segundo a Geopolítica a nação se constitui em um único projeto e uma única vontade: o desejo de ocupação e domínio do espaço.

Diz Comblin (1978, p.28):

A Nação age pelo Estado: como vontade, poder e poderio, ela se exprime pelo Estado. É impossível encontrar ou fazer uma distinção real entre a Nação e o Estado: a Nação acrescenta ao Estado os materiais, uma população, um território, recursos, apenas o passivo. O que faz formalmente a Nação não difere do que constitui formalmente o Estado. É esse o conceito de Nação com o qual joga a Doutrina de Segurança Nacional.

Nesse contexto, a bipolaridade se fundamenta em um sistema político que teve como base as oligarquias, constituídas em sua maioria por famílias proprietárias de terras, que haviam afiançado ao capital externo o controle sobre o setor mais dinâmico da economia nacional, enquanto que esse mesmo capital externo garantia o domínio oligárquico da sociedade, se necessário intervindo de forma militar quando houvesse alguma movimentação popular que de alguma forma colocasse em questão a dominação dessas oligarquias.

No caso brasileiro, o sistema político emerge exatamente dessa realidade e se coaduna com a Doutrina de Segurança Nacional, que justifica e consolida todo um sistema de dominação e segregação baseada no latifúndio, nas oligarquias e no coronelismo.

Nas palavras de Raymundo Faoro (2012, p.1115):

O bacharel reformista, o militar devorado de ideais, o revolucionário intoxicado de retórica e de sonhos, todos modernizadores nos seus propósitos, têm os pés embaraçados pelo lodo secular. Os extraviados cedem o lugar, forçados pela mensagem da realidade, aos homens práticos, despídos de teorias e, não raro, de letras. No campo, no distrito, no município, o chefe político, o *coronel* tardo e solene, realista e autoritário, amortece, na linguagem corrente, o francês mal traduzido e o inglês indigerido.

Conforme Faoro (2012, p.1118), o coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, não necessariamente, como se diz sempre, o fazendeiro que manda nos seus agregados, empregados ou dependentes. O vínculo não obedece a linhas tão simples, que se traduziriam no mero prolongamento do poder privado na ordem pública. Segundo esse esquema, o homem rico exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal.

Nesse prisma, constata-se que o Estado brasileiro não possui meios de gerenciar e organizar o livre trânsito de pessoas ao longo de suas fronteiras, alegando questões de segurança nacional como justificativa para a sua incapacidade de regulamentar o trânsito de pessoas, seja de forma autônoma ou em regime de cooperação internacional, mantendo sua visão historicamente distorcida em relação aos povos tradicionais.

O livre trânsito entre as diversas regiões de fronteira pelos que habitam essas regiões é algo arraigado em sua cultura tradicional, em seu modo de ser e viver, e não pode ser simplesmente proibido, cabendo ao Estado regulamentar e estabelecer parâmetros para que a circulação de pessoas pela fronteira ocorra sem que sejam afetadas a sua soberania e autonomia.

Os costumes representam fontes importantes do direito, visto que as normas derivam, em boa parte, dos modos de viver de uma sociedade. No entanto o direito positivo vigente confere aos costumes um valor secundário, colocando o direito costumeiro como algo inferior ou atrasado, como se fosse um estágio anterior à constituição do direito positivo normativo emanado pelo Estado (CURI, 2012, p. 05).

Segundo Aristóteles (2010, p. 27), tal qual os seres humanos, as leis fundamentais possuem origem na natureza. Aristóteles distingue as leis escritas, visionadas e promulgadas pelo legislador, das leis não escritas ou consuetudinárias, e estas são consideradas superiores, mais seguras e fortes, já que a força de uma lei deriva do hábito e do costume, que ganham vigor no decorrer do tempo. O filósofo considera que a supremacia da lei resultante do tempo é fonte de força para a comunidade e de estabilidade para uma constituição.

Levando-se em conta a população estudada, representada pelos os Guarani e Kaiowá fronteiriços do Estado do Mato Grosso do Sul, verifica-se a exclusão histórica desse povo do processo de construção de uma consciência política e jurídica do país. Além da exclusão, registra-se a ocorrência de um processo distorcido e de sutil diferenciação e discriminação das populações indígenas, que desaguou na realidade caótica em que se encontram.

Estudar a situação dos povos tradicionais sem esses pormenores dificulta a sua análise, pois o princípio da dialeticidade é um importante caminho a ser seguido ao se considerar os pormenores e os traços culturais envolvidos na pesquisa, indicando um justo equilíbrio entre as partes envolvidas quando se considera a imputação de responsabilidade ao Estado que, em tese, poderia agir proativamente na solução desse imbróglio, e não age, fazendo-se omissivo ou, se age, o faz de forma ineficiente ou desviado de suas reais finalidades.

TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS: ESPERANÇA QUANTO À EFETIVIDADE DE DIREITOS?

Se uma Constituição é definida como norma fundamental dentro de uma comunidade política e de um ordenamento jurídico, unificando e condensando em torno de si as garantias dos cidadãos e os limites do agente estatal, a realidade é que o seu alcance deve ser tal que consiga efetividade e consiga amparar as liberdades fundamentais, reparando ilegalidades que terminam por criar estados de desvalor constitucional (MENDES, 2009, p. 574).

Aparentemente, a restrição ao livre trânsito dos povos tradicionais ao longo das fronteiras pode ter apenas o condão de influenciar políticas de maior controle do fluxo de pessoas, contudo, indo além, o veto estudado trouxe uma discussão no meio acadêmico e no âmbito da sociedade quanto à finalidade e o alcance do Estado na formulação de políticas para as populações tradicionais, além de suscitar uma reflexão sobre a importância do direito consuetudinário diante da norma estatal.

O veto é o instituto através do qual o Presidente da República manifesta sua discordância para com o projeto de lei, impedindo, pelo menos em um primeiro momento, a sua entrada em vigor. Montesquieu (2005) o concebera em termos absolutos, como manifestação da *faculté d'empêcher*, sem a qual o Poder Executivo seria “logo despojado de suas prerrogativas”. Não é este, todavia, o perfil que lhe dá o moderno Direito Constitucional, já que as várias constituições que mantêm o instituto permitem a derrubada do veto pelo Poder Legislativo.

O veto pode ser parcial ou total. Todavia, o veto parcial passou a ser utilizado na história política brasileira como instrumento de abuso do Poder Executivo, para, vetando palavras isoladas do texto legal, mudar-lhe completamente o sentido, acabando por desvirtuar o projeto de lei.

Diante desses fatos, cabe indagar em que ponto o veto à mobilidade dos povos tradicionais nas fronteiras representa uma afronta à Constituição da República (BRASIL, 1988), pois o art. 231 reconhece expressamente o direito originário dos índios à mobilidade sobre as terras tradicionalmente ocupadas.

Uma verdadeira contradição.

Como se pode perceber, o Estado usa de construções como a supremacia do interesse público e a doutrina de segurança nacional para conferir validade a ideologias que justificam e subsidiam a negação a direitos que não estejam de acordo com o *pensar* e *agir* estatal.

Constam na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) normas relativas aos indígenas, que se encontram imersas no campo programático e, por sua vez, atreladas ao princípio da reserva do possível, não restando muitas opções senão a tutela do direito internacional.

Os tratados internacionais são acordos jurídicos escritos e firmados pelos Estados e Organizações Internacionais dentro de parâmetros estabelecidos pelo Direito Internacional podendo ser também denominados como convenção, acordo, pacto ou ata.

Segundo o posicionamento de Mendes (2009, p. 304), é legítimo, portanto, cogitar de direitos fundamentais previstos expressamente no catálogo da Carta de 1988 e de direitos materialmente fundamentais que estão fora da lista. Direitos não rotulados expressamente como fundamentais no título próprio da Constituição podem ser assim tidos, a depender da análise do seu objeto e dos princípios adotados pela Constituição, e sua fundamentalidade não pode ser deixada à disponibilidade do legislador ordinário.

Assim, o Brasil recebeu significativa influência europeia e americana na estruturação do seu texto constitucional e na definição dos mecanismos para a internalização dos tratados internacionais, os quais foram gradualmente sendo considerados como fontes normativas ao ordenamento jurídico do Estado.

O Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos teve início com a aprovação da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem³, doravante denominada DADH, e adoção da Carta da Organização dos Estados Americanos, doravante denominada Carta da OEA, as quais declaram que o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana constitui um dos princípios fundadores da Organização dos Estados Americanos.

A Corte Interamericana (ONU, 2019) foi criada em 1979, em San José, na Costa Rica. Considerado o órgão jurisdicional máximo do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, a Corte tem a finalidade de interpretar e aplicar os preceitos estabelecidos na CADH⁴ diante de violações aos Direitos Humanos.

A Corte é regulamentada pelos Artigos 52 a 73 da CADH, assim como, pelo teor do seu Estatuto normativo. A sua instância máxima é composta por sete juízes de diferentes nacionalidades, provenientes dos Estados membros da Organização dos Estados Americanos, os quais são escolhidos por demonstrarem significativa competência em matéria de direitos humanos. Além destes, a Corte também pode designar juízes ad hoc para atuarem em casos específicos (DANELI, 2017, p. 62).

Noutro ponto, a Corte Internacional de Justiça, estabelecida pela Carta das Nações Unidas como o principal órgão judiciário das Nações Unidas, será composta de um corpo de juízes independentes, de reconhecida competência em direito internacional.

A competência da Corte abrange todas as questões que as partes lhe submetam, bem como todos os assuntos especialmente previstos na Carta das Nações Unidas ou em tratados e convenções em vigor.

A Corte, cuja função é decidir de acordo com o direito internacional as controvérsias que lhe forem submetidas, aplicará:

- a. As convenções internacionais, quer gerais, quer especiais, que estabeleçam regras expressamente reconhecidas pelos Estados litigantes;

Dentre os tratados em vigor, pode-se destacar a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (ONU, 2015).

De acordo com Bim (2014), a Convenção OIT nº 169 (ONU, 2015) se aplica aos povos indígenas e tribais (Indigenous and Tribal Peoples ou Peuples Indigènes et Tribaux). É oportuno discorrer sobre o que se entende como povos tribais, mesmo que esses não estejam abrangidos pela cláusula do artigo 231, § 3º da Constituição Federal, garantindo a proteção das populações indígenas e outras populações tribais.

4.1 ESTUDO DE CASO: COMUNIDADE INDÍGENA YAKYE AXA VS. PARAGUAI (2005)

Ao iniciar este tópico, cumpre esclarecer ao leitor algumas peculiaridades acerca deste estudo de caso.

O Brasil aderiu à jurisdição da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) por meio do Decreto nº 4.463, de 08 de novembro de 2002, e o caso ocorrido em 2005 chamou a atenção do pesquisador haja vista a similitude de acontecimentos ocorridos com os povos tradicionais da aldeia citada no trabalho.

Cabe ao Estado, quando da elaboração de seu sistema jurídico-normativo, levar em conta os traços culturais que irão indicar ao legislador o caminho a ser seguido para que essa norma alcance a sua máxima efetividade. É importante lembrar que uma das fontes da norma é a cultura, senão a principal fonte.

A Corte IDH prevê que os Estados devem considerar o significado cultural do território indígena quando se contratam com a propriedade privada. Afinal a propriedade sobre a terra garante que os membros das comunidades indígenas conservem seu patrimônio cultural.

No caso em comento, a comunidade indígena Yakye Axa (“Isla de Palmas”) pertencente ao povo Lengua Enxet do Sul e ocupam o Chaco paraguaio desde tempos imemoriais. Com a venda de 2/3 da região para pagamento de dívida da Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai), entre os anos de 1885 e 1887, os povos indígenas da região ficaram confinados. Empresários britânicos compraram parte do território da comunidade indígena Yakye Axa (BRASIL, MPF, 2019, p 231).

Na área conhecida como Alwáta Etkok foi estabelecida a primeira fazenda de gado da região, dirigida pela Chaco Indian Association, formando estancias (fazendas), onde indígenas chegaram a trabalhar. Em 1986, os indígenas deixaram a área “devido às graves condições de vida que enfrentavam na Estancia Loma Verde onde os homens não recebiam salários ou estes eram muito baixos, as mulheres eram exploradas sexualmente por trabalhadores paraguaios e não contavam com serviços de saúde nem alimentação suficiente” (sentença, § 50.13 apud BRASIL, MPF, 2019, p.231).

O processo de demarcação se iniciou somente em 1993 sem definição. Isso significou a impossibilidade de acesso ao seu território, implicando em um estado de vulnerabilidade alimentar, médica e sanitária, que ameaçou de forma contínua a sobrevivência dos membros da comunidade (BRASIL, MPF, 2019, p. 232).

A Corte IDH⁵ assentou que, “ao aplicar estes padrões aos conflitos que se apresentam entre a propriedade privada e os reclamos de reivindicação de propriedade ancestral dos membros de comunidades indígenas, os Estados devem avaliar, caso a caso, as restrições resultantes do reconhecimento de um direito sobre o outro” (BRASIL, MPF, 2019, p.232).

Nesse sentido, a Corte IDH, em suas considerações prévias, assentou seu entendimento:

Considerando que o presente caso trata dos direitos dos membros de uma comunidade indígena, a Corte considera oportuno recordar que, de acordo com os artigos 24 (Igualdade perante a Lei) e 1.1 (Obrigação de Respeitar os Direitos) da Convenção Americana, os Estados devem garantir, em condições de igualdade, o pleno exercício e gozo dos direitos destas pessoas que estão sujeitas à sua jurisdição. Entretanto, há de se ressaltar que para garantir efetivamente estes direitos, ao interpretar e aplicar sua normativa interna, os Estados devem levar em consideração as características próprias que diferenciam os membros dos povos indígenas da população em geral e que conformam sua identidade cultural O mesmo raciocínio deve aplicar a Corte, como, com efeito, fará no presente caso, para apreciar o alcance e o conteúdo

dos artigos da Convenção Americana, cuja violação a Comissão e os representantes imputam ao Estado (BRASIL, MPF, 2019, p 233).

No que tange à violação dos artigos 8 e 25 da Convenção Americana - (Garantias Judiciais e Proteção Judicial), a Corte IDH considera que a concessão de personalidade jurídica serve para tornar operativos os direitos já existentes das comunidades indígenas, que os vêm exercendo historicamente e não a partir de seu nascimento como pessoas jurídicas. Seus sistemas de organização política, social, econômica, cultural e religiosa, e os direitos deles resultantes, como a designação de seus próprios líderes e o direito a reclamar suas terras tradicionais, são reconhecidos não à pessoa jurídica que deve inscrever-se para cumprir um formalismo legal, mas à comunidade em si mesma, que a própria Constituição Paraguaia reconhece como preexistente ao Estado (BRASIL, MPF, 2019, p.233).

Assim, a Corte IDH (Ibid., p.237) ressalta que os conflitos que se apresentam entre a propriedade privada e os reclamos de reivindicação de propriedade ancestral dos membros de comunidades indígenas, os Estados devem avaliar, caso a caso, as restrições resultantes do reconhecimento de um direito sobre o outro.

Ao final, a Corte IDH declarou em sua sentença que o Estado paraguaio, ao agir em dissonância com a sua própria constituição, violou o direito à propriedade, à vida e às garantias judiciais consagradas na Convenção Americana de Direitos Humanos (BRASIL, 1992).

Desse modo, extrai-se do dispositivo da sentença da Corte IDH (BRASIL, MPF, 2019, p. 242) que:

1. O Estado violou os direitos às Garantias Judiciais e à Proteção Judicial consagrados nos artigos 8 e 25 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação aos artigos 1.1. e 2 da mesma, em detrimento dos membros da Comunidade indígena Yakye Axa, nos termos dos parágrafos 55 a 119 da presente Sentença.
2. O Estado violou o Direito à Propriedade, consagrado no artigo 21 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação aos artigos 1.1 e 2 da mesma, em detrimento dos membros da Comunidade indígena Yakye Axa, nos termos dos parágrafos 123 a 156 da presente Sentença.
3. O Estado violou o Direito à Vida, consagrado no artigo 4.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em relação ao artigo 1.1 da mesma, em detrimento dos membros da Comunidade indígena Yakye Axa nos termos dos parágrafos 160 a 176 da presente Sentença.

Indubitavelmente, a questão indígena e o controle de convencionalidade⁶ se entrelaçam quando relacionados com a defesa dos direitos fundamentais, tomando como um dos parâmetros a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (ONU, 2015).

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou evidenciar através de questões históricas, jurídicas e antropológicas as consequências da mensagem de veto estudada e seus desdobramentos no tocante aos povos tradicionais fronteiriços do Estado do Mato Grosso do Sul.

Ao longo de anos, o homem tem desenvolvido modelos de justiça que inevitavelmente refletiram, em quase sua totalidade, os interesses dos mais fortes, das classes dominantes.

Não seria diferente no caso dos indígenas e povos tradicionais, que ao longo do tempo foram destituídos de suas coisas, em prol do progresso, dizem alguns; no entanto, esse mesmo progresso tem ocasionado danos irreparáveis a esses povos, mais fracos nesse processo, marcados em muitos locais por densa miséria e exclusão social.

Paralelamente aos avanços sociais anunciados pelo governo, as comunidades étnicas coexistem nesse sistema como grupos vulneráveis que buscam soluções para seus problemas, que tendem a se agravar devido à política do Estado mínimo, onde não há espaço para políticas sociais que incluam as minorias étnicas.

Focando-se na disposição do parágrafo 2º do art. 1º da Lei nº 13.445/2017, suprimido por meio da mensagem de Veto nº 163/2017, fica demonstrada a visão anacrônica e limitada do Estado brasileiro, revelando que se mantém vinculado à sua antiga estrutura patriarcal, oligárquica e clientelista.

À luz de todo o arcabouço legal no qual o país está inserido, englobando a sua Constituição e os diversos tratados e convenções internacionais aos quais o Brasil aderiu, é inconcebível que não exista uma política efetivamente voltada à causa dos povos tradicionais.

A quem responsabilizar por tais distorções?

É insofismável a importância da cultura indígena para o nosso país, e que merece ser respeitada. Entretanto, a agonia experimentada pelos Guarani e Kaiowá é fruto dos interesses econômicos embutidos no discurso estatal acerca dos povos tradicionais, que acabam por se converter em um dardo certo na cultura e sociedade indígenas de um modo geral.

No caso dos povos tradicionais, os interesses imediatos são apenas a terra para plantar, o território onde nasceram e morreram seus ancestrais, e a preservação de sua cultura.

Necessário se faz que o Estado brasileiro confira cidadania aos povos tradicionais, para que se sintam cidadãos brasileiros, e sejam lembrados não somente na hora de votar, mas garantida a sua

participação nos demais acontecimentos, conferindo-lhe direitos e deveres de cidadão é o justo reconhecimento ao seu valor como pessoas humanas.

A obrigação do Estado brasileiro em demarcar as terras indígenas está prevista na Constituição, todavia não existe um modelo demarcatório claramente definido, contínuo ou em ilhas, que inviabiliza e dificulta esse processo.

Por derradeiro, é fundamental que o poder político abandone a sua ótica surrealista e trabalhe para a consecução do mínimo bem-estar geral das populações indígenas e não-indígenas, no plano físico e mental, sendo também direitos humanos primordiais, ao lado do direito à vida, dignidade e costumes das civilizações.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna Ferreira. Estudo Estratégico. Situação Sócio-Econômica: diagnóstico dos tipos de assentamentos, demografia e atividades econômicas. Municípios de São Paulo de Olivença, Tabatinga, Amaturá e Benjamin Constant. Segundo Relatório de Campo. Santarém, PA. 2004.

ARISTÓTELES. Política. 4. reimp. São Paulo: Martin Claret, 2010.

BIM, Eduardo Fortunato. A participação dos povos indígenas e tribais. Oitivas na Convenção 169 da OIT, Constituição Federal e Instrução Normativa n. 1 da Funai (IN FUNAI 01/2012). Revista de Informação Legislativa. Brasília, Ano 51, nº 204, out/dez: 2014, p. 206-208.

BRASIL: Constituição Federal de 1946.

_____: Constituição Federal de 1988.

_____: Decreto nº 24.305. Aprova o Regulamento para o Serviço de Fronteiras. Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, 29 de maio de 1934.

_____: Decreto nº 678. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Brasília, DF, 06 de novembro de 1992.

_____: Decreto-Lei nº 3.059. Dispõe sobre a Criação das Colônias Agrícolas Nacionais. Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, 14 de fevereiro de 1941.

_____: Decreto-Lei nº 6.430. Dispõe sobre as transações imobiliárias e o estabelecimento de indústria e comércio de estrangeiros na faixa de fronteira. Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, 17 de abril de 1944.

_____: Lei nº 13.445. Promulga a Nova Lei de Migração. Brasília, DF, 24 de maio de 2017(a).

_____: Mensagem de Veto nº 163, de 24 de maio de 2017(b).

_____: Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão, 6. Manual de jurisprudência dos direitos indígenas / 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais. – Brasília: MPF, 2019. 920 p.

CARVALHO, Maria Lucia Brant de. Das terras dos índios a índios sem terras: o Estado e os Guarani do Oco'y: Violência, silêncio e luta. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo/SP. 2013.

CASTILHO, Mariana Moreno. O olhar da elite cultural sobre um Outro: Imagens do indígena na Primeira República. Dissertação (Mestrado em História Cultural). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2006.

CAVARARO RODRIGUES, Andréa Lúcia. Kaiowá-paĩ tavyterã: onde estamos e aonde vamos? Um estudo antropológico do Oguata na fronteira Brasil/Paraguai. Dissertação. (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande/MS. 2019.

COLMAN, Rosa Sebastiana. Guarani Retã e Mobilidade Espacial Guarani: belas caminhadas e processos de expulsão no território Guarani. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP. 2015.

COMBLIN, Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina, 2ª edição, Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 1978.

CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. Caso Burkina Faso vs. Niger, julgado pela Corte Internacional de Justiça, em 2013. Brasília, DF, 2013.

_____. Caso Camboja vs. Tailândia, julgado pela Corte Internacional de Justiça. Brasília, DF, 2011.

CURI, Melissa Volpato. O Direito Consuetudinário dos Povos Indígenas e o Pluralismo Jurídico. In: Revista Espaço Ameríndio, v. 6, n. 2, p. 230-247, UFRGS, Porto Alegre/RS, jul./dez. 2012.

DANELI, Jardel Anibal Casanova. A Proteção aos Direitos Humanos na Corte Interamericana e o Controle de Convencionalidade. Dissertação. Mestrado em Direitos Humanos. Universidade do Minho. Portugal, 2017.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. prefácio Gabriel Cohn. – 5.ed. – São Paulo: Globo, 2012.

FAUSTO, Boris. História do Brasil.- 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FERNANDES, Arissane Dâmaso. A Expansão da Fronteira e a Formação de uma Ideologia no Brasil. Revista História Hoje. Vol. 4 nº 10. São Paulo: ANPUH, agosto, 2006. Disponível em <<http://www.anpuh.org/revistahistoria>> Acesso em 12/02/2018.

MELIÀ, Bartomeu. Camino guaraní: de lejos veninos, hacia más lejos caminamos. Centro de Estudios Paraguayos”; Antonio Guasch”. Asunción. 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. 4. Ed. Rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. O espírito das leis. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MORENO, Gislaene. O Processo Histórico de Acesso a Terra em Mato Grosso. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/18833>> Acesso em 15 fev. 2017.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em:

< <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em 20/08/2018.

ONU. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT. Disponível em: < <http://www.oitbrasil.org.br/node/292>>. Acesso em 23/04/2015.

ONU. Corte Internacional de Justiça. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/carta/cij/>>. Acesso em 20/05/2019.

PARAGUAY: Constitución de la República de 1992.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. Território sem limites: estudos sobre fronteiras / Tito Carlos Machado de Oliveira, organizador. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

SAYAD, Abdelmalek. A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade. Prefácio Pierre Bourdieu; tradução Cristina Marachco. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Poderá o direito ser emancipado? – Revista Crítica de Ciências Sociais. Universidade de Coimbra, n. 65, p. 3-76, mai. 2003.

SILVA, José Afonso da. Terras Tradicionalmente ocupadas pelos índios. In: Os Direitos Indígenas e a Constituição. 8ª edição. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros Editores, 1992. p. 45-50.

SPRANDEL, Márcia Anita. Algumas Observações sobre Fronteiras e Migrações. In: Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Roberto Cardoso de Oliveira e Stephen Grant Baines (Org.) Ed. UnB, 2005.

Notas

Nota 1

O termo foi colocado em destaque por ser aplicado a quem possui a posse ou propriedade efetiva sobre o bem. No caso dos indígenas, não há a posse e nem a propriedade da terra, somente o usufruto. A propriedade pertence à União Federal nos termos da CRFB/88

Nota 2

Tradução livre do autor.

Nota 3

A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem é uma declaração internacional aprovada em 1948 na IX Conferência Internacional Americana realizada em Bogotá, a mesma conferência em que foi criada a Organização dos Estados Americanos (OEA). Historicamente, este foi o primeiro instrumento internacional que declara direitos humanos, antecipando a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada seis meses depois. (nota do autor)

Nota 4

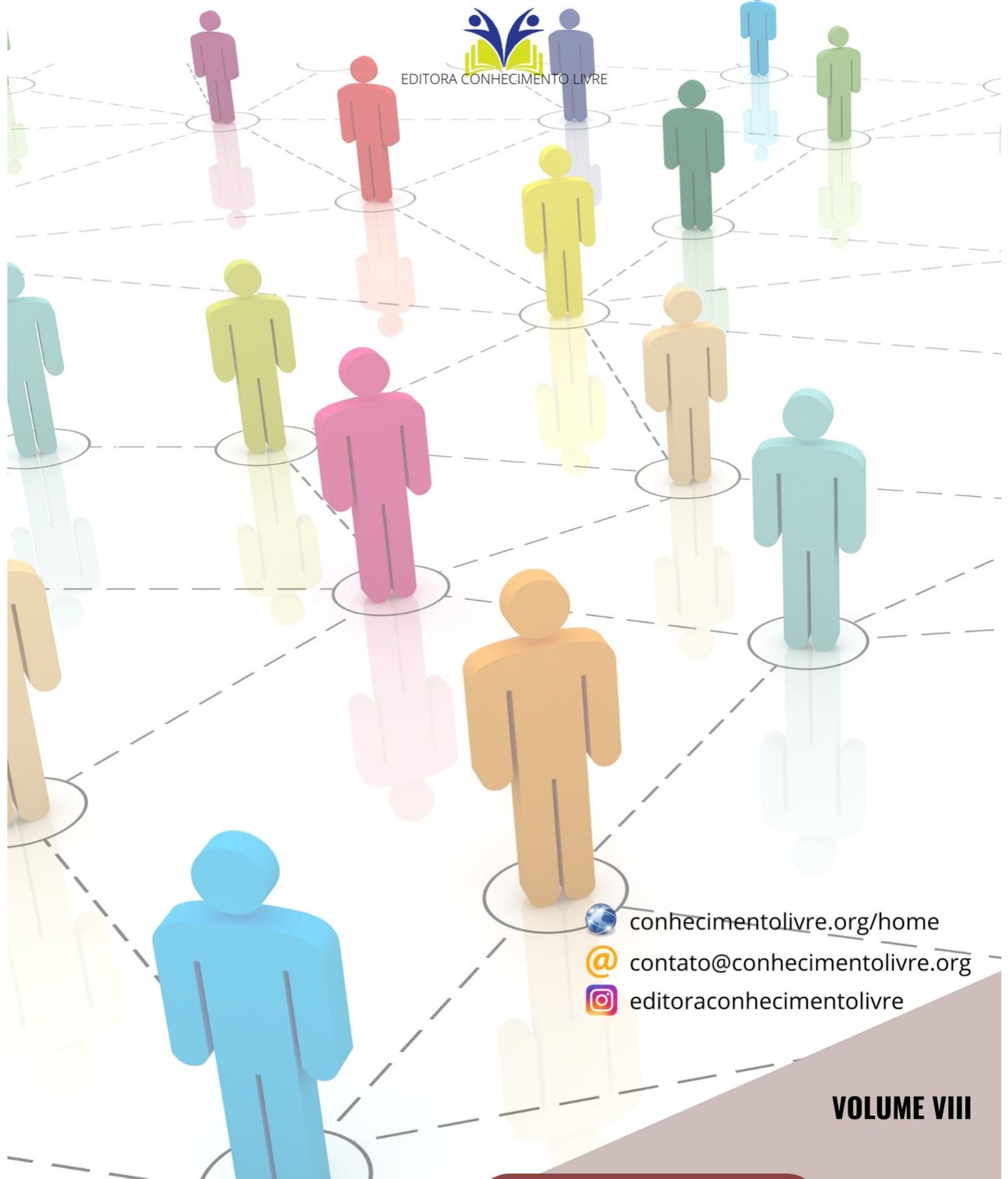
Convenção Americana de Direitos Humanos. (nota do autor)

Nota 5

Corte Interamericana de Direitos Humanos. O Brasil aderiu à sua jurisdição por meio do Decreto nº 4.463, de 08 de novembro de 2002. (nota do autor)

Nota 6

Controle exercido pelas cortes internacionais de justiça, baseadas em parâmetros do direito internacional, tratados e convenções.



 conhecimentolive.org/home
 contato@conhecimentolive.org
 [editoraconhecimentolive](https://www.instagram.com/editoraconhecimentolive)

VOLUME VIII

**CIÊNCIAS
SOCIAIS APLICADAS:
CONTEXTUALIZANDO E COMPREENDENDO
AS NECESSIDADES SOCIAIS**